

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

Rafael Gomes de Sousa da Costa

Navegar o Xingu, navegar o poder:

Um estudo autoetnográfico das práticas de consultoria no contexto do licenciamento ambiental da barragem Belo Monte, Amazônia



Belo Horizonte

2021

RAFAEL GOMES DE SOUSA DA COSTA

Navegar o Xingu, navegar o poder:

Um estudo autoetnográfico das práticas de consultoria no contexto do licenciamento ambiental da barragem Belo Monte, Amazônia.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAN) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para obtenção do título de doutor em Antropologia.

Área de Concentração: Antropologia Social

Linha de Pesquisa: Território, Poder e Ambiente

Orientadora: Prof^a Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski

Belo Horizonte

2021

306 Costa, Rafael Gomes de Sousa da.
C837n Navegar o Xingu, navegar o poder [manuscrito] : um
2021 estudo autoetnográfico das práticas de consultoria no
contexto do licenciamento ambiental da barragem Belo
Monte, Amazônia / Rafael Gomes de Sousa da Costa. -
2021.
221 f. : il.
Orientador: Andréa Zhouri.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Antropologia - Teses. 2. Licenciamento ambiental -
Teses. 3. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. I. Zhouri,
Andréa. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA DE RAFAEL GOMES DE SOUSA DA COSTA (MATRÍCULA N.º 2017663977)

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um), reuniu-se em ambiente virtual, pelo canal do Youtube PG-ANTROPOLOGIA UFMG, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Tese intitulada: ***“NAVEGAR O XINGU, NAVEGAR O PODER: um estudo autoetnográfico das práticas de consultoria no contexto do licenciamento ambiental da barragem Belo Monte, Amazônia”***, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Antropologia, área de concentração: Antropologia Social - linha de pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelas professoras doutoras: **Andréa Luisa Zhouri Laschefski – (PPGAN/UFMG) – Orientadora; Deborah Bronz – UFF; Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos – UFPA; Raquel Oliveira Santos Teixeira – FAFICH/UFMG e Ana Flávia Moreira Santos – PPGAN/UFMG**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Andréa Luisa Zhouri Laschefski, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao doutorando Rafael Gomes de Sousa da Costa para apresentação da sua Tese. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa do candidato. Logo após a arguição das examinadoras, a Comissão se reuniu, sem a presença do doutorando, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 28 de outubro de 2021.

Membros da Comissão Examinadora:

Andréa Luisa Zhouri Laschefski (Orientadora)

Deborah Bronz

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Raquel Oliveira Santos Teixeira

Ana Flávia Moreira Santos



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Luisa Zhouri Laschefski, Professora do Magistério Superior**, em 29/10/2021, às 06:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Oliveira Santos Teixeira, Professora do Magistério Superior**, em 29/10/2021, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos, Usuário Externo**, em 29/10/2021, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Deborah Bronz, Usuário Externo**, em 04/11/2021, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Moreira Santos, Membro**, em 05/11/2021, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1042070** e o código CRC **CF7BBB7E**.

Para Andrea Flores

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que colaboraram com este estudo. À professora Andréa Zhouri pela orientação e ensinamentos. Às professoras Ana Flávia Moreira Santos e Raquel Oliveira pelas contribuições durante a qualificação e na banca de defesa. Agradecimento que se estende às Professoras Deborah Bronz, da UFF, e Sônia Magalhães, da UFPA, pela colaboração durante a defesa. A todos os professores do PPGAN que colaboram com minha formação. À diretora do Instituto Ibero-Americano (IAI), Barbara Göbel, por ter me recebido em Berlim durante o doutorado sanduiche, agradecimento que se estende ao diretor científico do IAI, Peter Birle, pela hospitalidade. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento parcial desta pesquisa no Brasil e na Alemanha. Às secretárias do PPGAN, Ana Mercês e Luciana Andrade, pelo apoio. À professora Maria Claudia Coelho, da UERJ, e ao professor Paulo Fonseca, da UFRB, pelos comentários sobre dois capítulos da tese apresentados na RAM 2017 e no ESOCITE 2019, respectivamente. Aos editores e pareceristas das revistas *Amazônica* e *Antropolítica* pelos comentários de dois outros capítulos deste estudo. À Maria Cecília Oliveira, do *Institute for Advanced Sustainability Studies* (IASS), pela coautoria em um dos artigos. Ao Thiago Barbosa pela oportunidade de compartilhar dados desta pesquisa com seus alunos na Universidade de Bayreuth. Ao CALS - Centro Acadêmico de Antropologia e Arqueologia da UFMG que me permitiu ofertar dois minicursos sobre temas discutidos na tese, agradecimento que se estende à Flavia Amboss, Lúnia Oliveira e Marina Maia que elaboraram os cursos comigo. Ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) por ter me concedido bolsa de estágio de pós-graduação entre 2017-2018 no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos (CAO-DH), coordenado pela Dra. Nívia Mônica da Silva. A todos os colegas do PPGAN pela acolhida, em especial Aline Galantinni por ter me confiado a participação em sua banca de qualificação no mestrado. Aos alunos do meu estágio docente que muito me ensinaram. Aos amigos. À minha família, especialmente minha mãe (*in memoriam*) e meu pai, pelo afeto. À minha esposa Andrea Flores, a quem dedico esta tese: sua colaboração afetiva e intelectual foi o que mobilizou minha dedicação a este estudo.



‘Navegação’ significa literalmente ‘navegar’. O termo está etimologicamente relacionado ao latim *navigare*, que significa "ir de navio, navegar e ir pelo mar" e, portanto, define uma forma especial de movimento [...] Em vez de designar movimento em uma superfície endurecida e solidificada, o termo designa movimento sobre uma matéria fluida e mutável. O conceito, em outras palavras, destaca o movimento dentro do movimento; é o ato de nos movermos em um ambiente vacilante e instável e, quando usado para iluminar a vida social, direciona nossa atenção para o fato de que nos movemos em ambientes sociais de atores e atuantes, indivíduos e instituições, que nos envolvem e nos movem na medida em que avançamos. Como tal, o conceito adiciona uma terceira dimensão à nossa compreensão de movimento e mobilidade. Onde normalmente olhamos para a forma como as formações sociais se movem e mudam ao longo do tempo [macroperspectiva diacrônica], ou para a forma como os agentes se movem dentro das formações sociais [microperspectiva sincrônica], a navegação permite-nos ver a intersecção [...] entre ambas.

Henrik Vigh, *Motion squared* (2009: 420).

Resumo

Esta tese trata da produção de uma etnografia das práticas de consultoria ambiental no contexto do licenciamento da usina hidrelétrica Belo Monte, localizada na Volta Grande do rio Xingu, estado do Pará, região Norte do Brasil. Para tanto, trago à tona um relato autoetnográfico da minha experiência como analista de *campo* numa empresa de consultoria ambiental, responsável pela execução de estudos ambientais e pelo acompanhamento de medidas de mitigação e compensação ambiental da navegação empreendida pelas populações da Volta Grande durante a instalação da hidrelétrica na região, entre os anos 2010 e 2013.

O objetivo do trabalho é refletir sobre os desafios enfrentados pelos analistas de *campo* das empresas de consultoria ambiental numa cultura institucional que busca assegurar os interesses financeiros dos empreendedores, tal como a construção de uma usina hidrelétrica no prazo definido pelos investidores. A descrição desses desafios abriu uma ampla reflexão sobre as relações de poder que governam as práticas de consultoria ambiental no Brasil, expressa, por exemplo, na forma como os efeitos de uma barragem (ou “impactos”, no jargão dos consultores) são definidos a partir do discurso oficial da regulação ambiental, o qual está marcado pelo subdimensionamento ou omissão de seus agravos.

Nesse trabalho, argumento que as definições sobre os efeitos dos empreendimentos são sobretudo construídas na interação entre o alto escalão das empresas de consultoria ambiental e o alto escalão das empresas empreendedoras. Partindo da exposição da hierarquia de cargos das consultorias – na qual o alto escalão é composto por gerentes e coordenadores que administram os contratos de prestação de serviços ambientais desde os escritórios-sedes, geralmente situados nas grandes cidades da região Sudeste do país; enquanto o baixo escalão é composto pelos analistas de *campo* que executam as ações ambientais no chão da obra de um empreendimento –, busco descrever como os analistas de *campo* se movem no terreno social das consultorias e como esse movimento pode (ou não) influenciar o campo político das definições dos efeitos sociais dos empreendimentos.

Meu interesse é registrar o movimento, na ação e no pensamento, dos analistas de *campo* num terreno social altamente hierárquico e como esse movimento pode (ou não) afetar o curso de suas trajetórias profissionais. É nesse sentido que uso o conceito de “navegação social”, cunhado por Henrik Vigh: um conceito utilizado para compreender como os atores sociais, a partir de posições e condições de poder específicas, se movem dentro de suas formações sociais e como esse movimento busca moldar suas circunstâncias de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia, Licenciamento ambiental, Belo Monte.

Abstract

This thesis is an ethnography of environmental advising practices in the context of the environmental licensing of the Belo Monte dam, located in *Volta Grande do rio Xingu*, Pará state, Northern region of Brazil. Therefore, I bring up an autoethnographic report of my experience as a field environmental analyst at an environmental advising firm during the years 2010-2013, when I was responsible for carrying out monitoring studies and following up the mitigation measures for the navigation undertaken by the *Volta Grande's* riparian population.

The objective of the work is to reflect over the challenges faced by the field analysts of an environmental advising company in an institutional culture that seeks to ensure the financial interests of the entrepreneurs, such as the construction of a hydroelectric power plant within the deadline set by the investors to the detriment of the rights of the project-affected-populations. The description of these challenges opened up a broad reflection about power relations in the field of environmental advising practices in Brazil, expressed, for example, in the way through which the effects of a dam (or "impacts", in the consultants' jargon vocabulary) are defined in coherence to the official discourse about the dam's environmental regulation, which is marked by the underestimation or neglect of its environmental problems.

In this work, I argue that the definitions about the effects of the dam are constructed in the interaction between the top managerial entrepreneurial positions and the top managerial environmental advisers. In this context, from an exposition of the hierarchy of positions of the environmental advising firms - in which the top managers and coordinators are those who administer the environmental contracts from the head offices, generally located in large cities of the Southeast region, while the lower analysts are those who carry out the environmental actions in the field, that is, on the construction site of a large enterprise -, I seek to describe how the field analysts move themselves over the social terrain of their organizations and how this movement might (or not) influence the definitions about the dam's social effects.

My interest is to register the movement, in action and in thought, of the field analysts in a highly hierarchical social terrain, and how this movement may (or not) affect the course of their professional trajectories. Hereby, I use the concept of "social navigation", coined by Henrik Vigh: a concept used to understand how social actors, from a specific social position or condition of power, move themselves within their social formations and how this movement seeks to shape their life circumstances.

KEYWORDS: Anthropology, Environmental licensing, Belo Monte.

LISTA DE ABREVIACÕES

AGU Advocacia Geral da União

CCI Centro de Comunicação Indígena

CTL-FUNAI Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio

DPF Delegacia de Polícia Federal

ECRB Estudos Complementares do Rio Bacajá

EIA Estudo de Impacto Ambiental

ELETROBRÁS Centrais Elétricas Brasileiras S.A

ELETRONORTE Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A

EPE Empresa de Pesquisa Energética

ECI Estudos do Componente Indígena

FUNAI Fundação Nacional do Índio

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio e dos Recursos Naturais Renováveis

IPL Inquérito Policial

ISA Instituto Socioambiental

LP Licença Prévia

LI Licença de Instalação

LO Licença de Operação

MPF Ministério Público Federal

PBA Plano Básico Ambiental

PBA-CI Plano Básico Ambiental do Componente Indígena

PGIVG Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do rio Xingu

PMLQAS Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial

PMNCV Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições e Vida da Volta Grande do rio Xingu

PMSTE Projeto de Monitoramento do Sistema de Transposição de Embarcações

PMNCEP Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção

STE Sistema de Transposição de Embarcações

TI Terra Indígena

TITB Terra Indígena Trincheira Bacajá

Nota sobre os etnônimos

Dada à variedade de posições que o grupo dos “consultores ambientais” assume nas empresas de consultoria privadas, as quais são prestadoras de serviços ambientais aos empreendedores de projetos industriais ou de infraestrutura, a nomenclatura utilizada para descrever cada uma dessas posições deve ser clarificada. Nesse contexto, a denominação “consultores” será utilizada em referência a todos os profissionais empregados por uma empresa de consultoria ambiental, independente da sua posição na hierarquia. Os “consultores” são todos os profissionais que prestam serviços ambientais.

No entanto, quando se considera a hierarquia, bem como a morfologia social das empresas de consultoria, percebe-se que os profissionais do mais alto escalão são aqueles que assumem posições de gestão e coordenação administrativa dos contratos de prestação de serviços ambientais. Esses profissionais estão alocados nos *escritórios*-sede das empresas, geralmente localizados em grandes cidades da região Sudeste do Brasil, como São Paulo ou Belo Horizonte. Já os profissionais do mais baixo escalão das consultorias são geralmente aqueles que assumem posições técnicas nas empresas e, por isso, são mais atarefados com a execução propriamente dita de estudos e acompanhamento das ações ambientais do licenciamento no chão da obra de um empreendimento. Esses profissionais estão alocados no *campo* da instalação e operação dos empreendimentos, nos municípios onde estão situados os sítios construtivos e operativos dos projetos.

Com base nessa divisão, a denominação “consultores de *escritório*” será utilizada para se referir ao alto escalão das empresas de consultoria alocado em suas sedes administrativas; enquanto o termo “analistas de *campo*” será utilizado para se referir ao baixo escalão das empresas alocado no *campo*. Estas referências possuem raras exceções, pois alguns profissionais de *campo* (caso específico do “coordenador de campo”) podem ocupar posição elevada na empresa, por isso, a menção a esses profissionais será sempre feita em referência à sua posição de coordenador.

Como será notado ao longo da tese, a distinção entre o *campo* e o *escritório* é também aplicada aos profissionais que compõem o quadro de meio ambiente da empresa contratante de serviços ambientais, isso é, a empreendedora. Tais profissionais são os que supervisionam o contrato de serviços ambientais das empresas de consultoria. Nesse contexto, a divisão entre os profissionais do *campo* e do *escritório* da empreendedora será sempre destacada quando problematizada ao longo do texto.

SUMÁRIO

	Pag.
Introdução	14
Belo Monte e a modernização ecológica do capitalismo	15
Rituais de omissão e ignorância das consultorias	24
<i>O campo e escritório</i> : morfologia e variação social das consultorias	29
Navegação social: movimento e constrangimento na consultoria	40
Breve nota sobre o processo de pesquisa	46
Capítulo 1 – Movimento social e o jogo das mitigações	49
Reunião com a diretoria construtiva de Belo Monte	49
“Por água fria para o galo cozinhar”	56
Navegar o Xingu, navegar o poder	64
Consultores e clientes: formas de dominação na consultoria	70
Capítulo 2 – Variações de escala	77
“Não existem tantos problemas assim em Belo Monte”	79
Balsas	84
Como se constrói o lugar da pessoa nas altas hierarquias	90
<i>Taskscape</i> , valor e as contradições do <i>campo</i>	96
Capítulo 3 – Etiquetas de mando e obediência	101
“Menos, Rafael! Menos”	102
A ordem simbólica do poder	108
“O progresso vem aí”	111
“Que merda de frase é essa?”	118
Capítulo 4 – Hesitação	119
Em <i>campo</i> , como analista ambiental	121
Vergonha, gaguejo / hesitação, reconhecimento	131
“Nós vamos todos parar no inferno”	137
Os gestos menores da pose tecnocrática	144
Capítulo 5 – Perplexidade	148

“ <i>Kubên do ngô beyêt</i> , o rio Bacajá vai secar”	149
Imagens do gerencialismo, ocultação da sensibilidade	157
Pequenos atos de desapontamento	166
Estrada, garimpeiros, evangélicos, Belo Monte	168
Capítulo 6 – Abandono	175
O diário de um refém indígena	176
A criminalização da vida	182
“Somos todos bodes expiatórios”	184
Microfísica do poder: advocacia de litígio e o depoimento a DPF	186
O inquérito policial e o pedido de prisão temporária	189
“Índio não vai impor mais porra nenhuma a Norte Energia”	195
Conclusão	199
Referências bibliográficas	205
Literatura antropológica e outros estudos	206
Belo Monte: documentos oficiais do licenciamento	216
Belo Monte: publicações independentes	219
Belo Monte: peças judiciais	220
Notícias veiculadas em jornais eletrônicos	220

Introdução

Esta tese trata da produção de uma etnografia das práticas de consultoria ambiental no contexto do licenciamento da usina hidrelétrica Belo Monte. Para tanto, trago à tona o caso da minha experiência como analista de *campo* responsável pela execução de estudos e acompanhamento de medidas de mitigação e compensação ambiental da usina, realizados entre outubro de 2010 e junho de 2013, período em que vivi em Altamira - PA. O objetivo do trabalho é refletir sobre os dilemas enfrentados pelos consultores ambientais que são analistas de *campo* e que, em oposição aos consultores de *escritório* (gerentes e coordenadores que compõem o alto escalão das empresas de consultoria ambiental), são responsáveis por executar ações ambientais no chão das obras de instalação e operação de um empreendimento.

Antes de adentrar no relato empírico da experiência, esta introdução destaca brevemente o papel assumido pelos consultores ambientais no processo de “viabilização sócio-política” (ELETROBRÁS, 2009a: 30) de Belo Monte. Com a colaboração dos modelos criados pelas ciências sociais para compreender a lógica das práticas de consultoria ambiental (Zhourri; Laschefski; Paiva, 2005; Pinto, 2019; Whittington, 2019; Zucarelli, 2018; Bronz, 2016; Santos, 2014, entre outros), o objetivo aqui é situar o leitor sobre o contexto social mais geral que guiou esse processo, com destaque para a criação de um aparato robusto de “conhecimento burocrático” (Weber, 1994: 147) capaz de responder às demandas ambientais dos empreendedores diante de órgãos públicos de licenciamento, investidores e críticos à barragem.

No entanto, como se pretende aqui problematizar, apesar de toda robustez e cientificismo que marcam a construção desse aparato, sua constituição não está pautada pelo conhecimento e sim pela ignorância (Mathews, 2005, 2006), na medida em que os “problemas ambientais” causados pela instalação e operação de um empreendimento não são identificados (Blowers, 1997: 849), mas omitidos com o objetivo de “não comprometer o orçamento previsto para o custo social do empreendimento” (Oliveira, Zhourri e Motta, 2020: 7). Um cenário que fica evidente nas análises independentes que acadêmicos, organizações não governamentais e movimentos sociais fazem dos estudos e projetos ambientais de Belo Monte (Xingu Vivo, 2019; Pezzuti, Carneiro, Mantovanelli e Garzón, 2018; Magalhães; Cunha, 2017; Harari, 2017; Magalhães; Hernandez, 2009; Sevá Filho, 2005).

Feita esta exposição, a introdução adentra no contexto específico da análise ora pretendido, qual seja, minha experiência como analista de *campo* em uma empresa privada de consultoria ambiental, na qual integrava a equipe do Projeto de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e Escoamento da Produção na Volta Grande (PMCNEP), um dos programas

do Projeto Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte (Norte Energia, 2011b). Com base na exposição do quadro “indicadores das condições de navegabilidade da Volta Grande” criado pelo PMCNEP (Norte Energia, 2014: 36-37) e da forma como tal quadro subdimensiona os efeitos sociais produzidos por Belo Monte, o objetivo aqui é adentrar na estrutura hierárquica da consultoria que corrobora esse subdimensionamento.

Tal estrutura, montada como reflexo do poder de mando dos empreendedores sobre os consultores, internamente reproduzido pelo poder do alto escalão das consultorias (i.e., o *escritório*) sobre os profissionais de nível inferior (o *campo*), atribui aos primeiros o controle sobre a “definição formal” (Mathews, 2005: 808) dos efeitos sociais dos empreendimentos. Como destaca Mathews (ibid.), a hierarquia das organizações tem papel decisivo sobre a criação, interpretação e implementação das suas regulamentações (ibid.: 798) e, embora os profissionais do baixo escalão possuam “autonomia local *de fato*” (ibid.: 808) sobre essas definições (tema dos capítulos 1 e 2), o poder simbólico exercido pelos altos funcionários “dilui” (2006: 145) os aportes que os analistas de *campo* podem trazer sobre os efeitos sociais dos empreendimentos. O objetivo é introduzir o leitor nas “hierarquias internas e políticas” (2005: 800) da consultoria ambiental que permitem esse tipo de operação.

Enfim, toda esta introdução cumpre ainda o objetivo de expor as forças sociais que atuam no espaço social das consultorias. Com base nesta exposição, no final da introdução é apresentado o conceito de “navegação social” (Vigh, 2006, 2009, 2010) utilizado para compreender o movimento dos analistas de *campo* na trama hierárquica e burocratizada da regulação ambiental de um empreendimento: uma trama que os envolve e os move ao mesmo tempo. Enfatizando os “aspectos processuais das práxis” (Vigh, 2010: 157), o conceito de navegação social permite aproximar as “ações e interações” (Feldman-Bianco, 1987: 22) dos analistas de *campo* com o terreno social mais geral que governa suas condições de trabalho de modo a conhecer os “interstícios sociais” (ibid.: 20), ou a “diferenciação intersticial” (Ingold, 2020: 66) que tal movimento pode revelar num sistema que se esforça para anular seu trabalho técnico, bem como seus engajamentos mais substantivos com as comunidades atingidas.

Belo Monte e a modernização ecológica do capitalismo

A história da construção da usina hidrelétrica Belo Monte (figuras 1 e 2) pode ser contada à luz da ascensão de uma corrente política e teórica dominante denominada “modernização ecológica” ou “teoria da modernização ecológica” (Blowers, 1997: 852; Zhouri; Oliveira, 2010: 441; Oliveira, Zhouri e Motta, 2020: 1). Disseminada por um grupo de

intelectuais liberais (Spaargaren; Mol, 1992; Mol, 1995; Hajer, 1996) e incorporada à agenda política de corporações transnacionais e organizações intergovernamentais (tais como a Organização Mundial do Trabalho, o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional), a “teoria da modernização ecológica” afirmava, desde um ponto de vista doutrinário, que “o crescimento econômico e a resolução de problemas ecológicos podem, em princípio, ser reconciliados” (Hajer, 1996: 248 apud Blowers, 1997: 852).

Forjada no contexto de uma “nova ordem mundial” (Fortun, 2001) em que as políticas de livre comércio escancaravam a distribuição desigual dos riscos e dos ganhos do capitalismo – contexto que se fez notório com o desastre da *Union Carbide* em Bhopal (ibid.) –, bem como num contexto em que cientistas e lideranças comunitárias denunciavam práticas espoliativas e expropriatórias das grandes corporações (Escobar, 2008: 154; Posey, 1989), a “teoria da modernização ecológica” caía como uma luva para as pretensões expansivas do capital. Ela oferecia, a partir de uma crença de que era possível “refinar o processo produtivo” (Mol, 1995), que os problemas ambientais decorrentes dos sistemas de produção e acumulação do capital poderiam ser manejados por meio de inovações industriais e adaptações institucionais nas estruturas dos estados e das corporações (Blowers, 1997: 846, 853-854).

Toda justificativa para a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, um projeto fortemente marcado pela oposição das comunidades indígenas do rio Xingu (Posey, 1989; Fisher, 1994, 2014; Cohn, 2010), é pautada pelo viés da “modernização ecológica” dos sistemas de produção do capitalismo.

Em fevereiro de 1988, na capital estadunidense Washington - DC, as lideranças Kayapó, Paulinho Payakã e Kube-i se reuniram com diretores executivos do Banco Mundial, além de técnicos da instituição responsáveis pelos assuntos sobre o Brasil (Posey, 1989). Na ocasião, os Kayapó registraram sua preocupação com relação aos danos ambientais decorrentes do projeto de aproveitamento hidrelétrico no rio Xingu, o qual previa, na época, a construção de nove barragens ao longo do rio, incluindo Belo Monte (antiga Kararaô).

Segundo relatos do antropólogo Darrell Posey (ibid.), que acompanhou os Kayapó durante a reunião, apesar dos executivos do banco receber com certa “hostilidade defensiva” a visita dos indígenas (ibid.: 15), todos eles reconheceram que sua política liberal, que determinava a consulta aos povos indígenas afetados por projetos financiados pela instituição, não estava sendo respeitada.



Figura 1 – Localização da hidrelétrica Belo Monte.
Fonte: ISA s.d. [2016].

No ano seguinte àquela reunião, em fevereiro de 1989, foi realizado o “1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu”, na cidade de Altamira - PA. O evento representava um protesto organizado de comunidades indígenas de toda a América contrárias à construção do complexo hidrelétrico. Cerca de 600 indígenas participaram do encontro, ao lado de outros 600 representantes não indígenas (Turner, 1993: 540). Embora o número tenha sido consideravelmente menor à marcha de 15.000 pessoas que, dias antes ao evento, atenderam a um protesto na cidade em favor do complexo hidrelétrico (Fisher, 1994: 222).

Um ano após o encontro e dois anos após a reunião de Washington, o Banco Mundial, naquele tempo principal financiador do complexo hidrelétrico, suspendeu todos os repasses previstos às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) – uma subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS) – que, até então, era a concessionária de serviço público de energia elétrica responsável pelo empreendimento. A suspensão do financiamento e a subsequente suspensão do projeto de construção das barragens foram celebradas por muitos como um momento em que a vitória e a justiça indígena passavam a ser alcançadas por palavras e não pela guerra (Turner, 1993; Fisher, 1994, 2014; Cohn, 2010). Como pontuou Paulinho Payakã, os Kayapó “eram acostumados a se defender pelo combate direto e com o uso de lanças, hoje nós nos defendemos com palavras, com nossas ideias” (citado em Posey, 1989: 16).

Contudo, em 1994, o governo brasileiro retomava o projeto de aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu por meio da criação do Grupo de Trabalho (GT) Belo Monte.¹ No ano seguinte de sua formação, o GT apresentava uma série de recomendações para a retomada do projeto. Entre elas, a “elaboração e implementação de um programa de viabilização sócio-política” da usina, visando “à obtenção de um relacionamento com a sociedade em busca de participação e suporte”, no qual deveriam estar indicados os “programas de atividades de engenharia e estudos ambientais” (ELETROBRÁS, 2009a: 30-2). Nesse contexto, toda a violência que representava a construção da usina para as populações da Volta Grande, antes denunciadas pelas populações indígenas do rio Xingu e seus aliados, passaram a ser gradativamente subsumidas pelo julgamento da inovação tecnocrática expressa pelas posições dos consultores ambientais.

Como resultado desse programa, em 2002, uma nova conformação do aproveitamento hidrelétrico do Xingu era apresentada. Esse desenho, “mais palatável aos ambientalistas e investidores estrangeiros” (ISA, s.d. [2016]), alterava a configuração prevista para a barragem Kararaô em 1989, sem, contudo, alterar sua capacidade instalada de geração de energia, a qual permaneceu em cerca de 11,000 MW (ELETROBRÁS, 2009a: 30). Nessa nova configuração, o eixo da barragem fora removido para montante, o que evitava o alagamento da planície do rio Bacajá e de três terras indígenas, além de reduzir a área alagada de 1,225 km², prevista em 1989, para 516 km² (EPE, 2011). Ademais, o novo desenho projetava a formação de dois reservatórios conectados por um canal de adução: o reservatório principal no leito do rio Xingu e outro reservatório intermediário. Nesse último, seriam instaladas as turbinas da casa de força principal da usina, em local favorecido por uma queda de aproximadamente 90 metros.

¹ O Grupo de Trabalho Belo Monte foi definido pela Portaria DNAEE nº 769 de 25/11/1994 e era formado por representantes Casa Civil da Presidência da República, dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da ELETROBRÁS, da ELETRONORTE, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), da Furnas Centrais Elétricas S.A, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Governo do Estado do Pará. Apenas um representante da sociedade civil integrava o grupo, a Agência de Desenvolvimento Tietê Paraná (Xingu Vivo, s.d. [2016]).

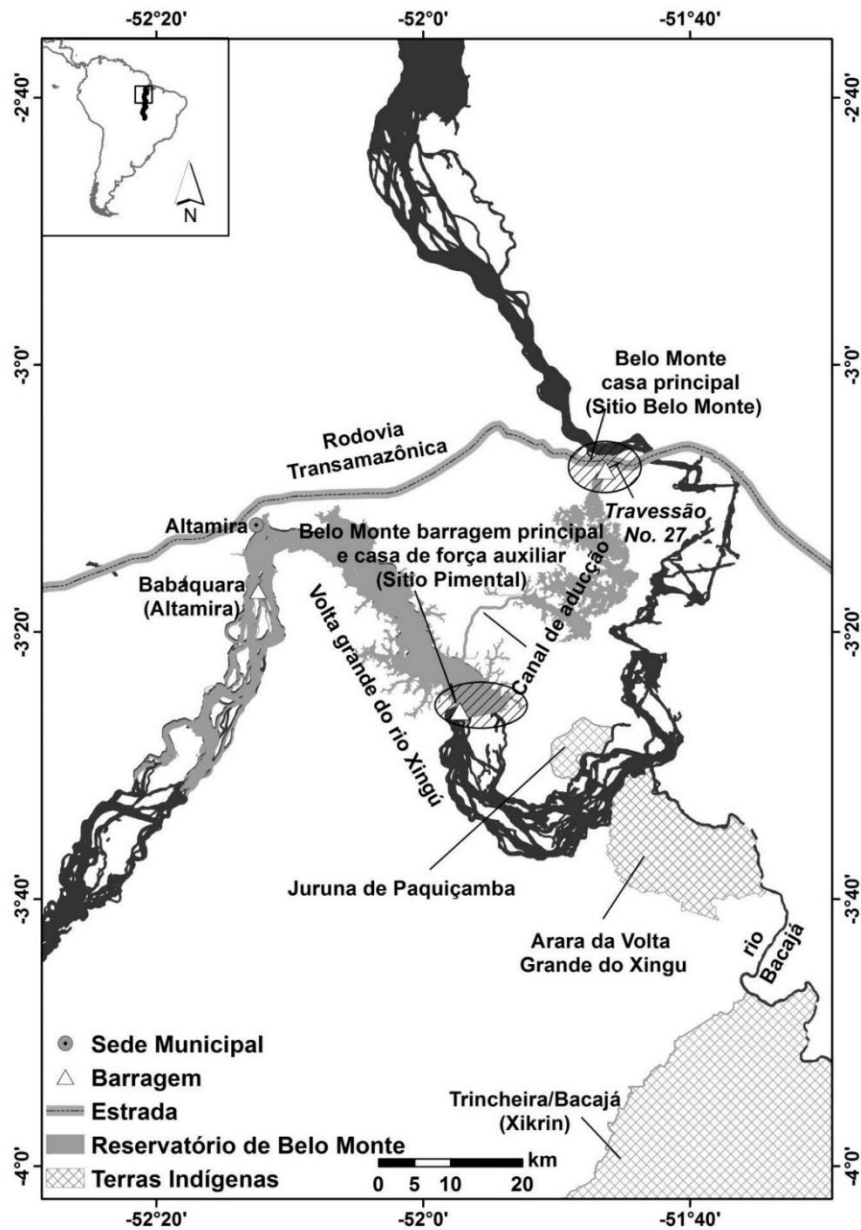


Figura 2 – Localização das estruturas construtivas de Belo Monte e Terras Indígenas a jusante da barragem principal. Fonte: Fearnside (2018: 166).

Contudo, o novo desenho da hidrelétrica resultaria na imposição de uma vazão reduzida a um trecho fluvial da Volta Grande de, aproximadamente, 100 km de extensão, a jusante do eixo da barragem principal de Belo Monte, no rio Xingu. A partir dessa nova configuração, os consultores ambientais de empresas privadas prestadoras de serviços ambientais ganhariam lugar de destaque na história da construção de Belo Monte, pois o novo esboço do projeto da hidrelétrica modificaria todas as características ecológicas e socioeconômicas da Volta Grande, exigindo dos empreendedores da usina um “efetivo gerenciamento e monitoramento ambiental da região” (Norte Energia, 2014: 2).

A decisão de realizar um “efetivo gerenciamento” da Volta Grande, especificamente para o trecho a jusante do barramento principal de Belo Monte, foi uma decisão tomada com base no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte (ELETROBRÁS, 2009a), elaborado por consultores ambientais contratados pela ELETROBRÁS, a então concessionária de energia responsável pelo empreendimento. Nesse estudo, a fim de não “prejudicar significativamente o desempenho da usina quanto à sua capacidade de geração (energia firme)”, foi proposto que a usina deveria operar a partir do controle do “ciclo sazonal das vazões na calha do rio” a jusante do barramento principal da hidrelétrica, no leito do Xingu (ibid.: 206); de modo a:

garantir vazões mínimas [ao trecho à jusante do barramento] que permitam a navegação no período de seca e vazões de cheias que permitam pelo menos um mínimo de inundação das florestas aluviais, além da manutenção da variação dessas vazões, mesmo que em menor amplitude, de forma semelhante ao que ocorre hoje [i.e., antes da instalação do empreendimento] (Garcia et al., 2009: 7).

O controle dessas “vazões mínimas” ou “residuais” a ser liberadas no trecho a jusante do barramento foi nominado pelos consultores ambientais que elaboraram o EIA de Belo Monte “hidrograma ecológico de consenso” (ELETROBRÁS, 2009a: 127; Norte Energia, 2011b: 367-8). Uma intervenção que, como queriam os consultores, alcançaria “um equilíbrio entre a manutenção dos recursos e serviços ambientais fundamentais existentes nesse trecho... e a quantidade de energia a ser gerada por um empreendimento de importância fundamental para o país” (Garcia et al., 2009: 7). Para tanto, o hidrograma proposto pelo EIA para a Volta Grande deveria alternar os valores médios mensais em anos consecutivos, respeitando o valor mínimo de 700 m³/s nos períodos de seca (outubro) e variando a vazão máxima entre 4.000 e 8.000 m³/s nos períodos de cheia (abril) em hidrogramas A e B (Quadro 1).

Quadro 1 – Vazões médias mensais impostas à Volta Grande pelo EIA, valores em m³/s.

Hidrograma	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
A	1100	1600	2500	4000	1800	1200	1000	900	750	700	800	900
B	1100	1600	4000	8000	4000	2000	1200	900	750	700	800	900

Fonte: Norte Energia (2011b: 368).

Nesse contexto, a Volta Grande, especialmente o estirão do Xingu a jusante da barragem principal da usina, se transformava em “Trecho de Vazão Reduzida”, isso é, na linguagem dos profissionais que elaboraram o EIA (ELETROBRÁS, 2009a: 67), um “espaço de avaliação” ou um “compartimento ambiental”, cujos atributos físicos, bióticos e socioeconômicos deveriam

ser qualificados e monitorados a fim de avaliar os impactos passíveis de emergir a partir da instalação e operação do empreendimento na região (ibid.). Nesse contexto, era colocado em prática o Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande (PGIVG), um dos programas exigidos pelo licenciamento ambiental da usina (IBAMA, 2010, 2011), incluído no seu Projeto Básico Ambiental (PBA) (Norte Energia, 2011b).

O PGIVG foi uma das condicionantes definidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – órgão licenciador brasileiro de nível nacional – ao emitir a licença prévia do empreendimento (IBAMA, 2010). Nesse documento (ibid.), a instituição requeria, como condição para a validação da licença, a execução de “um robusto plano de monitoramento”, orientado para identificar os “impactos” da usina sobre numa série de atributos ambientais da Volta Grande (e.g., qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca e navegação), cuja constatação poderia “suscitar alterações nas vazões estabelecidas e consequente retificação” do “hidrograma de consenso”, caso essas vazões não oferecessem condições para a manutenção da vida dos habitantes e dos ecossistemas da região, conforme determinara o licenciamento da usina (IBAMA, 2010).

A proposta do PGIVG – cuja equipe era composta por especialistas de diversas áreas, como ictiologia, hidrologia, ictiofauna, engenharia florestal, sociologia etc. – era criar um “indicador” ou “índice de integridade sócio ambiental” (Norte Energia, 2014: 1) que pudesse representar as condições ecológicas da Volta Grande a jusante do barramento antes da construção da usina, de modo a permitir a realização de comparações temporais entre o que havia sido previamente caracterizado no EIA, como “os fatores ambientais” da região (Norte Energia, 2011b: 367) e os cenários ambientais pós-construção, isso é, a situação ambiental verificada durante e após da instalação do empreendimento.

Portanto, todos os dados disponíveis no EIA de Belo Monte (ELETROBRÁS, 2009a), quando comparados com os dados das pesquisas de monitoramento previstas no PGIVG sobre o estoque pesqueiro, a diversidade ictiológica, a qualidade da água, os fluxos fluviais, as condições econômicas de vida, a navegabilidade, acessibilidade etc., poderiam oferecer “informações” em torno das mudanças ecológicas provocadas pela usina, a fim de propor, por fim, “possíveis medidas para contornar eventuais impactos que possam vir a ocorrer” na Volta Grande (Norte Energia, 2014: 2) após a imposição da vazão reduzida na região.

No entanto, apesar de toda a robustez e o cientificismo que marca o PGIVG, o plano é um caso exemplar da forma como a “teoria da modernização ecológica” é colocada em prática na sua capacidade de trazer à tona uma série de “problemas ambientais” do empreendimento,

na medida em que outros são ignorados (Blowers, 1997: 849). Nesse contexto, o PGIVG é também um caso exemplar da forma como o Estado e as empresas trabalham, conjuntamente, para a definição de um discurso oficial que favoreça a aprovação de um empreendimento, na mesma medida em que uma série de efeitos sociais causados por esses projetos são ocultados (Santos, 2014: 146-153; Li, 2011: 50). Um cenário que coloca em questão a “qualidade e a confiabilidade dos dados ali apresentados”, conforme destacou um grupo de cientistas que avaliou o EIA de Belo Monte de forma independente (Magalhães; Hernandez, 2009: 10).

O exemplo mais notório dessa omissão, no caso PGIVG, é apresentado no relatório do monitoramento independente feito pelos povos Juruna (ou Yudjá, como também se autodenominam) para registrar os efeitos socioambientais de Belo Monte a seu território e a seus modos de vida (Pezzuti, Carneiro, Mantovanelli e Garzón, 2018). No documento, os Juruna registram a diminuição da qualidade de vida de sua população do ponto de vista da segurança alimentar em função das alterações hidrológicas que a usina trouxe para o rio (ibid.: 41-42). Após a imposição da vazão reduzida na Volta Grande,² peixes frugívoros como o pacu, a principal espécie consumida pelos Juruna (Yudjá) (ibid.: 33), veem encontrando dificuldade para se alimentar e se desenvolver, pois as frutas que eles comem “estão caindo no seco” (ibid.: 12) e não mais nas áreas anteriormente alagadas pelas águas do Xingu. Esse cenário vem reduzindo a captura do pacu pelos Juruna devido à “má qualidade dos pacus capturados”, que “são considerados não adequados ao consumo” (ibid.: 32).

De acordo com o monitoramento independente dos Juruna (Yudjá), importantes pontos de pesca utilizados pelos indígenas “foram eliminados” com o aterramento do leito do rio no início da construção de Belo Monte, o que limitou o seu território de pesca (ibid.: 35). A navegação, “modo preferencial de deslocamento [dos Juruna] para a cidade de Altamira” (ibid.: 46), está comprometida, especialmente pela intensificação dos *banzeiros*³ no reservatório principal da hidrelétrica (ibid.: 15). A pesca ornamental, principal fonte de renda entre os Juruna

² As alterações hidrológicas na Volta Grande, no trecho a jusante do barramento principal da usina, se deram após a emissão da licença de operação do empreendimento pelo IBAMA, em novembro de 2015, data que marca o início do enchimento dos reservatórios de Belo Monte. Assim, desde 2015, “a quantidade, velocidade e nível da água na região [da Volta Grande, a jusante do eixo da barragem principal da usina] não derivam mais do fluxo natural do rio, mas dependem da operadora” da hidrelétrica (Pezzuti, Carneiro, Mantovanelli e Garzón, 2018: 8).

³ Os *banzeiros* são fortes ondulações nas águas do rio Xingu provocadas por fortes rajadas de chuva e vento. Os *banzeiros* são um dos principais obstáculos à navegação na Volta Grande, principalmente entre as embarcações de menor porte e com linhas de flutuação menos elevadas, a maior parte das embarcações da Volta Grande (ver nota 4 a seguir), pois, dependendo da força e altura de suas ondas, podem alagar facilmente a embarcação. Conforme será descrito, uma das aflições recorrentes entre os proprietários de pequenas embarcações da Volta Grande com relação a Belo Monte, era a intensificação dos *banzeiros* no reservatório principal da usina, uma vez que o alagamento de ilhas e árvores que funcionavam como quebra-ventos à navegação naquele trecho fluvial, exporia com maior frequência os barcos a ventos e chuvas, o que agravaria a incidência dos *banzeiros* e, conseqüentemente, os riscos à navegação.

(Yudjá), está também ameaçada (Pezzuti, Carneiro, Mantovanelli e Garzón, 2018: 35), uma vez que as vazões impostas à região não garantem a inundação dos pedrais (ibid.: 40), habitat exclusivo das espécies de peixes ornamentais (ibid.: 24). Ademais, o contexto de uma variação brusca na vazão na Volta Grande tem também gerado aflição entre os Juruna (Yudjá), que já não deixam as crianças se banharem livremente no rio (ibid.: 13) por medo da constante alternância do fluxo de água na região que agora é “controlada” pela usina. Em outubro de 2016, após a imposição da vazão reduzida, um pescador Juruna (Yudjá) morreu afogado durante a pesca do acari, um peixe ornamental (Brum, 2017).

O monitoramento independente dos Juruna (Yudjá) abriu caminho para o conhecimento do cenário de *desastre ambiental* que Belo Monte está causando aos povos indígenas e ribeirinhos da Volta Grande após a imposição da vazão reduzida na região. Um cenário de catástrofe que a Norte Energia S.A. – a concessionária responsável pela instalação e operação de Belo Monte – se esforça em negligenciar, tal como constatado na maneira pela qual a empresa apresenta os resultados do monitoramento dos atributos ambientais da Volta Grande nos relatórios técnicos oficiais do PGIVG. Em relatório protocolado no IBAMA em julho 2019, a concessionária, apesar de assumir que houve redução nos valores dos indicadores que medem a qualidade dos atributos socioambientais na Volta Grande após a entrada em operação da usina, justifica essas alterações pela ocorrência de condições hidrológicas atípicas (estiagem prolongada) ocasionadas pelo *El Niño* (Norte Energia, 2019a: 18-19; IBAMA, 2019: 21).

Nesse contexto, o monitoramento independente dos Juruna (Yudjá) traz para o centro da discussão a legitimidade do PGIVG (epíteto da teoria da modernização ecológica emplacada pelo processo de viabilização política de Belo Monte) como instrumento de avaliação dos danos da vazão residual na Volta Grande e encaminhamento de medidas de mitigação e compensação ambiental, entre tais medidas a alteração das vazões mínimas impostas para a Volta Grande. Afinal, o monitoramento independente dos Juruna (Yudjá) atesta (já em 2018) que as vazões mínimas ou residuais atualmente praticadas na Volta Grande não garantem a vida na região, o que torna imperativo “a redefinição de critérios para a vazão a ser mantida na Volta Grande do Xingu, com índices que de fato proporcionem condições de continuidade da diversidade socioambiental” na Volta Grande (Pezzuti, Carneiro, Mantovanelli e Garzón, 2018: 46).

Rituais de omissão e ignorância das consultorias

Como demonstram Oliveira, Zhouri e Motta (2020), as definições categóricas de estudos e projetos ambientais do licenciamento são pautadas por uma “miopia estratégica” de processos de “produção de violências diversas e da expropriação em particular” (ibid.: 1-2). Tais violências e formas de expropriação, inerentes à implementação dos projetos de desenvolvimento, “estão estrategicamente ausentes da avaliação de gestores, técnicos e agentes corporativos” (ibid.: 2). Nesse contexto, as medidas expressas por meio de estudos e projetos ambientais criam não somente um estado de coisas que permite legitimar ou viabilizar o empreendimento do ponto de vista sócio-político, mas fornecem a moldura conceitual pela qual a omissão dos efeitos sociais dos empreendimentos é mantida e conservada (Santos, 2014).

Em sua etnografia sobre o serviço florestal mexicano, Mathews (2005, 2006) argumenta que as instituições estatais mantêm seu poder de governo não com base na produção robusta de conhecimento, mas pela deliberada omissão de uma série de informações. Segundo o autor, essa “ignorância” não é reproduzida de forma “grosseira, senão que com grados sutis de conhecimento parcial e omissão conveniente” (2006: 155). Na realidade, o que marca os procedimentos administrativos do estado sobre as questões que ele governa é a manutenção de uma “fronteira entre conhecimento e ignorância [a qual] pode, em certas ocasiões, ver-se afirmada e fortalecida e, em outras, deliberadamente desmanchada” (Mathews, 2006: 136).

Esse é o caso do serviço florestal mexicano, que usa o conhecimento, por uma parte, como categoria em torno da qual se define a si mesmo, e, por outra, se serve da ignorância como uma categoria na qual engloba tudo que se coloca fora dele (ibid.). Quando quer fortalecer seu poder de controle, bem como a legitimidade de suas políticas oficiais, o serviço florestal mexicano usa o conhecimento (e.g., na publicação de estatísticas impressionantes sobre o número de árvores plantadas pela instituição) (ibid.: 153). Por outro lado, quando percebe a vulnerabilidade de seu poder e legitimidade, opta pela ignorância (e.g., ao omitir o número real de lenha ilegal utilizada pela população) (ibid.: 151). Nesse sentido, “o conhecimento e a ignorância oficiais são fruto de táticas locais de poder” (ibid.: 136), na medida em que o poder do estado depende de um manejo da ignorância e do conhecimento para afirmar a legitimidade de sua racionalidade reguladora das questões ambientais (ibid.: 152).

Esses “jogos de mostrar e ocultar” (Santos, 2014: 146) também se aplicam às empresas privadas de setores de infraestrutura ou industriais na condução de seus procedimentos de gestão ambiental. Geralmente, percebemos que as empresas, a fim de garantir seus

investimentos, não economizam na produção de documentos que atestam o cumprimento de suas responsabilidades ambientais e sociais. No entanto, quando descumprem tais responsabilidades, de forma a comprometer seus negócios ou elevar seus custos operacionais (e sociais), optam pela ignorância. Etnografias recentes sobre os procedimentos administrativos de gestão ambiental de empreendimentos têm contribuído para a compreensão dos limites entre conhecimento e ignorância conservados pelas empresas (Oliveira, Zhouri e Motta, 2020; Pinto, 2019; Whittington, 2020; Zucarelli, 2018; Bronz, 2016; Santos, 2014; Li, 2011).

Nesses trabalhos, o que aparece como uma constante nas práticas empresariais é a forma como o conhecimento “ambiental” é mobilizado pelas empresas para a superação dos “entraves” que se colocam diante de seus objetivos expansivos. Estejam tais entraves relacionados à aquisição de licenças ambientais (Bronz, 2016), à gestão da crítica social (Pinto, 2019) ou de conflitos (Zucarelli, 2018), ou, ainda, ao atendimento de políticas liberais de sustentabilidade, às quais avalizam as operações internacionais de investimento em projetos de desenvolvimento (Whittington, 2019; 2020). Isso tudo coloca os interesses das empresas em primeiro plano, na medida em que a produção de conhecimento ambiental se pauta pela criação de um processo de prestação de contas oficial (Santos, 2014: 147-148), enquanto os direitos e as necessidades das populações atingidas são denegados ou ignorados.

Bronz (2016), em uma etnografia recente sobre as práticas de empresários no licenciamento ambiental no Brasil, argumenta que o conhecimento produzido pelos profissionais das consultorias ambientais, ancorado na “crença” de que é possível reduzir os efeitos sociais dos empreendimentos (ibid.: 43, 76), está dirigido para a concessão das licenças ambientais (ibid.: 90) e a consequente viabilização dos empreendimentos. Uma prática que reduz os saberes da análise ambiental a uma papelada burocrática voltada para o preenchimento das demandas administrativas do licenciamento.

Whittington (2018, 2019), que estudou formas de gerenciamento ambiental em uma empresa privada construtora de barragens em Laos, argumenta que a *expertise* demandada dos analistas ambientais desses empreendimentos “não está preocupada com o conhecimento do mundo”, mas “está focada numa performance de resultados” (2018, s.p.). Seu objetivo é, antes de tudo, permitir que investimentos internacionais de alto risco consigam fluir pelas fronteiras dos estados nacionais (2019: 42-48). Segundo o autor (ibid.), tal cenário reduziria o conceito-chave de “sustentabilidade” ao domínio de um “enclave”, isso é, um repertório de práticas que, estruturadas sob as condições de investimento e governança do neoliberalismo, estão orientadas para garantir os resultados das políticas de expansão do capital.

Pinto (2019) enfatiza como a produção de conhecimento no mundo empresarial serve a um processo de “gestão do risco social”. Nesse contexto, a mobilização de saberes advindos das ciências sociais na elaboração de estudos ambientais de empreendimentos que utilizam intensivamente recursos naturais estaria orientada tão somente a “estabilizar socialmente o terreno” (ibid.: 13) em que tais projetos são instalados e operados, e cujos efeitos seriam a neutralização dos conflitos e a gestão da crítica a que esses projetos são objetos localmente. Um argumento semelhante ao encontrado em Zucarelli (2018), que demonstra como o esvaziamento simbólico dos modos de vida das populações atingidas, produzido pelas categorias burocráticas e técnicas dos consultores ambientais, evita o reconhecimento dos danos e dos atingidos em sua totalidade (ibid.: 86), mas favorecem, por fim, um processo de “gestão da crise” (ibid.: 179) constantemente narrada pelo sofrimento e pela dor dessas populações.

Ou seja, se a violência e as formas de expropriação não estão incluídas nos processos administrativos da gestão ambiental empresarial é porque tais processos não estão orientados para tanto, mas, antes, para resguardar os empresários de eventuais conflitos com as burocracias ou gerir o conflito com as comunidades residentes nos locais em que seus projetos estão inseridos. Conforme mencionado, esse cenário condiciona a prática da gestão ambiental empresarial à defesa dos interesses expansivos do capitalismo e não à defesa dos direitos e das necessidades das populações atingidas. Como pretendo problematizar ao longo da tese, tal condicionamento se deve aos “arranjos sociais e culturais” (Wolf, 2003: 327) da prática de prestação de serviços ambientais, os quais estão estruturados pelo poder dos empreendedores para circunscrever as ações dos consultores ambientais a um cenário destinado a viabilizar sociopoliticamente os empreendimentos, seja por meio da diminuição de suas “exigências burocráticas”, seja pelo subdimensionamento de seus efeitos sociais (Santos, 2014: 147, 154).

Atualmente, a legislação brasileira que define os procedimentos e os critérios do licenciamento ambiental (Brasil, 1997) atribui aos empreendedores a responsabilidade para conduzir os estudos e projetos ambientais a que estão sujeitos seus empreendimentos. Esse cenário fez os empresários dominarem grande parte do aparato administrativo da regulação ambiental, seja por meio da manutenção de departamentos próprios de meio ambiente em suas organizações, seja a partir da subcontratação de consultorias especializadas. Um domínio que se convencionou chamar de “ambientalismo corporativo” (Hoffman, 2001), mas que, na realidade, funciona como “privatização da política ambiental” (Milanez, Magno e Pinto, 2019: 5), na medida em que a responsabilidade *comum* pela proteção do meio ambiente é entregue aos empreendedores e suas empresas subcontratadas.

Como argumenta Oliveira (2014) para o caso Belo Monte, a responsabilidade assumida pela concessionária da usina na execução de estudos e projetos ambientais da obra corresponde “a uma distorcida privatização de atribuições públicas” (ibid.: 23). Segundo o autor:

A concessão de um poder e domínio quase absolutos sobre partes do território nacional a empreendimentos privados... é uma prática injustificada e condenável. Os encarregados da execução física das obras não poderão jamais por eles mesmos assumir responsabilidades públicas e dar soluções legítimas aos conflitos acarretados pelo próprio empreendimento, uma vez que não objetivam o cumprimento das leis e de políticas públicas nem muito menos assegurar os direitos das populações subalternizadas (ibid.: 24).

Nesse contexto, o que se pretende aqui destacar é que, se a condução pública das ações ambientais se vê sujeita ao poder das empresas empreendedoras, no domínio da vida privada é o poder dos empreendedores que governa o trabalho das empresas de consultoria ambiental. Na relação entre empreendedores e consultorias o que se percebe é a manutenção de uma ordem de relacionamento patronal na qual os consultores ambientais subcontratados se veem recorrentemente obrigados a obedecer aos comandos de seus contratantes, mesmo que isso reflita a denegação dos efeitos sociais dos empreendimentos. Sendo pagas pelos empreendedores para conduzir os estudos e projetos ambientais, as consultorias ambientais, pela relação comercial aí existente, acabam por produzir estudos e projetos que não colocam em questão a viabilidade ambiental dos empreendimentos.

Fearnside e Barbosa (1996) exemplificam como essa ordem de relacionamento patronal é mantida citando a forma como a autonomia de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), é subsumida pelo poder de mando que os empresários mantêm sobre os consultores. Com base na comunicação pessoal de um geógrafo, cujo currículo disponibilizado na rede social LinkedIn informa já ter trabalhado em “atividades de proteção ambiental” em empresas como Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), uma mineradora comprada pela Vale em 2007, Fearnside e Barbosa (ibid.) afirmam que:

Um EIA / RIMA que enfatize problemas que levariam a não aprovação do projeto em questão é virtualmente desconhecido. Isso é esperado por que: (1) O proponente paga a empresa de consultoria que redige os relatórios. (2) A empresa de consultoria geralmente é solicitada a apresentar rascunhos dos relatórios ao proponente em várias fases enquanto está sendo preparado. O proponente frequentemente faz solicitações de mudanças substanciais, e a empresa de consultoria inevitavelmente cumpre. (3) Os contratos geralmente especificam que a última parcela do pagamento (que equivale a 20% – 30% do total) é paga somente após o RIMA ou EIA ser aceito pelo órgão governamental competente (comunicação pessoal de Jaime de Agostinho, 1995) (ibid.: 642-643).

Nesse contexto, a prática de consultoria ambiental possui uma lógica que é mantida pela privatização da política ambiental. É no marco desse *fato social* que as fronteiras entre o conhecimento e a ignorância sobre os efeitos dos empreendimentos são mantidas e conservadas. Na esteira de Mathews (2006), o que é relevante reter dessa constatação é que, no cotidiano das relações entre consultores e clientes, aquilo que é definido enquanto um efeito social do empreendimento adquire coerência, não por aquilo que tais efeitos *são*, mas pelo poder dos empreendedores “para controlar o discurso oficial de conhecimento / ignorância” (ibid.: 137). Ou seja, é o poder dos empreendedores que controla aquilo que é definido (ou não) como efeito social de um empreendimento. É a posição subordinada dos consultores em relação aos empreendedores que faz com que os primeiros consintam com essas definições limitadas.

Em outras palavras, o poder dos empreendedores para ditar o que é ou não é um efeito social do empreendimento funciona como “conjetura conceitual” (Wolf, 2003: 334) das ações das consultorias. Por um lado, do ponto de vista “estrutural”, os empreendedores utilizam o “poder de dispor e alocar o trabalho social” (ibid.: 326) das consultorias para dirigir ou moldar “o campo social de ação” (ibid.) dos consultores de modo a “tornar possível” (ibid.) o subdimensionando dos efeitos dos empreendimentos, na medida em que “dificulta ou impossibilita” (ibid.) que esses efeitos sejam problematizados em sua complexidade. Por outro, do ponto de vista “tático ou organizacional” (ibid.), os empreendedores circunscrevem as ações dos consultores dentro dos cenários destinados a viabilizar sociopoliticamente seus projetos. É a esse poder que as consultorias devem “responder em seus mais variados níveis” (ibid.: 334).

Desde uma perspectiva antropológica do poder (Wolf, 2003), essa tese busca destacar a “potência ou capacidade” (ibid.: 326) que cada um desses níveis possui no “jogo do poder” (ibid.) interno da consultoria. Como argumenta Wolf, os fenômenos que envolvem o poder não possuem uma “essência interna” (ibid.: 335), nem são redutíveis a um “centro comum” (ibid.), mas estão implicados numa “variedade de reações” (ibid.: 333) de “resistência ou acomodação” (ibid.: 327), de “competição ou estabelecimento de alianças” (ibid.), de “coalizões e conflitos” (ibid.) que ocorrem no decorrer da interação entre as “posturas culturais hegemônicas e subalternas” (ibid.: 331) que constituem as próprias relações de poder. Segundo o autor, a “ratificação do poder sempre cria fricção – descontentamento, relutância, escapismo, sabotagem, protesto ou resistência” (ibid.: 333), e “até mesmo a organização mais bem-sucedida não fica sem contestação” (ibid.).

Nesse sentido, se a hierarquia definidora do subdimensionamento dos efeitos sociais dos empreendimentos parece evidente quando vista pela lógica da “privatização da política

ambiental”, os processos internos da sua constituição são menos óbvios, pois o poder dos empreendedores para fazer conhecer ou ignorar os efeitos de seus projetos não é amplamente difundido nos mais variados níveis que compõem as empresas de consultoria ambiental, nem aceito de forma uniforme por todos os profissionais que ingressam nesse campo. Como destaca Wolf (ibid.), “uma coisa é usar um modelo para pensar as implicações dos processos organizacionais e outra é esperar que os grupos... se materializem nesses termos, como se fossem tijolos seguros de um edifício social-cultural” (ibid.: 334).

Dessa forma, convém conhecer a morfologia e a variação social das consultorias a fim de conhecer tanto o assentamento como o tensionamento das fronteiras do conhecimento e da ignorância sobre os efeitos sociais dos empreendimentos. A ideia aqui é revelar que a consultoria não é uma “entidade monolítica” (Abélès; Badaró, 2015: 92) e que, apesar de possuir uma “continuidade no tempo e no espaço” (Mathews, 2005: 800), cujo princípio opera pela manutenção do poder patronal dos empreendedores, sua constituição por “partes e níveis variados” (Wolf, 2003: 331) é também o espaço de “contestação” (ibid.: 333) e de “conflitos” (ibid.: 327). Enfim, a ideia aqui é encarar a consultoria não como uma “entidade fixa” (ibid.: 332), mas como uma unidade complexa, sempre moldada e remodelada pelo jogo do poder ratificado pelos profissionais que adentram seu mundo.

O campo e o escritório: morfologia e variação social das consultorias

Em outubro de 2010, aterrissei na cidade de Altamira, estado do Pará, região Norte do Brasil, na Amazônia, para atuar como “analista de *campo*” no processo de instalação da usina Belo Monte. Na ocasião, eu havia sido contratado por uma empresa de consultoria ambiental, na realidade o departamento de meio ambiente de uma corporação transnacional produtora de energia elétrica. No entanto, a dinâmica de atividades desse departamento estava direcionada apenas para a prestação de serviços ambientais, uma vez que não existia atuação de seus profissionais em projetos da própria corporação. Sua atuação era sempre para terceiros, via a prestação de serviços de consultoria em meio ambiente. Nesse contexto, por convenção, o departamento será referenciado apenas como uma empresa de “consultoria ambiental”.

Tal consultoria, após ter coordenado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte, em 2010, acabara de ganhar um novo contrato de prestação de serviços ambientais para a “Norte Energia”, consórcio responsável pela instalação e operação da usina hidrelétrica Belo Monte. Por motivos éticos não mencionarei o nome da empresa. Do mesmo modo, a identificação nominal dos consultores que compõem seu quadro técnico será ocultada. Apenas

referências a suas posições na hierarquia dos cargos da consultoria, formações acadêmicas, gênero e idade foram mantidas, posto que indispensáveis à análise ora pretendida.

No pacote de trabalho contratado pela Norte Energia, a equipe técnica da consultoria ambiental fora designada para executar o Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande (PGIVG), o qual, conforme mencionado, era um dos programas do Projeto Básico Ambiental (PBA) da barragem (Norte Energia, 2011b). Minha atuação como analista de *campo* do PGIVG esteve concentrada na execução de dois de seus projetos, nomeadamente o Projeto de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e Escoamento da Produção na Volta Grande (PMCNEP) e o Projeto de Monitoramento do Sistema de Transposição de Embarcações (PMSTE). Ambos integravam o Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida da Volta (PMCNCV), um dos programas do PGIVG (*ibid.*).

Os objetivos do PMCNEP e do PMSTE eram, como seus nomes adiantam, oferecer um conjunto de conhecimentos sobre as condições de navegabilidade e acessibilidade das populações da Volta Grande. Afinal, com a instalação da barragem, uma alternativa para a manutenção do transporte fluvial entre as regiões a montante e a jusante do barramento deveria ser projetada, conforme determinado pelo licenciamento da usina (IBAMA, 2010, 2011). Ademais, com a imposição de uma vazão reduzida no trecho fluvial do rio Xingu a jusante do barramento, a caracterização e o monitoramento da navegação fluvial ali desenvolvida e de seus aspectos socioeconômicos eram também necessários, de modo a subsidiar medidas futuras voltadas para a garantia da acessibilidade na região.

Assim, o trabalho consistia na criação de um “indicador da navegabilidade” (Quadro 2) cujo objetivo era representar as condições de navegação na Volta Grande antes da construção da usina, de modo a permitir comparações temporais entre aquilo que havia sido previamente conhecido como as condições de navegabilidade da região registradas no EIA (ELETROBRÁS, 2009a), e os cenários pós-construção. Todos esses dados, ao final, deveriam servir como guia para as ações de mitigação e compensação da navegação na Volta Grande.

Quadro 2 – Indicadores das condições de navegabilidade das populações da Volta Grande.

<i>Segmento</i>	<i>Indicador</i>	<i>Variável</i>	<i>Periodicidade</i>
<i>Socioeconomia [Navegabilidade]</i>	<i>Dinâmica e características da navegação junto ao STE</i>	<i>Número de embarcações que usam o trecho diariamente</i>	<i>Trimestral</i>
		<i>Frequência diária no uso do trecho pelas embarcações</i>	
		<i>Tipos de embarcações e capacidade de carga</i>	
	<i>Eficiência do funcionamento do STE</i>	<i>Número e tipos de embarcações transportados</i>	<i>Trimestral</i>
		<i>Número de pessoas e cargas transportadas</i>	
		<i>Frequência de interrupções no funcionamento do sistema</i>	
	<i>Atividade econômica ligada ao transporte fluvial</i>	<i>Número de proprietários de embarcações de frete / aluguel em atividade</i>	<i>Trimestral</i>
	<i>Fluxo de mercadorias</i>	<i>Padrão de escoamento da produção agroextrativista e pesqueira</i>	<i>Trimestral</i>
	<i>Uso do rio e acessibilidade</i>	<i>Evolução nas formas de uso do rio e igarapés</i>	<i>Semestral</i>
<i>Saúde</i>	<i>Número de famílias atendidas por agentes comunitários de saúde que utilizam o transporte fluvial</i>	<i>Semestral</i>	
<i>Educação</i>	<i>Número de alunos transportados por via fluvial</i>	<i>Semestral</i>	
<i>Condições de navegação</i>	<i>Porcentagem de famílias pesquisadas que utilizam o rio como meio de transporte</i>	<i>Semestral</i>	

Fonte: Norte Energia (2014: 36-37).

No entanto, a elaboração do “indicador de navegabilidade” não esgotava as relações sociais implicadas na navegação no rio Xingu, pelo contrário, tais relações eram grosseiramente simplificadas pela linguagem do gerenciamento ambiental. Como têm demonstrado estudos e relatos independentes (Harari, 2017; Xingu Vivo, 2019; Molina, 2009; Sevá Filho, 2005), outros atributos também povoam a navegação na Volta Grande, tais como extrema dificuldade de navegar em períodos de estiagem, cujas vazões se aproximam das vazões impostas à região com a instalação da usina (Sevá Filho, 2005: 195); ou os obstáculos à navegação no rio Xingu como, por exemplo, os *banzeiros* (figura 3), os quais foram intensificados no reservatório principal da usina após a sua instalação (Xingu Vivo, 2019).



Figura 3 – *Banzeiro*.
Registro do autor, março de 2011.

Uma das aflições recorrentes entre os proprietários de pequenas embarcações da Volta Grande com relação a Belo Monte,⁴ era a intensificação dos *banzeiros*, uma vez que o rio Xingu se transformaria num imenso *largo*⁵ com a criação do reservatório, dado ao alagamento e à perda de ilhas e árvores que funcionavam como quebra-ventos à navegação de pequenas embarcações. Essas aflições eram sempre registradas pelos analistas de *campo*. Num documento de circulação interna, elaborado pela equipe de campo do PMCNEP, era apontado que, em função dos “danos à navegação causados pelo enchimento do reservatório”, tal como “a possibilidade de maior incidência de banzeiros”, era necessária a “implementação de um plano de sinalização de rotas” no reservatório a fim de possibilitar “percursos seguros no [seu] interior” (Norte Energia, 2012c: 20-21).

⁴ O pequeno porte das embarcações e a baixa propulsão de seus motores eram características encontradas entre a grande maioria das embarcações que navegava a Volta Grande do rio Xingu. Uma pesquisa inicial realizada entre duzentos (200) residentes da Volta Grande que possuíam embarcações e as utilizavam em seus deslocamentos fluviais identificou que, numa frota total de 255 barcos entre os entrevistados, mais de 90% das embarcações registradas eram de pequeno porte, compostas por barcos de madeira com capacidade de carga inferior a 1.0 t. (135 barcos ou 52,94%), ou barcos de madeira com capacidade de carga entre 1.0 até 3.0 t. (63 barcos ou 24,71%), ou canoas (39 barcos ou 15,29%) ou catraias (1 barco ou 0,69%), essas duas também com capacidade de carga inferior a 3,0 t. Ademais, os motores de baixa propulsão tipo rabeta, com potência máxima de 15 HP, eram utilizados por 81,25% (208) dessas embarcações (Norte Energia, 2011d: 35-36).

A rabeta é um motor de baixa propulsão utilizado para o deslocamento de embarcações com capacidade de carga para até 3 toneladas no rio Xingu. A rabeta é composta por um motor estacionário de 2 ou 4 tempos, acoplado a um conjunto formado por uma haste de ferro de mais ou menos 1,7 metro, um kit acelerador e uma hélice. Essa formação permite que a hélice opere próxima à superfície da água, possibilitando um bom desempenho em rios com lâminas d’água muito baixas – o caso da Volta Grande do rio Xingu, principalmente durante a estiagem. A rabeta é um motor popularizado em toda a Amazônia

⁵ Os *largos* são locais onde a distância entre uma margem e outra do rio Xingu é muito extensa e, por estarem desprotegidos das ilhas e das árvores, quando atravessados por fortes rajadas de vento e chuva, estão mais propensos à formação de *banzeiros*.

No entanto, como pode ser visto no Quadro 2, uma “variável” formulada para indicar a “intensificação” ou “agravamento dos banzeiros” no reservatório principal da usina não foi sugerida. Em 2017, um navegante do rio Xingu morreu afogado por causa de um *banzeiro* no reservatório principal de Belo Monte (Harari, 2017). Nesse contexto, o quadro dos indicadores da navegabilidade da Volta Grande “exprime o caráter limitador de uma avaliação acerca da magnitude dos efeitos sociais” (Oliveira, Zhouri e Motta, 2020: 9) do empreendimento. Seu objetivo é criar condições para o gerenciamento ambiental da usina por meio de “um conhecimento totalizador que se mostra significativamente parcial” (ibid.: 11), fazendo com que outros efeitos do projeto não sejam colocados em pauta ou em discussão.

Tal como demonstram Oliveira, Zhouri e Motta (ibid.) para o caso dos estudos de impacto ambiental de empreendimentos hidrelétricos, “quadros sinópticos” (ibid.: 13) como o acima descrito criam uma “narrativa particular que exerce um olhar gerencial sobre o universo que examina” (ibid.: 8). Seu uso permite criar uma “ficção gerencial” (ibid.: 10) dos problemas ambientais de um empreendimento cujo resultado, para o caso Belo Monte, além de restringir a navegação empreendida pelas populações da Volta Grande ao *status* de uma “categoria administrativa” (ibid.: 12), termina por provocar uma “economia de visibilidades específica” marcada pelo “subdimensionamento” dos efeitos sociais da usina e “a consequente construção de limites de responsabilidade claros e exíguos” para os empreendedores (ibid.: 9, 11).

Como esta tese presente sugerir, essa omissão é um efeito da hierarquia da consultoria, expressa na divisão de poder existente entre os profissionais do *campo* e do *escritório*, uma vez que os profissionais do *escritório* (i.e., coordenadores e gestores das consultorias) são aqueles que definem esses quadros de acordo com o que lhes é ditado por suas relações com os empreendedores, não com as comunidades atingidas. Em decorrência dessa divisão, são os funcionários de alto nível que mantêm o domínio simbólico sobre o que é dito ou publicado oficialmente por suas instituições. É o poder que define os efeitos sociais dos empreendimentos, é ele que cria suas “zonas de ilegibilidade e ignorância” (Mathews, 2005: 803) em que tais efeitos são percebidos ou não. Nesse contexto, embora existam diferentes histórias sobre a produção dos efeitos sociais de um empreendimento dentro das próprias consultorias, sua definição final fica sempre a cargo de um clérigo de gestores ambientais urbanos.

...

A consultoria ambiental na qual eu trabalhava possuía vinte e nove empregados. Desse quadro profissional, quatorze estavam alocados na sede da empresa, localizada na cidade de Belo Horizonte - MG, e quinze profissionais alocados na repartição avançada da empresa, na

cidade de Altamira - PA, cidade com estrutura urbana mais próxima dos canteiros de obras da usina hidrelétrica Belo Monte e que, por isso, se tornou o principal local de trabalho e moradia dos profissionais responsáveis pela construção da barragem. A divisão entre os profissionais alocados no município da instalação de Belo Monte e os profissionais alocados no município-sede da empresa era definida pelos profissionais da consultoria em *campo* e *escritório*.

Os profissionais do *campo* são os consultores ambientais responsáveis pela execução propriamente dita dos estudos e programas ambientais de um empreendimento, ao passo que os profissionais do *escritório* são os consultores ambientais responsáveis pela coordenação técnica dessa execução, bem como pelo gerenciamento de suas ações e resultados. A formação profissional de ambos os grupos corresponde aos domínios de conhecimento definidos pelo licenciamento, a saber, os meios físico, biótico e socioeconômico.⁶ Nesse caso, a maioria dos empregados das consultorias são biólogos, geólogos, sociólogos, engenheiros florestais, limnólogos, geógrafos, técnicos de meio ambiente etc., os quais podem assumir posições de gestão, coordenação ou cargos técnicos como o de “analista ambiental”.

No *escritório*, estava alocada a gerente de meio ambiente da consultoria, uma engenheira civil com especialização em gestão hídrica, que era a maior autoridade da empresa para a prestação de serviços ambientais, além dos três coordenadores de meio biótico, físico e socioeconômico (um biólogo, um geólogo e um sociólogo, respectivamente). O *escritório* contava, ainda, com quatro analistas ambientais que assessoravam os coordenadores, além de um estagiário de graduação, dois profissionais administrativos/logística (sendo um deles com MBA, i.e., pós-graduado na área de negócios) e duas secretárias. Já no *campo*, estavam alocados o coordenador de campo, formado em biologia, a maior autoridade entre os profissionais alocados em Altamira, além de nove analistas ambientais, um profissional administrativo, uma secretária, um motorista, um técnico em segurança do trabalho e uma faxineira.

⁶ Os domínios de conhecimento do licenciamento ambiental estão especificados pela Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986, a saber: “a) o meio físico – o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d’água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas; b) o meio biológico e os ecossistemas naturais – a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente; c) o meio socioeconômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos” (Brasil, 1986).

Nessa disposição, os profissionais com mais prestígio, mais bem remunerados e com as posições mais elevadas na hierarquia de cargos das consultorias ambientais (gerentes e coordenadores) estão alocados no *escritório*, enquanto que, no *campo* da instalação e operação de um empreendimento está concentrado o maior número de profissionais de nível técnico (os analistas ambientais) (Diagrama 1). Isso significa que os consultores ambientais com maior poder de decisão sobre o processo de prestação de serviços em meio ambiente estão alocados no *escritório*. Ou seja, a maior autoridade para ditar o que é (ou não) um efeito social de um empreendimento está situada na sede administrativa na empresa.

As atribuições dos profissionais do *campo* e do *escritório* serão retomadas no capítulo 2. No entanto, por ora é válido sublinhar que a atribuição “administrativa” ou “gerencial” das ações ambientais de um empreendimento é uma característica privilegiada do *escritório*. Isso porque no *escritório* estão concentrados os profissionais mais habilitados para gerenciar o número infindável de informações ambientais produzidas pelos profissionais do *campo* em suas atividades periódicas de coleta de dados e pesquisas de monitoramento sobre os ambientes físico, biótico e socioeconômico, embora o *campo* tenha papel fundamental na montagem desse quadro gerencial a partir do seu fornecimento de dados (ver Diagrama 2).

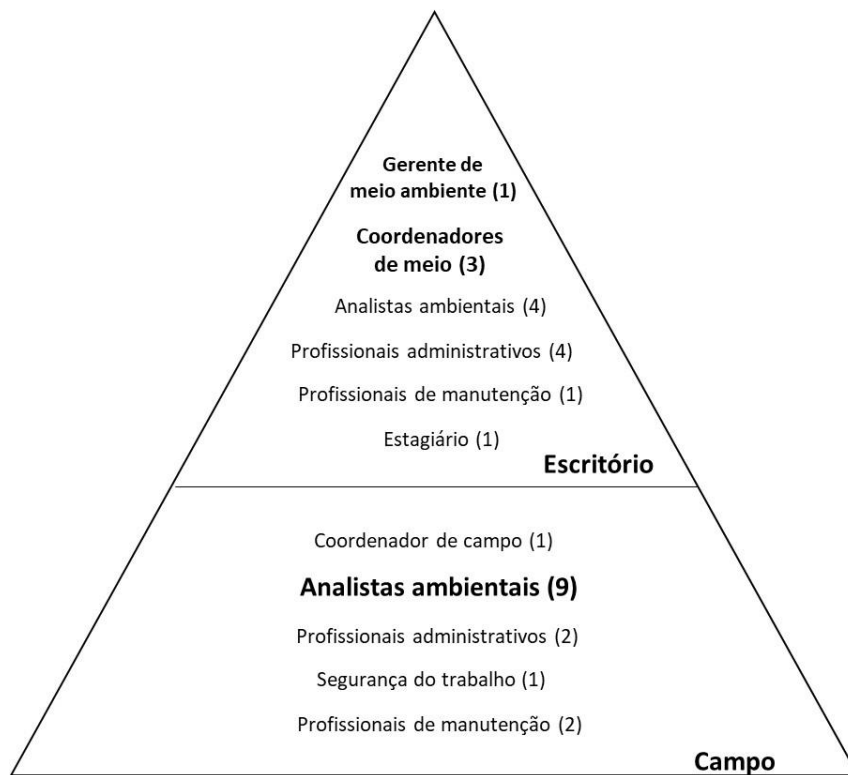


Diagrama 1 – Distribuição de cargos entre o *campo* e o *escritório*.
Reprodução do autor com base nos dados de campo.

O *escritório* da consultoria em Belo Horizonte era o local de trabalho do técnico responsável pela gestão do banco de dados do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande (PGIVG), bem como do geógrafo responsável pela gestão do banco de dados georreferenciados do PGIVG. Esses profissionais eram fundamentais para a gerente de meio ambiente e para os coordenadores de meio. Era importante para a gerente e os coordenadores manter o acesso rápido e remoto das informações produzidas pelas equipes de *campo*, fosse para confeccionar relatórios para órgãos ambientais, para responder às demandas dos contratantes ou prestar informações a outros atores do seu interesse.

No caso Belo Monte, a dinâmica *campo / escritório* era um aspecto generalizado da estrutura das empresas prestadoras de serviços ambientais. A empresa responsável pela coordenação dos programas do meio socioeconômico da usina possui sede na cidade de São Paulo. A empresa responsável pela execução de uma série de programas do meio biótico também possui sede em São Paulo. O mesmo se verificava para a empresa responsável pelas atividades de prospecção e resgate arqueológico. A empresa responsável pelo cadastro socioeconômico possui sede em Florianópolis. A empresa executora das ações de comunicação social possui sua sede em Brasília. A empresa responsável pela gestão do Plano Básico Ambiental possui sede em Belo Horizonte.

A concentração do alto escalão dessas empresas em grandes capitais brasileiras faz dessas cidades verdadeiros centros de controle do mercado de prestação de serviços ambientais. Um cenário que condiz com a descrição que Sassen (2001, 2004) faz das “cidades globais”, termo utilizado pela autora para descrever o papel de integração organizacional do capitalismo mundial assumido pelos grandes centros metropolitanos a partir dos anos 1980. Segundo Sassen, após a fragmentação e dispersão geográfica das atividades econômicas, o advento das tecnologias de informação e o aumento da mobilidade ou liquidez do capital, nas grandes cidades estão concentradas as atividades de gestão, coordenação e financiamento da rede de operações transnacional das grandes corporações.

Essa centralização se faz ainda mais nítida quando a realidade das operações transfronteiriças dessas empresas é a Amazônia. Como demonstrou Nugent (2002), as elites da Amazônia, i.e., o grupo social cujas decisões afetam crucialmente a vida das comunidades ali residentes, são acessadas antes entre as “posições gerenciais” de um “sistema em grande parte administrado a distância” (ibid.: 65-72). Isso não significa dizer que não existam elites locais na Amazônia que se beneficiam dos investimentos de grupos supralocais, mas afirmar que a agenda crucial da região é definida desde outro lugar, a partir da autoridade tecnocrática voltada

para sua inserção em um modelo de desenvolvimento nacional (ibid.: 61-63). Nessa conjuntura, o território amazônico passa a ser administrado de acordo com protocolos distantes e que não conferem protagonismo às comunidades locais (ibid.: 67).

Se o *escritório* concentra os profissionais com prestígio, melhor remuneração e posições elevadas na hierarquia, o *campo* é onde trabalha a ralé da consultoria. Um colega, transferido para o *campo* na mesma época em que fui contratado, era um geógrafo que havia iniciado sua carreira na consultoria como *office boy* e prestava muita lealdade à empresa. A administradora do *campo* havia sido desligada de outro projeto da empresa e, para não ficar desempregada, aceitou o trabalho. Essa era a mesma situação do técnico em segurança do trabalho, também desligado de outro projeto. O *campo* também contava com dois analistas recém-graduados que tinham naquela ocupação a oportunidade do primeiro emprego. O *campo* concentrava o maior número de profissionais com cursos técnicos, ao passo que o *escritório* o maior número de pós-graduados.

É claro que havia profissionais de prestígio no *campo*, caso do coordenador de campo ou de um engenheiro florestal, ambos com longa trajetória na prestação de serviços ambientais. No entanto, esses dois profissionais eram pessoas que se sujeitavam a residir distante de seus lares, dormir em alojamentos e cumprir um regime restrito de visita a seus familiares, realizado a cada 45 dias de trabalho no *campo* para os casados e a cada 60 dias para os solteiros. Certa vez, a Norte Energia, detentora do contrato de prestação de serviços ambientais, cogitou transferir todo o pessoal do *escritório* da consultoria para o *campo*. No entanto, esse projeto nunca foi concluído, pois esses profissionais nunca abriram mão de suas posições privilegiadas na cidade, não queriam abandonar suas residências fixas, a proximidade de suas famílias, suas rotinas de vida profissional e pessoal, enfim, todo um estilo de vida particular.

O Diagrama 2 ilustra, de forma parcial, a montagem do gerenciamento ambiental de Belo Monte. O *campo*, representado pela base da pirâmide, é o lugar da coleta de “dados” sobre os efeitos sociais do empreendimento. O *escritório*, no topo da imagem, é o lugar onde os “dados” do *campo* são processados e, por sua vez, encaminhados aos contratantes, aos órgãos ambientais, aos investidores (os quais podem ser também utilizados como propaganda do empreendimento, ver capítulo 2). Nesse sentido, a produção e a circulação do conhecimento do *campo* participam ativamente da “construção da inteligibilidade técnica e política” (Abélès e Badaró, 2015: 93) da consultoria ambiental, embora a dinâmica de trabalho do *campo* da consultoria esteja repleta de contradições e fragilidades, as quais serão aqui problematizadas.

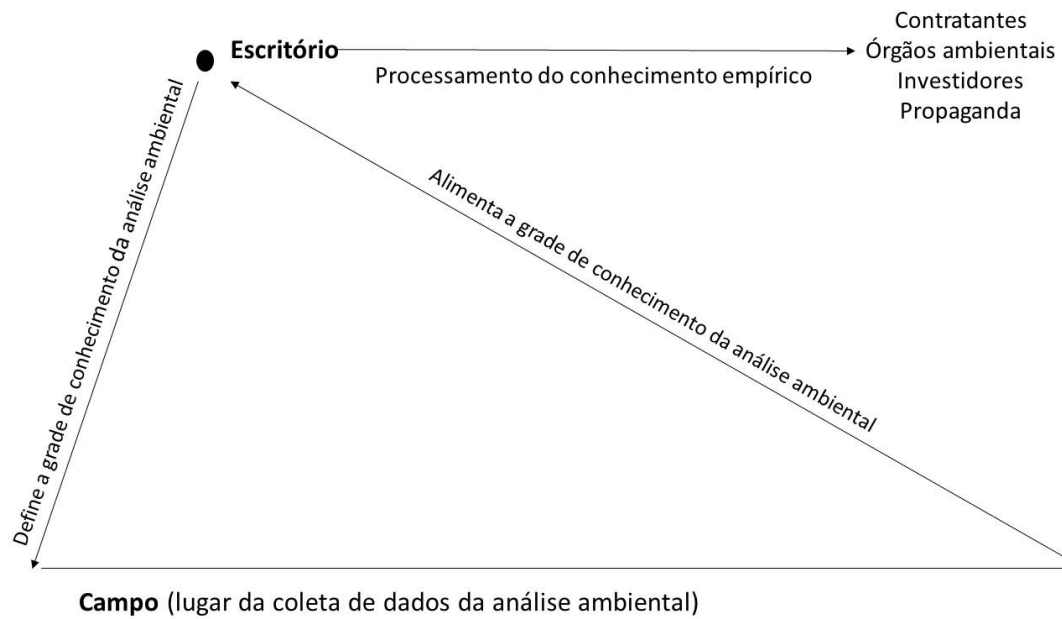


Diagrama 2 – O *campo* e o *escritório*.
Reprodução do autor com base nos dados de campo.

O *escritório* é quem define a grade de conhecimento do gerenciamento e, portanto, concentra o “poder formal e simbólico” (Mathews, 2005: 809) da gestão ambiental dos empreendimentos. Todo o instrumental de pesquisa utilizado no *campo* (como questionários, cadastros, roteiros de pesquisa etc.) é elaborado pelos coordenadores do *escritório*. O *campo*, por sua vez, é quem usa tais instrumentais e, ao fazê-lo, alimenta a grade de conhecimento do gerenciamento definida pelo *escritório*. Colocando em termos sociológicos, o *escritório* é quem define a “linguagem dominante” (Bourdieu, 2017: 431) do gerenciamento e os profissionais do *campo*, por meio de um tipo de “censura”, se veem obrigados a utilizar os termos dessa linguagem. O *escritório* é o espaço dos detentores dos “modos de produção” e dos “instrumentos” que definem os problemas ambientais dos empreendimentos (ibid.: 391), e o *campo* o espaço das “concessões [parciais] de complacência à problemática imposta” (ibid.).

Tal como argumentou Bourdieu sobre as pesquisas de opinião política (2017: 371-372), as quais, revestidas por julgamentos ou princípios considerados legítimos para a definição de um “problema propriamente apreendido como político” e produzidas por um grupo de profissionais muito específico (i.e., os “pequenos produtores de opiniões” políticas ou os “intelectuais”), essas pesquisas, recorrentemente, afastam a possibilidade de resposta sobre questões “políticas” de outros grupos – diferenciados por marcadores de idade, sexo, nível de instrução, profissão, lugar de residência etc. – que não aqueles que caracterizam o grupo que

produziu tais julgamentos. Um afastamento que é constatado na parcela importante de pessoas que se abstém de responder às questões sobre a política (ibid.: 372).

Segundo Bourdieu, tal afastamento, quando não “censura” a possibilidade de expressão da “experiência concreta” (ibid.: 374) dos pesquisados que não compartilham o mesmo “vocabulário abstrato” (ibid.: 376) da política dos pesquisadores, também os coloca “à mercê dos discursos que lhes são propostos” (ibid.: 430), promovendo, por fim, “o controle simbólico da experiência” e a “eliminação de qualquer referência direta e exclusiva à situação em sua singularidade concreta” (ibid.). Segundo Bourdieu,

A linguagem dominante [dos produtores profissionais de discursos políticos] destrói, desacreditando-o, o discurso político espontâneo dos dominados: deixa-lhes apenas o silêncio ou a *linguagem artificial*... Incapaz de transmitir algo verdadeiro, real ou “sentido”, despossa seu utilizador da própria experiência que, segundo se presume, tal linguagem deveria exprimir. Ela impõe o recurso a porta-vozes, por sua vez, condenados a utilizar a linguagem dominante – o que basta para introduzir um distanciamento em relação aos mandantes e, ainda mais grave, em relação a seus problemas e sua experiência desses problemas (ibid.: 431; ênfases no original).

A forma como as comunidades atingidas por um empreendimento se veem condenadas a se enquadrar nas categorias exíguas da gestão ambiental, reais opções de “escolha excludente” (Silva; Gonçalves; Filho, 2017: 74) de seus modos de vida e territorialidades, é recorrente. Mas esse é também o caso dos analistas de *campo*, pois eles(as), enquanto “porta-vozes” das comunidades atingidas, mas também “utilizadores” de uma linguagem que lhes foi imposta, se veem recorrentemente distanciados dos problemas ambientais ocasionados pela instalação e operação de uma hidrelétrica, bem como da *sua experiência* desses problemas.

Como os analistas de *campo*, enquanto usuários dos “produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (Certeau, 1988: xiii), se movimentam no espaço social das consultorias ambientais? Quais posições, ideias e escolhas esses profissionais podem adotar dentro desse universo limitado de ação? Como esses profissionais reagem às forças sociais atuantes nesse espaço, tais como a dominação simbólica (e gerencial) do *escritório*, o poder patronal dos empreendedores, as hierarquias internas das consultorias etc.? Com base em minha experiência de trabalho como analista de *campo* esta tese busca problematizar o movimento, na ação e no pensamento, do consultor que atua no chão da obra de uma hidrelétrica – a fim de documentar a “multiplicidade de respostas” (Wolf, 2003: 332) que o analista de *campo* pode mobilizar no “jogo do poder” (ibid.: 326) interno de uma empresa de consultoria ambiental.

Navegação social: movimento e constrangimento na consultoria

A perspectiva antropológica adotada nesta pesquisa segue os pressupostos teóricos e metodológicos que Vigh (2006, 2009, 2010) estabeleceu a partir do seu conceito de “navegação social”. Nesse contexto, alinhada à proposta do autor, o que se busca aqui é “adquirir conhecimento” sobre “três diferentes aspectos da vida social” dos analistas de *campo* das empresas de consultoria ambiental, quais sejam: “a constituição das posições sociais primárias a partir das quais eles agem; sua compreensão do movimento e [dos] “desdobramentos” do terreno social; e suas tentativas de se mover dentro dele” (2006: 32). Nesse sentido, a partir da compreensão da “posição” dos analistas de *campo*, marcada por uma conjuntura muito específica de forças, o que se busca nesta pesquisa é uma aproximação do movimento (na ação e no pensamento) que estes profissionais executam no curso de suas atividades.

No entanto, antes de avançar na análise proposta, esta seção buscará resumir as principais ideias analíticas construídas por Vigh (2006, 2009, 2010) em torno do conceito de “navegação social”, um conceito que se constrói a partir de uma analogia entre a práxis social e a navegação.

Etimologicamente, o termo “navegação” significa “ir de navio, navegar e ir pelo mar” (Vigh, 2009: 420). Dessa forma, ao invés de “designar movimento em uma superfície endurecida e solidificada, o termo designa movimento dentro de uma matéria fluida e mutável” (ibid.). Nessa perspectiva, é a premissa da navegação como um “movimento dentro do movimento” (2010: 156) que Vigh busca destacar. Uma premissa que coloca em relevo a *interatividade* entre ação e contexto, bem como a *intermorfolgia* do movimento (2009: 420), na medida em que navegamos por ambientes que variam no espaço e no tempo e que dizem respeito ao presente imediato, mas também a um futuro imaginado (2010: 151).

Um barqueiro do rio Xingu, por exemplo, se move por ambientes variados, compostos por *largos* (vide nota 5), remansos, corredeiras, canais estreitos, trechos rasos, profundos etc. Cada um desses ambientes oferece obstáculos específicos à navegação. Tais obstáculos não devem ser apenas vencidos, eles devem ser antecipados. Se o que se tem pela frente é um *largo* convém se aproximar das margens para evitar os *banzeiros*; se o que se tem pela frente é um trecho raso, convém suspender a hélice do motor. Ademais, a transposição desses obstáculos exige sintonia entre a habilidade do piloto e as características hidrológicas dos canais, pois a velocidade empregada na descida de uma corredeira, por exemplo, deve ser calculada tanto pela força do motor, como pela força da correnteza (figura 4). O curso da embarcação também não pode desobedecer aos limites do canal, pois qualquer descuido significa o alagamento.



Figura 4 – Descida de corredeira na Volta Grande do rio Xingu.
Registro do autor, outubro de 2011.

Segundo Vigh, a *interatividade* que marca o movimento da navegação (i.e., a necessidade que suas ações estejam sintonizadas ao movimento dos ambientes (2010: 158), bem como a *intermorfologia* do seu movimento (i.e., a necessidade que suas ações sejam pensadas no agora, mas também considerando muitas outras ações que estão por vir (ibid.: 151), pode ser percebida em muitas situações e contextos sociais (2009: 420). Esse é o caso do comportamento de jovens da capital de Guiné-Bissau, Bissau, com quem Vigh realizou trabalho de campo entre os anos 2000 e 2003, especialmente os jovens engajados em uma milícia armada denominada *Aguentas*, constituída durante a guerra civil no país (2006: 15). Tal milícia, embora tenha sido desmembrada com o fim da guerra, seguia produzindo redes e laços sociais entre os jovens, sobretudo pela história e posições sociais compartilhadas (ibid.: 19).

Ao contrário dos estudos que associam o recrutamento das pessoas à guerra como fruto de uma manipulação ideológica de grupos poderosos (2010: 143-144), Vigh está interessado nos “fundamentos socialmente situados que levam as pessoas” a se engajarem no conflito (2006: 11). Considerando que o contexto da juventude em Guiné-Bissau é marcado por um “espaço de restrição” e não de “oportunidades” (2010: 149), evidenciado na relação de dependência dos jovens de seus pais ou tios e pelas altas taxas de desemprego da juventude no país (ibid.), Vigh percebe que a razão do engajamento dos jovens no conflito se dá menos por uma “combinação invariável de guerra e ideologia” (ibid.: 143), que pela possibilidade de “realização social” (ibid.: 149), i.e., uma forma de os jovens acessarem os recursos (simbólicos e materiais) requeridos para se tornarem adultos e conquistarem sua independência (ibid. 148).

Nesse sentido, o trabalho de Vigh (2010) demonstra como os jovens de Bissau “navegam a guerra como um evento” (ibid.: 142, 153). Segundo o autor, a vida cotidiana da juventude em Bissau “é concebida como uma luta tenaz para persistir à dureza” (2009: 421). Isso requer de seus interlocutores esforços tanto para garantir “a próxima refeição, encontrar um emprego e sobreviver no presente”, bem como “uma tentativa incessante de descobrir maneiras de obter oportunidades de vida viáveis, valor e reconhecimento social” (ibid.). Nesse contexto, a filiação à milícia pode ser concebida como “navegação social” na medida em que é feita mediante uma “avaliação tática” sobre as “possibilidades” (presentes e futuras) que a guerra representa (2010: 153), isso é, a filiação à guerra se faz tanto como uma forma (imediate) de “sobrevivência”, como “uma possibilidade futura de tornar-se adulto” (ibid.: 159).

Não pretendo aqui reproduzir a riqueza da descrição de Vigh sobre a forma como seus interlocutores navegam a guerra em Bissau, mas apenas enfatizar que sua analogia entre navegação e o movimento social é muito pertinente para iluminarmos as possibilidades de ação de diversos atores – entre eles, os analistas de *campo* das empresas de consultoria. Pois, assim como o movimento dos nautas é pensado e executado em consonância às possibilidades do seu meio e em direção a um objetivo distante, o mesmo acontece com os agentes sociais, os quais passam muito tempo avaliando a conjuntura de seus ambientes e como suas ações irão afetar suas trajetórias de vida (2009: 422; 2010: 151). Embora tais decisões sejam limitadas pelas “forças sociais” do meio, as quais estão “além do [seu] controle” (2010: 159), elas não deixam de ser pautadas por rumos que buscam “moldar suas circunstâncias de vida” (2009: 433).

Segundo Vigh, “agimos e reagimos em relação à nossa posição atual dentro de um terreno social em resposta às limitações, possibilidades e configurações de poder atuais, mas também em relação à nossa percepção do terreno futuro e seus desdobramentos” (2010: 159). Isso não significa, porém, uma visão “vulgarmente voluntarista” da ação (ibid.: 432), pois as forças sociais e o poder implicam a realização de “desvios” ou, muitas vezes, que “deixemos de agir” (2010: 159). Tal como assinala Vigh, “nem todas as situações são navegáveis”, pois “o movimento do meio social influencia todos os nossos esforços. Ele desestabiliza nossas coordenadas e muda o mapa à medida que avançamos” (ibid.: 432). Desse modo, “a participação positiva no fluxo da vida não é apenas uma questão de vontade, mas igualmente de poder” (ibid.: 431). É o “poder embutido em nossa capacidade de definir e controlar nossos mundos sociais” (ibid.) que determina os resultados dos nossos movimentos.

Embora todas essas questões se aproximem das discussões canônicas da sociologia sobre a “dicotomia agência/estrutura” (Walsh, 1998), o conceito de navegação social inaugura

uma terceira dimensão para a compreensão do movimento social, que Vigh (2009) denomina “cocriação dinâmica de figura e fundo” (ibid.: 433), pois, se por um lado os agentes “moldam seus atos em direção ao movimento do terreno social”, por outro, eles “moldam o movimento do terreno por meio de seus atos” (2010: 153). Nesse sentido, é a forma como “as pessoas agem e moldam seus ambientes sociais em constante diálogo com a forma como o ambiente social se move”, de modo à “‘agir’ sobre eles e moldar suas circunstâncias de vida” (2009: 433), o que o conceito pretende designar. Portanto, é a *interação* dos agentes *com* as condições históricas que lhes são dadas que se pretende enfatizar. Segundo Vigh,

Invocando a "navegação", reconhecemos tacitamente que o agente está posicionado dentro de um campo de força que o move e influencia suas possibilidades de movimento e posições. No entanto, as consequências disso vão mais fundo do que apenas consertar uma falha analítica e adicionar influências externas à nossa ideia de agência. Na verdade, levar a sério a navegação implica repensar o ambiente em que se configuram e reconfiguram nossas vidas e a relação entre os dois. Onde muitas iluminações científicas sociais da prática posicionam as pessoas e seus movimentos em ambientes sociais relativamente estáveis e solidificados, os quais são descritos a partir de termos como o “solo” sobre o qual nos movemos – estruturas sociais, arenas, campos ou paisagens – algo interessante acontece quando invocando o conceito de navegação: nosso olhar analítico se move em direção à maneira como as pessoas não apenas agem, mas interagem com seu ambiente social e ajustam suas vidas à influência constante (em *potentia* e *presentia*) das forças e mudanças sociais (ibid. 433).

Nesse sentido, Vigh se opõe à metáfora do “campo” (de jogo) de Pierre Bourdieu, uma vez que a ideia de que “as pessoas agem em busca e competindo por melhores posições dentro do campo de forças em questão” (Vigh, 2010: 157) dá conotação que esses atores o fazem “sem se preocupar (ou sem se atentar) com o movimento do campo em si mesmo e como esse movimento os movem” (ibid.: 158). Ademais, a metáfora do campo “traz a imagem das pessoas interagindo umas com as outras em um campo, ao invés de interagir umas com as outras e com o campo” (2009: 427; ênfase no original). Nesse sentido, é a interação constante entre os atores e o campo social de forças em que os atores estão inseridos que Vigh pretende frisar com o conceito de navegação social.

Em resumo, o conceito de navegação social implica três pontos-chave: em primeiro lugar, ele destaca que “nós nos organizamos e agimos em relação à interação das forças e pressões sociais que nos cercam”, i.e., de acordo com nossas posições de poder (ibid.: 425); em segundo lugar, o conceito “designa a prática de nos movermos em um ambiente em movimento”, que nos move na medida em que avançamos; e, em terceiro lugar, a navegação social “adiciona uma dimensão extra à prática”, pois, na medida em que nos movemos, nossas

ações estão também ajustadas e sintonizadas “ao desdobramento do próprio ambiente e ao efeito que isso tem sobre as posições e trajetórias possíveis” (ibid.). Segundo Vigh, “o ambiente social não é estável ou estático, mas um processo de desdobramento” (ibid.: 431). As possibilidades de mapear esses desdobramentos, em que as coisas podem ou não acontecer, são as contribuições do conceito de navegação social para a análise do movimento dos atores sociais.

Dessa forma, seguindo os pressupostos metodológicos de Vigh (2006: 32), esta tese busca compreender como os analistas ambientais de *campo*, a partir de suas posições limitadas de atuação, concebem e executam seu movimento no contexto das consultorias e quais circunstâncias de suas vidas profissionais eles conseguem (ou não) influenciar. Com esses objetivos, a estrutura da tese foi pensada da seguinte forma:

No capítulo 1, pretendo mostrar como os analistas ambientais de campo *navegam* o “jogo de mitigações” (Zhouri, 2008: 99). Como demonstraram Viglio, Monteiro e Ferreira (2018), o poder de influência dos profissionais que se engajam com o licenciamento ambiental se restringe às “ações de adequação ambiental” (ibid.: 2; Zhouri, 2008). Isso porque esses profissionais não participam ou influenciam as “decisões estratégicas sobre a concepção e localização do empreendimento, tomadas em outra arena que não a do licenciamento” (Viglio, Monteiro e Ferreira, 2018: 2), nomeadamente os espaços restritos de empresas privadas e agências estatais. Como já destacara Fearnside e Laurence (2012), um dos problemas do licenciamento “é que poderosos grupos de interesse, a favor de construção de cada projeto, são mobilizados antes de os impactos ambientais e sociais serem avaliados” (ibid.: 89). Nesse contexto, o capítulo 1 é uma descrição de algumas situações de trabalho do analista de *campo* nessa configuração restrita de atuação.

O capítulo 2 explora as ações dos analistas de *campo* em relação aos profissionais do *escritório*, de modo a explorar os aspectos intermorfológicos da prática desses profissionais, expressos no seu esforço (na maioria das vezes, frustrado) para participar e influenciar as decisões nas altas hierarquias da consultoria. Essa descrição revela pontos importantes sobre a montagem dessas empresas, as quais, embora estruturadas sobre uma hierarquia rígida, apresentam um “caráter fragmentário, disperso e heterogêneo” (Abélès, Badaró, 2015: 95). Com a ajuda do modelo das “variações de escalas” (Revel, 2010), o capítulo 2 explora a fragmentação, a dispersão e a heterogeneidade das práticas da consultoria, as quais são percebidas quando se observam suas “mais finas ramificações” (ibid.: 441).

O capítulo 3 considera algumas das fragilidades do conceito de navegação social as quais, segundo Vigh (2009), estão relacionadas à sua ênfase de que os ambientes estão em

movimento, quando, na realidade, tais ambientes podem ser “cíclicos e ou relativamente estáticos” (ibid.: 430). Nesse sentido, o capítulo 3 explora a forma como qualquer possibilidade de cocriação dos ambientes sociais das consultorias feitas pelos analistas de *campo* esbarra nas dimensões normativas da empresa, as quais estabelecem a omissão sistemática dos efeitos sociais dos empreendimentos. O objetivo do capítulo 3 é problematizar como essa omissão é reproduzida, não apenas por meio de documentos escritos, mas a partir de uma série de padrões de comportamento (Cohen, 1978) que articulam as emoções, as atitudes e as práxis corporais dos consultores às fronteiras de ignorância e conhecimento mantidas pelos empreendedores.

Os capítulos 4 e 5 exploram a forma como as realidades fictícias dominantes do *escritório* trabalham para distanciar os analistas de *campo* dos problemas ambientais de uma hidrelétrica que são por eles(as) experimentados. Como pretendo enfatizar, esses distanciamentos se tornam recorrentes na interlocução do analista de *campo* com os povos indígenas da Volta Grande, embora a hesitação ou a perplexidade gerada nessas relações os forcem a uma negociação. Explorar a forma como os consultores negociam essa hesitação no curso de suas atividades é o objetivo dos capítulos 4 e 5. Quais as possibilidades de ação que se abrem para o antropólogo que participa, *junto* com os consultores, desses momentos de hesitação?

O capítulo 6 descreve o caso da minha retenção na aldeia Mĩratu, na Volta Grande, após uma tentativa frustrada de apresentar o Sistema de Transposição de Embarcações (STE) aos Juruna (Yudjá). Conforme será descrito, a apresentação do sistema à comunidade visava tão somente à garantia da consecução do cronograma de instalação da usina e não a comunicação plena aos indígenas sobre o funcionamento do dispositivo. A descrição desse caso e de seus desdobramentos (que culminaram num processo de criminalização dos indígenas) coloca em relevo o abandono dos direitos e garantias que o licenciamento estabelece com as populações indígenas e como esse abandono é “capaz de potencializar atitudes que envolvem o uso ou a ameaça do uso da força” (Santos, 2014: 146) por parte da empresa empreendedora e seus aliados contra essas populações.

Todos os capítulos têm em comum a ideia de descrever os “aspectos processuais das práxis” (Vigh, 2010: 157) da consultoria, com enfoque nas “interações” que os analistas de *campo* estabelecem com as “condições que moldam [su]as situações” (Feldman-Bianco, 1987: 21, 24-25). A ideia é captar a “fluência e o movimento” (ibid.: 23) desses profissionais, com ênfase na variação, na contradição, no conflito entre normas e regras estabelecidas, bem como nas manipulações, estratégias e escolhas possíveis (ibid.: 24). Tal abordagem coloca os analistas

de *campo* “no coração dos processos sociais” (Revel, 2010: 442), mas sem atribuir a eles uma capacidade extraordinária de exercer opções (Feldman-Bianco, 1987: 24), pois o importante aqui é saber quando podem e quando não podem escolher (Lévi-Strauss, 2008: 324).

Enfim, numa abordagem autobiográfica ou de “biografia modal” (Levi, 1996: 175), meu esforço nesse trabalho é “enunciar... as normas e as regras sociais” (ibid.) das empresas de consultoria ambiental – tais como as estruturas patronais que regem a prática de prestação de serviços ambientais ou a autoridade exercida pelo *escritório* sobre o *campo* – para, em seguida, apresentar as formas como os analistas de *campo* “intervêm” (ibid.) nessa realidade, com todas as limitações do seu movimento. Nesse contexto, com a ajuda decisiva da minha orientadora, o que se pretende aqui é relatar, tendo eu como principal informante, as “colocações e deslocamentos” (Bourdieu, 1996: 190) que os analistas de *campo* fazem no “espaço social” (ibid.) das empresas de consultoria.

Contendo o ímpeto narcisista e hagiográfico que marcam a produção de textos biográficos (Pereira, 2000: 120, 124), o que se buscou aqui foi menos apresentar uma trajetória de “vida exemplar” (ibid.: 124), mas aproximar o leitor das dúvidas, das incertezas, das fragilidades e, até mesmo, da inércia (Levi, 1996: 180) que marcam a experiência do consultor de *campo*. São as frustrações, os desapontamentos, as aflições e as ansiedades o que interessa problematizar neste trabalho. Todos os “dados” aqui reunidos – e.g., as conversas de e-mail entre o analista de *campo* e funcionários de órgãos ambientais, as conversas entre o analista de *campo* e seus superiores, os recortes de anotações feitas de diários de *campo*, os registros em áudio de pesquisas com as populações atingidas etc. – tiveram como objetivo aproximar o leitor desses sentimentos derivados do *movimento* desses profissionais em seus terrenos de atuação.

Breve nota sobre o processo de pesquisa

Conforme mencionado, esta tese trata da produção de uma etnografia das práticas de consultoria ambiental em Belo Monte a partir da minha experiência como um dos praticantes desse campo. Nesse contexto, o presente trabalho se insere num campo de pesquisa no qual as narrativas etnográficas são construídas a partir do uso de dados e da reflexão sobre experiências profissionais pretéritas (Cf. Mosse, 2005; Uchiyamada, 2007; Bronz, 2016). Tais estudos têm como característica uma abordagem na qual as relações sujeito-objeto se entrelaçam, na medida em que os antropólogos se tornam parte das comunidades estudadas, bem como dos processos e das redes de relações que buscam descrever e analisar (Bronz, 2016: 42).

Um dos expoentes desse campo é Mosse (2005). Após anos de envolvimento direto e regular num projeto de “desenvolvimento” em zonas rurais da Índia (entre 1990-1997), atuando como consultor em antropologia para o *UK Department for International Development*, Mosse decidiu analisar sua experiência profissional desde uma perspectiva antropológica. Seu livro *Cultivating development* é resultado desse exame. Outro expoente é Bronz (2016). A partir da sua atuação como consultora em empresas de consultoria ambiental no Brasil, Bronz resolveu assumir sua posição profissional como lugar de observação para acessar e etnografar o meio empresarial e o conjunto de práticas atreladas ao licenciamento ambiental. Sua tese de doutorado em antropologia é um dos resultados dessa pesquisa (Bronz, 2011).

Ambos os trabalhos estabelecem uma nova base interpretativa para a antropologia, em que os relatos são estruturados tanto pela investigação social quanto pela experiência vivida dos autores em trajetórias profissionais bem específicas. Um duplo movimento que é marcado por uma relação de trabalho e intervenção, a que Bronz (2014) denomina “observação-intervenção” (ibid.: 223): “Agindo e trabalhando como consultora, ocupei o lugar de agente das ações e processos que analisei como pesquisadora, ou seja, tornei-me uma observadora posicionada no interior da rede de relações e conexões de meu campo de estudos” (2016: 42); ou o que Mosse (2005) designa como *participant-insider*, i.e., uma etnografia em que o autor é o principal informante (ibid. ix). Como destaca o autor, “eu [o autor da etnografia] apareço como o sujeito foucaultiano, ao mesmo tempo, dentro e fora do discurso” (ibid.: xi).

Ao ler ambos os autores, aprendi que poderia fazer uma “etnografia em que eu mesmo fosse o principal informante” (ibid.: ix), ao mesmo tempo em que, baseada em uma experiência de vida, fosse também comprometida com o rigor de uma pesquisa em antropologia, empenhada pela comparação das evidências coletadas em campo com outros trabalhos etnográficos, além de fundamentada por uma experiência de longa data e multissituada entre um grupo muito específico de pessoas (ibid.). Nesse contexto, a partir do lugar que ocupei no interior de uma empresa de consultoria ambiental, busco desenvolver uma análise crítica e uma descrição densa do universo cultural dos profissionais reunidos em torno dessa prática, sem, contudo, abrir mão da interlocução com a minha própria experiência, bem como das minhas próprias reflexões, as quais tiveram início, propriamente, *no curso* da minha atividade como analista de *campo*.

Aproximar dessas (auto) reflexões é uma forma de aproximar o leitor dos sentimentos derivados do *movimento* dos consultores ambientais em seus terrenos de atuação. Desse modo, o que se verá adiante é a reconstrução de algumas situações reais e particulares da prática da consultoria ambiental em Belo Monte em que tais sentimentos ou emoções foram observados.

Tal reconstrução foi feita a partir das anotações mais informais do dia a dia da prática de consultoria, reunidas por mim durante minha experiência de trabalho. Tal como Bronz (2013), eu possuía uma série de cadernos de campo onde anotava, não somente os meus afazeres ordinários, como também as reações dos meus colegas durante a rotina de trabalho, as quais, de certo modo, me causavam estranhamento (ibid.: 39-40).

Ademais, a exemplo de Mosse (2005: viii), um grande número de documentos das consultorias (textos, imagens, áudios de pesquisa, relatórios técnicos etc.), também reunidos ao longo de minha trajetória como analista de *campo*, foi revisitado para recontar as situações de trabalho ora apresentadas. Por fim, uma viagem a Altamira, entre junho e julho de 2016, colaborou para a presente descrição. Nessa viagem, tive a oportunidade de conversar com antigos colegas da consultoria ambiental, com pessoas atingidas por Belo Monte, com funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além de pesquisar os autos do inquérito policial aberto pela Delegacia de Polícia Federal (DPF) de Altamira para apurar suposto crime de sequestro praticado por lideranças indígenas envolvidas na retenção, minha e de demais consultores e técnicos da Norte Energia, em junho de 2013, na aldeia Miratu (ver capítulo 6).

Enfim, recentemente li que o trabalho do antropólogo se trata do estabelecimento de um “acoplamento participativo, na ação e no pensamento, de observador e observado” (Ingold, 2020: 89), a fim de conhecer as “tarefas da vida cotidiana no campo” (ibid.). De acordo com Ingold (ibid.), é somente a partir do “envolvimento mútuo, na percepção e na ação, de modo que observador e observado” se tornem indistinguíveis (ibid.: 100), que o conhecimento sobre determinadas práticas e processos sociais pode florescer. Definitivamente, tive essa possibilidade elevada pela dupla relação como consultor ambiental e autor de uma etnografia sobre esse grupo de profissionais. Talvez seja esse o ganho da autoetnografia. Embora esta tese seja também escrita para reforçar esse aspecto da antropologia, qual seja o estabelecimento de um acoplamento íntimo, na ação e no pensamento, com nossos interlocutores, que esteja mais preocupado com a sua existência, que com a sua essência, com o seu movimento, que com a sua rigidez, com a sua vida, que com a metafísica (ibid.: 55, 89) impressa, todavia, nos métodos e modelos de análise social.

Capítulo 1 – Movimento social e o jogo de mitigações

A sociologia do licenciamento ambiental (Zhour, Laschefski e Paiva, 2005) tem demonstrado como uma realidade adequada do meio ambiente se abate sobre os processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos. Isso porque os profissionais que engajam nesse campo não possuem poder de influência sobre as “decisões estratégicas sobre a concepção e localização do empreendimento”, as quais são “tomadas em outra arena que não a do licenciamento”, nomeadamente os espaços restritos de empresas privadas e agências estatais (Viglio, Monteiro e Ferreira, 2018: 2). Nessa conjuntura, as discussões mais amplas sobre a viabilidade dos empreendimentos *vis-à-vis* “os potenciais ecológicos de produção do lugar e as condições sociais e culturais das populações envolvidas etc.” (Zhour, 2008: 104) cede lugar à proposição de medidas mitigadoras ou compensatórias, “desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário” (ibid.: 100).

Isso restringe o poder de influência de muitos dos profissionais que se engajam com o licenciamento a um “jogo de mitigações” (Zhour, op. cit.: 99), isso é, à adoção de ações restritas a uma cartilha composta pelas medidas de mitigação e compensação ambiental dos empreendimentos (Viglio, Monteiro e Ferreira, 2018). Este capítulo tem como objetivo problematizar a forma como os profissionais de *campo* das consultorias se movem nesse espaço restrito de atuação. Partindo da descrição de uma reunião dos consultores ambientais com a diretoria construtiva da Norte Energia (a concessionária de energia responsável pela construção de Belo Monte), busco relatar como os analistas de *campo* reagem às pressões dos mais altos cargos de poder de uma empresa empreendedora do setor elétrico e quais táticas buscam executar para influenciar o movimento do seu meio social.

Reunião com a diretoria construtiva de Belo Monte

Como mencionado, em outubro de 2010 aterrissei na cidade de Altamira para trabalhar como analista de *campo* em Belo Monte. Minha primeira atividade foi a realização do levantamento de referência das condições de navegabilidade das populações da Volta Grande. Essas informações eram de extrema relevância para o licenciamento da obra, uma vez que o seu projeto construtivo previa a instalação de um Sistema de Transposição de Embarcações (STE) – um dispositivo a ser instalado na altura da barragem principal da usina, no rio Xingu, como medida mitigatória para a manutenção dos deslocamentos fluviais entre as localidades a

montante e a jusante do barramento – conforme determinado pelas licenças prévia e de instalação da usina (IBAMA, 2010, 2011).

Nesse contexto, era do interesse da concessionária de energia conhecer, de modo mais pormenorizado, os tipos embarcação que navegavam o trecho e, principalmente, a frequência de seus deslocamentos, para que se pudesse dimensionar adequadamente a estrutura construtiva do STE. Assim, minhas primeiras atividades em *campo* consistiram da realização de pesquisas sobre as condições de navegabilidade e escoamento da produção via fluvial na Volta Grande, as quais estavam orientadas para subsidiar o projeto de engenharia do sistema provisório de transposição de embarcações, de modo a melhor dimensionar sua estrutura de acordo com as características locais dos deslocamentos fluviais.

O trabalho de levantamento de referência resultou na elaboração de uma série de “fichas técnicas das embarcações”, as quais detalhavam a arquitetura e engenharia naval das embarcações, calado, linhas de flutuação, propulsão, ano de construção, finalidade dos deslocamentos, tipos de cargas transportadas, capacidade de passageiros, sazonalidade dos deslocamentos, bem como a média de deslocamentos realizados diariamente no trecho no barramento principal da usina (Norte Energia, 2011d: 107-149). Enfim, a ideia era apresentar as características das embarcações da Volta Grande que poderiam subsidiar a projeção do dispositivo provisório do STE.

O planejamento construtivo de Belo Monte previa a construção de dois dispositivos para a transposição de embarcações: um provisório e outro permanente (Norte Energia, 2011c). O primeiro deveria ser implementado durante a primeira fase de obras em resposta ao barramento parcial do Xingu a partir do lançamento das primeiras ensecadeiras.⁷ Nessa fase, prevista para jan. 2013 a dez. 2015, o barramento parcial do Xingu, ao bloquear o fluxo fluvial nos canais de escoamento da margem esquerda, concentraria toda a vazão do rio no canal da margem direita, o que inviabilizaria a navegação no local em decorrência do aumento da velocidade das águas no trecho fluvial, principalmente no período de cheia. Daí a necessidade do funcionamento do STE provisório. Já o STE permanente entraria em ação na segunda fase construtiva, a partir de dez. 2015, após a conclusão do barramento do Xingu, o que requereria uma estrutura distinta.

⁷ Ensecadeira é “anteparo provisório estabelecido num curso de água para pôr seco um ponto onde se pretende edificar” in Dicionário Priberam. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/ensecadeira>. Acesso em 20 abr. 2019.

O STE provisório previa a operação de um sistema tipo “sirga” para as embarcações de médio e grande porte identificadas na região.⁸ Tal sistema havia sido projetado para rebocar as embarcações, com um cabo de aço, contra a forte correnteza que se formaria no canal da margem direita do rio. Já o STE permanente tratava-se de um sistema de transposição por tração terrestre via carretas para as pequenas embarcações e o uso de Travellift (um sistema de suspensão de embarcações da água geralmente utilizado em marinas) para as embarcações de médio e grande porte, sendo que a opção para as pequenas embarcações já deveria estar disponível durante a primeira fase de construção da usina.

No entanto, durante as duas apresentações do STE provisório a um grupo muito restrito de barqueiros da Volta Grande,⁹ o projeto de engenharia do sistema sirga foi amplamente rechaçado pelos barqueiros locais. Uma vez que os engenheiros da obra não só ignoraram as características da construção e arquitetura naval das embarcações de médio e grande porte da Volta Grande, a maioria delas calafetadas com madeira e com baixas linhas de flutuação, as quais não iriam suportar o reboque pela forte correnteza que se formaria ao longo do canal da margem direita do Xingu. Como, também, ignoraram, mesmo sendo detentores da “caracterização hidráulica” do Xingu (ELETROBRÁS, 2009b: 102-115), que o fundo pedregoso do rio, na altura do barramento, geraria fortes ondulações na superfície fluvial (denominada localmente como *galões d’água*, ver figura 5). Um cenário que agravaria o risco de as embarcações relativamente frágeis e com baixas linhas de flutuação serem alçadas pelo sirga.

Na reunião de 9 de fevereiro de 2012, realizada na Terra Indígena Paquiçamba, um renomado piloto de embarcações da Volta Grande, José Carlos Arara, líder da Terra Indígena Arara da Volta Grande, asseverava aos engenheiros da usina para que seu conhecimento sobre o rio Xingu não fosse desprezado: “A tecnologia está avançada, mas o conhecimento que temos não pode ser ignorado” protestava José Carlos Arara contra a arbitrariedade dos engenheiros.¹⁰

⁸ As embarcações de médio e grande porte identificadas na Volta Grande pelos levantamentos de referência variavam entre barcos de madeira e de ferro com capacidade de carga entre 6 até 15 toneladas; e balsas com capacidade para até 35 t.

⁹ Conforme será retomado nos capítulos 3 e 6, as únicas duas apresentações do projeto de engenharia do STE provisório ocorreram para um grupo muito restrito de barqueiros. Grande parte da população da Volta Grande, especialmente aquelas residentes à jusante do barramento principal da usina, foram privadas dessas informações, uma vez que apenas duas reuniões de apresentação do dispositivo, ocorridas em 26 de julho de 2011 e 9 de fevereiro de 2012, foram realizadas, a primeira em Altamira, e a segunda na Terra Indígena Paquiçamba, respectivamente. Comunidades ribeirinhas como a Ressaca, Ilha da Fazenda, Bacajá, Pirarara, Caitucá, Jericoá, entre outras, não receberam reuniões de apresentação do STE provisório.

¹⁰ José Carlos Arara morreu de Covid-19, em 9 junho de 2020. Durante a instalação de Belo Monte, enquanto a principal liderança da aldeia Terra Wangã, José Carlos foi o principal interlocutor da aldeia nas tratativas pelo cumprimento das ações de mitigação e compensação ambiental do empreendimento. Em junho de 2016, estive com ele e o então coordenador da Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio (CTL-FUNAI), em Altamira, quando conversamos sobre o caso da minha retenção da Terra Indígena Paquiçamba, em julho de 2012 (ver capítulo 6). Discutimos o processo de criminalização

No momento da sua fala, ele se opunha aos cálculos apresentados pelos engenheiros de Belo Monte sobre a velocidade máxima que as águas do Xingu alcançariam no seu canal da margem direita, após o barramento parcial do rio. Com base nesses cálculos, os engenheiros afirmavam que o sistema sirga poderia operar de modo a garantir os deslocamentos fluviais das embarcações de médio e grande porte da região.

No entanto, não era só a velocidade máxima das águas que compunha o universo das variáveis da navegação na Volta Grande, pois era também necessário considerar as características da construção naval das embarcações, bem como a formação dos *galões d'água* naquele trecho do canal fluvial, um tipo de conhecimento somente acessado pelo saber local dos barqueiros. Assim, a fala de José Carlos Arara refletia um momento em que os barqueiros lançaram uma série de dúvidas com relação ao projeto de engenharia do STE provisório, as quais também incluíam:

- Questões sobre os procedimentos de segurança e sinalização do dispositivo, no sentido de estabelecer a aproximação segura das embarcações ao local da transposição;
- Dúvidas sobre o horário de funcionamento do sistema, considerando a necessidade de deslocamentos emergenciais durante a noite;
- Incertezas sobre o que aconteceria em caso da paralisação do sistema, de modo a garantir o “direito de ir e vir” dos barqueiros;
- Se haveria necessidade de descarregar as embarcações durante a transposição;
- Se em caso de danos à embarcação e suas cargas durante a transposição quem iria reparar.

O conhecimento local dos barqueiros da Volta Grande fez a diretoria construtiva de Belo Monte abandonar o dispositivo provisório tipo sirga no local previsto para o barramento, passando a incluir, já na primeira fase de construção da usina, a operação do dispositivo permanente. Um sistema que, conforme mencionado, previa a transposição das embarcações de pequeno, médio e grande porte da Volta Grande via terrestre, pela margem direita do rio Xingu, com o uso de carretas (para as pequenas embarcações), além da operação de um dispositivo Travellift (para as embarcações de médio e grande porte da região). Contudo, a decisão para a construção das estruturas do STE permanente ainda na primeira fase de instalação da usina não foi uma decisão informada pela boa vontade dos engenheiros.

dos protestos indígenas pelo não cumprimento de condicionantes ambientais de Belo Monte. José Carlos estava visivelmente cansado e desapontado com sua luta pelo cumprimento de condicionantes ambientais da usina, algumas delas nunca saíram do papel, como a instalação de um sistema alternativo de captação de água na aldeia Terra Wangã para substituir o consumo direto de água do rio Xingu, que, até junho de 2016, não havia sido construído. Seu descontentamento também se dava pelo fato de, recorrentemente, ter seus protestos criminalizados. No capítulo 6, retomo o tema da criminalização dos indígenas.



Figura 5 – *Galões d'água.*
Registro do autor, janeiro de 2011.

Em 23 de abril de 2012, a gerente do departamento de meio ambiente, o coordenador de socioeconomia da consultoria e eu participamos de uma reunião com integrantes da diretoria construtiva da Norte Energia. Na ocasião, uma sala repleta de homens, a maioria deles aparentando ter mais de sessenta anos de idade por suas cabeças brancas, nos aguardava para debatermos a pauta que nos havia sido apresentada, qual seja o Sistema de Transposição de Embarcações (STE) provisório (nos bastidores da consultoria, se dizia que a Norte Energia, a concessionária de energia de Belo Monte, era comandada por profissionais aposentados de empresas estatais do setor elétrico. Daí, talvez, a idade avançada de sua diretoria construtiva).

O clima da reunião era intimidador. Eu tinha 30 anos de idade na época. Meus chefes, a gerente de meio ambiente e o coordenador de socioeconomia entre 45 e 50 anos. Nossa participação naquela reunião era apenas uma das pautas da diretoria construtiva, que já se encontrava reunida antes da nossa chegada. Quando adentramos a sala do encontro, que ficava no prédio da concessionária em Altamira - PA, todos os membros do corpo diretivo da empresa já nos aguardam numa mesa redonda. Salvo engano, a gerente de meio ambiente era a única mulher no recinto e eu era, certamente, a pessoa mais jovem. Aquela reunião foi o único momento que eu tive para interagir com os agentes mais poderosos da Norte Energia durante meu trabalho em Belo Monte, pois essa interação era sempre realizada por meus superiores.

A reunião se dava após o rechaço dos barqueiros da Volta Grande ao STE provisório (o sirga). Como integrantes da equipe técnica responsável pelo mapeamento das condições de navegabilidade e escoamento da produção das populações da Volta Grande esperávamos

receber alguma resposta dos responsáveis pela usina sobre os apontamentos dos barqueiros locais, bem como a proposição de outro sistema provisório que deveria operar durante a primeira fase do barramento do Xingu pela usina.

Contudo, para nossa surpresa, o alto escalão da concessionária, de posse dos nossos relatórios e documentos técnicos,¹¹ não oferecera nenhuma resposta aos questionamentos dos barqueiros, mas nos questionaram sobre a viabilidade de elaborarmos um “plano B” para a acessibilidade das populações da Volta Grande com o pretexto de que o STE provisório não ficaria concluído durante a primeira fase de lançamento das ensecadeiras. A ideia dos engenheiros era ofertar transportes terrestres à população até que o dispositivo permanente fosse concluído, em data que não nos foi apresentada. Uma decisão que afetaria diretamente o livre fluxo das embarcações nos trechos fluviais próximos ao barramento.

É importante notar que, a partir da data da realização daquela reunião, e seguindo o cronograma da entrega do STE provisório à população, previsto no licenciamento da usina (IBAMA, 2011; Norte Energia, 2011b: 423), a diretoria construtiva da concessionária tinha dois meses para apresentar o projeto final do STE provisório ao IBAMA.¹² Assim, a ausência de um desenho final do sistema, ou mesmo a proposição de um plano B para a acessibilidade temporária das populações da Volta Grande, representava um claro descumprimento das medidas e dos prazos das ações ambientais do empreendimento, uma decisão que poderia afetar a mobilidade de aproximadamente três mil pessoas que vivia a jusante do reservatório da usina, no rio Xingu, e que dependia navegação para seus deslocamentos.

Nesse cenário, os consultores presentes naquela reunião, sobretudo a gerente de meio ambiente e o coordenador de socioeconomia, se opuseram à posição da diretoria construtiva. Afinal, a proposição de um plano B para a acessibilidade das populações da Volta Grande não apenas contrariava uma condicionante específica do licenciamento ambiental da usina (que previa a manutenção dos deslocamentos fluviais), como era totalmente ignorante ao que havia sido apresentado nos resultados das pesquisas sobre a navegabilidade e as condições de escoamento da produção na região – as quais identificavam uma infinidade de deslocamentos fluviais na Volta Grande, os quais poderiam ser abarcados na média diária “de pelo menos 44 passagens de embarcações pelo local do barramento” (Norte Energia, 2011d: 102).

¹¹ Um primeiro relatório técnico do Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção (PMNCEP) havia sido apresentado a Norte Energia e ao IBAMA em dezembro de 2011 (Norte Energia, 2011d).

¹² Conforme o cronograma do Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações (PMDTE) (Norte Energia, 2012b: 423), o prazo para a apresentação do projeto do STE provisório era junho de 2012.

Esse número representava não apenas o deslocamento das populações que não possuíam outras formas de acesso que a via fluvial para a manutenção de suas condições de vida e produção na Volta Grande, mas um amplo número de deslocamentos de prestadores de serviços de transporte fluvial na região, cujas atividades, além de representar suas principais fontes de renda, contribuía intensamente para a manutenção de atividades produtivas locais, fosse pelo escoamento da produção ou pelo abastecimento de mercadorias aos comércios. Nesse contexto, a proposta da diretoria construtiva da Norte Energia era totalmente descabida. No entanto, do seu ponto de vista, a suspensão do STE provisório e a colocação em prática de um plano B para a acessibilidade era uma tentativa de não comprometer o cronograma construtivo da usina.

Conforme mencionado, o sistema provisório tipo sirga havia sido rechaçado pelos barqueiros da Volta Grande. Isso fez a diretoria construtiva perceber que a alternativa técnica para a manutenção dos deslocamentos fluviais na Volta Grande seria a instalação do STE definitivo, ainda na primeira fase do lançamento das enscadeiras de Belo Monte. Dessa forma, a alternativa para “manter” a navegabilidade na Volta Grande, ainda na primeira fase do barramento do rio Xingu, seria a construção do dispositivo de transposição de embarcações permanente – o qual utilizaria dois dispositivos de tração terrestre, pela margem direita do rio Xingu, para a transposição das embarcações.

No entanto, naquele encontro, a diretoria construtiva da barragem declarou que a construção do STE definitivo poderia representar “o atraso de mais de um ano na construção do empreendimento”, o que resultaria no descumprimento dos prazos acordados com os investidores para a entrega da energia produzida pela usina. O não cumprimento de tais prazos representaria a aplicação de multas milionárias para a concessionária. Daí a proposição de um plano B para a acessibilidade que, na visão dos construtores, manteria o cronograma construtivo de Belo Monte desimpedido, enquanto o livre fluxo fluvial das populações era barrado. Enfim, desde o ponto de vista dos diretores construtivos da concessionária, a imposição de um plano B para a acessibilidade representava a redução dos riscos financeiros da obra, a despeito do que essa decisão pudesse representar para a vida das populações da Volta Grande.

Nesse contexto, como os analistas de *campo* enfrentariam esse tipo de perspectiva que, dos altos postos de uma concessionária de energia, colocava em suspensão as responsabilidades do licenciamento no jogo das mitigações? Seria possível efetivar uma posição de contraponto àquela dos altos funcionários de uma concessionária de energia, de modo a entrar em conflito, contestar ou se diferenciar de “esquemas culturais” (Wolf, 2003: 337) que definem a Volta Grande pelo “valor de troca abstrato” (Stallybrass, 2008: 40) que ela adquire no mercado

financeiro? Ao tentar responder a essas perguntas adentramos a forma como o pensamento e a ação de alguns analistas de *campo* buscam responder à lógica econômica que domina o contexto de suas atividades.

“Por água fria para o galo cozinhar”

Após a reunião com o alto escalão da concessionária de energia de Belo Monte, e após perceber o compromisso atávico desses profissionais ao mercado financeiro, um sentimento de desesperança me pegou. Na mesma semana daquela reunião, entre os dias 26 a 30 de abril de 2012, um ciclo de apresentações dos resultados das pesquisas sobre a navegação estava previsto para os Xikrin, da Terra Indígena Trincheira Bacajá (TITB), cujos dados foram coletados no contexto da execução dos Estudos Complementares do Rio Bacajá (ECRB) (figura 6; ver capítulo 5). Contudo, qual seria a motivação de um analista de *campo* para seguir com suas atividades se ele sabe que, do lado dos grandes protagonistas dessas intervenções, existem sujeitos que, num estalar de dedos, podem suspender por completo as responsabilidades do licenciamento no jogo das mitigações?

“Por que ficar?” Como ter disposição para continuar trabalhando como analista de *campo* em um projeto da dimensão de Belo Monte, se todo o esforço para operar o jogo restrito das mitigações pode ser subitamente suspenso pela lógica do mercado financeiro? Comecei, então, a compartilhar esse questionamento com meus colegas de trabalho e percebi que essas perguntas eram feitas continuamente na intimidade de seus pensamentos. Em dado momento, uma reflexão profunda se abriu junto a uma antropóloga da FUNAI que, ao lado do IBAMA, supervisionava a execução das condicionantes para as populações indígenas atingidas pela usina Belo Monte. Como essa profissional estava alocada em Brasília, nossa conversa iniciou face a face em Altamira e terminou com longos textos de e-mail, a partir dos quais apresento a seguintes reflexões.

Quando eu fiz pela primeira vez a pergunta “Por que ficar?” a essa colega, ela havia me dado a seguinte resposta: “Porque eu acredito”. Ou seja, ela acreditava fazer parte de uma instância de mediação dos conflitos ambientais decorrentes das disputas por recursos naturais (entre o estado, o capital e as populações locais) que sua instituição representava. Nesse sentido, aquilo que Bronz (2016: 43) e Pinto (2019: 155) denominaram “crença”, a confiança compartilhada por muitos dos profissionais que se engajam no licenciamento de que é possível reduzir os efeitos sociais dos empreendimentos, é também aqui constatada.



Figura 6 – Embarcação Xikrin “Bep-D’jati”.
Registro do autor, fevereiro de 2011.

No entanto, o que eu quero suscitar ao longo da tese é que encerrar as perguntas que formulamos aos interlocutores do campo das consultorias na categoria “crença” é aceitar, como nos fala Ingold sobre o racismo, que esse “sistema de crenças” seja “intrinsecamente digno em seus próprios termos” (Thomas, 2020: s.p.), fazendo com que a antropologia se abstenha do esforço de estabelecer um “diálogo crítico” com as pessoas que compartilham dessa crença, “nem que seja apenas para firmar os fundamentos de nossa repulsa” (ibid.). Enfim, acho que a antropologia pode fazer mais perguntas ao se deparar com as crenças dos seus interlocutores, de modo a cocriar, juntamente a eles, momentos reflexivos sobre as práticas sociais. Sobretudo quando tais crenças, muitas vezes, não oferecem respostas seguras a determinados processos sociais, como o diálogo entre a antropóloga da FUNAI e o analista de *campo* revela.

Quando escutei da antropóloga da FUNAI que ela “acreditava” no seu trabalho, aquela resposta não me bastava. Em seguida, fiz a ela outra pergunta: “Acreditar basta?” Foi aí que obtive a seguinte resposta via e-mail, enviada em 2 de maio de 2012:

Por que ficar? Acreditar basta? [...] O xadrez desse processo é cruel, porque a gente está jogando com “a dona da bola”, daquelas que se a gente não jogar do jeito dela, ela acaba com o jogo. E ainda fingindo que é legal. E o que está aparecendo no futuro não é bom. Daí o que nos resta, além da tal da fé e esperança, é a tal da estratégia. É a gente pensar rápido e bem para ganharmos tempo. A gente brinca que parte do nosso trabalho é sempre tentar *por água fria para o galo cozinhar*. [...] E nisso a gente está trabalhando, subvertendo os objetivos das coisas, lembra? E nisso a gente vai continuando até a esperança acabar. [...] E ainda quando não houver esperança para enfrentar a onda, é segurar o fôlego, mergulhar, para ter uma nova estratégia. Diziam que os povos indígenas iam acabar – era até política governamental, e até hoje,

eles estão aí, nos dando altas lições. São sobreviventes. Ainda bem! Mas é claro que devemos continuar usando nossas ferramentas para a onda não acabar com tudo. Enfim [...] era isso... Mais um desabafo (ênfases minhas).

São muitas as questões colocadas nessas reflexões pela antropóloga, mas eu gostaria de insinuar que todas elas se resumem a uma proposição, qual seja “por água fria para o galo cozinhar”. Conquanto existam demandas e expectativas institucionais bastante distintas entre o posicionamento de um agente de regulação ambiental do estado (caso da antropóloga da FUNAI) e o analista de *campo* da consultoria privada, essas reflexões e o contexto em que elas foram feitas revelam propósitos práticos comuns a ambos os profissionais. Ora, descrever a atividade de regulação ambiental de um empreendimento como uma prática de “por água fria para o galo cozinhar” é o mesmo que voltar-se para o trabalho de frear a velocidade corrosiva das forças do mercado financeiro que ditam o ritmo da construção de uma hidrelétrica. Nesse contexto, sugiro indagar se “por água fria para o galo cozinhar” não seria uma perspectiva de conhecimento que muitos consultores de *campo* adotam no dia a dia do seu trabalho.

Uma perspectiva de conhecimento que, como veremos adiante, está intimamente associada a uma tentativa do analista de *campo* de se diferenciar do processo gerencial e burocrático que marca o licenciamento, bem como atrelada a uma tentativa de ganhar tempo no marco da celeridade financeira que dita a construção de uma obra de infraestrutura na expectativa de, em algum momento, incidir de forma diferente sobre o seu resultado.

Nessa proposição, é importante notar como o analista de *campo* “navega” (Vigh, 2006) o licenciamento, calculando seu movimento a partir da compreensão das forças sociais de seu terreno, e executando suas estratégias com base nos efeitos que suas trajetórias profissionais podem gerar. Afinal, a expressão “por água fria para o galo cozinhar”, endereçada no contexto de um “processo cruel” e ciente de quem definiu suas regras (“a dona da bola”), demonstra as tentativas do analista de compreender os constrangimentos que subjazem suas possibilidades de ação, mas também como essa ação é engendrada em resposta à leitura que ele faz da realidade social (“o que nos resta... é pensar rápido e bem para ganharmos tempo”). Um movimento em que os “aspectos da fundação social, tidos como dados, são colocados em questão e substituídos por interpretações e avaliações sociais reflexivas” (Vigh, 2010: 160).

Uma das críticas que se faz à economia política do licenciamento ambiental coloca em questão a estrutura desde onde essas práticas emergem. Arquitetada sob as condições de investimento e governança do neoliberalismo (Whittington, 2019), a análise ambiental no licenciamento não tem como foco a “garantia da qualidade ambiental e dos direitos de povos e comunidades tradicionais, mas a consecução dos processos administrativos em tempo

economicamente viável” (Zhouri, Oliveira, 2013: 92). Esse cenário, como apontado por Fleury (2013), inaugura uma distinção acentuada sobre o controle do tempo entre os vários atores que, no licenciamento, se encontram sob o domínio do mercado financeiro. Conforme identificado pela autora (ibid.) em sua etnografia sobre os conflitos ambientais de Belo Monte,

O tempo do projeto [de engenharia da usina] é o tempo do que é pensado de forma exógena, visando estratégias geopolíticas, e que tem que ser executado rapidamente, no ritmo do mercado. O tempo dos moradores locais, indígenas, agricultores e ribeirinhos, é o tempo lento, do rio que sempre correu, e que se deseja que sempre possa continuar correndo em seus movimentos cíclicos de cheia e seca. Dessa forma se constata, por um lado, a imposição de um ritmo acelerado por parte do programa de construção de Belo Monte, de maneira perturbadora para os moradores locais...

[N]ão apenas os habitantes de Altamira e Volta Grande do Xingu se sentem pressionados pelo ritmo imposto, mas também aqueles que se propõem realizar a mediação entre as necessidades locais e o projeto relatam angústia de se sentirem atropelados [o caso dos funcionários dos órgãos públicos de regulação ambiental] (ibid.: 140-141).

Ao “tentar por água fria para o galo cozinhar”, o analista ambiental tenta interromper a temporalidade frenética do ritmo da construção da usina, num tipo de “fricção” (Wolf, 2003: 333; Tsing, 2005) do licenciamento que entra em conflito com ou busca escapar da racionalidade desconcertante do capitalismo à qual o licenciamento deveria se ajustar. Nesse movimento, o analista se distancia, pelo menos no pensamento, da temporalidade abstrata do capitalismo que delimita o cronograma construtivo de uma hidrelétrica ao tempo economicamente viável, pois o efeito esperado de “por água fria para o galo cozinhar” é fazer com que o processo de instalação e operação de um empreendimento seja encaminhado num tempo concernente ao das populações atingidas, não o tempo dos empreendedores e seus investidores.

Nesse sentido, as reflexões acima elencadas dos praticantes do licenciamento ambiental figuram-se como a expressão daquilo que Holmes e Marcus (2005) denominaram dimensão “para-etnográfica” das especialidades (ibid.: 236). O conteúdo dessas reflexões revela uma faculdade crítica autoconsciente desses profissionais (ibid.: 237) que se arriscam a “desatar o nó” (*unwind*) (Riles, 2004) que enlaça sua atividade ao regime formalista e instrumentalista do mercado financeiro. Suas formas de expressão e representação do mundo nos fazem acessar outra “estrutura moral” que se articula a partir de outros “construtos analíticos” (Holmes; Marcus, 2005: 242), que não somente aqueles da tecnocracia. Seguindo tais construtos, novos “fatos empíricos” (ibid.) emergem das atividades desses profissionais.

Tais fatos podiam ser percebidos naquela troca de e-mails entre o analista de *campo* e a antropóloga da FUNAI. Em outro e-mail, a antropóloga avaliava o modo como “toda a informação recebida pelo órgão [produzida e repassada pelo analista de *campo*] pode[ria] se transformar em algo que, no mínimo, pudesse reverter uma situação ruim ou que serviria de subsídio para mais uma ação” e citou o caso de um ofício emitido pela instituição que eu teria “ajudado a escrever” a partir de apontamentos realizados num trabalho de campo conjunto. O ofício requeria ações compensatórias a pescadores indígenas da Volta Grande em função da perda de áreas de pesca após o início das obras da usina no leito do Xingu, uma demanda das comunidades identificada durante a visita de campo.

Após o início das obras do barramento do rio Xingu, que previa o barramento parcial do rio com o lançamento da primeira fase das ensecadeiras, o canal da margem esquerda, na altura do eixo da barragem principal da usina, denominado localmente “canal do Arroz Cru”, começou a secar, o que resultou na *expropriação* de toda a comunidade localizada às margens desse canal (Magalhães, 2017). Contudo, as demais comunidades próximas que seguiam residindo por lá (como as comunidades do Paquiçamba, Caitucá, Pirarara, Ilha da Fazenda ou a Ressaca) e que costumavam pescar no canal do Arroz Cru, tanto para subsistência quanto para fins comerciais, perderam um ponto de pesca no rio, o que comprometia suas condições de vida e de produção.

Certa vez, apresentei a demanda desses pescadores nas reuniões internas da consultoria. Um dos meus superiores questionara: “Como se compromete a pesca na Volta Grande pela perda de um único local de pesca num rio do tamanho do Xingu?” A resposta foi que tanto o esforço quanto o desembarque pesqueiro da atividade de pesca na Volta Grande deveriam ser avaliados após o fechamento do canal. Se essas comunidades passassem a capturar quantidade de peixes inferior àquela que capturavam antes do comprometimento desse ponto de pesca era de se considerar o impacto sobre aquela atividade econômica em decorrência da hidrelétrica.¹³

Na sequência do e-mail sobre o comprometimento da pesca no canal do Arroz Cru, fui informado pela profissional da FUNAI que ela acabara de receber outro ofício da concessionária de energia de Belo Monte respondendo às dúvidas que eu havia “soprado” anteriormente naquele mesmo trabalho de campo na Volta Grande. Quando pude manifestar minha preocupação sobre a possibilidade de uma embarcação com capacidade de carga para até 15 toneladas (figura 7), utilizada pelas comunidades indígenas da região para escoamento da produção de castanha, conseguir ser transportada pelo mecanismo de transposições de

¹³ É válido ressaltar que o conhecimento do desembarque e esforço da pesca das populações da Volta Grande foi uma das recomendações do IBAMA para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte (IBAMA, 2007: 35).

embarcações. Essa informação fez a FUNAI emitir um documento oficial exigindo da concessionária de energia de Belo Monte a garantia da navegação daquela embarcação.

É preciso ressaltar que essas articulações entre o analista de *campo* e a funcionária da FUNAI não acontecem “à luz do dia”. Trata-se de associações clandestinas, pois a dinâmica geral das consultorias é a dinâmica adequada do meio ambiente que tem por princípio a defesa dos interesses econômicos dos empreendedores (ver adiante) e não a associação de seu quadro profissional a outros agentes que poderiam dificultar a consecução de tais interesses, ou agravar os problemas ambientais de um empreendimento.

No início de 2012, solicitei ao Instituto Socioambiental (ISA) sua base de dados dos serviços públicos de saúde e educação da Volta Grande, especialmente nas localidades a montante de Altamira, onde o ISA possuía maior atuação. O coordenador do ISA condicionou o repasse das informações ao meu repassasse do *layout* do reservatório de Belo Monte, provavelmente para que a instituição pudesse fazer uma análise independente do número de famílias diretamente atingidas pela área alagada pelo empreendimento. Eu perguntei ao meu chefe, o coordenador de socioeconomia, se poderia repassar o arquivo ao ISA, pois a base de dados do Instituto nos era fundamental, ele disse que não e ainda me alertou para “tomar cuidado com o ISA”. Resultado, eu fiquei sem as informações e o ISA também.

Naquele momento, percebi que se quisesse estabelecer alguma relação mais direta com o ISA, ou qualquer outra instituição que colocasse em risco a administração burocrática do licenciamento, eu não poderia vincular essa conexão ao meu chefe. É no contexto de uma relação clandestina que as articulações entre o analista de *campo* e os analistas dos órgãos ambientais tomam lugar. Nesse contexto, por detrás de uma “aparente unanimidade” (Mathews, 2005: 800) das regras da consultoria, deparamos com “práticas fugitivas” (ibid.) ou um tipo de “autonomia local *de facto*” (2006: 145) que os profissionais dos níveis mais baixos levam a cabo em segredo ou distantes de seus superiores.¹⁴

¹⁴ Com base na minha experiência como consultor ambiental, acredito que essas relações clandestinas, tal como estabelecida entre o analista de *campo* e a antropóloga da FUNAI, têm menos chance de ocorrer entre os consultores e analistas de organizações não governamentais (ONG) ou movimentos sociais que são ativos na defesa dos direitos dos atingidos. O clima de animosidade entre os integrantes dessas instituições que eu vivenciei, não colabora para a sua comunicação. Certa vez eu me apresentei a um jornalista de uma ONG como “consultor ambiental”, e ele me falou se eu era “um daqueles que ficam salvando os bichinhos”, numa referência aos analistas que realizam o trabalho de “resgate da fauna” das áreas construtivas da usina. Num relato sobre a minha retenção na aldeia Miratu (ver capítulo 6), uma ambientalista escreveu no jornal Correio da Cidadania que eu estava “desfrutando da hospitalidade indígena”, demonstrando pouco conhecimento sobre o clima de tensão que representou a retenção tanto para mim quanto para os índios. Numa visita à aldeia Terra Wangã com analistas do IBAMA e da FUNAI, encontrei com ativistas de uma ONG internacional e de integrantes de movimentos sociais. Por coincidência ou não, na hora em que eu e os analistas do governo chegávamos à aldeia, os ativistas estavam de saída. Logo após o nosso desembarque, nenhum profissional da consultoria, do IBAMA ou da FUNAI se preocupou em, ao menos, cumprimentar os ativistas, somente eu. Nessa breve interação, os ativistas se referiram aos analistas do governo como “embroma” e “funerária”. Outro ativista lamentou estar de saída e disse que “toda boa intenção seria cooptada”.



Figura 7 – Embarcação “Maia” da FUNAI.
Registro do autor, abril de 2011.

Tais práticas fugitivas ou formas de autonomia local *de facto* dos analistas de *campo* estão próximas daquilo que Scott (1985) denomina “as armas comuns de grupos relativamente sem poder” (ibid.: xvi). Segundo Scott (2002), os “trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão” (ibid.: 11) geralmente não optam por uma confrontação direta com seus superiores, pois tais ações seriam perigosas, se não suicidas (1985: xv). Assim, por não ter “o luxo de uma atividade política aberta e organizada” (ibid.) ou por não dispor de “meios institucionais para agir coletivamente” (2002: 28), o que as classes subordinadas fazem para defender seus interesses, os quais lhes são sempre “vitais” (ibid.: 17), se aproxima daquilo que Hobsbawm (1973) denominou “trabalhar o sistema”... para a sua desvantagem mínima” (citando em Scott, 1985: xv).

Nesse sentido, Scott chama atenção para o “lugar” onde os conflitos de classe acontecem (2002: 17), nomeadamente o chão da fábrica da linha de montagem, o lugar onde a autonomia, os direitos, os salários e o respeito são negociados ou “estão em jogo” (ibid.). Segundo Scott, essas “armas comuns” possuem características semelhantes: elas são realizadas sem nenhuma ou pouca coordenação; elas se definem por uma forma de autoproteção ou autopreservação individual; fazem uso de redes informais de relacionamento; são mobilizadas de forma anônima, com prudência ou em segredo, com a ciência da esmagadora relação de poder de suas situações de trabalho; elas geralmente evitam a confrontação direta com a autoridade, além de projetar ganhos ou resultados sempre incertos (2002; 1985: xvi).

Embora Scott utilize o termo “armas comuns” para descrever as lutas prosaicas de trabalhadores e pequenos produtores rurais contra aqueles que querem lhes extrair o trabalho, o alimento, os impostos, os alugueis e os lucros, é o “ponto de vista mais amplo das relações de classe” da sua formulação (2002: 28) que permite estabelecer uma correlação entre as armas camponesas e as lutas cotidianas dos analistas de *campo*. Com isso, eu não pretendo afirmar que o analista de *campo* está em posição simétrica e equivalente aos camponeses, mas fazer um paralelo em outro contexto de relações de poder. Se, muitas vezes, os camponeses se vêm encurralados por regimes de poder que lhes impedem de acessar melhores condições de trabalho, de direitos, de respeito e de bem-estar e, por isso, desenvolvem pequenas táticas defensivas como a sonegação de impostos, o furto de alimentos, o “corpo mole” na execução de tarefas penosas etc. para defender seus interesses (ibid.: 12, 29), na minha experiência como analista de *campo* pude perceber o desenvolvimento de “pequenos atos” (ibid.: 26) contra o poder de mando de meus superiores.

Essas lutas eram sempre silenciosas porque, como veremos adiante, não se diz qualquer coisa a um superior, da mesma forma que não se comporta de qualquer maneira diante de um superior, seja essa superioridade expressa na figura dos chefes do *escritório* ou na figura dos profissionais da empreendedora. Nesse contexto, as lutas cotidianas que desenvolvi no curso da minha atividade como analista de *campo*, que agora me proponho a documentar, eram sempre “minúsculas” (ibid.: 27) e não se faziam por meio da publicação de manifestos ou pela convocação de greves ou protestos, mas por atos “bem menos grandiosos, bem menos perceptíveis” (Foucault, 1994: 4). Embora esses atos não façam mais que “afetar lateralmente” (Scott, 2002: 12) a dominação simbólica exercida pela tecnocracia do licenciamento sobre os territórios e os modos de vida das populações atingidas por um empreendimento, não podemos desconsiderar a “força vital” (ibid.: 27) dessas iniciativas.

O que se busca por meio desses atos minúsculos é a evitação do senso de nulificação técnica que o contexto de uma tecnocracia servil à economia insiste em impor à existência desses profissionais, na mesma medida em que a defesa dos direitos das comunidades atingidas pode ser reintegrada à sua experiência por meio dessas minúsculas ações. Nisso se vai “subvertendo o objetivo das coisas, lembra?”, enquanto a experiência concreta da vida das populações atingidas se coloca como prioridade, ao mesmo tempo em que a “objetividade fantasmática” ou “fantasmagórica” (Taussig, 2010: 4; Stallybrass, 2008: 41; Marx, 1984: 40) da mercadoria e do mercado financeiro, que determinou a Volta Grande como recurso pecuniário no mercado de produção de energia elétrica, fica em segundo plano.

Como um kachin *gumsa* que alimenta ideias contraditórias ou incongruentes às regras estruturais estabelecidas para o casamento, as quais, *na prática*, lhe servem tanto para estabelecer alianças com grupos ou indivíduos poderosos quanto para abrir caminho para a mobilidade social num sistema que pretende ser uma hierarquia de castas (Leach, 2014: 205-206), percebo que minha experiência como analista de *campo* foi também marcada pela sustentação de ideias contraditórias ou incongruentes às regras estabelecidas pela gestão ambiental empresarial as quais, *na prática*, me serviam para evitar minha anulação técnica num contexto altamente burocratizado e hierarquizado de trabalho, bem como para, em muitos casos, defender os direitos das comunidades atingidas.

Enfim, dado o campo de interação e disputas que marca o interior da prática de consultoria ambiental, “o qual envolve diferentes atores sociais e institucionais com variados interesses e perspectivas em busca de influenciar um processo decisório por meio da mobilização de diferentes recursos sociais” (Viglio, Monteiro e Ferreira, 2018: 7), em determinados contextos o conhecimento produzido pelo analista de *campo* não pode ser concebido como uma dissimulação da realidade em que ele próprio toma lugar, mas uma dissimulação da opacidade do poder dos empresários que tenta blindar de seus registros a urgência e a gravidade de suas experiências. É por isso que *navegar* o território dos grandes empreendimentos significa *navegar* o poder que domina as práticas de consultoria.

Navegar o Xingu, navegar o poder

Existem muitos atores com poder de influenciar o trabalho da consultoria ambiental, nomeadamente os empreendedores, os acionistas, os agentes de empresas públicas do setor elétrico etc. Nesse contexto, cada um desses atores participa ativamente da constituição das empresas de consultoria ambiental, bem como do processo produtivo que essas instituições se propõem a ofertar no mercado da prestação de serviços ambientais. No entanto, dado o acesso restrito que tive ao universo amplo do mercado da prestação de serviços ambientais, as referências que faço aqui ao “poder” dizem respeito às relações envoltas na interação, técnica e política, que tive como analista de *campo* com os consultores de *escritório* – estes últimos, por sua vez, imersos nas relações de poder estabelecidas entre eles e os empreendedores. Nesse sentido, é sempre sobre o jogo de poder existente entre o analista de *campo* e os consultores de *escritório* que esta tese busca tratar. Espero esclarecer essa perspectiva ao longo do texto.

Conforme mencionado, minhas atividades como analista de *campo* em Belo Monte consistiram na realização de pesquisas sobre a navegabilidade e as condições de escoamento da

produção na Volta Grande, especialmente no trecho entre Altamira e as localidades a jusante do barramento principal da hidrelétrica no rio Xingu. O objetivo da pesquisa era mapear as principais rotas de navegação, registrar seus principais obstáculos, especificar os tipos das embarcações utilizadas, detalhar a finalidade dos deslocamentos, os tipos e quantidade média de cargas transportadas, os custos e tempo das viagens, enfim, compor o que se define nos estudos de monitoramento ambiental como “marco zero” ou “levantamento de referência” da navegação local. Um cenário que pudesse representar a dinâmica dos deslocamentos fluviais na Volta Grande antes de quaisquer intervenções relativas à implantação do empreendimento.

Como pretendo enfatizar, o contexto da produção de conhecimento da minha experiência como analista de *campo*, no recorte analítico e contextual a partir do qual essa tese foi escrita, requereu um envolvimento direto com os lugares mais concretos (e sensíveis) da minha experiência profissional. Essa condição de trabalho pode ser apreendida no cotidiano prático das minhas atividades de *campo*, especialmente na minha experiência no mapeamento dos canais de navegação da Volta Grande. Afinal, a definição daquilo que veio a ser conhecido como os “canais de navegação da Volta Grande”, utilizados pelas populações indígenas e não indígenas que habitavam a região, só pôde se estabelecer a partir de um “engajamento íntimo” (Ingold, 2014: 387) com os barqueiros locais, os únicos portadores e capazes de descrever tal conhecimento.¹⁵

Em outubro de 2011, acompanhei um dos barqueiros responsáveis pelo transporte de mercadorias para os comércios da Volta Grande, bem como de insumos e equipamentos utilizados pelos garimpos da região (figura 8). Tal barqueiro realizava essa rota duas vezes por semana. A embarcação utilizada era um barco de madeira, com capacidade de carga para até 6 t. O percurso fluvial era de aproximadamente 80 quilômetros, entre Altamira e a comunidade da Ressaca. Essa rota, realizada no mês de outubro, na transição entre o ciclo de vazante para enchente, “quando cai as primeiras águas”, segundo um dos barqueiros locais, durava oito horas, considerando-se as três horas de seu percurso de ida, descendo o rio Xingu, com a força das águas a seu favor, e as cinco horas de retorno, subindo o rio, navegando contra a correnteza.

¹⁵ Ao todo, eram cinco canais de navegação utilizados pelas populações da Volta Grande no trecho entre a cidade de Altamira e as localidades a jusante. Dois dos canais de navegação estavam situados à montante do barramento da usina hidrelétrica, a saber: os canais do Paratizão e o Cotovelo, situados nas margens esquerda e direita do rio, respectivamente. Três canais de navegação estavam situados à jusante do barramento, a saber: o canal do Landi, situado na margem direita; o canal do Caitucá, situado na margem esquerda; além do canal do Arroz Cru, um canal da margem esquerda utilizado para acesso às comunidades São Pedro e Arroz Cru, situados na margem esquerda do rio (Norte Energia, 2012b).



Figura 8 – Mapeamento dos canais da Volta Grande.
Registro do autor, outubro de 2011.

Durante todo esse processo, meu *tempo* como analista de *campo* foi dedicado à escuta atenta dos tripulantes da embarcação (composta por um comandante e dois ajudantes que são também carregadores e proeiros) que narram, vividamente, o conhecimento prático aplicado à navegação pelos canais da Volta Grande. Isso tudo envolvia um intenso relacionamento interpessoal com os barqueiros, pois tudo o que se vê nos relatórios dos estudos sobre a navegação é como as “condições” dessa atividade só podem existir se o analista alcançar uma habilidade mínima de percepção sobre como essa prática é conduzida por seus praticantes. Essa constitui uma pré-condição para a identificação, análise e encaminhamento de questões ambientais no contexto da instalação e operação de um megaempreendimento.

Contudo, do outro lado dessa realidade da consultoria estão as equipes do *escritório*, mais atarefadas com os processos de prestação de contas das atividades de gestão ambiental, sejam tais processos estabelecidos com os contratantes de seus serviços (no caso aqui tratado, a Norte Energia), ou com órgãos ambientais. É o que evidencia um envolvimento por parte dos consultores de *escritório* com uma dinâmica de trabalho massivamente dominada pela produção de documentos escritos, os quais, por sua vez, se assentam numa dinâmica de trabalho distinta dos profissionais do *campo* (ver capítulo 2).

Quando iniciei o meu trabalho de pesquisa sobre a navegação no rio Xingu, meus levantamentos eram guiados por aquilo que a gerente de meio ambiente da consultoria (que também havia participado da elaboração do EIA de Belo Monte) costuma chamar de “canal preferencial da navegação e/ou escoamento” da Volta Grande, o qual era observado ao longo

da margem direita do Xingu, a jusante do barramento principal da usina (ELETROBRÁS, 2009a: 42-44), localmente denominado “canal do Landi”. Tal trecho fluvial fora assim caracterizado pelo EIA, por meio da análise de “cartas topográficas 1:100.000” e de “imagem de satélite com vazão de 680 m³/s [i.e., no ciclo hidrológico de seca do rio Xingu]” (ibid.: 42-44) por apresentar maior profundidade e volume de água quando comparado ao canal de escoamento da margem esquerda da Volta Grande, o “canal do Caitucá”.

Contudo, durante os levantamentos sobre as condições de navegabilidade e escoamento da produção na Volta Grande, o que a dinâmica dos deslocamentos fluviais das populações locais informava era exatamente o contrário, pois *era o canal do Caitucá que se apresentava como o canal preferencial*. Uma vez que, considerando que as embarcações mais comuns entre os navegantes da região eram de pequeno porte e feitas de madeira, com linhas de flutuação não muito elevadas, bem como equipadas com motores de baixa propulsão (vide nota 4 supra), o canal preferencial de navegação era o Caitucá (figura 9), pois ali o volume da água corrente oferecia menor risco à navegação de embarcações de pequeno porte e menos potentes, um cenário oposto à paisagem encontrada no canal da margem direita, no qual o volume das águas e as corredeiras eram mais intensas e poderosas.

Ademais, considerando os deslocamentos das populações provenientes das localidades do Jericoá, dos Maranhenses, das Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande, bem como das populações ribeirinhas da foz do rio Bacajá ou dos Xikrin da Terra Indígena Trincheira Bacajá, as quais, também, em sua maioria, possuíam embarcações de pequeno porte, o canal do Caitucá era a principal opção. Ali, os deslocamentos fluviais dessas comunidades não só encontravam um percurso mais curto em direção a Altamira quando comparado à distância percorrida pelo canal do Landi, mas o baixo escoamento fluvial do canal do Caitucá significava também economia de combustível nos percursos rio acima, dada à menor exigência do motor da embarcação.

Nesses termos, o que se percebe no caso da identificação de um “canal preferencial de escoamento e/ou navegação” na Volta Grande pelo EIA, e o uso dessa classificação pela gerente de meio ambiente da consultoria, não é apenas a inaptidão dos critérios e dos meios utilizados para sua definição. A exclusividade de critérios hidrológicos para a definição do canal da margem direita, a jusante do local do barramento principal da usina, como “o canal de escoamento preferencial” apenas pelo fato de nele registrar maior volume de água na estiagem quando comparado com o canal da margem esquerda, poderia até sinalizar um limite da técnica

ou da ciência aplicada no EIA que não considerou as variáveis propriamente socioeconômicas da navegação, as quais acabaram por ser complementemente excluídas.

No entanto, quando se considera a dinâmica de trabalho gerencial do *escritório*, permitida pelo tipo de relacionamento que seus profissionais privilegiam com seus clientes no quadro da prestação de serviços ambientais (ver próxima seção e o capítulo 2), o que podemos perceber é que não é apenas de inaptidão técnica que esse tipo de afirmação se sustenta, mas da formulação uma “economia de visibilidades específica” do licenciamento (Oliveira, Zhouri e Motta, 2020). Ora, a descrição do canal da margem direita na Volta Grande como o “canal preferencial de navegação” era o argumento que a Norte Energia precisava para afirmar, durante o processo de licenciamento de Belo Monte, que existiriam condições para a navegabilidade na Volta Grande mesmo com a imposição de uma vazão reduzida na região.

Como se sabe, Belo Monte teve sua licença de instalação condicionada ao funcionamento de um “hidrograma mínimo” de vazão para os trechos fluviais a jusante do barramento (IBAMA, 2011). Nessa definição foram projetadas vazões mínimas para o trecho a jusante do eixo da barragem principal da usina de modo a, supostamente, permitir a manutenção da “sazonalidade do regime fluvial da região, sem, contudo, prejudicar significativamente o desempenho da usina quanto à sua capacidade de produção de energia” (ELETROBRÁS, 2009a: 206). Nesses termos, o diagnóstico de um “percurso preferencial de escoamento e/ou navegação” na Volta Grande, em que seu fluxo fluvial era percebido como “o mais profundo e contínuo, o que facilitava a navegação”, como escreveram os coordenadores do EIA (Garcia et al., 2009: 6), era a condição ideal, porém fictícia (Oliveira, Zhouri e Motta, 2020), para viabilizar o empreendimento.

Certa vez, nos ambientes internos da consultoria, eu passei a me referir ao canal da margem esquerda, o canal do Caitucá, como preferencial da navegação. No entanto, fui repreendido pela gerente de meio ambiente que era preciso se referir ao canal da margem direita, o canal do Landi, como o “canal preferencial de escoamento”. Essa cobrança abstrata foi apenas superada após a definição, com base nos dados socioeconômicos da navegação na Volta Grande, que o canal do Caitucá era o canal preferencial em função da predominância do pequeno porte das embarcações locais e da baixa propulsão de seus motores.¹⁶

¹⁶ Essa referência, inclusive, consta no 2º relatório de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção (Cf. Norte Energia, 2012b: 104-106) protocolado no IBAMA em julho de 2012. Nesse documento, é afirmado que o canal do Caitucá “[era] utilizado, *preferencialmente*, por comunidades indígenas e ribeirinhas que navegam em embarcações de pequeno e médio porte, como os barcos de madeira com capacidade de carga para até 1,2 tonelada, motorizados com motores rabetas; e voadeiras, motorizadas com rabetas” (ibid.: 104; ênfase minha).



Figura 9 – Navegação pelo canal do Caitucá.
Registro do autor, setembro de 2011.

Como argumentou Molina (2009), o hidrograma mínimo proposto para a Volta Grande “está baseado em critérios econômicos (geração de energia) e hidrológicos..., mas pouco ou nada nas necessidades do ecossistema dependente no rio” (ibid.: 95), inclusive o ecossistema social! Isso coloca o conhecimento ambiental de um empreendimento (como Belo Monte) como um construto “abstrato e realizado à revelia das concretas condições ecológicas e socioculturais que regem a vida nos lugares” (Zhouiri, 2012: 48), fazendo com que os “efeitos sociais” de uma barragem sejam “também resultado das leituras e interpretações equivocadas (do ponto de vista político e técnico) da realidade, que informam o planejamento e as ações que daí derivam” (Magalhães, 2005: 246-247).

No entanto, pelas definições divergentes sobre o canal preferencial de navegação da Volta Grande, podemos perceber que existem “histórias diferentes” (Murphy, 2006: 12) sobre a produção dos efeitos sociais dos empreendimentos dentro das próprias empresas de consultoria. Nessa disputa a prática de consultoria ambiental pode muito bem se acomodar (Wolf, 2003: 327) ao interesse de mercado, onde suas expressões categóricas e oficiais servem apenas para garantir os interesses administrativos dos empreendedores, o que coloca a prática de consultoria como um trabalho social que tende a retirar da intenção dos empreendimentos seus agravos e as suas violências (Oliveira, Zhouiri e Motta, 2020; Santos, 2014; Li, 2011). Porém, por outro lado, essa realidade administrativa pode ser contradita (Wolf, 2003: 337) pelo trabalho de *campo* junto às comunidades atingidas.

Nesse momento, “em lugar de um expert desafetado a atuar como um expectador destemido, o analista pericial se encontra continuamente implicado no percurso das disputas políticas relativas ao ordenamento do Estado sobre os grupos sociais e seus territórios” (Zhouiri; Oliveira, 2013: 95). Nesse contexto, o analista de *campo* (reitero que a menção ao analista de *campo* se faz a partir da minha experiência de trabalho) que realiza pesquisas sobre a navegação junto às populações da Volta Grande se depara, ao mesmo tempo, navegando o rio Xingu e *navegando socialmente* as redes de poder do mercado da prestação de serviços ambientais, na medida em que seu levantamento de dados não se restringe à composição da economia de visibilidades do licenciamento, mas busca invadir (geralmente sem sucesso) o campo político das definições da regulação ambiental de um empreendimento.

Essas demandas conflitivas dos quadros das consultorias ambientais, que se deram entre minha experiência como analista de *campo* com relação às posições do *escritório*, criam níveis de atuação distintos no quadro da prática empresarial. Enquanto a perspectiva da gerente de meio ambiente, desde o *escritório* e por meio de categorias tidas como legítimas em seu ambiente institucional, previa a conformação do território da Volta Grande ao projeto de expansão da fronteira hidrelétrica do Brasil, na situação etnográfica ora problematizada, minha atuação como analista de *campo* traçava as divergências e instabilidades dessa associação meramente mercantil da prática ambiental empresarial.

Enfim, essas divergências são aqui exploradas como forma de reconhecer e atribuir poder a determinados grupos de profissionais que, no interior das consultorias, se encontram em desvantagem. O compromisso com o conhecimento, com as comunidades atingidas, com o patrimônio e *não* com a contratante, são algumas das responsabilidades esperadas de arqueólogos e antropólogos que atuam no licenciamento ambiental (Fausto, 2015). Contudo, para se chegar a tais compromissos as relações de poder existentes nas instituições do licenciamento devem ser conhecidas. Ou seja, conhecer essas relações representa um importante passo para a proteção dos interesses de antropólogos e arqueólogos que atuam no licenciamento ambiental, bem como para a proteção do interesse de grupos minoritários.

Consultores e clientes: formas de dominação na consultoria

A equipe de socioeconomia da consultoria (*campo* e *escritório*), responsável pelo Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção (PMNCEP), era composta por oito profissionais. No *campo*, ficávamos eu, um geógrafo e dois

técnicos em agropecuária. No *escritório*, ficavam o coordenador de socioeconomia, um geógrafo especializado em geoprocessamento e um técnico de gestão de banco de dados. No contexto da prestação de serviços ambientais para a Norte Energia, a equipe de socioeconomia respondia à superintendência de socioeconomia da concessionária. Dessa forma, todas as nossas ações de pesquisa e monitoramento da navegação eram reportadas a essa superintendência que, por sua vez, assumia a responsabilidade por essas ações diante dos órgãos ambientais.

Eu não saberia informar quantos profissionais compunham a equipe da superintendência de socioeconomia da Norte Energia, mas nossos principais interlocutores eram sua superintendente (socióloga), que ficava no *escritório* da concessionária em Brasília, e o gerente de socioeconomia (também sociólogo), que ficava em Altamira. Outros interlocutores-chave eram os profissionais da gerência de comunicação social da Norte Energia, além dos funcionários da superintendência de assuntos indígenas. Todos esses relacionamentos estavam concentrados na figura do coordenador de socioeconomia da consultoria.

Essa seção inicia um pouco do assunto tratado nos dois próximos capítulos. Meu objetivo aqui é relatar uma situação de trabalho de modo a abrir caminho para uma discussão mais ampla sobre como o “conhecimento [produzido pelo analista de *campo*] não é igual ao poder” (Fortun, 1999: 235). Na realidade, seu conhecimento é continuamente marginalizado pelo “poder de dispor e alocar o trabalho social” (Wolf, 2003: 326) da consultoria por parte dos empreendedores, o que faz dos analistas de *campo* “jogadores minoritários” (Fortun, 1999: 235) no licenciamento. Conforme mencionado na introdução, os empreendedores possuem a capacidade de circunscrever as ações dos consultores dentro do cenário (Cf. Wolf, 2003: 326) determinado pela redução dos agravos ou dos efeitos sociais dos empreendimentos.

Nesse contexto, com base em uma situação de trabalho, a seguir, busco evidenciar como os empreendedores são aqueles que realmente decidem sobre o “discurso oficial” (Mathews, 2005, 2006) dos efeitos sociais dos empreendimentos. Nesse relato, interessa destacar que esse poder de decisão é exercido primeiramente sobre os gerentes e coordenadores dos *escritórios* das consultorias ambientais, a quem o analista de *campo* deve obedecer. Ou seja, a dominação exercida pelos empreendedores sobre os consultores ambientais tem maior intensidade sobre os consultores do *escritório*, sendo esses últimos os encarregados de estender essa dominação aos demais profissionais da consultoria.

. . .

As pesquisas de monitoramento da navegação empreendida pelas populações da Volta Grande, realizadas no âmbito do PMNCEP, envolviam três grupos de análise, cujos aspectos

socioeconômicos e dinâmicas de deslocamento deveriam ser acompanhados, a saber: 1) os “usuários” dos serviços de transporte fluvial oferecidos por barqueiros locais; 2) “os donos de embarcação de uso próprio” residentes nas localidades da Volta Grande, que utilizavam seus barcos para deslocamento em atividades de pesca, escoamento da produção, acesso a serviços de saúde, compras de mantimentos, etc.; e, por fim, 3) os “proprietários de embarcação”, prestadores de serviços de transporte fluvial (frete, aluguel, linha etc.).

Um ano e meio após o início da construção de Belo Monte, as pesquisas trimestrais de monitoramento identificaram um subgrupo dos “proprietários de embarcação” que declarava a redução de seus rendimentos.¹⁷ Esse segmento poderia ser classificado como “tradicional”. Seu ofício, muitas vezes, fora aprendido pelo conhecimento transmitido por seus pais e, tão raro, executavam outra atividade que o transporte fluvial de cargas e passageiros entre Altamira e as localidades a jusante da cidade, na Volta Grande. Alguns barqueiros, com idade mais avançada, somavam uma experiência de mais de quarenta anos navegando pela Volta Grande do rio Xingu, é o caso do Sr. Elói (figura 10).

A redução da renda desse segmento de barqueiros se dava em função da redução da demanda de passageiros na Volta Grande, que ocorreu pelo processo de expropriação das populações ribeirinhas do rio Xingu para dar lugar ao reservatório principal de Belo Monte (Cf. Magalhães; Cunha, 2017), bem como pelo decréscimo no número de fretes, uma vez que o transporte de cargas para as terras indígenas da região, um serviço usualmente oferecido por esses barqueiros, começara a cair após a doação de novas embarcações aos indígenas como medida de compensação ambiental da barragem. Nesse cenário, o monitoramento dos aspectos socioeconômicos da navegação apontava para a redução da renda declarada desse segmento específico de barqueiros.

Esse diagnóstico não foi apenas indicado pelas pesquisas de monitoramento, também foi reiterado pelos barqueiros em reunião pública, realizada em 31 de outubro de 2012, em Altamira, junto aos consultores responsáveis pelo PMNCEP (do *campo* e do *escritório*), na qual

¹⁷ O grupo dos “proprietários de embarcação” era composto por cinco subgrupos, a saber, o *subgrupo 1*: proprietários que realizam fretes de cargas e passageiros em embarcações de grande porte (barcos de madeira com capacidade de carga entre 3 até 6 t ou superior a 6 t), o qual era composto por 17 proprietários; o *subgrupo 2*: proprietários de embarcações que atuam no transporte fluvial através de empresas formalizadas, composto por 4 proprietários; o *subgrupo 3*: proprietários de embarcações tipo voadeiras que atuam no transporte fluvial de maneira autônoma, composto por 15 barqueiros; o *subgrupo 4*: proprietários de embarcações tipo balsas, com capacidade de carga para até 35 t, prestadores de serviços de frete/aluguel, composto por 6 proprietários; e o *subgrupo 5*: proprietários de embarcações de pequeno porte, barcos de madeira e canoas com capacidade de carga inferior a 1 t ou entre 1 até 3 t, prestadores de serviços de frete/aluguel, composto por 18 barqueiros. A redução da renda declarada entre os proprietários de embarcação ocorreu entre os membros dos subgrupos 1 e 3 (Norte Energia, 2012d: 6-19).

estavam também presentes os analistas ambientais da superintendência de socioeconomia da Norte Energia. Segundo um proprietário de embarcação,

A maioria dos moradores das comunidades [ribeirinhas da Volta Grande] já foi remanejada, com isso os pilotos tiveram perdas financeiras em função da diminuição dos fretes na região. Como ficará a situação dos pilotos? (Ata da reunião do dia 31 de outubro de 2012 apud Norte Energia, 2012d: anexo 3)

Outro proprietário ainda acrescentou:

Os pilotos perderam também o frete para as aldeias indígenas, pois a concessionária de energia responsável pela construção da hidrelétrica doou voadeiras para as aldeias (ibid.).

A queda dos rendimentos dos barqueiros era um “dado” cujo domínio era, sobretudo, dos consultores ambientais, mas a divulgação ou omissão dessa informação estava a cargo de quem tinha poder para tanto (Mathews, 2005, 2006), ou seja, o empreendedor. Considerando que esses dados eram apresentados ao IBAMA por meio da emissão de relatório semestrais seguindo os protocolos do licenciamento, eram nesses momentos que os empreendedores atuavam na manutenção das fronteiras entre o conhecimento e a ignorância do licenciamento, um processo que contava com a ajuda decisiva dos consultores do *escritório*.

Certa vez, durante a elaboração do 3º relatório de acompanhamento do PMNCEP (Norte Energia, 2012d), no qual indicávamos a redução dos rendimentos declarados dos proprietários de embarcações, o coordenador de socioeconomia solicitou uma mudança na forma como apresentei os dados da redução dos rendimentos dos barqueiros. Não me lembro exatamente o adjetivo que o coordenador utilizou para classificar minha descrição da perda dos rendimentos declarados dos proprietários no relatório (“alarmista”, talvez), mas a sua orientação sugeria que eu reduzisse a intensidade com a qual eu apresentava aquele efeito social do empreendimento sobre a navegação na Volta Grande.

Por sua vez, aquela sugestão não era do coordenador da consultoria, mas da equipe de socioeconomia da Norte Energia que havia revisado a primeira versão do relatório. Reitero que os dados que indicavam a redução dos rendimentos dos barqueiros não foram removidos do relatório, mas tiveram sua intensidade reduzida o que, obviamente, afetaria a interpretação do documento pelo IBAMA, uma vez que, na redação do relatório, tanto a relevância da *perda* que representava a redução dos rendimentos dos barqueiros quanto a necessidade *urgente* por uma reparação foram removidas do texto apresentado ao órgão ambiental.



Figura 10 – Sr. Elói, proprietário de embarcação.
Registro do autor, janeiro de 2011.

No relatório protocolado no IBAMA, em dezembro de 2012, já com as revisões da equipe de socioeconomia da Norte Energia, o que se lê é um tipo de argumento malabarista que associa as perdas dos rendimentos declarados dos barqueiros à sazonalidade da atividade de transporte fluvial na Volta Grande do Xingu. Reproduzo a seguir um trecho de sua conclusão:

No entanto, deve ser considerado o fato de tal perda [nos rendimentos declarados dos proprietários de embarcação] seja uma condição da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial na região do médio Xingu, em virtude de uma natural redução do número de deslocamentos fluviais, [no período de estiagem] em função das dificuldades impostas à navegação local pelas condições de seca do rio e pelas maiores opções de transporte via terrestre. [Nesse contexto], deve-se continuar com os monitoramentos previstos para a atividade na expectativa de uma nova estabilização de seus rendimentos (Norte Energia, 2012d: 40).

Em 2017, num ano em que tenho o registro de pelo menos um barqueiro da Volta Grande que havia abandonado a atividade de prestação de serviços de transporte fluvial dada a queda de seus rendimentos e perda de passageiros (ver capítulo 3), podemos ver esse mesmo argumento, publicado no 11º relatório do PMNCEP entregue ao IBAMA, onde se lê que

A prestação de serviços de transporte fluvial [na Volta Grande] é uma atividade bastante dinâmica na região, sendo associada diretamente às condições de navegabilidade e, mais ainda, à ampliação e retração do mercado de trabalho e da economia local, levando os proprietários de embarcações a decidir por transporte de passageiros ou de cargas de acordo com o aumento ou a diminuição das demandas de movimentação de pessoas ou mercadorias (Norte Energia, 2017: 3).

O rio Xingu é caracterizado por uma variação significativa do volume de água escoado entre os períodos chuvosos e de estiagem, localmente denominados “inverno” e “verão”, respectivamente. Tal sazonalidade do regime pluvial causa, no período de estiagem (entre os meses de junho a novembro, aproximadamente), a redução natural da vazão do rio. Essa redução, pelas características hidrológicas do médio Xingu, deixa os percursos fluviais mais longos e mais árduos devido ao afloramento de pedras e ao estreitamento das margens dos canais de navegação na Volta Grande. Por outro lado, durante as estações chuvosas (entre outubro a maio, aproximadamente), as pedras do fundo do Xingu ficam todas submersas e não há uma definição exclusiva do percurso fluvial ou dos canais de navegação, o que favorece os deslocamentos, sobretudo de embarcações de médio e grande porte.

Ademais, considerando que as estradas vicinais nas épocas de chuva ficam em situação bastante precária, por se tratar de estradas de terra, a navegação é o meio de transporte privilegiado durante as estações de chuva entre as populações da Volta Grande, embora isso não signifique que nos períodos de estiagem também não o seja, sobretudo entre as populações que não contam com acesso terrestre ou optam pela navegação por motivos econômicos (ver capítulos 3 e 4).

Assim, associar a perda dos rendimentos declarados às mudanças hidrológicas ou de navegabilidade do rio Xingu é uma associação muito parcial, uma vez que os proprietários de embarcação da Volta Grande, dado o conhecimento que possuíam dos canais de navegação, transportavam cargas e passageiros durante todo o ano,¹⁸ independentemente da redução de calado no período de estiagem. Dessa forma, a argumentação sobre as condições de trabalho dos barqueiros da Volta Grande no relatório apresentado ao IBAMA não é resultado do conhecimento produzido em *campo* pelos consultores ambientais, mas da “coerência” e “continuidade” que esse conhecimento mantém com o poder que empreendedores e consultores do alto escalão “para controlar o discurso oficial de conhecimento / ignorância” (Mathews, 2006: 137) sobre os efeitos sociais dos empreendimentos.

Ou seja, as categorias sociais utilizadas pelas consultorias para descrever os efeitos sociais de um empreendimento são resultado da forma como os consultores obedecem às ordens dos empreendedores. O relacionamento patronal entre empreendedores e consultores (e entre os profissionais de nível técnico das consultorias e os gestores e coordenadores) captura o conhecimento de *campo* de modo a discipliná-lo aos interesses dos empreendedores. Nessa

¹⁸ Com exceção dos proprietários de balsas e barcos com capacidade de carga superior a 6 t, que navegam somente durante o período de cheia da Volta Grande do rio Xingu.

dinâmica, a análise social do *campo* se submete à dinâmica burocrática e gerencial do *escritório* que, por sua vez, é submissa aos empreendedores, os quais estão interessados, tão somente, em reduzir os agravos sociais de seus projetos. Com isso, as reivindicações das comunidades atingidas ficam em segundo plano, uma vez que são censuradas (Pinto, 2019: 117).

Nesse contexto, deparamos com um dos principais obstáculos do analista de *campo* (documentado aqui a partir da minha experiência) ao navegar o terreno social das consultorias, qual seja, a relação de servidão que o alto escalão dessas empresas possui com os empreendedores. Um domínio que envolve a produção de conhecimento do analista de *campo* à reprodução da “economia de visibilidades” do licenciamento (Oliveira, Zhouri e Motta, 2020). Como argumenta Sahlins (1997), “relações entre dominador e dominado... envolve[m] uma certa servidão” (ibid.: 11) na medida em que, neste domínio, “não temos... a liberdade de sairmos por aí nomeando as coisas ‘simplesmente pelo modo que elas são’” (ibid.). “Daí o empírico não ser apenas conhecido enquanto tal, mas enquanto uma significação culturalmente relevante” (ibid.).

Enfim, é no contexto dessa “ordem sociológica” (ibid.), impressa nas “conexões e alianças [estabelecidas entre empreendedores e o alto escalão das consultorias] para a criação de conhecimento” (Mathews, 2006: 154), que os efeitos de um empreendimento são desconhecidos. É nesse domínio que são estabelecidas as “zonas de sombra e não informação” (Santos, 2014: 148) do licenciamento. Nesse cenário, proponho, nos dois próximos capítulos, mapear a forma como as alianças entre empreendedores e o alto escalão das consultorias “desestabilizam as coordenadas” (Vigh, 2009: 432) dos analistas de *campo*. Nesse mapeamento, atenção especial é dada à escala e à hierarquia que caracterizam a estrutura das consultorias. Como veremos, quanto mais alta e distante é a posição social no quadro da consultoria, mais abstrata é a sua relação com os problemas ambientais de um empreendimento e, por isso, passível de controle pela ficção gerencial do licenciamento.

Capítulo 2 – Variações de escala

A autoridade exercida pelos empreendedores sobre os assuntos ambientais de seus projetos é feita mediante uma rigorosa “administração burocrática”. Por “administração burocrática” remeto à definição de Weber (1994) enquanto “dominação em virtude do conhecimento” (ibid.147). Como vimos na introdução, a “viabilização sócio-política” de Belo Monte (ELETROBRÁS, 2009a: 30) foi conquistada pela colocação em prática de uma série de estudos e procedimentos de gestão ambiental, os quais permitiram sustentar o argumento de que os problemas ambientais decorrentes da instalação e operação da hidrelétrica seriam efetivamente administrados (Norte Energia, 2014: 2).

No entanto, à luz de Mathews (2006, 2005), argumento que o poder da administração burocrática sobre os problemas ambientais se mantém não pelo conhecimento, mas pela ignorância, a qual está pautada pelo controle que os funcionários do *escritório* (o alto escalão das consultorias), a mando dos empreendedores, exercem sobre o conhecimento do *campo*. Embora as interações entre o *campo* e o *escritório* no processo de definição dos efeitos sociais dos empreendimentos sejam, em alguns casos, conflitantes, os funcionários do *escritório* são aqueles que detêm a “retórica oficial” (2005: 809) sobre os efeitos sociais dos empreendimentos. São os consultores do alto escalão que, por meio de “um determinado tipo de discurso técnico” (Santos, 2014: 147), garantem a ocultação de seus efeitos.

O caso do registro da perda de rendimentos dos barqueiros, mencionado no capítulo anterior, é exemplar nesse aspecto, pois não foi o conhecimento do *campo* que decidiu a forma como a informação deveria ser apresentada no relatório, mas a autoridade exercida pelo coordenador do *escritório* sobre o analista de *campo*, cuja relação se estende a partir do poder exercido sobre o coordenador pelos empreendedores. Nessa conjuntura, é interessante notar como os procedimentos de produção de “conhecimento” das consultorias ambientais são pautados por formas deliberadas de produção da ignorância, as quais são resguardadas pela “estrutura hierárquica” (ibid.: 798) das consultorias.

Ou seja, os contornos daquilo que é definido como um efeito do empreendimento não é “algo inerente ao conhecimento mesmo” (2006: 136), mas se desdobra do “poder das instituições oficiais para ditar as atividades e as práticas de produção de conhecimento de seus funcionários” (ibid.). Nesse contexto, as diferentes estruturas que compõem a unidade das consultorias devem ser exploradas, pois a posição que cada consultor ocupa na estrutura de poder dessas empresas possui efeitos distintos no diagnóstico dos efeitos dos empreendimentos.

Neste capítulo, proponho uma aproximação das distintas *posições* que os consultores assumem nas consultorias. O interesse aqui não é apenas conhecer como essas empresas são “compostas de partes reunidas umas às outras” (Durkheim, 2007: 81), mas enfatizar que cada uma dessas partes possui escalas diferentes (Revel, 2010; Tsing, 2005), e que a caracterização dos efeitos sociais dos empreendimentos é fruto das interações entre pessoas, objetos e procedimentos em diferentes escalas. Uma delas, a escala do *escritório*, busca associar os territórios da instalação e operação do empreendimento às ficções administrativas do licenciamento (Oliveira, Zhouiri e Motta, 2020). Outra, a escala do *campo* tem o potencial de perturbar essa associação. Tudo aquilo que pode ser aceito ou defendido numa escala específica pode ser evitado ou contestado em outra, embora o poder do *escritório* incida de modo implacável sobre as construções do *campo*. É esse conflito que busco destacar.

Para tanto, o modelo analítico da “variação de escalas” (Revel, 2010) será útil. Conforme mencionado, a observação da prática de consultoria ambiental ora apresentada se dá a partir da minha posição como analista de *campo*, embora isso não signifique que a descrição esteja restrita a essa escala particular, pois as relações que eu mantive com outros atores da consultoria é o que se pretende sublinhar. Ou seja, a “intermorfologia” (Vigh, 2009: 420) do movimento do analista de *campo* é o que interessa. Ou, como argumenta Revel (2010), é “o princípio da variação de escala que importa, e não a escolha de uma escala peculiar” (ibid.: 438). Segundo o autor, “variar a focalização de um objeto não é aumentar ou diminuir seu tamanho..., e sim modificar sua forma e sua trama”, de modo a “atentar para a experiência dos indivíduos” “numa multiplicidade de espaços e tempos sociais” (ibid.: 438, 439).

No contexto variado das escalas da consultoria ambiental, o presente capítulo busca indicar que a realidade fictícia da gestão ambiental de um grande empreendimento, que tende a remover os direitos e as necessidades das populações atingidas em defesa dos interesses das empresas, é uma realidade pensada e executada sobremaneira no *escritório*. Se o analista de *campo* quiser navegar pelo terreno das consultorias a fim de não anular sua experiência dos problemas ambientais dos empreendimentos, ele deve dar conta dessa realidade ficcional e, no limite, enfrentá-la, embora a implacabilidade do poder gerencial do *escritório* lhe seja muitas vezes sufocante.¹⁹

¹⁹ A expressão “sufocado” (*strangle*) é retirada do texto de Uchiyama (2004: 11), na sua tentativa de utilizar “idiomas satíricos” para descrever o seu envolvimento como consultor em antropologia numa agência de cooperação internacional para o desenvolvimento japonesa e, assim, contornar os limites da linguagem antropológica por ele enfrentados.

“Não existem tantos problemas assim em Belo Monte”

Gostaria de iniciar essa discussão pela exposição de uma situação cotidiana observada na consultoria ambiental durante um momento em que eu estava no *escritório* da empresa, em Belo Horizonte. Belo Horizonte é a minha cidade natal e, durante minhas visitas a familiares, um movimento conhecido pelos profissionais de *campo* como “baixadas”, eu tentava conciliar as viagens a “BH” com eventuais demandas de trabalho no *escritório*, que na realidade eram por mim inventadas a fim de ficar mais tempo na cidade, embora também tivesse o interesse de participar das decisões do *escritório*. Isso me permitiu transitar pela intimidade dos dois universos da prática da consultoria, nomeadamente o *campo* e o *escritório*.

O *escritório* da empresa de consultoria ficava no centro da capital mineira, muito próximo ao Palácio das Artes e ao Parque Municipal, num ambiente que eu gostava muito de transitar. No horário de almoço, o centro de Belo Horizonte oferecia muitas opções, desde os restaurantes de balança livre no edifício Maleta (que eu adorava), até uma refeição requintada no Riviera (onde acompanhava meus colegas). No início de 2012, num restaurante próximo ao terminal rodoviário que realiza a conexão com o aeroporto de Confins, almoçavam dois analistas ambientais do *escritório* (um geógrafo e uma bióloga), um profissional do quadro administrativo/logístico da consultoria e uma amiga desse último que trabalhava em um renomado escritório de arquitetura da cidade. No decorrer do almoço, a arquiteta questiona:

Tenho escutado coisas horríveis sobre Belo Monte. Como vocês percebem tudo isso que se passa por lá?

A bióloga, analista ambiental do *escritório*, responde:

Na realidade, não existem tantos problemas assim em Belo Monte.

A arquiteta contesta:

Talvez você diga isso porque você está aqui em BH.

Quem é a profissional que afirma, com autoridade para tanto, não existir “tantos problemas assim em Belo Monte” quando questionada por uma pessoa relativamente leiga no assunto? Trata-se de uma bióloga, com doutorado em limnologia. Sua função na estrutura hierárquica da consultoria era assessorar o coordenador do meio físico na supervisão da execução das ações previstas no Plano de Gestão dos Recursos Hídricos do Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte, com destaque para o Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial (PMLQAS) (Norte Energia, 2011e). Conforme mencionado, trata-se de uma profissional alocada no *escritório*, localizado no centro

de Belo Horizonte, que realizava visitas esporádicas a Altamira para supervisionar os profissionais de *campo*, responsáveis pela execução do PMLQAS.

Nesse contexto, seu trabalho consistia, entre outras atribuições, no acompanhamento e coordenação das atividades realizadas pelas equipes de *campo* do PMLQAS, desenvolvidas na Volta Grande, de modo a acompanhar o andamento das ações e dos resultados do monitoramento limnológico e da qualidade das águas do rio Xingu. Tal acompanhamento, para além da proposição dos encaminhamentos necessários ao empreendedor em caso da verificação de resultados negativos para a qualidade das águas (como a adoção de medidas para a contenção do despejo de poluentes em mananciais etc.), envolvia também a gestão, i.e., o tratamento e o armazenamento de um universo infindável de dados do monitoramento, os quais deveriam ser enviados aos órgãos ambientais.

Além do seu distanciamento físico do universo propriamente objetivo dos levantamentos da qualidade das águas do rio Xingu, uma vez que o seu trabalho se dava, majoritariamente, desde a sede da consultoria e não na Volta Grande, um caso específico do monitoramento da qualidade da água do rio Xingu, ilustrado a seguir, evidencia também certo distanciamento teórico que as atividades executadas no *escritório* realizam do território da instalação e operação de um empreendimento. Um caso que também revela como todo o “capital simbólico” arraigado na estrutura hierárquica da consultoria ambiental permite que seus altos funcionários “exerçam seu poder arbitrário para fechar os olhos e ‘ignorar oficialmente’” (Mathews, 2005: 797) o que acontece no *campo*.

...

No começo de 2012, a Norte Energia deu início ao lançamento das primeiras ensecadeiras da usina, no leito do rio Xingu. O lançamento das ensecadeiras correspondia à execução da primeira fase da construção do empreendimento, a qual previa o barramento parcial do rio Xingu para a edificação do eixo da barragem principal da hidrelétrica (ver capítulo 1). No entanto, como o lançamento das ensecadeiras iniciou, surpreendentemente, durante o ciclo hidrológico de enchente do rio Xingu, isso é, durante o período chuvoso da Volta Grande, os engenheiros da obra tiveram muita dificuldade para construir a barragem provisória, pois foi preciso muita terra e pedra para tentar conter a força das águas do rio que se intensifica muito com as chuvas locais (figura 11).



Figura 11 – Lançamento das ensecadeiras.
Foto: João Zinclar. Fonte: Sposati (2012).

Segundo relatos de moradores nas localidades próximas à construção do barramento, coletados por Sposati (2012), “a primeira tentativa de erguer a barreira provisória, feita apenas com terra, foi levada pela correnteza”. Nas seguintes tentativas, os responsáveis pela obra passaram a usar também cascalho. Em decorrência do volume de terra e cascalho levado pelo rio, os moradores das comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas a jusante do local da ensecadeira, além de lamentar a falta de informação sobre o início das obras, reclamaram que a água do rio Xingu estava descendo “toda suja e barrenta” (ibid.).

Ademais, o desmatamento das ilhas e das margens do rio Xingu para a instalação do canteiro de obras no local do barramento intensificava o volume de sedimentos carreados pelas chuvas. Conforme informara Brent Millikan, da organização *International River Network*, “com as ensecadeiras vem o desmatamento..., assim como explosões de pedra e terraplenagem, despejando sedimentos que os moradores da Volta Grande já estão percebendo” (ibid.). Em resposta a esse cenário, os Juruna (Yudjá) e os Arara das Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande, localizados a jusante do barramento, fizeram uma denúncia na Procuradoria do Ministério Público Federal em Altamira afirmando que a qualidade das águas do rio Xingu, a principal fonte de abastecimento de água para consumo humano em suas aldeias, havia sido afetada pelo início das intervenções da hidrelétrica (Sakamoto, 2012).

O cenário se tornava dramático considerando que a medida de mitigação ambiental planejada para a contenção desse dano, qual seja, a construção de um poço artesiano em cada uma das aldeias das terras indígenas ainda não havia sido executada. Desde a elaboração dos

estudos etnoecológicos de Belo Monte, os quais integravam o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da usina, concluído em 2009, se sabia que o “aumento da turbidez, advinda de sedimentos trazidos pela remoção do solo, e das obras de construção da barragem” iriam alterar a qualidade da água no rio Xingu (ELETROBRÁS, 2009e: 245). Tal fato comprometeria os diversos usos de suas águas pelas comunidades indígenas e não indígenas da Volta Grande (figura 12), fossem esses usos destinados à preparação de alimentos, higiene pessoal, lazer, atividades econômicas, entre outros (ELETROBRÁS, 2009e: 243; 2009f: 303).

Em julho de 2012, foi protocolado no IBAMA o 2º relatório técnico semestral do Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial (PMLQAS) (Norte Energia, 2012a). Esse relatório apresentava os dados do monitoramento da qualidade das águas do rio Xingu, realizado no período entre dezembro de 2011 e março de 2012, isso é, no decorrer da primeira fase de lançamento das ensecadeiras. No entanto, os únicos pontos em que esse monitoramento identificou “resultados negativos de qualidade de água” – os quais eram estabelecidos em consonância à classificação definida pela Resolução CONAMA nº 357 de 2005 (Brasil, 2005) – diziam respeito às águas coletadas em igarapés que atravessavam o canteiro de obras de Belo Monte (Norte Energia, 2012a: 12-14; IBAMA, 2012: 7-8).

Isso é, em nenhum dos pontos de monitoramento localizados a jusante das obras do barramento, no rio Xingu, tais como o ilustrado na figura 11 (supra) ou nas proximidades das Terras Indígenas Paquiçamba e/ou Arara da Volta Grande, foram identificados “resultados negativos de qualidade de água”. Ou seja, nenhum dos pontos de coleta e avaliação da qualidade da água na Volta Grande, localizados à jusante do eixo da barragem principal de Belo Monte, apresentou valores que excediam os limites das classes 1 e 2 da qualidade das águas doces, estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357 de 2005.²⁰ Dessa forma, todos os parâmetros que definem a qualidade das águas para consumo humano, desde que tratadas de modo simplificado ou convencional, como pH, oxigênio dissolvido, sólidos totais dissolvidos e turbidez, estavam abaixo do valor máximo permitido pela referida resolução.

²⁰ De acordo com a Resolução CONAMA nº 357 de 2005, a classe 1 das águas doces diz respeito às “águas que podem ser destinadas: a) ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado; b) a proteção das comunidades aquáticas; c) a recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA no 274, de 2000; d) a irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; e, e) a proteção das comunidades aquáticas em Terras Indígenas”. Já a classe 2, estabelece as “águas que podem ser destinadas: a) ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; b) a proteção das comunidades aquáticas; c) a recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA no 274, de 2000; d) a irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; e, e) a aquicultura e a atividade de pesca” (Brasil, 2005).



Figura 12 – Lazer e lavagem de roupa no Xingu (aldeia Terra Wangã).
Registro do autor, outubro de 2011.

No entanto, as reclamações dos indígenas permaneciam, especialmente entre os Juruna (Yudjá) que registravam coceiras e irritações na pele, sobretudo entre as crianças da comunidade, após o banho nas águas do Xingu. Certa vez, numa conversa que tive com a bióloga do *escritório* sobre as reclamações dos indígenas, que haviam sido por mim coletadas em *campo* durante minhas visitas a suas aldeias, a consultora de *escritório* respondeu que as águas do rio Xingu estavam dentro dos parâmetros aceitáveis para consumo humano requeridos pela Resolução CONAMA nº 357 de 2005 (Brasil, 2005).

Nesse contexto, a exemplo do conflito sobre a qualidade da água instaurado após o fechamento das comportas da barragem de Irapé, em 2005, identificado por Zhouiri, Oliveira e Laschefski (2012), existe uma “inserção diferenciada dos atores sociais” que vivem o contexto da instalação de uma hidrelétrica, a qual “se reflete nas interpretações sobre os impactos ambientais e o meio ambiente em geral” (ibid.: 156). Enquanto os moradores da Volta Grande do rio Xingu, “consumindo e utilizando a água do rio, eles sentiram o impacto [da usina] na pele, literalmente”, por outro lado, a bióloga pôde tratar essa mesma realidade a partir de uma série de “instrumentos e dispositivos” (ibid.), nomeadamente a Resolução nº 357 do CONAMA, a qual foi capaz de colocar uma distância entre aquilo que se pode afirmar sobre as condições ambientais do rio Xingu e as necessidades de suas populações.

Nesse sentido, a “inserção diferenciada” (ibid.) que marca a distância entre a consultora do *escritório* e a experiência das comunidades atingidas por uma hidrelétrica é mantida pelo uso que a bióloga faz da “linguagem dominante” (Bourdieu, 2017: 431) do gerenciamento que

ela própria domina como detentora dos meios materiais e simbólicos da sua utilização. O uso dessa linguagem manifesta na sua mobilização de uma resolução normativa é o que possibilita a “censura” ((Bourdieu, 2017: 374) da experiência concreta dos indígenas sobre a qualidade da água, na medida em que assegura a sua posição. Nesse contexto, o monopólio da utilização dos instrumentos de produção dos problemas ambientais de uma hidrelétrica, os quais são, sobretudo, difundidos desde o *escritório*, confere a esses profissionais o “poder propriamente simbólico” de “dar a conhecer e de fazer reconhecer” (Bourdieu, 2012: 174) tais problemas no *campo*.

Mesmo que o discurso da bióloga pareça “irreal”, os instrumentos e dispositivos laboriosamente construídos e disseminados desde o *escritório* fornecem ao alto escalão das consultorias o “capital simbólico” (ibid.: 187) que permite exercer suas arbitrariedades. Esses instrumentos criam um “poder discricionário” (Mathews, 2005: 803) para os consultores do *escritório* de restringir, negar ou censurar as denúncias das comunidades atingidas sobre as suas próprias condições de existência – um tema amplamente debatido na etnografia dessas instituições (Cf. Santos; Ferreira; Penna, 2018: 199; Zucarelli, 2018: 110; Oliveira, 2014: 295). Nesse sentido, o consultor de *escritório*, alinhado à distância física em relação ao *campo*, detém o “poder simbólico” (Zhou, 2008: 100) para afirmar que ‘em Belo Monte não existem tantos problemas assim’, pois seu argumento está amparado pelos dispositivos que lhe garantem o “poder de efetiva intervenção no mundo” (ibid.).

No entanto, sem querer entregar a luta entre as ilusões topográficas do poder gerencial do *escritório* e o que se passa em *campo*, a questão da escala se torna importante, pois as leituras e as representações que os analistas ambientais do *campo* fazem dos territórios da instalação e operação de um empreendimento podem ser diferentes daquelas feitas pelas ficções gerenciais do alto escalão das consultorias. É no jogo entre essas posições de escala que o conflito pela nomeação dos efeitos sociais de um empreendimento toma lugar no interior dessas empresas.

Balsas

Na Volta Grande... só as pequenas embarcações (canoas) conseguem navegar (ELETROBRÁS, 2009c: 171).

O trecho entre o rio Bacajá e Altamira tem navegabilidade restrita a embarcações de pequeno e médio porte (máximo de 8 toneladas), com restrições significativas nos períodos de estiagem (ELETROBRÁS, 2009a: 180).

Quando iniciei as pesquisas de monitoramento da navegação na Volta Grande, uma informação guiava os meus diagnósticos, a de que “na Volta Grande... só as pequenas embarcações (canoas) conseguem navegar”, conforme havia indicado o EIA da usina (ELETROBRÁS, 2009c: 171). No entanto, durante meus deslocamentos fluviais no rio Xingu para caracterização das condições de navegabilidade e escoamento da produção na região, sobretudo no período de cheia, o universo da navegação se mostrou muito mais amplo que o das “pequenas embarcações”.

Durante os levantamentos foram identificados seis tipos de embarcação, a saber, i) os barcos de madeira com capacidade de carga inferior a 1 t; ii) os barcos de madeira com capacidade de carga entre 1 até 3 t; iii) os barcos de madeira com capacidade de carga entre 3 até 6 t; iv) os barcos de madeira com capacidade de carga superior a 6 t; v) as voadeiras; e, por fim, vi) as balsas com capacidade de carga para até 35 t (Norte Energia, 2011d). Um universo que contrastava, e muito, com aquele definido no EIA.

As balsas eram um tipo de embarcação fundamental para a manutenção da vida social na Volta Grande, pois elas faziam o transporte de carga pesada às localidades da região, tais como material de construção para obras em escolas e enfermarias locais, o transporte de gado, ou, ainda, o transporte de maquinário pesado para os garimpos. Nesse contexto, a não inclusão das balsas no diagnóstico do EIA de Belo Monte era um tanto escandalosa. Mesmo que os deslocamentos fluviais desse tipo de embarcação fossem restritos ao período de cheia no rio Xingu, dada a restrição de calado imposta na estiação, as balsas eram uma alternativa às péssimas condições dos acessos terrestres às localidades da Volta Grande durante o período de chuvas. Esses acessos ficavam tomados de lama durante a estação chuvosa na região.

A identificação desse tipo de embarcação pelos analistas de *campo* da consultoria ambiental era algo que incomodava os profissionais do *escritório*. Certa vez, a equipe do programa de comunicação indígena da Norte Energia nos solicitara imagens das embarcações da Volta Grande para servir de base para a ilustração de uma cartilha para as populações indígenas. A cartilha cumpria o objetivo de apresentar o sistema de transposição de embarcações a essas populações (Norte Energia, 2012g). Entre as imagens cedidas, e por mim reunidas, estava a foto de uma balsa, registrada subindo o rio Bacajá durante a cheia de 2011 (figura 13). A embarcação tinha como destino a aldeia Mrotidjãm, localizada na Terra Indígena Trincheira Bacajá, onde se realizariam obras de manutenção da enfermaria.



Figura 13 – Balsa.
Registro do autor, março de 2011.

A coordenadora técnica da cartilha, uma indigenista com mais de 20 anos de atuação na Amazônia, decidiu incluir a ilustração da balsa no documento. A sua inclusão visava demonstrar que o STE “est[ava] dimensionado para todas as embarcações... que trafegam no local” (Norte Energia, 2012g: 28). A decisão pelo uso daquela imagem causou um desentendimento entre a profissional do programa de comunicação indígena e o coordenador de socioeconomia da consultoria, que era contrário à utilização da imagem na cartilha, o que não impediu seu uso pela indigenista da Norte Energia.

O coordenador de socioeconomia da consultoria havia participado da elaboração do EIA e, provavelmente, sua negação do uso imagem da balsa representava uma tentativa de manter viva a ficção elaborada pelo estudo, de que “na Volta Grande... só as pequenas embarcações (canoas) conseguem navegar”. Uma ficção intimamente relacionada à promessa da gestão ambiental de Belo Monte que afirmava manter a navegação na Volta Grande, especialmente no trecho a jusante do barramento da usina, mesmo após a imposição de um hidrograma reduzido na região. No entanto, a constatação das balsas navegando na região intervinha concretamente nessa suposição, pois, se por um lado, a vazão reduzida imposta à Volta Grande reproduziria um cenário de estiagem permanente (Cf. ELETROBRÁS, 2009a: 208; Norte Energia, 2011b: 368), por outro, as balsas que, por suas dimensões, navegavam apenas durante a cheia do rio

Xingu, conforme identificado no primeiro relatório do PMNCEP (Norte Energia, 2011d: 104), nunca mais iriam navegar.²¹

Nesse contexto, para salvar sua ficção, caberia ao coordenador apenas a tentativa de suprimir sua imagem da cartilha, embora, por outro lado, caberia ao analista de *campo*, inclusive à indigenista da Norte Energia, pela forma como seu conhecimento se estrutura a partir de uma “atenção mais firme em relação às propriedades do real” (Lévi-Strauss, 2012: 17), manter o uso da imagem na cartilha. É no contexto dessas disputas que a questão da escala é importante. Se, por um lado, a realidade administrativa do gerenciamento pode ser sustentada com relativa facilidade no *escritório*, por outro, essa realidade administrativa pode ser contestada pelo engajamento concreto dos analistas em *campo*.

Tsing (2005) argumenta que “os projetos econômicos não podem se limitar a conjurar em escalas diferentes, eles devem conjurar as próprias escalas” (ibid.: 58). Nesse sentido, a escala, concebida como a “dimensionalidade necessária para um tipo de visão” (ibid.) “deve ser trazida à existência: proposta, praticada e evadida” (ibid.). Essa definição é trazida pela autora após narrar o caso de uma pequena empresa canadense de prospecção de ouro que, em 1994, anunciou a maior jazida de ouro do mundo na floresta de Kalimantan, na Indonésia (ibid.: 56). Rapidamente, investidores norte-americanos passaram a investir na empresa, jornais internacionais passaram a divulgar o caso e o governo militar indonésio iniciou uma briga com a companhia canadense para obter os direitos minerários (ibid.). No entanto, em 1997, quando as expectativas em relação ao ouro eram as mais elevadas, foi comprovado que a jazida era estéril, não tinha ouro lá, o que gerou uma série de lamentos e processos na justiça (ibid.).

Na análise desse caso, Tsing destaca como o capitalismo global cria sua escala articulando níveis ou escalas diferentes, como a região (a floresta Kalimantan), o capital financeiro (os investidores da mina) e os projetos particulares de uma nação (o governo indonésio que se empenha pelos direitos minerários) (ibid.: 59). Segundo a autora, cada um desses níveis “é um projeto de criação de escala com seus objetivos definidos em uma escala diferente: global, nacional e regional” (ibid.: 60). As articulações que eles realizam podem fortalecer ou dar “vitalidade” à escala de cada projeto (quando os sonhos gananciosos da elite militar indonésia são amparados pelo capital financeiro) (ibid.: 59). No entanto, em outros

²¹ É válido destacar que quando o primeiro relatório do PMNCEP identificou balsas navegando a Volta Grande, em março de 2011, as vazões médias mensais registradas naquele ano durante o período de cheia do rio Xingu eram muito superiores às vazões impostas pelo hidrograma de consenso: em 2011, as vazões registradas nos meses de março, abril e maio foram, respectivamente, 21.800, 20.440 e 16.890 m³/s; valores muito superiores às vazões impostas para esse período pela usina, que alternam entre 2.500 e 8.000 m³/s (ver Quadro 1).

momentos, suas articulações envolvem “tropeços” (quando o mercado financeiro se choca com a paisagem da floresta, mas não exatamente da forma como ele sonhou) (ibid.: 65).

Nesse contexto, Tsing questiona “se não é o senso de engajamento e contingência” da montagem da escala do capitalismo global que deveria tomar a atenção dos acadêmicos e comentaristas sociais (ibid.: 60), pois tal como a vitalidade dos projetos de escala do capitalismo é notada, seus tropeços devem também atrair especial atenção. Segundo a autora:

Nem todas as reivindicações e comunicados sobre escala são particularmente eficazes. Os vínculos entre projetos de escala variada podem trazer vitalidade e poder a cada projeto. A especificidade dessas articulações e colaborações também limita a difusão e o jogo de projetos de escala, prometendo-lhes apenas um momento provisório em uma história particular. Os dramas performativos da conjuração financeira [o caso das especulações financeiras em torno de uma mina de ouro estéril] oferecem uma perspectiva a partir da qual podemos apreciar a especificidade e a contingência de nichos particulares dentro da criação de escala capitalista (Tsing, 2005: 58).

Quando a bióloga enfatiza que a qualidade das águas do rio Xingu está dentro dos padrões normativos aceitos, ela está dando vitalidade à escala do gerenciamento ambiental. Da mesma forma que acontece quando o coordenador de socioeconomia recusa o uso da imagem da balsa num material de comunicação social. Por outro lado, quando a analista do programa de comunicação indígena utiliza a imagem da balsa no seu material comunicativo, está contestando a escala do gerenciamento ambiental, pois ela perturba as associações fictícias que os *escritórios* das consultorias fazem com os territórios da instalação e operação do empreendimento pelo uso de suas categorias administrativas.

Como argumenta Wolf (2003), “nem todas as organizações ou articulações de organizações respondem aos mesmos requisitos funcionais ou reagem à mesma dinâmica subjacente” (ibid.: 334), sendo necessário “pensar a organização como processo” (ibid.: 335). O modelo analítico da “variação de escala” (Revel, 2010) se faz pertinente nessa avaliação, pois é preciso considerar a participação que cada um dos consultores ambientais possui na história geral das relações estabelecidas no licenciamento. Em certos momentos, os consultores podem corresponder sem muita resistência às ordens dos empreendedores, e defender tão somente a realidade fictícia que garante a consecução das licenças ambientais. Em outros momentos não.

Nesse sentido, o modelo da “variação de escala” nos incentiva a perceber “as múltiplas estratégias sociais implementadas pelos diferentes atores em função da sua posição e dos seus respectivos recursos individuais” (ibid.: 440). É pela possibilidade de se aproximar da “parte que cada ator toma” nos movimentos coletivos (ibid.), de modo a colocar em evidência “as razões dos atores sociais” e, principalmente, “as formas concretas de suas escolhas” (ibid.: 440)

– não apenas um “valor central de referência” (ibid.: 437) – que o modelo da variação das escalas é importante. Nessa perspectiva, o estudo do estado moderno na Europa é um exemplo notável que Revel nos oferece de seu modelo (ibid.: 441). Permitam-me a longa citação:

Visto de Paris, de Versalhes, de Berlim ou de Turim, o Estado moderno apresenta-se como uma vasta arquitetura centralizada cujas formas se ramificam ao infinito até penetrar no mais profundo da sociedade que ele enquadra e ambiciona assumir por completo. Tal é, ao menos, a imagem que ele quer dar de si mesmo. Os historiadores [assim como os antropólogos] sabem muito bem que a realidade é um pouco mais complicada, um pouco menos harmoniosa. As instituições superpõem-se; elas entram frequentemente em concorrência, elas opõem-se às vezes umas às outras. Uma são apenas conservadas, enquanto outras estão em pleno desenvolvimento... Isso não impede que os historiadores continuem com a tentação de levar em consideração o conjunto das manifestações do Estado como se estivessem em presença de um processo único, contínuo, homogêneo do qual se poderia tomar medidas globais mediante o número dos agentes do Estado (oficiais, funcionários), as retiradas que ele impõe (impostos), o arsenal de normas que ele elabora ou, mais dificilmente, mediante a eficácia que se lhe atribui. Em todas essas operações, aparece como evidência a existência de uma lógica comum que unificaria o conjunto das manifestações do Estado e garantiria a tendência de melhoria das suas *performances*.

Porém, se renunciarmos a esse ponto de vista central, que é precisamente aquele com base no qual foi elaborado o projeto estatal (e também o conjunto de argumentos ideológicos que o legitimava), se modificarmos a escala de observação, as realidades começam a aparecer de forma bem diferente. Apanhado nas suas mais finas ramificações, o Estado moderno não é mais aquela mecânica imperiosa e unificadora: ele precisa aceitar negociações com o mundo social para poder ser reconhecido... Isso não equivale a dizer que o Estado não tem existência nesse nível, o que seria absurdo. Mas que ele não existe nas formas que mais lhe agradam e que existe, sim, ao preço de tornar-se outra coisa (Revel, 2010: 441-442).

Parafrazeando Revel (ibid.), seria absurdo não considerar o poder de governo das consultorias ambientais sobre vastos territórios de interesse do capital por meio de dispositivos de conhecimento muito específicos. O trabalho da consultoria ambiental se assemelha a um processo de racionalização da vida que, seguindo Foucault (2008, 2002), permite ajustar os fenômenos sociais e naturais de determinado território aos processos econômicos por meio de mecanismos de poder-saber bastante específicos. Nesse contexto, seria um erro grosseiro ignorar a forma como esse projeto de dominação “ganh[a] crédito” (Revel, 2010: 442) pelo trabalho de gestores e coordenadores das consultorias ambientais.

No entanto, pela “infinidade de combinações possíveis” (Levi, 1996: 174) da experiência dos indivíduos no interior das empresas de consultoria ambiental, o não reconhecimento da forma como a realidade desse poder é também “parcialmente retrabalhada, reformulada pelo jogo das práticas sociais que ela tinha por ambição enquadrar” (Revel, 2010:

442) se torna complicado. Nesse sentido, é preciso colocar os vários atores que compõem o universo das consultorias ambientais “no coração dos processos sociais e que tentemos compreender a maneira pela qual eles intervêm na produção desses processos” (ibid.). Segundo Revel, “o meio de compreender esses processos em sua maior complexidade é apreendê-los em diversos níveis”, isto é, observá-los a partir de várias escalas (Revel, 2010: 442-443).

Como se constrói o lugar da pessoa nas altas hierarquias

Conforme mencionado, as definições dos efeitos sociais dos empreendimentos não derivam do conhecimento trazido pelo *campo*, mas do poder que os gestores e coordenadores do *escritório* possuem para reconhecer ou ignorar esse conhecimento. Esse controle sobre o que pode ou não ser conhecido enquanto um efeito social dos empreendimentos é o que confere autoridade ao *escritório*, conseqüentemente, é esse poder que determina a posição desses profissionais nas altas hierarquias da consultoria. O prestígio que ele ganha nas suas relações com os empreendedores está vinculado a esse poder para produzir ou ignorar o conhecimento dos efeitos sociais de uma hidrelétrica (ou outro projeto de desenvolvimento).

Como argumenta Sahlins (2004), a produção de pessoas e coisas envolve um “processo contínuo” “no qual os homens definem reciprocamente os objetos em termos deles mesmos e definem a si mesmos em termos de objetos” (ibid.: 182-183). Ou seja, os objetos que são produzidos pelos homens são capazes de produzir “sujeitos sociais” (ibid.: 182), isso porque “os homens não fazem apenas produzir “moradias” ou “abrigos”: eles produzem habitações de tipos definidos, como a cabana do camponês ou o castelo do nobre” (ibid.). Nesse sentido, a produção de objetos sempre envolve a produção de determinadas posições e poder. No caso das consultorias, o poder dos consultores do alto escalão se mantém pelo uso que esses profissionais fazem do conhecimento produzido no *campo*. O seu poder em reconhecer ou ignorar os apontamentos trazidos por suas equipes técnicas é o que garante prestígio ao alto escalão das consultorias, bem como a dependência dos empreendedores desse tipo de profissional.

Uma das atividades mais precárias do monitoramento da navegação em Belo Monte em *campo* era o monitoramento do Sistema de Transposição de Embarcações (STE). Embora seus objetivos fossem louváveis, nomeadamente o registro do funcionamento do STE e se ele atendia às demandas de deslocamento das populações, o trabalho envolvia a permanência no sistema durante todo um dia de trabalho, utilizando uniformes e equipamentos de proteção individual que dificultavam a convivência com o calor amazônico e se alimentado de marmitas frias

enviadas pelo restaurante da usina, compostas por feijão, arroz e linguiça. Essa era a alimentação dos operários que construíam Belo Monte.

No entanto, apesar da precariedade, o monitoramento no sistema era muito bem visto pelo coordenador de campo e pelo coordenador de socioeconomia. Esse último se alegrava com o fato de o número de embarcações que utilizava o sistema se aproximarem das projeções feitas durante o levantamento de referência da navegação. Por outro lado, o coordenador de campo adorava repassar as informações do monitoramento do STE à Norte Energia, tendo inclusive criado um boletim diário com o registro do número de barcos que passava pelo sistema. O próprio coordenador de campo era quem lançava as informações do monitoramento no boletim. Essas informações foram, inclusive, utilizadas pela Norte Energia numa propaganda ambiental (figura 14). Num texto publicado em sua página no Facebook, a empresa afirma que:

O Sistema de Transposição de Embarcações (STE), implantado na margem direita do rio Xingu, funciona desde 2013, proporcionando a navegabilidade no rio. Em média, por mês, 570 barcos e 2 mil pessoas são transportadas entre a Volta Grande do Xingu e o trecho à montante da barragem da UHE Belo Monte. O sistema permite transportar embarcações de até 35 toneladas e recebeu nota 9,2 (de uma escala de 0 a 10) em pesquisa realizada junto ao público atendido (Norte Energia, 2020).



Figura 14 – Propaganda ambiental.

Fonte: Norte Energia, 2020.

Nessa postagem, apenas os dados que interessam construir os “padrões” da “boa prática” da empresa parecem interessar (Li, 2011: 58). Todas as outras informações do monitoramento do STE “mais difíceis de afirmar, quantificar ou controlar” (ibid.: 57), como o registro de eventuais demoras na transposição, o aumento do tempo dos deslocamentos fluviais na Volta

Grande, eventuais danos às embarcações e cargas provocados pelo sistema, as reclamações recorrentes dos barqueiros sobre a falta de sinalização naval..., tudo isso fica fora da propaganda da empresa. Embora essas informações mais difíceis de controlar não estejam ausentes das problematizações que ocorrem nos bastidores das consultorias e, como veremos no próximo capítulo, o consultor ambiental que enfatiza esse tipo de informação é desprestigiado.

O monitoramento do STE mostra o tanto que a “expansão ou incremento do poder administrativo” (Oliveira, Zhouiri e Motta, 2020: 3) da política ambiental não só colabora com a “imagem pública das empresas do setor elétrico” (Santos; Andrade, 1988: 6), mas é fonte de prestígio entre os altos escalões das consultorias, as quais veem neles reais fontes de poder. O conhecimento produzido pelos procedimentos administrativos do gerenciamento é fonte de capital simbólico para os consultores do alto escalão nas suas interações com os empreendedores, pois o controle desse fluxo de informação constitui um dos fundamentos pelo qual consultores e empresários formulam suas estratégias para a “obtenção de licenças ambientais” (Bronz, 2016: 98) de modo a assumir autoridade diante dos órgãos ambientais.

No contexto dessas relações, o controle dos aparatos burocráticos do gerenciamento ambiental atribui prestígio aos consultores do *escritório*. É o escritório que todos esses aparatos estão concentrados. Com propósitos meramente descritivos, apresento a seguir a forma como estava estruturada a cadeia de comando dos procedimentos da gestão ambiental de Belo Monte, a qual é composta por diversas empresas com distintas responsabilidades.

...

O diagrama 4 esboça os atores e a hierarquia dessa cadeia de comando. No posto mais elevado está a *Empreendedora*, composta pela diretoria socioambiental da Norte Energia. A responsabilidade da *Empreendedora* no quadro do gerenciamento ambiental está voltada para o processo de prestação de contas do licenciamento para os órgãos ambientais, bem como para as comunidades atingidas, além dos acionistas de seu empreendimento. Os locais de trabalho desses profissionais estão distribuídos entre a sede administrativa da concessionária (o *escritório*), onde estão alocados os profissionais do alto escalão de seu departamento de meio ambiente (diretores e superintendentes), e a cidade de Altamira (o *campo*), onde estão alocados os gerentes de área e suas equipes técnicas.

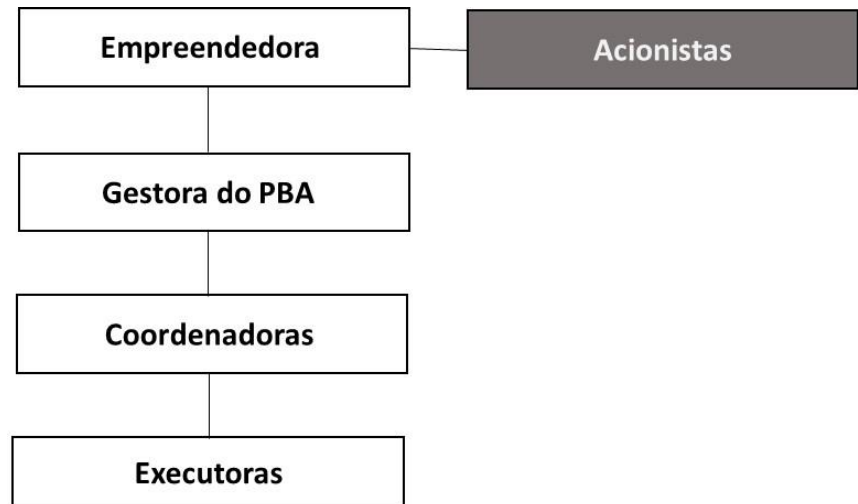


Diagrama 4 – Cadeia de comando da gestão ambiental de Belo Monte.
Reprodução do autor com base nos dados de campo.

A *Empreendedora* é o ator mais problemático do quadro de gestão ambiental de um empreendimento, com quem as equipes de *campo* das consultorias devem buscar uma interlocução constante, pois muitas das ações de mitigação e compensação ambiental requerem que medidas pragmáticas sejam adotadas pela engenharia da obra, como, por exemplo, a adoção de infraestrutura de sinalização e segurança dos locais de intervenção. Tais medidas são, muitas vezes, recebidas com muita resistência pelos empreendedores por representarem o aumento de custos operacionais ou comprometimento de prazos construtivos do empreendimento.

Outro ator importante é o *Conselho de Acionistas*, interessado em saber se o andamento das atividades de responsabilidade ambiental pode comprometer o retorno dos investimentos realizados no projeto de construção da usina – tais como o descumprimento de compromissos que façam os prazos estabelecidos nos contratos de concessão de energia com a *Empreendedora* se estendam. A presença do *Conselho de Acionistas* ao lado da *Empreendedora* assinala uma característica fundamental do processo de racionalização que marca a gestão ambiental, qual seja, que toda a sua estrutura administrativa é pensada para servir aos interesses dos acionistas, provendo-os de evidências materiais para suas políticas liberais da “prestação de contas” ou *accountability* (Li, 2011: 53; Oliveira, Zhouri e Motta, 2020: 13).

Em seguida, com lugar de grande destaque no processo de gerenciamento, está a *Gestora do Plano Básico Ambiental (PBA)* da usina. A *Gestora do PBA* é uma empresa de consultoria cujo escritório-sede fica na cidade de Belo Horizonte. Composta por um clérigo de *experts*, a função da *Gestora* é definir um número infindável de tarefas repetitivas endereçadas a outras empresas de consultoria e ao próprio corpo técnico da concessionária de energia, com o objetivo de registrar e avaliar o *status* do andamento das ações ambientais previstas em cada

um dos programas do PBA. Dessa forma, a responsabilidade da *Gestora* é planejar e monitorar o plano de trabalho a ser executado pelas empresas responsáveis pela execução de cada uma das ações previstas nos planos, programas e projetos de mitigação e compensação ambiental definidos no licenciamento.

Apesar da importância da *Gestora do PBA*, cujo enfoque envolve a avaliação crítica da execução das medidas de compensação e mitigação do empreendimento, a medição de seus resultados, bem como a proposição de medidas corretivas, o trabalho da *Gestora* é o mais burocrático, pois é ela quem define os padrões dos relatórios técnicos a serem encaminhados aos órgãos ambientais e um número interminável de procedimentos de armazenamento de dados que devem ser atendidos na execução das atividades ambientais, os quais demandam muito tempo dos profissionais alocados no *campo*, promovendo, muitas vezes, o desvio do enfoque na execução e acompanhamento das ações de compensação e mitigação ambiental para a produção de documentos escritos.

A *Gestora do PBA* juntamente com a *Empreendedora* são as instituições que definem a linguagem procedimental da gestão ambiental, as quais, por serem altamente técnicas e legalistas, privilegiam a interlocução com os órgãos ambientais em detrimento da interlocução com as comunidades atingidas. Basicamente, a função da *Gestora* é administrar um processo periódico de transferência de dados sobre o andamento dos planos, programas e projetos ambientais, o qual é alimentado a partir dos resultados das atividades executadas pelos profissionais de *campo*, especialmente aqueles contratados pelas *Executoras* (ver a seguir).

Abaixo da *Empreendedora* e da *Gestora* estão as equipes das *Coordenadoras* e das *Executoras*, as quais, por sua vez, são compostas por empresas de consultoria que coordenam e executam os planos, programas e projetos ambientais, respectivamente. Ou seja, as *Coordenadoras* são responsáveis por supervisionar os programas ambientais desempenhados pelas *Executoras*. Essas últimas põem em prática as atividades do PBA, enquanto as *Coordenadoras*, numa interlocução direta com a *Gestora* e a *Empreendedora*, se concentram no acompanhamento gerencial do trabalho das *Executoras*, o que envolve a revisão dos relatórios técnicos entregues aos órgãos ambientais, bem como dos relatórios gerenciais mensais a serem entregues à *Empreendedora* como condição para a liberação do pagamento.

Empresas prestadoras de serviços de consultoria ambiental poderiam assumir múltiplas funções na estrutura do gerenciamento de Belo Monte, atuando tanto como *Coordenadoras*, quanto como *Executoras*, a depender de seus contratos comerciais com a *Empreendedora*. Por exemplo, a consultoria em que eu trabalhava fora contratada para funções de coordenação e

execução das atividades previstas no PBA. Assim, éramos *Executores* de uma série de subprogramas do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande (PGIVG) e os *Coordenadores* de todos os programas dos meios biótico e físico do PBA.

O diagrama 5 abaixo é uma reprodução do processo de gerenciamento ambiental de Belo Monte e nos serve aqui para ilustrar como são separadas e definidas as funções e tarefas do gerenciamento ambiental de Belo Monte. Na base da pirâmide, temos a divisão *campo* e *escritório*. Todas as atividades descritas no diagrama decorrem dessa divisão. Todo o sistema de gerenciamento ambiental de Belo Monte está fundado na oposição *campo/escritório*.

Na distribuição de tarefas entre o *campo* e o *escritório*, o *escritório* é o local da elaboração e coordenação de planos de trabalho, da elaboração, consolidação e validação de relatórios técnicos e da gestão institucional de todo o processo do gerenciamento. O *escritório* é quem detém o poder de produção da linguagem do gerenciamento em todas as empresas de consultoria, bem como na estrutura da empreendedora. Já o *campo* é o local da execução e fiscalização das atividades, da realização de auditorias e do acompanhamento dos resultados dos programas ambientais. O *campo* é o espaço social propenso a reproduzir a linguagem gerencial do *escritório*, embora, em certos momentos, os padrões culturais que definem essa linguagem sejam estremecidos nos processos sociais vividos no *campo*.

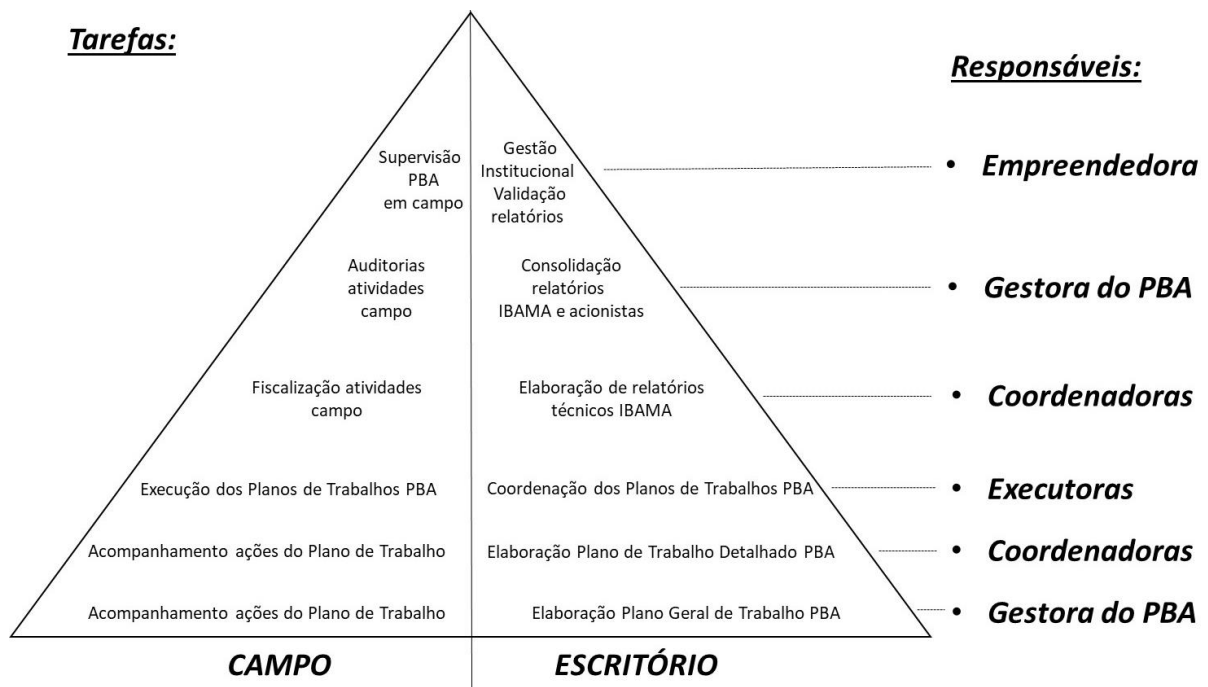


Diagrama 5 – Processo de gerenciamento do PBA
Reprodução do autor com base nos dados de campo.

Taskscape, valor e as contradições do campo

Todo o “conjunto de tarefas” (Ingold, 2000: 195) das consultorias está articulado por um coeficiente de “valor” que tende a avaliar os territórios atingidos por um empreendimento pela “quantidade de riqueza material” (Graeber, 2015: 68) ali presente. Como argumenta Ingold (2000), “cada tarefa obtém seu significado de sua posição dentro de um conjunto de tarefas” (ibid.: 195). Isso se dá porque “as características mais marcantes das práticas técnicas humanas residem em sua imersão na corrente da sociabilidade” (ibid.). Para descrever a forma como as atividades técnicas humanas estão imersas em arranjos sociais, Ingold cunhou o termo “*taskscape*”, ou paisagem de tarefas (ibid.). Segundo o autor, “assim como a paisagem é uma série de recursos relacionados, também – por analogia – a paisagem de tarefas é uma série de atividades relacionadas” (ibid.). E, assim como a paisagem se assenta na totalidade das relações que cada um de seus componentes estabelece uns com os outros (ibid.: 191), a *taskscape* se assenta na totalidade do valor produzido pelo trabalho humano (ibid.: 194-195).

A percepção da “paisagem de tarefas” (ibid.: 195) das consultorias ambientais é importante pois ela reconhece o “valor como produto da organização burocrática” (Graeber, 2015: 68). Nesse contexto, embora exista uma inserção diferenciada entre os consultores do *campo* e do *escritório*, ambos trabalham juntos para produzir valor dos territórios atingidos por um empreendimento de acordo com as prescrições que lhes são ditadas pelo capitalismo financeiro. Como argumenta Graeber em seu estudo sobre a burocracia, o princípio das práticas burocráticas reside na produção de valor (ibid.: 65). Um valor que, apesar de intencionalmente disfarçado pelo princípio da “eficácia técnica” (ibid.: 68-69), está intimamente relacionado com o processo de financeirização do mundo, que, no pós-guerra, colocou como o propósito último da atividade burocrática a produção e extração de riqueza para os investidores (ibid.: 31, 62).

Conforme mencionado, toda a estrutura administrativa da gestão ambiental de Belo Monte é pensada para servir aos interesses dos acionistas, provendo-os de evidências materiais para suas políticas liberais da “prestação de contas” ou *accountability* (Li, 2011: 53; Oliveira, Zhouri e Motta, 2020: 13). Nesse contexto, o *campo* não somente compartilha com o *escritório* o princípio de “olhar o mundo através dos olhos dos investidores” (Graeber, 2015: 35) como é ali que esse princípio é, *de facto*, colocado em prática.

O *campo* é quem coloca em prática os “meios, o idioma e a temporalidade dos canais padronizados e institucionalizados” (Zhouri et al., 2018: 34) do licenciamento, de modo a reduzir condições de vida diversas “em atributos imediatamente apreensíveis e mensuráveis”

(*ibid.*) para o jogo de mitigações. O *campo* é quem sujeita as populações atingidas às categorias “majoritariamente patrimoniais e censitárias”, as quais subsomem os modos de vida presentes nesses territórios a uma “lógica” que lhe é “estranha” (Zhourri et al., 2016: 9). O *campo* é o local da aplicação de “procedimentos técnico-científicos particulares que possibilitam o cálculo [econômico-financeiro] de impactos”, na medida em que a perspectiva das populações atingidas é “desconsiderada” (Vianna, 2014: 25). O *campo* é quem reduz a diversidade de pensamento das localidades atingidas à lógica epistemológica homogênea do mercado (Fortun, 2001: 11).

Ainda mais grave, o *campo* é o espaço da “subtração do sofrimento” (Oliveira, 2014: 139) das populações atingidas. Dada “a necessidade de transformar os idiomas locais em categorias profissionais deslocadas da experiência”, o *campo* é o espaço da redução das “narrativas” de dor e sofrimento das populações atingidas “à linguagem técnica do risco ou às categorias jurídicas de dano, prova e reparação” (*ibid.*: 144). Na busca por “instruir, retificar e conter as percepções de dano e perigo” dos empreendimentos (*ibid.*: 145), os analistas de *campo* “contornam e/ou deslocam o sentido subjetivo” da dor e do sofrimento das comunidades atingidas “que é constitutivo desse processo social” (Magalhães, 2007: 16).

A leitura dos efeitos sociais de um empreendimento é sempre uma leitura que se faz por via de tarefas específicas do “capitalismo burocrático” (Graeber, 2015: 67). Grande parte do tempo de trabalho do analista de *campo* é destinada a um processo de “avaliação das coisas” pela óptica da financeirização (*ibid.*: 73). Um processo que pode ser apreendido na sua rotina trabalho (figura 15): aplicando questionários, fazendo uso de suas unidades de medida, de suas fórmulas matemáticas, categorias administrativas, enfim, de todas as suas “técnicas burocráticas” (*ibid.*: 37) de mensuração de danos. No entanto, em certos momentos, a experiência de *campo* desafia a rotinização, uma vez que, no curso de suas atividades, uma pluralidade de sentidos perturba a lógica homogênea das suas atribuições, sobretudo os sentidos presentes na dor e no sofrimento das comunidades atingidas pelos empreendimentos.

A queda nos rendimentos dos barqueiros, o comprometimento do uso da água dos indígenas, as aflições com relação à manutenção dos deslocamentos das balsas... Tudo esteve presente na minha percepção como analista de *campo*. Assim como a linguagem filosófica, que exige uma “resposta à possibilidade que a minha dor possa existir no seu corpo” (Das, 1996: 70), eu, como analista de *campo*, me agitava com a possibilidade de fazer com que a dor das populações atingidas fosse traduzida nos procedimentos administrativos por mim utilizados. Isso me colocava, muitas vezes, diante de uma contradição, um “paradoxo temporal específico” (Fortun, 2001: 11) produzido pelos desastres do capitalismo (*ibid.*: 12).



Figura 15 – Eu, como analista de *campo*.
Foto: Anônimo, fevereiro de 2013.

Ao mesmo tempo em que me via reproduzindo as estratégias de controle e domesticação da economia política do capitalismo global (Fortun, 2001: 7), por outro lado, a “necessidade desesperadora” de provar, por meios técnicos, a condição de vítimas das comunidades atingidas também fazia parte da minha experiência (ibid.: xvi). É diante desse “duplo vínculo” (Bateson et al. 1956), pego diante de escolhas de igual valor hierárquico (ibid.), que eu buscava formular uma resposta para a minha condição. Nesse contexto, se, por um lado, o analista de *campo* tende a responder às situações de trabalho de “forma enraizada”, reproduzindo, indiscriminadamente, as estratégias de controle e domesticação do capitalismo, por outro, é possível também registrar como os “campos de força e contradição” presentes na sua experiência (Fortun, 2001: 11) podem movê-lo em direção a outras possibilidades de atuação, embora limitadas.

Quando comecei a trabalhar na consultoria, eu possuía o hábito de escrever notas técnicas de circulação interna, as quais apontavam o não cumprimento de condicionantes ambientais que aquele cenário poderia “violar os direitos das comunidades atingidas”. No entanto, após perceber que o idioma geral da consultoria prezava pela manutenção do interesse dos empreendedores, e não das comunidades, abandonei a expressão “violação de direitos”. Em seu lugar, passei a utilizar a expressão “comprometimento do licenciamento ambiental” quando queria comunicar o não cumprimento de medidas ambientais e, assim, produzir um efeito sobre a violação de direitos dessas comunidades.

É certo que esse tipo de linguagem reforça o poder simbólico das consultorias. No entanto, a forma como ela coloca em “tensão... ideais reguladores e realidades etnográficas”

(Fischer, 2011: 147) produz algo novo no movimento do analista de *campo*. A propósito de defender o interesse dos empreendedores (“o comprometimento do licenciamento”, o que pode conter o fluxo de investimentos do capital), é possível ao analista de *campo* revelar a “violação” de direitos das comunidades. Mesmo que massivamente dominados pela linguagem dominante do capitalismo burocrático, a qual é criada para atender às demandas de prestação de contas dos empreendimentos diante de órgãos de licenciamento e de investidores (Bronz, 2016; Whittington, 2019), a minha experiência como analista de *campo*, entre as comunidades atingidas, revela a possibilidade de, até certo ponto, driblar essa dominação.

Quando releio meus diários de campo utilizados durante o trabalho em Belo Monte, o que eu mais vejo são anotações referentes ao cumprimento de procedimentos burocráticos, como a descrição do “número de rotas de transporte escolar”, a quantidade de “alunos transportados” na região, o agendamento de atividades para “mapeamento em GPS” dos canais de navegação etc. No entanto, nesses mesmos diários são também anotadas muitas das contradições que o *campo* coloca para essas categorias administrativas, como a descrição do canal do Caitucá como o “preferencial da navegação”, a descrição do conhecimento local dos barqueiros ao rechaçarem o dispositivo provisório de transposição de embarcações, ou a descrição dos diversos tipos de embarcação da Volta Grande, as quais iam muito além das “pequenas embarcações” listadas no EIA.

Em duas páginas de um dos diários,²² entre as anotações de “coordenadas geográficas” de ambientes de reprodução de tartarugas no baixo Xingu e de “algumas pendências” no licenciamento de Belo Monte – verificadas após uma visita de *campo* à comunidade Santo Antônio onde 20 famílias ainda aguardavam o reassentamento no local e lutavam para sobreviver após a desarticulação socioeconômica da comunidade em função do deslocamento compulsório de outras 250 famílias que ali residiam para dar lugar ao porto da obra da usina – me deparei com uma reflexão que demonstra um tanto dos dilemas enfrentados no meu engajamento com o *campo* da análise ambiental daquele empreendimento.

A reflexão diz o seguinte:

Enquanto trabalho, eu não quero ser funcional. Eu quero ser verdadeiro. Rasgar o silêncio. Há uma outra história a ser contada. Uma história que emerge das fricções dessas audiências contraditórias.

Romper com o aspecto meramente “funcional” do gerenciamento ambiental (i.e., a sua dimensão burocrática que simplifica tudo o que existe nos territórios dos empreendimentos às

²² Ao todo, utilizei seis diários de campo em Belo Monte. É com a ajuda deles, entre outras fontes, que reconto as situações de trabalho por mim vivenciadas.

categorias administrativas do licenciamento) é uma atividade extremamente difícil, quando não impossível, para um analista de *campo*, pois os poderes que incidem sobre o seu movimento tentam a todo tempo discipliná-lo. Nesse sentido, é preciso acercar dos “pequenos atos” (Scott, 2012: 26) dos analistas de *campo* que “cliva[m]” as estruturas da consultoria “de dentro” (Ingold, 2020: 66), pois o seu movimento, “passando por” (ibid.: 69) e sendo afetado pelo sofrimento e pela dor das populações atingidas, pode estabelecer uma “diferenciação intersticial” (ibid.) em relação à disciplina massiva da burocracia. Uma “variação” (ibid.: 63; Manning, 2006: 1) dentro da consultoria e que é mobilizada, sobretudo a partir da experiência do consultor em *campo*, participando do fluxo de energia de seus acontecimentos.

Como afirma Ingold (ibid.: 96, 100), participar dessas clivagens, perceber e corresponder a esses interstícios sociais pode ser uma das tarefas da antropologia. Para Ingold, a “diferença... é intersticial: é gerada a partir de dentro, não da justaposição de colagem de mundos que estão radicalmente fora um do outro” (ibid.: 96). A antropologia não se trata da “produção... do anonimato, mas da diferença” (ibid.: 37). Nesse sentido, dentro de uma instituição poderosa como a consultoria ambiental, capaz de submeter mundos à sua única retórica oficial, talvez fosse interessante registrar as fraturas internas da sua constituição, a fim de registrar os “ritmos nuançados” (Manning, 2006: 1) que o movimento dos consultores ambientais possa ter nas mais variadas escalas da consultoria.

Como demonstraram Abélès e Badaró (ibid.) para o caso da Organização Mundial de Comércio (OMC), uma mirada sobre a “distribuição de papéis, espaços, vozes, visibilidades, imagens, conhecimentos, tecnologias e temporalidades que forjam os processos e as práticas políticas contemporâneas” (ibid.: 80) permitem “trazer para a luz” não apenas as relações assimétricas de poder que existem dentro de uma organização, com suas “ambiguidades, tensões e fragilidades” (ibid.: 91, 95), mas as diferentes “configurações estéticas” (ibid.: 80) ou sensíveis a partir das quais o conflito entre os “grandes jogadores” e as “vozes... minoritárias” dessas instituições se dão no seu cotidiano (ibid.: 85-92). Tirar da invisibilidade essas distintas configurações sensíveis significa resgatar “o caráter imanente da vida social” contra as “pretensões de transcendência do poder” (ibid.: 79-80).

Capítulo 3 – Etiquetas de mando e obediência

Existe um conflito entre os analistas do *campo* e os consultores do *escritório* em torno das definições dos efeitos sociais dos empreendimentos dentro das consultorias ambientais. A base desse conflito se dá porque os altos funcionários dessas empresas, tal como outros gestores corporativos (Jackall, 1988a), lutam para manter “uma visão abstrata” dos problemas ambientais presentes nos territórios da instalação e operação de um empreendimento, “ao invés de uma visão concreta dos problemas” (Jackall, 1988: 131 apud Welker, 2014: 63), enquanto, no *campo*, essa perspectiva tende a ser mais difícil de sustentar, dado o tipo de experiência substantiva que os analistas estabelecem com os territórios e as populações atingidas por um empreendimento.

Os níveis gerenciais da consultoria estão em busca de “resultados bem-sucedidos” para os seus projetos (Jackall, 1988: 22 apud Welker, 2014: 63) procurando, a todo tempo, se distanciar de “detalhes embaraçosos” ou “desordens complicadas” (ibid.) que possam agravar os efeitos sociais dos empreendimentos. Em outras palavras, o alto escalão da consultoria, em geral, tende a omitir ou ignorar os efeitos sociais dos empreendimentos. Já os analistas de *campo*, em determinados casos, podem procurar evidenciar esses efeitos, seja por meio de associações clandestinas com funcionários de órgãos ambientais, ou por meio de pequenos atos que perturbam as categorias administrativas ficcionais do licenciamento (como no caso da indigenista da Norte Energia que optou pelo uso da imagem da balsa em um documento oficial da empresa).

Neste capítulo, pretendo sublinhar que o conflito entre aqueles que buscam reduzir/omitir os agravos dos empreendimentos e aqueles que buscam enfatizá-los não está limitado aos diferentes processos de categorização dos efeitos sociais dos projetos que cada um leva a cabo no curso de suas atividades: um conflito manifesto, por exemplo, nas contradições em torno do “canal preferencial de navegação na Volta Grande”, ou em torno dos tipos de embarcação que navegam a Volta Grande, muito além dos pequenos barcos. Todos esses desacordos são antes apreendidos por uma série de padrões de comportamento, os quais articulam as emoções, as atitudes e as práxis corporais dos consultores ao comando dos empreendedores que buscam, de forma sistemática, omitir os efeitos dos empreendimentos.

Ou seja, o processo de redução/omissão dos agravos sociais dos empreendimentos é um processo que se estabelece por meio de uma “microfísica do poder” que tem no corpo, nos seus gestos e no seu comportamento os principais meios de articulação (Foucault, 2014: 136, 135).

A busca por descomplicar os problemas ambientais dos empreendimentos envolve um processo de repressão de “funções corporais”, controle de “impulsos naturais” e das “emoções” (Graeber, 2007: 27-28). Se as performances corporais, o tom de suas falas ou a intensidade de suas emoções demonstrarem outra coisa que não a omissão dos problemas ambientais de um empreendimento esses consultores correm o risco de serem penalizados.

“Menos, Rafael! Menos”

Em 15 de dezembro de 2011, eu participei do seminário de acompanhamento das condicionantes ambientais de Belo Monte, em Brasília - DF. O evento havia sido proposto pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão responsável por supervisionar o licenciamento ambiental de Belo Monte. O objetivo do IBAMA, ao propor o seminário, era se inteirar de forma mais direta dos resultados e do *status* do andamento das ações de compensação e mitigação ambiental do empreendimento, apresentados previamente no 1º relatório semestral da execução do Plano Básico Ambiental (PBA) da usina (Norte Energia, 2011d).

Conforme mencionado, obedecendo aos requisitos formais do licenciamento, a licença de instalação de Belo Monte foi emitida em 1º de junho de 2011 pelo IBAMA. Essa data marca o início da construção do empreendimento e, conseqüentemente, o início de seus programas ambientais, aprovados durante a fase de licença prévia. Assim, a realização do seminário em Brasília, em dezembro de 2011, marcava o fim do primeiro semestre da execução das ações ambientais da usina.

Claramente o IBAMA não tinha pessoal suficiente para avaliar milhares de páginas descritivas do andamento das ações ambientais de Belo Monte apresentadas no relatório e o seminário objetivava cobrir essa lacuna, possibilitando um diálogo mais direto, e sucinto, entre as equipes técnicas da instituição e os consultores responsáveis pela execução das atividades previstas no licenciamento ambiental. Um momento estratégico para os consultores afirmarem o seu poder diante do órgão ambiental. Esses últimos, incapazes de apreender o universo sobre-humano de dados dos estudos e projetos ambientais, se acomodam na presença dos *experts* que, num passe de mágica, parecem possuir a competência para tanto. Espécie de “coreografia da governança” (Marchezini, 2015: 364) criada para argumentar e convencer as pessoas de que os efeitos sociais dos empreendimentos estão sendo controlados.

Ademais, considerando que nenhum representante das comunidades atingidas estava presente no seminário, o evento demonstra a “concepção essencialmente autoritária” da política ambiental, na qual o “ambiente” e os “setores sociais atingidos pela megaobra” são reduzidos ao *status* de um objeto passível de ser controlado pela autoridade dos *experts* (Viveiros de Castro; Andrade, 1988: 8). Nesse sentido, o seminário é um exemplo típico da reprodução da “estrutura de dominação da sociedade brasileira” (Santos; Andrade, 1988: 6) pelos analistas ambientais que, por meio do seu “monopólio da imposição do veredito” (Bourdieu, 2012: 54) sobre os problemas ambientais, reproduzem as estruturas de hierarquização e exclusão do país.

As apresentações dos resultados dos programas e projetos do PBA se deram a partir da formação de grupos de trabalho que correspondiam às especialidades requeridas pelo quadro compartimentalizado dos procedimentos do licenciamento ambiental, subdivididos entre os meios físico, biótico e socioeconômico. Como responsável pelo monitoramento das condições de navegabilidade das populações da Volta Grande, eu participei do grupo de trabalho responsável por acompanhar as ações de controle e proteção ambiental do meio socioeconômico.

O diretor de licenciamento ambiental do IBAMA, a figura de maior destaque por parte da instituição pública presente no evento, circulava entre os vários grupos e apresentações. Muito alinhadas às expectativas do IBAMA, as apresentações dos programas seguiram um formato previamente definido pela Gestora do PBA, um formato que previa a apresentação, em linhas gerais, das atividades realizadas e dos resultados alcançados para o período, de acordo com o cronograma previsto para cada um dos programas do plano, além de uma avaliação das dificuldades encontradas na sua execução e dos ajustes que se faziam necessários para o cumprimento pleno das ações ambientais. Conforme destacado no capítulo 2, o formato apresentado pela Gestora do PBA, um desenho, sobretudo administrativo e burocrático, é pensado desde o *escritório* daquela empresa que ficava em Belo Horizonte.

Findada a apresentação, os técnicos do IBAMA, de posse do cronograma de cada projeto do PBA, faziam alguns questionamentos sobre as atividades planejadas para o período. Seguindo o cronograma do Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção (PMNCEP), duas atividades deveriam ser apresentadas, a saber: 1) o levantamento de referência das condições de navegabilidade na Volta Grande, as quais seriam periodicamente monitoradas ao longo das etapas de construção e operação do empreendimento, de modo a permitir a avaliação das mudanças ocorridas sobre a navegação; e, 2) a realização de “workshops” junto ao IBAMA, instituições públicas e comunidades locais com enfoque na

apresentação dos dados do levantamento de referência, a fim de estabelecer soluções coletivas para mitigar os impactos afetos à navegabilidade e ao escoamento da produção.

Assim, os questionamentos do IBAMA foram orientados a essas duas atividades. Entre suas dúvidas, eles solicitaram maiores esclarecimentos sobre um mapa apresentado na ocasião do seminário, no qual estavam representados os canais fluviais, as rotas de navegação da Volta Grande do rio Xingu, bem como seus principais obstáculos. O detalhamento que foi feito da navegação na Volta Grande impressionou os técnicos do IBAMA, não por mérito da equipe, mas pela forma como os navegantes locais respondiam, socialmente, às características hidrológicas da Volta Grande, bem como pelo conhecimento altamente elaborado com que a navegação era empreendida na região.

Cada um dos canais de navegação da Volta Grande, com suas características hidrológicas particulares, favorecia a um tipo de navegação. O canal da margem direita, a jusante do barramento, localmente denominado “canal do Landi”, era preferencial à navegação de embarcações de maior porte, com capacidade de carga entre 3 até 6 t, ou superior a 6 t e calados mais acentuados, uma vez que o seu leito era mais profundo quando comparado ao da margem esquerda. O canal do Landi era também mais apropriado para as embarcações com motores mais potentes, como os motores de popa das voadeiras, pois nele existia menos probabilidade de suas hélices se chocarem com alguma pedra no fundo do rio, além de sua potência possibilitar a transposição das fortes corredeiras que ali se formavam.

Do outro lado do rio, no canal da margem esquerda, a jusante do barramento, ficava canal do Caitucá, preferencial para a navegação de embarcações de menor porte, com capacidade de carga para até 3 t e com motores de baixa propulsão (a maioria das embarcações que navegavam a Volta Grande, vide nota 4), uma vez que as águas ali encontradas eram mais rasas e menos velozes, o que ofertava maior segurança para o deslocamento fluvial desse tipo de embarcação. Já nos canais a montante do barramento, essa distinção se dava exatamente ao contrário. O canal da margem esquerda, o canal do Paratizão, era o mais utilizado pelas embarcações de médio porte, ao passo que as pequenas embarcações priorizavam os deslocamentos pelo canal da margem direita, o canal do Cotovelo.



Figura 16 – Navegação durante a cheia no rio Xingu.
Registro do autor, maio de 2011.

É válido registrar que os obstáculos à navegação na estiagem são distintos daqueles do período de chuvas. No período de estiagem, o estreitamento dos canais da Volta Grande, a redução de sua profundidade e o afloramento de pedras em suas margens dificulta bastante a navegação, enquanto que, no período de chuvas, o elevado volume de água do rio Xingu, combinado ao seu leito pedregoso, faz surgir fortes ondulações (figura 16), obrigando os barqueiros a navegarem pelos trechos de remanso formados próximos às margens ou nos canais existentes entre as ilhas do rio Xingu. Cada um dos trechos fluviais que oferecia dificuldade para a navegação, fosse na estiagem ou no período de chuva, possuía uma denominação específica atribuída pelos barqueiros locais.

Enfim, muitas características sociais da navegação na Volta Grande foram apresentadas ao IBAMA.²³ Após essa apresentação, o diretor de licenciamento do IBAMA elogiou o trabalho da equipe responsável pelo PMNCEP. Na sequência do seu comentário, o coordenador da Gestora do PBA, também presente naquele seminário, enviou um e-mail à gerente de meio ambiente da consultoria em que eu trabalhava publicitando o “elogio público” do órgão ambiental. O e-mail do gestor do PBA, um profissional muito respeitado no campo da prestação

²³ Tais como 1) a renda de referência dos proprietários de embarcação prestadoras de serviço de transporte fluvial na Volta Grande; 2) o mapeamento das rotas fluviais de transporte escolar, as quais totalizavam 17 rotas e 279 alunos transportados para 7 escolas locais; 3) a indicação dos principais obstáculos à navegação na Volta Grande, com um descritivo do seu período hidrológico mais crítico, que poderia variar entre a estação de chuvas e estiagem; 4) um detalhamento das rotas fluviais de saúde, cujos Agentes Comunitários de Saúde atendiam um universo de 298 famílias; 5) uma especificação dos tipos de embarcação que navegavam o trecho, bem como da sazonalidade de seus descolamentos etc. (Cf. Norte Energia, 2011d).

de serviços ambientais, repercutiu por muito tempo nos bastidores da consultoria, embora, ironicamente, minha atuação em eventos públicos como aquele seminário em Brasília começasse a ruir na sequência do reconhecimento por parte da instituição pública.

Após a apresentação dos dados das pesquisas de referência, os analistas do IBAMA questionaram como as comunidades locais da Volta Grande (isso é, os ribeirinhos, pescadores, pilotos de embarcação que ofereciam serviços de transporte fluviais, os usuários desses serviços, entre outros) encaravam o fato de, muito proximamente, terem que conviver com a operação de um Sistema de Transposição de Embarcações (STE) – o dispositivo a ser instalado na altura do eixo da barragem principal de Belo Monte, no rio Xingu, como medida mitigatória voltada para a manutenção dos deslocamentos fluviais na região, conforme determinado pelas licenças de prévia e de instalação do empreendimento (IBAMA, 2010, 2011).

O coordenador de assuntos fundiários da Norte Energia – um profissional com posição de poder elevada naquela empresa, cujo *status* poderia ser apreendido na arquitetura da corporação, pois seu escritório ficava ao lado da sala do diretor socioambiental da concessionária de energia, no andar mais alto do prédio da companhia em Altamira - PA – se prontificou a responder ao IBAMA, afirmando que as comunidades da Volta Grande “estavam recebendo muito bem” o fato de terem que, brevemente, conviver com a operação de um sistema de transposição de embarcações.

Naquele momento, sabendo que a afirmação do coordenador de assuntos fundiários se tratava de algo um tanto que absurdo, pois, àquele profissional não somente lhe faltava conhecimento sobre o tema, o que lhe impedia opinar a respeito, mas também porque o projeto de engenharia do STE nem sequer havia sido apresentado nas localidades da Volta Grande, uma vez que *apenas uma apresentação* do sistema fora realizada até então aos barqueiros locais, e essa apresentação havia sido feita na cidade de Altamira, em 27 de julho de 2011. Assim, diante daquele argumento um tanto descabido do coordenador de assuntos fundiários, decidi que era preciso contrariá-lo publicamente naquele seminário.

Pedi a palavra e já me desculpando ao coordenador da Norte Energia afirmei que entre os comunitários da Volta Grande, com os quais convivi intensamente para a composição dos levantamentos sobre a navegação, havia um sentimento de angústia profunda com relação ao futuro dos deslocamentos fluviais na região e, naquele contexto, acreditava que o problema pudesse ser amenizado com a “intensificação das atividades de comunicação social” do STE.

Contudo, enquanto eu falava, percebi certo incômodo entre muitos dos presentes naquele evento. Não os técnicos do IBAMA ou seu diretor de licenciamento ambiental quem,

em um trabalho de campo conjunto na Volta Grande, em data posterior àquele seminário, me confessara que gostara da apresentação em Brasília por ela ter sido “sincera”. Os que ficaram incomodados foram os empreendedores e os consultores presentes no seminário, a maioria deles com posições de gestão e coordenação do processo de gestão ambiental de Belo Monte, pois os meus excessos de “sinceridade” revelavam, naquele instante, algo não muito apreciado entre os profissionais do alto escalão dessas empresas.

Na plateia, pude avistar meu chefe, o coordenador de socioeconomia da consultoria (e quem conduziu a maior parte da apresentação), transparecendo o seu desconforto. Em um momento da minha fala ele gesticulou com as mãos, na forma de um gesto mudo, sua intenção para que eu reduzisse a intensidade da minha “sinceridade” ao responder o questionamento do IBAMA, um gesto que pude traduzir como “menos, Rafael! Menos”. Após sua comunicação, pude perceber o olhar feroz do dono da empresa responsável pelo Programa de Comunicação Social do PBA de Belo Monte (a consultoria E.labore, com sede em Brasília), também presente naquele evento, e que, em tese, estava sendo cobrado pela minha percepção de que era necessário “intensificar as ações de comunicação social” do STE na Volta Grande.

Encerrado o evento, alguns técnicos do IBAMA me abordaram novamente solicitando maiores informações sobre a navegação na Volta Grande, além de tecer comentários um tanto que impressionados sobre os dados apresentados, tais como as longas distâncias percorridas pelos navegantes locais, os traçados particulares dos canais de navegação, além de todo o nosso esforço em tentar cobrir a vastidão dos deslocamentos fluviais naquele território. O mesmo entusiasmo aconteceu entre alguns advogados da Advocacia Geral da União (AGU), também presentes no evento, que igualmente se aproximaram após o fim da apresentação e, depois de alguns minutos de conversa, afirmaram que sairiam daquele seminário com a percepção de que “era possível construir uma hidrelétrica tal como Belo Monte respeitando questões ambientais”.

Eu não saberia dizer quais eram as suas impressões anteriores com relação à inclusão de demandas ambientais no quadro dos projetos energéticos do estado, mas pude perceber que a sinceridade poderia figurar entre os aspectos norteadores dessa resolutiva. No entanto, pelos desencadeamentos que decorreram daquela apresentação, é possível notar que sinceridade não é de todo um valor defendido e incentivado nos bastidores das consultorias. Afinal, após a minha contradição à fala do coordenador de assuntos fundiários, nunca mais participei de outros seminários do IBAMA em Brasília, apesar de estar entre os técnicos do programa de monitoramento da navegação com mais horas de trabalho de campo na Volta Grande.

A ordem simbólica do poder

A reflexão sobre a razão para não mais ter participado dos seminários do IBAMA, em Brasília, me faz hoje pensar que o princípio da contenção dos efeitos sociais dos empreendimentos nos limites daquilo que empreendedores e consultorias decidem ser elegíveis e manejáveis (Li, 2011; Oliveira, Zhouri e Motta, 2021) podem ser apreendidos também nas atitudes e nas maneiras de agir dos consultores e empreendedores que integram o campo ambiental. Isso é, as definições exíguas do “subdimensionamento dos efeitos” sociais dos empreendimentos (Oliveira, Zhouri e Motta, 2021: 9) não são apreendidas apenas nas categorias que compõem os documentos escritos de estudos e projetos ambientais, mas em todo o universo simbólico do comportamento, da etiqueta e das práxis corporais que regem o funcionamento do mercado de prestação de serviços ambientais.

Cohen (1978) argumenta que os “padrões simbólicos de comportamento, implícitos no estilo de vida ou “subcultura” de um grupo, se desenvolvem preenchendo funções básicas de organização” (ibid.: 29). Segundo o autor, a manifestação desses padrões de comportamento está também presente em organizações sociais supostamente governadas por bases contratuais, seculares ou impessoais (ibid.: 13). Esse é o caso dos grupos de elite que dominam o sistema financeiro do Reino Unido (ibid.: 29, 125). As peculiaridades comuns observadas no seu estilo de vida – reunidas em torno da sutilidade do seu sotaque, da similaridade de suas formas de expressão linguística, de suas maneiras de vestir, de suas relações de amizade e casamento, enfim, na sua etiqueta em geral – não são apenas aspectos banais de uma “cultura” compartilhada, mas “instrumentos organizacionais no desenvolvimento de limites, formas de comunicação e outros mecanismos necessários à organização” (ibid.: 29).

Segundo Cohen, não é qualquer pessoa que consegue acessar o espaço de tomada de decisões sobre o sistema financeiro do Reino Unido, em que milhões de libras em valores de mercado são negociados e os riscos envolvidos são formidáveis (ibid.: 125). Nesse espaço, “as transações são restritas a um pequeno número de pessoas que confiam umas nas outras” (ibid.). Segundo o autor, um “grau tão elevado de confiança só pode ocorrer entre homens que se conhecem, cujos valores são similares, que falam a mesma língua, com o mesmo sotaque, que respeitam as mesmas normas e que estão envolvidos por uma rede de relações primárias governadas pelos mesmos valores e padrões de comportamento simbólico” (ibid.). Nesse contexto, há uma correspondência direta ou um “envolvimento dinâmico dos símbolos e dos costumes nas relações de poder” (ibid.: 45).

Esse também é o caso das empresas de consultoria ambiental, em que determinados padrões simbólicos de comportamento funcionam como instrumentos organizacionais nas transações que visam reduzir ou subdimensionar a gravidade dos efeitos sociais dos empreendimentos. Essas transações requerem linguagens, posturas corporais e etiquetas correspondentes. Quem não realiza essa associação, i.e., quem não se comporta de modo a reduzir os efeitos sociais dos empreendimentos, rompe o código dos bons costumes e das boas maneiras servis ou patronais que prevalecem nas relações entre prestadores e contratantes de serviços ambientais. Consequentemente, se vê excluído ou afastado das reais instâncias de poder em que são tomadas suas decisões.

As peculiaridades sutis das etiquetas sociais requeridas aos consultores ambientais, reveladas em suas formas de falar, nas bajulações e nos gracejos públicos aos empreendedores, nas suas práxis corporais, nas suas formas de temperamento etc., participam, *ativamente*, dos modos de organização no mercado de prestação de serviços ambientais. Nessa conjuntura, a capacidade de incluir ou excluir os efeitos sociais dos empreendimentos é também apreendida na observação do comportamento social adotado por esse grupo de profissionais, o qual está disponível nos códigos cotidianos que fundamentam os relacionamentos interpessoais de um segmento muito específico de pessoas reunidas em torno da análise ambiental empresarial.

É na chave desses “padrões simbólicos de comportamento” (Cohen, 1978) que eu pretendo fazer a leitura do veto à minha participação nos demais seminários do IBAMA. Pois a minha reação naquele evento foi performada nos limites toleráveis desses padrões de comportamento. Naquele momento específico do seminário, eu desrespeitei o comportamento socialmente aceito pelos membros do mercado da prestação de serviços ambientais, o qual estabelece um regime de controle das emoções fundamentado numa atitude condescendente dos consultores com o poder de mando dos empreendedores para ocultar/ignorar os efeitos sociais dos empreendimentos.

Nesse contexto, a ocultação dos efeitos dos empreendimentos se inscreve num “código específico de comportamento” (Elias, 1994: 76) cujo “padrão especial de maneiras” (ibid.: 83) os consultores não devem burlar. Ou seja, existe uma associação entre as práticas de ocultação dos efeitos sociais dos empreendimentos e o comportamento requerido dos empreendedores e consultores ambientais. Essa associação funciona como uma barreira contra as demandas das comunidades atingidas, uma vez que ela permite manter os efeitos sociais dos empreendimentos inacessíveis, na medida em que eles se tornam inauditos, invisíveis, intocáveis ou inaudíveis.

Nesse sentido, o padrão de comportamento requerido nas consultorias é uma dimensão produtiva da sua capacidade de reduzir/ocultar os efeitos sociais dos empreendimentos.

Lembro que em minha resposta ao coordenador de assuntos fundiários, eu usei a seguinte expressão para fundamentar minha posição, dita de modo bastante *enfático e vibrante*, mas também *aflito e trêmulo*: “Imaginem vocês, navegantes do Xingu, de repente uma parede de 30 metros de altura é edificada impedindo o seu livre fluxo pelo rio, vocês precisam de mais informações sobre como proceder a partir de então, não é mesmo?”. Assim, naquele dia, eu não só contrariei a figura de poder do coordenador de assuntos fundiários da Norte Energia, de modo a romper com a atitude condescendente dos consultores à relação normalizada de poder que o vínculo contratante/prestadores de serviços estabelecia, mas, sobretudo, eu não obedeci a certa orientação de temperamento que o vínculo dessa relação define.

Se o vínculo que une consultores ambientais e empreendedores está fundamentado pela cooperação de ambos para oferecer uma gestão descomplicada dos empreendimentos, intimamente interessada em subdimensionar seus agravos e superar entraves burocráticos e conflitos com as comunidades (Oliveira, Zhouri e Motta, 2020; Pinto, 2019, Zucarelli, 2018; Bronz, 2016; Santos, 2014; Li, 2011), o trabalho exercido nessas instâncias sobre os “corpos” de seus funcionários, manifesto por meio de “uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (Foucault, 2014: 135), é uma das formas mais nítidas pelas quais esse vínculo se sustenta. Pois é no corpo (e na alma) que se excluem todas as “coisas [que] *vazam*” (Ingold, 2012: 29) à contenção dos efeitos sociais dos empreendimentos, como o medo, a perplexidade, a incerteza, a aflição, a hesitação, a insegurança, a dúvida etc. É no corpo que são retirados “os processos vitais” (ibid.: 27) que poderiam mobilizar a ação dos consultores ambientais para a conservação da vida nos territórios da sua atuação.

Nesse sentido, o trabalho das consultorias implica a sujeição de toda a “energia” ou a “potência” dos corpos a uma “aptidão” ou uma “capacidade” muito específica (Foucault, 2014: 136). Parafrazeando Foucault e suas citações de Guibert (ibid.: 152-153): Estudemos os corpos das consultorias e encontraremos a posição e a compostura que lhes são prescritas; as operações específicas a que lhes são suscetíveis; a forma como esses corpos são manipulados pela autoridade; as exigências de natureza e limitação funcional que lhes são impostas; as reações orgânicas que lhes são substituídas ou subtraídas; a forma como esses corpos se oferecem a uma única forma de saber; as atitudes que eles rejeitam ou são coagidos a adotar; os comportamentos tidos como espontâneos e outros que lhes são incompatíveis.

Nesse sentido, é relevante notar que o padrão simbólico de comportamento exigido na consultoria estabelece uma série de impedimentos às mensagens sobre os efeitos dos empreendimentos, as quais são, sobretudo, emitidas desde o chão dessas intervenções. Nesse contexto, o fardo desses impedimentos recai com mais intensidade sobre os profissionais do baixo escalão, isso é, os analistas de *campo*, pois toda particularidade que a sua experiência entre as populações atingidas pode revelar deve ceder à formalidade e deferência das relações com chefes e empreendedores. Todo o engajamento substantivo que esses profissionais realizam com o *campo* deve ser negado pelo tipo mais alto de abstração que lhes é exigido na sua relação com seus superiores, sejam eles chefes ou clientes. A abstração dessas relações de deferência dificulta a comunicação dos efeitos sociais dos empreendimentos.

“O progresso vem aí”

As relações hierárquicas nas consultorias, expressa na autoridade exercida pelos empreendedores sobre os consultores e, por extensão, pelos gestores e coordenadores das consultorias sobre os analistas de *campo*, funcionam na dinâmica daquilo que a antropologia denominou “relação de evitação” (Graeber, 2007). Nessas relações, tudo o que pode existir de espontâneo, de mutualidade, de contato físico entre os corpos e aproximação de suas almas, cede lugar à vergonha, ao embaraço, às concessões de vontade, às distâncias impostas pelos pronomes de tratamento, enfim, às altas relações abstratas de deferência e constrangimento que são estabelecidas nas relações hierárquicas. Isso leva os analistas de *campo* a, muitas vezes, consentirem com as visões de mundo estereotipadas e preconceituosas de seus superiores, mesmo que na sua intimidade eles protestem vigorosamente contra essas visões.

Em 14 de abril de 2012, após os primeiros levantamentos sobre as práticas de navegação na Volta Grande, a equipe de *campo* do Programa de Monitoramento da Navegabilidade e Escoamento da Produção (PMNCEP) foi convidada a apresentar seus resultados em um seminário interno de integração das equipes de socioeconomia, realizado pela Superintendência de Socioeconomia da Norte Energia. O evento reuniria consultores de diversos programas do meio socioeconômico do licenciamento, os quais compunham o Projeto Básico Ambiental (PBA) da usina (Norte Energia, 2011f). Ao todo, o PBA previu a execução de trinta programas, tais como o programa comunicação social, recomposição de atividades produtivas, salvamento arqueológico etc. O evento reuniria integrantes de cada um desses programas.

A grande maioria das equipes de socioeconomia é composta por profissionais da área de humanas, como geografia, ciências sociais, arqueologia, comunicação social etc., embora

biólogos, engenheiros agrônomos, de pesca, agrimensores, entre outros profissionais das áreas biológicas e exatas, também façam parte das ações do meio socioeconômico. Enfim, o objetivo do seminário era fazer com que as equipes de cada programa tivessem um panorama geral das ações de socioeconomia do empreendimento.

Naquela ocasião, a equipe do PMNCEP teve a oportunidade de apresentar dados que indicavam a complexa correlação entre os aspectos socioeconômicos das comunidades da Volta Grande e as práticas de navegação, refletidos no número variado de rotas fluviais de transporte escolar, de saúde, compra de mantimentos mensais, pesca e escoamento da produção, entre outras (Norte Energia, 2011d; 2012b).

Apesar da relativa “simplicidade” da navegação empreendida na Volta Grande, em que a maioria das embarcações era de pequeno porte, calafetadas em madeira e com motores de baixa propulsão, o *status* material daquela economia atendia perfeitamente às demandas da população como, certa vez, a ironia de um morador me fez constatar: após ser questionado, durante meus levantamentos, se existiria algo que, eventualmente, pudesse “melhorar” a situação da navegação local – uma pergunta feita na expectativa de registrar questões estruturais passíveis de aprimoramento, tais como portos, equipamentos das embarcações, sinalização fluvial etc. – esse morador respondeu: “Olha, tendo água e um barco, a gente navega. Mas se secar, só montado num jegue”.

Ademais, entre os pilotos de embarcação de médio porte, com capacidade de carga para até 6 t (o caso dos profissionais que abasteciam os comércios da Ressaca), o conhecimento por eles empreendido no curso de sua prática era de se surpreender. Particularmente cientes das características hidrológicas dos canais de navegação da Volta Grande, esses pilotos tornavam os deslocamentos fluviais possíveis durante todo o ano, mesmo durante a seca, caracterizada por uma drástica redução de calado. Enfim, todas as suas respostas sociais às condições naturais do Xingu permitiam a perenidade da navegação.

Com relação a prática de navegação na Volta Grande é válido registrar que os barqueiros que ali navegam são pilotos muito específicos. Existe uma divisão do trabalho dos barqueiros que prestam serviço de transporte fluvial para as localidades a jusante da sede do município de Altamira e aqueles que transportam cargas e passageiros para as localidades a montante da cidade. Os que descem o rio Xingu são somente os barqueiros que conhecem a especificidades dos canais de navegação na região, tal como aqueles que sobem. A habilidade de ambos os grupos é “altamente contextual” (Scott, 1998: 317). O que esses pilotos conhecem são as características da navegação nos distintos trechos fluviais, tais como os aspectos particulares

das corredeiras, da superfície das águas, das correntezas, das pedras no fundo do rio, do tracejo dos canais, dos quebra-ventos, de como navegar essas águas à noite etc.

Retomando ao seminário de integração das equipes de socioeconomia de Belo Monte, após a apresentação das práticas de navegação pela equipe do PMNCEP, a superintendente de socioeconomia da concessionária, a maior autoridade da Norte Energia para os assuntos sociais da hidrelétrica – uma socióloga que havia também atuado na gestão ambiental da usina hidrelétrica Tucuruí, construída entre 1976 e 1984 no rio Tocantins, estado do Pará –, teceu o seguinte comentário: “É mesmo surpreendente a forma como a navegação na Volta Grande está estruturada, mas não podemos nos esquecer, *o progresso vem aí!*”.

Aquela frase me soou como um banho de água fria. Afinal, após mais de um ano de trabalho de campo na Volta Grande que envolveu: 1) mais de cinco mil quilômetros percorridos pelos canais de navegação da Volta Grande para acessar suas comunidades e conhecer a dinâmica dos deslocamentos fluviais; 2) muitas horas de conversa atenta com os pilotos locais que narravam casos de alagamento, as dificuldades para transpor fortes corredeiras, enfrentar os *banzeiros* ou desviar dos *rebojos*²⁴ (figura 17); 3) o coração na mão quando acometidos por um forte *banzeiro* num *largo*, fazendo com que o piloto suspendesse a navegação, todas essas dimensões do trabalho do analista de *campo* pareciam ser suprimidas pela indiferença, culturalmente informada, da superintendente sobre as condições de vida daquelas populações.

Nesse registro, o que é relevante destacar, a partir da fala da superintendente, é que todo o projeto governamentalizado das consultorias (Foucault, 2002, 2008), que insiste em incluir a vida das populações atingidas aos cálculos do desenvolvimento, não adquire significado pela simples incorporação da sua racionalidade. A atividade empresarial de regulação ambiental de um empreendimento torna-se significativa pela relação que ela estabelece com as intimidades culturais mais profundas da sociedade brasileira (Li, 1999: 303; Mathews, 2005), as quais servem esses profissionais de “estereótipos úteis” (Ribeiro, 2008: 118) capazes de preencher o vazio de suas funções subordinadas aos interesses do capital.

²⁴ Os *rebojos* são redemoinhos que se formam no rio Xingu, principalmente durante a sua cheia, em trechos fluviais com fundo pedregoso.



Figura 17 – *Rebojo*.
Registro do autor, novembro de 2011.

Ao se referir às práticas de navegação da Volta Grande em termos de “progresso”, o movimento que a expressão da superintendente provoca não é um movimento de inclusão dessa atividade social num sistema altamente elaborado de “gestão ambiental”, mas de inclusão num sistema de diferenças fundado pela noção de “desenvolvimento”. Tal noção, mesmo que associada às ideias que os técnicos do setor elétrico possuem em relação à implantação de uma usina, cuja instalação, eles acreditam, teria o “efeito indutor” de mudar realidades, que, na visão dos técnicos, “se caracterizam por atraso e miséria” (Antonaz, 2005: 159), são úteis aos consultores e funcionários de uma concessionária de energia para justificar as suas posições.

Nesse contexto, aquilo que Herzfeld (2016) denomina “a produção social da indiferença” está vivamente expressa nessa relação, pois em vários momentos da sua atuação, os consultores e profissionais de meio ambiente do quadro de uma concessionária hidrelétrica não encontram os sentidos de suas posições na presunção “racionalista” (ibid.: 61) de seus procedimentos, mas em “fontes simbólicas” (ibid.: 62) disponíveis pelas “formas cotidianas de exclusão social, cultural e racial” (ibid.: 21), bem como por uma “retórica que lhes permite embarcar no que percebem ser o balanço corrente do poder” (ibid.: 92). Um movimento de sentido que alinha o cotidiano da gestão ambiental corporativa a estereótipos banais, os quais, estabelecidos em continuidade com práticas históricas de exclusão cultural, social e racial, reproduzem, na intimidade dessas instituições, as políticas de abandono das minorias étnicas e das classes sociais mais desfavorecidas pelas elites (Cf. Souza, 2019; Schwarcz, 2019).

Herzfeld (2016.) argumenta que a burocracia ocidental não se sustenta em bases racionais, mas numa ordem pré-burocrática. Seus recursos simbólicos, ancorados nos sentidos mais comuns que o estado-nação herda dos simbolismos das sociedades de pequena escala (como o sangue, a família, a raça, o parentesco), e àqueles há muito estabelecidos pelas formas cotidianas de exclusão social, cultural e racial, provêm de bases sólidas para a sua sustentação. Segundo o autor, somente assim poderíamos explicar como entidades políticas que celebram os direitos de indivíduos e de grupos minoritários podem, frequentemente, infligir tão vasto dano ou serem tão cruelmente seletivas na aplicação de tais direitos.

Etnografias sobre as práticas de instituições governamentais têm criticado o uso do conceito de “governamentalidade” (Foucault, 2002) para compreender as bases das interações sociais que fundamentam o seu funcionamento (Li, 1999; Mathews, 2005). Se um dos pressupostos da governamentalidade implica o reconhecimento de que as instituições de governo funcionam a partir da internalização das ideologias oficiais da racionalidade e do cálculo por parte de seus funcionários e seus clientes (Mathews, 2005: 795, 798; Li, 1999: 296), o que acontece quando essas ideologias são deliberadamente ignoradas ou se seu significado não é o que justifica a sua prática?

Enfim, a expressão “o progresso vem aí” para se referir às práticas de navegação da Volta Grande não apenas categoriza suas estruturas relativamente simples como “atrasadas”, mas, também, as projetam em um futuro no qual já não poderiam mais existir, como, de fato, ocorreu entre alguns de seus praticantes.

Conforme descrito no capítulo 1, durante o monitoramento da navegação na Volta Grande do rio Xingu, foi identificado um grupo de barqueiros que declarava perdas nos seus rendimentos mensais em decorrência da escassez de passageiros que o processo de expropriação da usina criou. O registro das perdas econômicas do grupo de barqueiros foi realizado entre outubro e novembro de 2012. Em 26 de junho de 2016, como pesquisador independente em Altamira, eu tive a oportunidade de conversar com um dos barqueiros que registrou queda nos seus rendimentos em 2012. Ele me informou já não mais ofertar serviços de transporte fluvial na região: “Não há mais passageiros nem cargas para transportar”.

Em junho de 2016, o proprietário utilizava seu barco para extrair areia do rio Xingu, uma ocupação que não gerava os mesmos rendimentos do transporte fluvial. Ele nunca fora ressarcido pela perda de sua atividade econômica original e jamais recebera qualquer assistência técnica durante a mudança de ocupação. Esse barqueiro culpava a barragem Belo Monte pela sua condição, bem como a empresa Belo Sun, uma corporação minerária canadense que

expropriou dezenas de famílias da comunidade garimpeira da Ressaca, na Volta Grande, para dar lugar a uma mina de ouro. Essa desapropriação massiva também reduziu a demanda por transporte de cargas e passageiros.

Em 2012, quando apresentei, pela primeira vez, as evidências das perdas econômicas do segmento específico de barqueiros para o meu chefe, o coordenador de socioeconomia da consultoria, eu também apresentei outra lista de barqueiros, donos de empresas formais prestadoras de serviços de transporte fluvial na região, os quais estavam, efetivamente, capitalizando suas atividades após o início das obras de Belo Monte. Entre o grupo de empresários, seus rendimentos estavam aumentando, suas frotas estavam expandindo, bem como sua oferta de serviços se diversificava. Tudo isso ocorrera em função da demanda crescente de empresas responsáveis pela construção da usina por serviços de transporte fluvial. Após comparar os dois diagnósticos, o coordenador de socioeconomia, referindo-se aos barqueiros com perdas econômicas, exclamou, em tom meio irritado, embora também descontente e desapontado: *“Esses caras são uns idiotas!”*

Novamente, com o mesmo espanto após ouvir a frase “o progresso vem aí”, eu fiquei paralisado, pois não esperava aquela reação do meu superior. E, na sequência daquela interpretação descomedida em relação à situação dos barqueiros, qualquer embasamento técnico sobre a redução dos rendimentos daquele grupo seletivo de barqueiros me pareceu impossível. Embora tenha sido essa a minha atitude, a capacidade para debater se os barqueiros eram idiotas ou não, não implica apenas a “habilidade política [de antropólogos e sociólogos que adentram no mundo das consultorias] em lidar com situações conflituosas derivadas do jogo de forças sociais interétnicas presentes em cenários técnico-políticos com esse perfil” (Paula, 2010: 267), mas uma real desvantagem daqueles que detêm o “poder localizado” (Herzfeld, 2016: 152), no interior das consultorias, para indexar (Wolf, 2003: 337) as comunidades atingidas como idiotas, atrasadas ou qualquer outra caracterização estereotipada.

Conforme identificou Pinto (2019), bem como Paula (2010), sociólogos e antropólogos que atuam em consultorias argumentam que o cotidiano do seu trabalho é marcado por um “desafio de ordem moral” (Pinto, 2019: 150) dado ao fato de terem que negociar, no interior das empresas, com visões estereotipadas sobre o seu trabalho ou com “expressões de racismo, machismo e intolerância” (ibid.). Nessas situações, os consultores se veem obrigados a desenvolver estratégias didático-pedagógicas (ibid.; Paula, 2010: 267) para “esclarecer conceitos e categorias pouco ou nada usuais no universo de seus colegas” (Pinto, 2019: 150) ou superar seus racismos e preconceitos. No entanto, esses desafios não são apenas de “ordem

moral”, são da ordem do poder! Um poder estabelecido pela própria estrutura hierárquica das empresas e pelo comportamento que a prescreve.

No relato de uma situação de trabalho na consultoria, Bronz (2019) detalha a reação enrubescida do vice-presidente de uma empresa do setor portuário durante a discussão sobre medidas compensatórias destinadas a pescadores afetados pela construção de um porto. De forma indiferente, esse vice-presidente se recusa a comprar um terreno para construir um pequeno estaleiro para os profissionais, em local definido pelos pescadores. Na perspectiva do vice-presidente, o terreno era caro e o estaleiro deveria ser construído em outro lugar. No entanto, quando contrariado pela consultora com o argumento de que o local indicado para a construção do estaleiro possuía “grande valor simbólico” para os pescadores, o vice-presidente, “num tom... de discordância, bateu com a mão fechada na mesa... e indagou: ‘Valor simbólico???’” (ibid.: 336).

Não saberia dizer qual foi a reação de Bronz, mas não é difícil imaginar que o corpo de quem vivencia uma situação em que um superior bate forte na mesa *estremece* e *encolhe*. Certa vez, durante um trabalho de consultoria em outra hidrelétrica, eu cheguei ao canteiro de obras da barragem, antes do início dos trabalhos, para convocar todos os operários para uma breve palestra sobre educação patrimonial, o que atrasaria em 30 minutos o início das obras naquele dia. Apesar de o evento ter sido previamente agendado com a diretoria construtiva do empreendimento, assim que comuniquei ao engenheiro responsável pela obra sobre a atividade, ele me mandou ir para o inferno “com a minha educação patrimonial”. Engolindo seco, respondi que o inferno era ali e que precisava dos seus funcionários para executar a atividade, que, por fim, foi realizada.

Aquela atitude foi um tanto insensata, pois o engenheiro tinha poder para “pedir a minha cabeça” na consultoria ambiental. Nesse contexto, tal como um zande que evita afrontar um bruxo de elevada posição social com medo que este o levasse à morte (Evans-Pritchard, 2005: 67), o comportamento dos analistas de *campo* com seus superiores tende a ser cortês. As boas maneiras adotadas na relação com a autoridade é portar-se com respeito, evitando o conflito ou as animosidades. Não se pode humilhar publicamente um superior, deve-se tratá-lo com gentileza, seguindo a cartilha das boas maneiras dos consultores educados, mesmo que os superiores estejam falando algo que a sua intimidade considere absurdo.

“Que merda de frase é essa?”

Durante o seminário de integração das equipes de socioeconomia de Belo Monte, logo após o confuso comentário da superintendente de socioeconomia, uma colega, socióloga, também analista de *campo*, integrante da equipe de outra empresa de consultoria ambiental, sentou-se próximo de onde eu me encontrava no auditório e fez o seguinte comentário: *“Aqui, que merda de frase é essa, o progresso vem aí?”*. Contudo, apesar da indignação em relação à frase da superintendente, nosso diálogo não pôde prosseguir plenamente, pois ele se deu na forma de um sussurro, um murmúrio, um cochicho no pé do ouvido que, ocasionalmente, soa nos bastidores das consultorias ambientais.

Nesse contexto, contrariar os argumentos dos superiores das consultorias é uma tarefa difícil, mesmo que na sua intimidade o analista proteste vigorosamente contra aquilo que foi dito. Superar essa dificuldade condiz com o desafio que é combater as visões hegemônicas dos empreendimentos e de sua “lógica discriminatória” (Acselrad, 2017: 4), e que permite que seus maiores prejuízos recaiam, sistematicamente, sobre os grupos minoritários (ibid.; Mansur et al., 2016). Mas, essas dificuldades dizem também respeito às hierarquias do licenciamento e das instituições que o compõe, as quais, através de uma multiplicidade de formas de sujeição, permitem que os postos mais altos das empresas empreendedoras e de consultoria reproduzam essa lógica e essas visões indiscriminadamente.

Capítulo 4 – Hesitação

Eu: “Josiney, você acha que se fossem cumpridas todas as condicionantes ambientais de Belo Monte seria possível a construção da usina?”

Josiney: “Rapaz, não. Com condicionante cumprida, com tudo feito, para mim não vai restar a menor alegria. Só tristeza. As crianças não vão saber nadar, não vão saber pescar, não terão mais peixes para pegar. Não vão saber mergulhar para a pesca do acari, vão ficar igual às crianças da cidade. Não vão aprender a remar, não vão saber pilotar, nem navegar pelo canal de navegação da Volta Grande”. (Diálogo com Josiney Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande, 23 de nov. 2011).

O presente capítulo, bem como o próximo, explora a forma como as realidades fictícias dominantes do *escritório* trabalham para distanciar os analistas de *campo* dos problemas ambientais ocasionados pela instalação e operação de uma hidrelétrica, bem como *sua* experiência desses problemas (Bourdieu, 2017: 430-431). Como pretendo enfatizar, esses distanciamentos, ou contenções, se tornam recorrentes na interlocução dos analistas de *campo* com as comunidades atingidas, sobretudo com povos indígenas da Volta Grande do rio Xingu. O “desprendimento”, a insubmissão ou a rejeição categórica dos indígenas a um sistema de governo no qual “tinham tudo a perder” (Evans-Pritchard, 2013: 146), toda a sua recusa “em aceitar de boa vontade a dominação” (ibid.) exercida pelos consultores ambientais sobre suas vidas, marca um distanciamento profundo entre o analista de *campo* e os índios. Tal distanciamento, ao contrário de ser subtraído ou deslocado da experiência do analista no *campo*, é percebido nas relações interpessoais que ele estabelece com as comunidades.

A partir da exposição de uma dessas situações, tal como Melville (2010) revela na história da relação de um advogado e seu escrivão (Bartleby), que insiste em dizer *não* para as tarefas que lhe são atribuídas, a ideia aqui é revelar como a “recusa” (ibid.: 45) ou a insistente “rejeição” (ibid.: 43) das comunidades indígenas atingidas por Belo Monte ao poder da gestão ambiental é capaz de fazer com que as “mais profundas convicções” (ibid.: 36) dos analistas ambientais sejam “estremecidas” (ibid.) pela “perplexidade” (ibid.: 37) que marca essas situações. Embora a celeridade e as urgências de todo o processo do licenciamento insistam em “adiar a reflexão sobre este dilema” (ibid.: 37).

A reflexão sobre esses momentos coloca em relevo a hesitação que muitas vezes marca o movimento desses profissionais. Se um dos poderes mais recorrentes dos consultores ambientais é a mobilização de “palavras do campo semântico da técnica” (Santos; Ferreira; Penna, 2018: 201), um tipo de “autoridade técnico-científica” (ibid.) que serve para

desqualificar ou restringir o reconhecimento das comunidades atingidas sobre os efeitos sociais dos empreendimentos, o que acontece quando, no interior das “todas poderosas instituições do desenvolvimento”, às vezes fortalecidas por suas etnografias (Watts, 2001: 286), percebemos sujeitos vacilantes ou que nem sempre aceitam as suas verdades oficiais (Cf. Li, 1999; Mathews, 2005, 2006)?

Nesse contexto, explorar os momentos de hesitação presentes na prática dos consultores ambientais é uma forma de desafiar o “centro racionalista” (Boyer, 2008: 45) ou a “pose tecnocrática” (Marcus, 2010: 52) da ideologia da modernização ecológica (Blowers, 1997), quando, muitas vezes, o que marca a experiência no interior dessas instituições é a “tensão” (Mathews, 2005: 802) entre o papel público assumido por essas organizações enquanto reguladoras dos assuntos ambientais de um empreendimento e a frequência com que esse papel se torna impossível de aplicar nas suas vidas privadas.

Nesse sentido, com base na minha experiência em Belo Monte, esse capítulo presta atenção à *interação* entre o analista de *campo* e as comunidades atingidas. Não para afirmar como o poder do gerenciamento ambiental é justificado pelas “dimensões lógico-rationais da prática e do conhecimento especializado” (Boyer, 2008: 45) da consultoria, mas para perceber como esse poder escapa do domínio dos próprios analistas, quando esses se deparam com as promessas nunca alcançadas por seus instrumentos de trabalho. Na esteira de Boyer (*ibid.*), a ideia aqui é retratar o consultor ambiental não apenas como “criaturas de especialização que as ideologias e instituições do profissionalismo intelectual nos encorajam a reconhecer e tornar visíveis” (*ibid.*), mas como sujeitos enredados “em todas as complexidades que a antropologia reconhece que a vida humana implica” (*ibid.*).

Essa descrição parte de uma conversa que eu tive com Josiney e Leôncio Arara, na aldeia Terra Wangã, na Terra Indígena Arara da Volta Grande, em novembro de 2011. Na ocasião, realizava o mapeamento das condições de navegação da comunidade. Como a conversa foi gravada em áudio, pude recontar em detalhes o conteúdo trocado naquela ocasião. Após essa exposição, outro caso envolvendo a perplexidade e a tensão dos consultores ambientais com seus instrumentos e situações de trabalho é descrito, agora pela experiência de um profissional do alto escalão da consultoria. A ideia aqui é sugerir que nem mesmo as altas hierarquias de uma empresa de consultoria ambiental escapam às contradições do seu mundo.

Em campo, como analista ambiental

Durante o levantamento de referência das condições de navegabilidade e escoamento da produção dos Arara da Volta Grande, eu tive um diálogo com Josiney Arara, uma das lideranças da Terra Indígena (TI) Arara da Volta Grande, que me fez questionar muitas das ideias que guiavam o meu trabalho como consultor ambiental. A conversa se deu no contexto da minha atuação no Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção (PMNCEP), o qual previa, como já mencionado, o monitoramento da navegação das populações residentes na Volta Grande, bem como do dispositivo previsto para garantir esses deslocamentos, a ser instalado na altura do eixo da barragem.

Assim, naquele contexto, eu buscava preencher um “levantamento de referência” da navegação dos Arara, que me permitisse conhecer os tipos de embarcação utilizados pelos indígenas, suas principais rotas de navegação, os tipos de carga e número de passageiros transportados, a periodicidade dos deslocamentos, as dificuldades e obstáculos à navegação experimentados nos diferentes ciclos hidrológicos do rio Xingu, entre outras questões elaboradas previamente por meio de um “roteiro de pesquisa”.

Para a realização do levantamento, como um bom pesquisador orientado a “ajustar e disciplinar” os acontecimentos do *campo* num diário de bordo (Latour, 2000a: 363), eu dispunha de um gravador de áudio, um equipamento GPS, um mapa da região, além de um caderno de anotações. Toda essa informação alimentaria, posteriormente, um “banco de dados da navegação” da Volta Grande, o qual seria consolidado a partir da junção desses registros com os de outros povos indígenas (os Juruna (Yudjá) e os Xikrin) e comunidades ribeirinhas locais para, por fim, ser entregue aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental de Belo Monte por meio de um relatório técnico.

Tal como fora definido pela metodologia do PMNCEP, era esperado que os dados do levantamento sobre as práticas de navegação resultassem na composição de um índice ou indicador que representasse as condições de navegabilidade naquele instante (i.e. no instante anterior à instalação da usina) de modo que tal caracterização, juntamente ao que fora detalhado no EIA de Belo Monte, permitisse a comparação temporal do que era diagnosticado enquanto as “condições de navegabilidade atuais” com os “cenários futuros” da atividade, os quais seriam registrados após a construção da usina a partir da realização de pesquisas de monitoramento.

Conforme mencionado na introdução, finalizado o levantamento de referência da navegação, o PMNCEP chegou a um conjunto de indicadores das condições da navegabilidade

na Volta Grande (ver Quadro 2), os quais foram elaborados a partir de um número restrito de “variáveis” que caracterizam a navegação na região. Para recordarmos algumas dessas variáveis destaco: o “número de proprietários de embarcações de frete/aluguel em atividade”; o “padrão de escoamento da produção agroextrativista e pesqueira”; o “número de famílias atendidas por agentes comunitários de saúde que utilizam o transporte fluvial” ou a “porcentagem de famílias pesquisadas que utilizam o rio como meio de transporte” (Norte Energia, 2014).

Contudo, fico imaginando se essa ordem realmente revela o que se passa na Volta Grande. Fico imaginando se a experiência de *campo* dos profissionais alocados nos territórios administrativos dos grandes projetos de desenvolvimento pode ter seus fluxos reduzidos a esse ordenamento e à sua lógica.²⁵ A fim de explorar os sentidos derivados da minha experiência em *campo*, apresento a seguir uma breve recordação da minha conversa com os Arara da Volta Grande, a qual é aqui recontada a partir da escuta do áudio da entrevista que realizei com os indígenas para o levantamento de suas condições de navegação, cujo momento final se encerrou com o diálogo citado na epígrafe do capítulo.

Aportamos na aldeia Terra Wangã, na Terra Indígena Arara da Volta Grande, por volta das 11 horas. O ciclo hidrológico de cheia do rio Xingu nos permitiu realizar o deslocamento desde a cidade de Altamira em duas horas e meia. Altamira está localizada a uma distância de aproximadamente 90 km da aldeia. No ciclo de seca, o percurso dessa mesma distância levaria duas vezes mais devido à brusca redução da vazão do rio Xingu e à demanda de mais cautela para navegar entre trechos fluviais estreitos e rasos dos canais da Volta Grande. Na embarcação, apenas eu e o piloto, um antigo morador da Volta Grande com grande conhecimento dos canais locais, mas que já há muitos anos residia em Altamira e trabalhava numa empresa prestadora de serviços de transporte fluvial.

A nossa embarcação, uma voadeira feita de alumínio com seu motor de popa 90 HP e com capacidade de carga para até 1,5 t, contrastava com as pequenas embarcações de madeira ancoradas nas margens do rio, usualmente operadas por motores rabeta entre 9 a 15 HP, cujos deslocamentos a Altamira poderiam durar três vezes mais o tempo que havíamos gasto para chegarmos ali, mesmo no ciclo de cheia.

²⁵ Devo esse questionamento à leitura de Mosse (2005: 27-29), num trecho da sua autoetnografia como consultor em antropologia num projeto de desenvolvimento na Índia rural. Nesse trecho, ele critica o processo de enquadramento das comunidades agrárias no marco regulatório do projeto.



Figura 18 – Entrada da aldeia Terra Wangã.
Foto: Michel Patrício, 2008. Fonte: Instituto Socioambiental, s.d..

Meu encontro com os Arara é marcado por muita ansiedade, pois não sabia como seria a sua recepção. Afinal, já colecionava recepções hostis em outras visitas às comunidades da região. Em uma delas, um ancião Juruna (Yudjá) me recebera com um facão na mão. Em outra, um ribeirinho simplesmente me pedira para que eu retornasse à minha embarcação, recusando-se a prestar qualquer tipo de informação sobre suas práticas de navegação. Não sei o que motiva um forasteiro a seguir numa posição marcada por tamanha rejeição, mas sei que para reerguer o que sobra desse “sujeito” nesse tipo de situação, é preciso forjar uma identidade respaldada por uma rede mais ampla de pertencimento e poder. O capital simbólico das legislações ambientais personificado pelos consultores é o que lhes confere autoridade na relação com as comunidades atingidas.

“Estou aqui pelos estudos ambientais de Belo Monte, na verdade, pelo Projeto Básico Ambiental da usina”. Logo tudo se assenta, trata-se da concessionária de energia, mais um “funcionário da barragem”, como eu e todos os trabalhadores de Belo Monte eram categorizados pelas populações locais, independente dos postos, cargos ou crachás que sustentássemos como “consultores”, “analistas”, funcionários de empresas terceirizadas que não a construtora da usina. Um tipo de definição que “apaga as especificidades do papel de cada um dos funcionários [de empresas empreendedoras e consultoras] nos procedimentos” do licenciamento (Bronz, 2014: 224).

A jovem liderança Josiney Arara e seu avô Leôncio Arara vêm ao meu encontro e se dispõem a conversar comigo. Acomodamos umas cadeiras da escola na sombra de um pé de jambo (se não me engano), logo na entrada da aldeia (figura 18), bem próxima à margem

do rio, nem dentro, nem fora, na fronteira, numa zona que reflete a minha sensação de estar na Volta Grande na qualidade de “analista ambiental”: sempre no limbo, numa incerteza entre estar e ao mesmo tempo não estar naquele lugar. Novamente justifico a minha presença na TI repercutindo os processos tecnocráticos que viabilizaram sociopoliticamente a usina e, conseqüentemente, a minha ida àquele local: uma constante busca por autoridade é exercida. Uma constante justificativa para a dominação e a violência que representava a minha presença na aldeia é buscada.

“Sou um dos pesquisadores do Projeto Básico Ambiental da usina Belo Monte e estou aqui para o levantamento de questões relativas à navegação”. Tento explicar para os Arara a razão de querer reunir dados sobre a navegação, fazendo referência à condicionante da usina que exigiu a instalação de um sistema de transposição de embarcações e o monitoramento das condições de navegabilidade e escoamento da produção, a fim de “garantir” a mobilidade fluvial das populações da Volta Grande.

Dou início aos meus questionamentos sobre a navegação. No registro em áudio dos nomes dos meus interlocutores, Leôncio faz uma correção: “Meu nome é Leôncio Arara, não apenas Leôncio”.

As perguntas são colocadas à mesa e, a princípio, encaro a dificuldade de inserir as informações fornecidas pelos Arara num registro categorial fixo, o qual me era requerido: afinal, as embarcações deveriam ser arranjadas segundo tipos específicos (canoas, voadeiras, barcos calafetados em madeira); sua capacidade de carga detalhada; a potência dos motores indicada; os tipos e a quantidade de carga transportados apontados; as finalidades das embarcações e de seus deslocamentos designadas. A imprecisão ou incerteza em relação a esses dados não me interessava. E tudo aquilo que parecia extravasar o meu enquadramento era, persistentemente, disciplinado num esforço tremendo em reduzir tal fuga a um quadro de interesse prático da minha pesquisa.

Nesse sentido, a multiplicidade dos motivos dos deslocamentos fluviais indicados haveria de se conformar num número específico de viagens/mês para Altamira, bem como em um número específico de acessos a localidades próximas (e.g. ilhas, afluentes, poções e corredeiras) utilizadas para caça, coleta, pesca e roça nas diferentes épocas e ciclos hidrológicos do Xingu. Do mesmo modo, as dificuldades enfrentadas para navegar o Xingu em suas respectivas estações hidrológicas deveriam ser reduzidas ao que fora denominado como os “obstáculos à navegação”, cujos nomes eram catalogados, suas principais

características registradas e suas localizações indicadas no mapa ao longo dos traçados dos canais de navegação.

Assim, no decorrer do questionamento, tudo aquilo que parecia intratável era conformado, aos poucos, à linguagem do monitoramento. A minha impaciência na execução dessa conformação, requerendo irritadamente que os Arara reduzissem seus relatos sobre a navegação às categorias quantitativas do monitoramento (e.g., “nº de viagens, a quantidade de cargas e passageiros transportados etc.”), é notada no áudio da entrevista pelo tom da minha voz.

No entanto, nem tudo se tratava de uma questão de ‘encaixe’ ou ‘enquadramento’, pois havia questões de entendimento que os Arara tentavam me comunicar, de modo a fazer com que a rigidez e o distanciamento das minhas categorias de análise fossem reconduzidos à sua realidade, como, por exemplo, no registro da sazonalidade das rotas a Altamira. No áudio da conversa, a minha surpresa no registro dessa constatação é também notada. Durante o meu diálogo com os Arara, chegamos à conclusão que os comunitários da Terra Wangã acessavam Altamira via fluvial a cada intervalo de oito dias, aproximadamente, numa média de três a quatro deslocamentos por mês, durante todo ano. “Durante todo ano?”, retruquei. “Sim”, responderam os Arara: “O rio é a nossa estrada”.

Desse modo, não existia uma época específica em que os deslocamentos eram mais frequentes ou usuais, o que contrariava a minha expectativa de que durante as temporadas de cheia do Xingu, pela suposta facilidade em navegar o rio, os deslocamentos eram mais recorrentes. O ano todo, “no inverno e no verão”, se vai a Altamira, três a quatro vezes no mês, afirmavam os Arara, independente de o percurso ficar mais longo e árduo nos períodos de seca. Afinal, apesar dos Arara terem acesso indireto a uma estrada de terra próxima à aldeia, o rio era o principal e preferencial meio de deslocamento e de escoamento da produção (de pescado, principalmente, daí a necessidade de estar na cidade a cada intervalo de oito dias para a compra de gelo e armazenamento da produção).

Do mesmo modo, os percursos fluviais escolhidos pelos Arara me eram também reveladores. Pois, desde as minhas primeiras leituras do EIA da usina (ELETROBRÁS, 2009a: 42-44), era recorrente a informação sobre a existência de um “canal preferencial de navegação e/ou escoamento” da Volta Grande, observado ao longo da margem direita do rio Xingu, denominado localmente como “Canal do Landi”, cuja principal corredeira levava o mesmo nome (figura 19). Tal trecho fora assim caracterizado pelo EIA (por meio de estudos fotogramétricos do escoamento fluvial) em função do seu maior volume de água,

quando comparado ao canal de escoamento da margem esquerda da Volta Grande – o “Canal do Caitucá” – nos períodos de estiagem.

Contudo, o que a dinâmica dos deslocamentos fluviais dos Arara me informava era exatamente o contrário (ver capítulo 1), pois era o Caitucá que se apresentava como o canal preferencial de navegação em função das embarcações mais comuns entre os Arara (e de toda a região da Volta Grande) serem embarcações de pequeno porte e feitas de madeira (com linhas de flutuação não muito elevadas), bem como equipadas com motores de baixa propulsão. Assim, o Caitucá era o canal preferencial de navegação, pois ali não só a distância era reduzida em comparação ao Canal do Landi, mas o volume da água corrente nas suas corredeiras oferecia menor risco à navegação de embarcações de pequeno porte e menos potentes.

Um cenário oposto à paisagem encontrada no canal da margem direita, onde o volume das águas e as corredeiras eram mais intensos e poderosos. “Embarcações de menor porte vão pelo Caitucá. Para navegar no verão no Landi, somente embarcações maiores, i.e., com altura ou linha de flutuação para vencer o volume d’água e os banzeiros [ou galões d’água] que se formam nas corredeiras daquele canal.²⁶ A estrada no verão para ir de ‘rabetinha’ é o Caitucá. No inverno também. Além de ser mais rápido, corta toda a volta pela Ilha da Fazenda”, afirmava Josiney.

Contudo, mesmo que os Arara se esforçassem (e, de um modo mais constrito, eu também) em ampliar o quadro do levantamento, era impossível que essa operação não deixasse algo de fora e que não pudesse ser representada. Por exemplo, por mais que os seus relatos, e a minha experiência desses relatos, me fizessem notar as longas jornadas de navegação do rio Xingu que, num percurso de aproximadamente 120 km num barco de madeira com capacidade para 4 toneladas e equipado com motor de 35 HP, poderia chegar a 8 horas de deslocamento (conforme eu havia registrado em trajeto realizado junto a um barqueiro local), e por mais que eu fosse atormentado pela possibilidade da imposição da vazão reduzida na Volta Grande alargar a duração desses percursos, essa angústia não encontrava lugar na linguagem da minha pesquisa.

²⁶ A denominação *banzeiro* é também atribuída, pelos barqueiros do Xingu, às fortes ondulações em trechos de corredeiras e de quedas relativamente acentuadas. Outro nome para essas ondulações é “galões d’água” (ver figuras 5, 16 e 19).



Figura 19 – Subida pela corredeira do Landi, canal do Landi.
Registro do autor, outubro de 2011.

Por mais que os relatos dos indígenas me permitissem conhecer os furos, os igarapés, os igapós, os poções, as ilhas, as cachoeiras, os largos e as denominações de cada um deles e de seus respectivos usos privilegiados em cada uma das épocas do ano para caça, coleta, roça, pesca de bagres ou peixes ornamentais; e por mais que eu pudesse ser atormentado pela alteração ecológica que a vazão reduzida iria representar na reprodução desses ecossistemas e dos modos de vida relacionados, essa aflição deveria ser contida pela estrutura objetiva dos procedimentos da gestão ambiental.

Por mais que seus relatos, e a minha experiência desses relatos, me permitissem conhecer as dificuldades mais comuns da navegação na Volta Grande se davam nos períodos de estiagem, em função da redução da vazão do rio, do estreitamento dos canais e da formação de fortes corredeiras em trechos com declives relativamente acentuados; e por mais que eu soubesse que essas dificuldades iriam se acentuar a partir da imposição da vazão reduzida na região, relatos cotidianos como o de Josiney (a seguir), os quais informavam sobre a luta diária em navegar o Xingu durante seu ciclo de seca, não eram publicados integralmente nos meus relatórios.



Figura 20 – Descida pela corredeira Caitucá com a utilização de corda.
Registro do autor, setembro de 2011.

“La no Caitucá”, relatava Josiney [a forte corredeira que se forma no período de estiagem no canal da margem esquerda da Volta Grande e que dá o nome a esse trecho fluvial, figura 20], “eu só consegui atravessar puxando a embarcação sobre as pedras e com a ajuda de uma corda. Naquela vez, eu havia saído da aldeia por volta de nove horas da noite para levar uma menina doente a Altamira. Puxando o barco, pisando sobre as pedras, descalço, o meu pé ficou quase na carne viva. Tudo para salvar a criança. Eu, a minha irmã, a enfermeira e um primo. Chegamos em Altamira por volta das cinco horas da manhã”.

Frente a relatos como esse, que evidenciam a complexidade das relações de uma dinâmica social que eu pretendia reduzir e ordenar a partir do quadro de pesquisa da gestão ambiental, a prática de consultoria se depara com a violência que seus modelos de representação da realidade tentam evitar. Nesse momento, os procedimentos tecnocráticos do gerenciamento cedem espaço para a hesitação e a vergonha de seus operadores diante das comunidades atingidas.

Nesse contexto, a forma como eu apresentei a uma última pergunta preestabelecida pelo roteiro da pesquisa de monitoramento revela como a hesitação e a vergonha vêm à tona na prática da consultoria ambiental quando essa depara com a sua violência. A questão estava voltada para a identificação dos aspectos da navegação da Volta Grande, que seus usuários consideravam enquanto características que poderiam ser “melhoradas”, na expectativa de registrar questões estruturais que poderiam sofrer qualquer tipo de

aprimoramento via investimentos locais, tais como portos, equipamentos e acessórios das embarcações, sinalização etc.

“O que poderia ser feito para melhorar o transporte fluvial da Volta Grande?”, apontava o meu roteiro de pesquisa. No entanto, todas as informações e relatos que vinham sendo ali acumulados me fizeram gaguejar na hora da pergunta, pois eu não consegui associar o sentido de a palavra “melhorar” naquela interação com os Arara: “O que poderia ser feito para melhorar... (pausa, gaguejo). Na verdade, pensando na usina Belo Monte e na relação que vocês têm com o rio, o que poderiam falar sobre a navegação no rio Xingu?” (A pergunta foi expressa num tom sem graça, no modo de um discurso insosso).

Leôncio Arara foi o primeiro a responder:

Essa relação com Belo Monte é meio triste aqui para nós. [“É né”, resmunguei]. Começa pela nossa estrada que é o rio. É como nós estamos falando aqui. Estamos aqui numa hora dessas, mas, se por acaso existir qualquer problema, uma doença, por exemplo, qualquer coisa, pega um barco, sobe o rio e em algumas horas estamos em Altamira com aquela pessoa que não passa bem. Pode ter a voadeira, pode não ter, mas tem o barco e o cara vai. Agora, com esse rio seco e esse barramento lá... Hoje, nós estamos libertos, porque pode ser qualquer hora, pode ser meia noite. Tem piloto? Tem. Tem barco? Tem. Mas com esse barramento lá... Como é que vamos passar? Vai ter hora marcada para passar? Quanto tempo vai durar? Daí, vamos ficar plantados lá esperando? De qualquer maneira, é uma humilhação muito grande que vamos sofrer... As doenças serão mais recorrentes porque essa água vai descer suja quando começar a mexer lá [se referindo às obras no leito do rio Xingu para construção do eixo do reservatório principal da usina que, de fato, sujou as águas do rio durante as intervenções]. Não tem um poço artesiano feito [no momento do meu levantamento na Terra Wangã, a captação de água para consumo dos habitantes da aldeia era feita diretamente do rio, com tratamento simples]. A calamidade para nós aqui será instalada se esse barramento sair. Vai se acabar muita coisa para nós, sabia disso? Começa pela água, porque a água é a vida.

A resposta de Josiney veio em seguida:

Equipes da Funasa já estiveram na aldeia para indicar o local onde seria instalado o poço artesiano, mas não encontraram fonte suficiente para abastecer a comunidade. A nossa preocupação é com a água poluída do rio pela construção de Belo Monte e o fato de não termos uma captação alternativa. Com o rio livre, as embarcações que temos aqui são suficientes para atender à demanda da comunidade. Nossa preocupação toda é essa. Se acontecer o empreendimento, como será o futuro das nossas crianças? Nossa aldeia é a mais prejudicada, pois vamos ficar a jusante da barragem. [Com relação às condicionantes,] até agora não tem nada feito e está por fazer. E a situação ficando cada vez mais difícil. O problema da nossa área começou e ainda não foi finalizado. Existem pessoas de fora dentro da nossa reserva. [Uma das condicionantes da licença prévia de Belo Monte previa a demarcação física e a desintrusão da área da TI Arara da Volta Grande. Até o dia do meu encontro com os Arara, essa condicionante não havia sido

cumprida]. Pessoas chegando aos montes para construir a usina, mas aqui nada feito. E aí surge a nossa preocupação, é uma corrida contra o tempo... O governo que é representante dos brasileiros está de costas para os indígenas e de frente para o grande empreendimento, para o capital. E a nossa situação fica assim. Mas a gente vai à luta para tentar minimizar e conseguir o que queremos para o nosso futuro e das crianças que estão vindo, pois a aldeia está aumentando. Eram 23 condicionantes e, até agora, nenhuma dessas condicionantes foram cumpridas. Começou a demarcação da área, mas ainda não foi concluída. Se demorar em retirar os colonos vai acontecer igual ao que ocorreu na TI Apyterewa, vai chegar mais gente. Porque o empreendimento traz mais gente para a região. E nossa cultura vai junto com a água. Esperar que o ano que vem traga melhorias. Estive em Minas Gerais esses dias e no voo de volta a Altamira o que eu vi foi 'peão', gente demais para trabalhar nesses canteiros de obras. Eram muitos funcionários da barragem porque eu vi as vãs das empresas no aeroporto. Tem muita gente chegando e as coisas [as condicionantes] por fazer na comunidade, continuam por fazer. O futuro não vai ser fácil. Pode ter tudo, mas vai faltar uma mãe e um pai para nós, que é o rio. Não vamos ter o contato com a água que temos agora.

Nesse momento, fiz uma última intervenção antes de finalizarmos a nossa conversa. Um questionamento com o qual imaginava conter a violência e o descrédito da minha posição de “analista ambiental” entre os Arara. A pergunta foi a seguinte: “Josiney, você acha que cumprindo essas condicionantes a que você se referiu seria possível conciliar as duas coisas? Você acha que se fossem cumpridas todas as condicionantes ambientais de Belo Monte seria possível a construção da usina?” E assim foi a sua resposta:

“Rapaz, para mim não. Porque o importante para nós é o rio. [“O rio né, sem nenhuma intervenção”, murmurei]. Sem o rio o cara morre. Deus deixou isso para nós, nós! Todos os brasileiros. Com condicionante cumprida, com tudo feito, para mim não vai restar a menor alegria. Só tristeza. As crianças não vão saber nadar, não vão saber pescar, não terão mais peixes para pegar. Não vão saber mergulhar para a pesca do acari, vão ficar igual as crianças da cidade. Tomando banho só de chuveiro. Não vão aprender a remar, nem saber pilotar, nem navegar pelos canais de navegação da Volta Grande”.

E assim encerrou o meu áudio, cujas informações eu deveria sistematizar.

...

Na produção da “visibilidade específica” (Oliveira, Zhouri e Motta, 2020) do licenciamento ambiental de um empreendimento, os consultores tendem a descrever as realidades dos territórios da instalação e operação dessas intervenções como um “artefato estrategicamente calculado” (ibid.: 8), passível de ser gerenciado e administrado por seus estudos e projetos ambientais. No curso desse movimento, toda a complexidade das realidades histórica e sociológica das comunidades atingidas é simplificada e, em lugar de permitir a avaliação dos efeitos dos empreendimentos sobre essas realidades, tais efeitos são sempre

subdimensionados pelo tipo de descrição genérica, breve e superficial que caracteriza as categorias administrativas criadas pelas consultorias (ibid.: 8, 9).

Quando levadas a público pelo Estado e as corporações, essas categorias permitem criar uma autoridade para os projetos industriais e de infraestrutura, na medida em que criam uma retórica oficial de que os problemas ambientais de tais empreendimentos estão sendo controlados (Li, 2007: 49). Como destaca Li, essa retórica é tanto penetrante quanto difícil de criticar (ibid.). Embora exista uma volumosa produção científica sobre o vazio que marca a retórica da gestão ambiental dos empreendimentos,²⁷ ela segue sendo produtiva das justificativas de projetos industriais de infraestrutura.

Nesse contexto, o relato da minha conversa com os Arara sugere perturbar essa retórica não pela forma como os consultores justificam suas práticas a partir de um sistema de crenças técnicas e gerenciais, mas pelo confronto que os profissionais das consultorias estabelecem com retóricas de trabalho impraticáveis. A problematização da hesitação e da vergonha que marcam esse confronto é fonte relevante para a crítica ao poder simbólico do licenciamento. Kilomba (2016) e Stengers (2014) nos oferecem bons argumentos para explorarmos a vergonha e a hesitação.

Vergonha, gaguejo / hesitação, reconhecimento

Dois gestos marcaram a minha interação com os Arara, quais sejam a vergonha que senti diante dos indígenas e a resposta que esse sentimento me mobilizou. Gaguejei ao tentar enunciar uma pergunta cujo sentido era difícil de sustentar naquela situação, afinal, como falar de “melhoria” na navegação na Volta Grande num cenário repleto de violência? Se eu gaguejei foi pela vergonha que eu senti daquela pergunta. A vergonha fez com que eu reformulasse a questão aos Arara, alterando o roteiro da pesquisa pré-estabelecido.

Como assinala Kilomba (2016), a ansiedade, a culpa e a *vergonha* são sentimentos geralmente contidos em atos racistas, como no ato de tapar a boca dos negros com uma máscara, prática que se perpetuou por mais de trezentos anos de colonização europeia. Segundo a autora, a máscara “usada pelos senhores brancos para evitar que africanos escravizados comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações” (ibid.: 172) funcionava também como um “processo de recusa” (ibid.) dos brancos da barbaridade de seu projeto colonial, pois sua utilização, ao projetar no negro a ideia de que ele “quer[ia] possuir algo que pertence ao

²⁷ Para citar apenas algumas pesquisas sobre o caso Belo Monte: Pezzuti, Carneiro, Mantovanelli e Garzón, 2018; Magalhães; Cunha, 2017; Oliveira; Cohn, 2014; Magalhães; Hernandez, 2009; Sevá Filho, 2005; Santos; Andrade, 1988.

senhor branco” (cana-de-açúcar e grãos) (ibid.), invertia a narrativa de que, de fato, era o branco que lhes tomava a vida e o trabalho pela escravização.

Na análise psicanalítica que Kilomba faz dessa inversão, o homem branco consegue eliminar (“projetar para o exterior”) o sentimento de culpa, ansiedade e vergonha que a violência do seu mundo causa na sua própria mente, na medida em que projeta no negro os “aspectos desonrosos” (ibid.: 174) da opressão que é por ele protagonizada. Aspectos que “o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo” e dos quais busca a todo custo “escapar” (ibid.). Daí a representação do negro como “o ladrão violento”, o “bandido indolente e malicioso” (ibid.), na medida em que o branco se conserva como uma “vítima compassiva” (ibid.) do roubo fantasioso que o escravizado irá cometer. Nesse movimento, o branco “recusa” (ibid.: 173) “admitir os aspectos mais desagradáveis da [sua] realidade externa [violenta], bem como sentimentos e pensamentos internos” por ela provocados (ibid.: 178).

Esse movimento é extremamente útil para a manutenção dos projetos de poder, pois a sua operação mantém o “mundo conceitual branco” “livre da inquietude que sua história causa”, “permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa”, na medida em que “o sujeito negro é identificado como objeto ‘ruim’, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu”, como a sua “agressividade” (ibid.: 174).

De quantas formas os consultores ambientais negam a violência de seus projetos de poder conferindo a culpa de seus atos às comunidades atingidas? De quantas formas as comunidades atingidas não acabam personificando os “aspectos desonrosos” e “desagradáveis” que empreendedores e consultores criam no seu imaginário para lidar com “a parte “má”, rejeitada e malévola” (ibid.: 174) que lhes cabe? A categorização dos barqueiros como “idiotas” pelo coordenador de socioeconomia é apenas uma dessas formas. Outras proliferam mais além da fronteira dessas empresas, por exemplo, quando as comunidades atingidas pela lama da Samarco (Vale/BHP) são tachadas de “aproveitadoras” ou “desocupadas” por moradores de Mariana (Mota, 2017).

Diante das contenções que o sujeito branco faz dos sentimentos com os quais “não quer ser relacionado” (Kilomba, 2016: 174), Kilomba questiona se o ato racista de atar uma máscara à boca do negro não estaria relacionado à vontade do branco de não deixar o negro falar, pois, caso contrário, “o que o sujeito branco teria que ouvir?”, “o que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada?” (ibid.: 177). Segundo a autora, “existe um medo apreensivo de que, se o colonizado falar, o colonizador terá que ouvir e seria forçado a entrar

em uma confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’” (ibid.). Essas verdades “têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas como segredos” (ibid.). Verdades com as quais o sujeito branco quer se manter afastado.

Contudo, argumenta Kilomba, essas verdades (ou segredos) “permanecem latentes e capazes de ser reveladas a qualquer momento” (ibid.: 177), pois existem processos humanos que a pessoa vivencia e que podem fazer com que a violência por ele(a) performada seja reconhecida. Um desses processos é a “vergonha”. Segundo a autora, a vergonha “é provocada por experiências que colocam em questão nossas concepções sobre nós mesmos e nos obriga a nos ver através dos olhos de outros, nos ajudando a reconhecer a discrepância entre a percepção de outras pessoas sobre nós e nossa própria percepção de nós mesmos” (ibid.: 179). Quando isso acontece, o sujeito se dar conta da percepção que as pessoas têm sobre ele é diferente da sua própria percepção de si próprio (ibid.). A “vergonha é resultado desse conflito” (ibid.).

Nesse embate, a vergonha abre a possibilidade para o indivíduo reconhecer a distância entre “um ideal de comportamento estabelecido por si mesmo” (ibid.) e a “realidade” (ibid.), na medida em que esse ideal é contraposto pela “percepção de outras pessoas” (ibid.). Nesse movimento, pelo “medo” de exposição ao “ridículo” a vergonha força o indivíduo a uma negociação (ibid.: 180), seja essa negociação feita no pensamento, pelo reconhecimento da sua fantasia racista, que já não mais pode se sustentar na sua intimidade, pois a parte reprimida foi revelada, seja pela ação, isso é, o “ato de reparação do mal causado pelo racismo através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono de privilégios” (ibid.: 180).

A experiência dos consultores ambientais com as comunidades atingidas no *campo* é repleta de vergonha, pois a violência gerada pelos empreendimentos não lhes cansa de vir à tona nos apontamentos das comunidades atingidas. Isso pode gerar nos consultores, por um lado, um ato de contenção dos sentimentos desagradáveis dessa violência (como eu já contive várias vezes, ver a seguir). No entanto, por outro, a vergonha pode gerar um movimento de “reconhecimento” e “reparação” (ibid.: 179-180), não um movimento objetivo de intervenção no mundo do licenciamento, pois as forças que limitam a ação dos consultores são enormes, mas um movimento no pensamento, que “faz [os consultores] pensar” (Stengers, 2014: 17) sobre as suas condições de trabalho.

Resgatando minha experiência como consultor ambiental, em vários momentos eu me deparo realizando esse tipo de contenção da violência que significava a minha posição. Num

deles, eu utilizei ironicamente o termo “povos da floresta” para se referir às casas de palafitas em Altamira sem saneamento básico (figura 21), conferindo a essas edificações uma posição inferior, na medida em que eu me tornava o ser benevolente do licenciamento, o qual previa a instalação de sistema de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário em toda Altamira – uma medida que, até 2016, permaneceu inconclusa (MPF, 2016). Em outro momento, publiquei uma foto no Facebook do fundo do rio Xingu seco após o lançamento das ensecadeiras, acompanhada da frase “Apaguem a luz ao sair de casa” (figura 22), tentando transferir a violência da minha posição para “todas” as pessoas que usam energia elétrica.

No entanto, em outros momentos, o que acontece é o “reconhecimento” dessas violências (Kilomba, 2016: 179) quando seus segredos obscuros, disfarçados por essas fantasias, vêm à tona por meio de atos vívidos e notáveis de *vergonha*, tal como a minha interação com os Arara revela. Provocada pela “percepção” (ibid.) que os Arara mantinham do meu trabalho como consultor, ela me forçou a perceber a violência da minha posição. Foi a vergonha diante dos Arara, “o medo do ridículo” (ibid.) que me fez alterar a pergunta do questionário, cuja resposta me levou para um cenário ainda mais impactante sobre a minha condição de existência. A vergonha provocou o gaguejo, o gaguejo me fez pensar mais além das instâncias administrativas que me disciplinavam, embora, no último momento, eu tenha tentado reconciliar o mundo que os Arara recusavam (o das compensações) ao meu, o que me causou, novamente, um novo momento de hesitação.

- É possível construir Belo Monte cumprindo condicionantes ambientais?
- Rapaz, não.

Como o escrivão Bartleby da história de Melville (2010), que insiste em dizer *não* para as tarefas que lhe são demandas por seu chefe, um advogado, a “recusa” de Josiney criou “um espaço para a hesitação” (Stengers, 2014: 21) capaz de estremecer as minhas “mais profundas convicções” (Melville, 2010: 36), pois a recusa tem o poder de gerar “perplexidade” (ibid.: 37) ou um “efeito... estranho” (ibid.: 48) que, pelo menos momentaneamente, “desarma” ou “castra” (ibid.) os projetos de poder. Colocando nos termos de Stengers (2014), a recusa de Josiney provoca uma “proposição cosmopolítica” (Stengers, 2014) no mundo do analista ambiental, na medida em que ela “desacelera a marcha de [sua] construção” (ibid.: 21), de forma a criar um “interstício” (ibid.: 20) sobre as condições de existência desse mundo.



Figura 21 – “Povos da floresta”.
Registro do autor, março de 2011.



Figura 22 – “Apaguem a luz ao sair de casa”.
Registro do autor, fevereiro de 2013.

A recusa de Josiney “cri[ou] uma inquietação das vozes políticas” (Stengers, 2014: 22) do licenciamento, exigindo que eu não me precipitasse (ibid.: 20) em definir uma solução para a vida das populações indígenas da Volta Grande, uma vez que essa solução desconsiderava a posição dessas próprias populações. “Com condicionante cumprida, com tudo feito, para mim não vai restar a menor alegria, só tristeza”, apontava Josiney. Nesse sentido, a recusa de Josiney indica que “talvez exista algo mais importante” (ibid.: 21) que o programa das medidas de mitigação e compensação ambiental. Ela cria “um sentimento de espanto” (ibid.: 22) em relação a essas medidas. Os meus resmungos e murmúrios de vergonha diante dos indígenas exteriorizavam o meu espanto. A recusa de Josiney “mobiliza o pensamento e a ação” (ibid.: 19) do analista de *campo*.

É por isso que esses momentos de vergonha e hesitação devem ser aproveitados! Segundo Stengers (ibid.), tais momentos costumam “fechar rapidamente” (ibid.: 22) de modo a silenciar ou boquear esses sentimentos. De acordo com Stengers, as pessoas têm dificuldade de se desvincular das “regras do jogo social” (ibid.: 23) e, por isso, tentam, a todo tempo, forçar as pessoas a “sair de sua abstenção”, a uni-lo novamente “ao mundo comum” que ele aceita e se compromete (ibid.), como eu tentei fazer ao tentar reconciliar Josiney ao jogo das mitigações, ou como advogado de Melville “força Bartleby a fazer o que ele prefere não fazer” (ibid.). E assim, as pessoas têm o poder de “adiar a reflexão” (Melville, 2010: 37). No entanto, novamente, é por isso que esses momentos de hesitação devem ser aproveitados! E a antropologia, pela sua atenção aos “fatos mínimos”, residuais, “mais fugidios” da vida social (Lévi-Strauss, 2008: 349), pode assumir um papel importante.

Em um livro não tão recente (Abélès, 2011), antropólogos de vários países das regiões Norte e Sul do globo relatam os resultados de suas etnografias no interior de uma das organizações mais poderosas do capitalismo moderno, a Organização Mundial do Comércio (OMC). O projeto foi possível a partir de um convite do então secretário geral da OMC, Pascal Lamy, ao antropólogo Marc Abélès, que coordenou o projeto. A pesquisa permitiu aos antropólogos o “acesso” às operações internas de “uma das organizações internacionais mais emblemáticas e questionadas do capitalismo global” “com absoluta liberdade, sem interferência nem condicionamentos de suas autoridades” (Abélès; Badaró, 2015: 113).

George Marcus, que participou do projeto, argumenta que a realização de uma pesquisa etnográfica no interior da OMC é uma oportunidade para “criar um idioma” por meio do qual “o capitalismo pode falar reflexivamente” (Holmes; Marcus, 2008: 99). Um tipo de proposição

que permitiria à antropologia participar da “refundação (*refunction*) [de] aspectos-chave de suas “culturas” institucionais” (Holmes; Marcus, 2008: 98).

Como argumentam Abélès e Badaró (2015), que também participaram do projeto, suas iniciativas de pesquisa – tais como a realização de uma reunião para apresentação dos resultados das etnografias ao secretário geral da OMC – tinham a intenção de fazer uma “provocação político-cognitiva ao poder” (ibid.: 117) de forma que a interlocução entre as visões que os funcionários têm da organização e as experiências dos antropólogos em campo produzisse uma reflexividade sobre as posições e as práticas da instituição, bem como sobre as posições e práticas da antropologia (ibid.: 113, 115).

Enfim, pesquisas que criem uma “oportunidade de repensar as práticas” institucionais ou profissionais (Marcus, 2007: 13) são relevantes. Pesquisas que criem a oportunidade de transformar práticas racistas e violentas levadas a cabo por arranjos institucionais pautados em estruturas amplas de dominação são necessárias, sobretudo porque a violência de tais estruturas está latente e, mesmo que disfarçada, ela gera inquietações, dor e descontentamento. Problematizar publicamente essas violências é um meio de buscar por reparação (Kilomba, 2016: 180). Identificar essas estruturas é um meio que a etnografia dispõe para resgatar “o que está em jogo nas experiências humanas... de violência” (Kleinman; Das; Lock, 1996).

“Nós vamos todos parar no inferno”

Certa vez apresentei, novamente, um diagnóstico de práticas de navegação na Volta Grande à gerente de meio ambiente da consultoria que não havia sido considerado pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte. Tal como as balsas ou a não caracterização do canal da margem esquerda como o canal preferencial de navegação, o EIA não havia mapeado a navegação realizada pelas populações que residiam no trecho entre a Cachoeira Grande do Jericoá e a comunidade de pescadores de Belo Monte, cujas características serão brevemente apresentadas a seguir. Diante dos dados sobre a navegação dessas populações, a gerente, que havia participado da elaboração do EIA, olhou para mim e disse, um tanto surpresa, mas também sem graça e preocupada: “Nós vamos todos parar no inferno”.

Essa seção descreve todo o contexto dessa situação, com destaque para o registro das “exceções” (Mathews, 2006: 138) que os consultores devem aceitar no curso de suas práticas de produção de conhecimento. Como temos visto, o EIA de Belo Monte foi publicado ignorando uma série de características ambientais e sociais da Volta Grande, o que faz da

“ignorância” um “recuso valioso” (Mathews, 2006: 140, 152) para o fortalecimento da administração e do poder do discurso da gestão ambiental empresarial. Ou seja, a retórica pública de que as empresas “controlam os problemas ambientais” é uma retórica que exige dos consultores a manutenção de uma ignorância sistemática dos efeitos sociais dos empreendimentos nas suas vidas privadas. No entanto, essas exceções não estão isentas de julgamentos morais feitos pelos próprios consultores com relação a suas próprias omissões e decisões.

...

A Volta Grande do rio Xingu – o trecho da acentuada curva que o rio Xingu traça entre a cidade de Altamira até a comunidade de pescadores denominada Belo Monte – possui uma extensão de aproximadamente 140 km. O trecho não é continuamente navegável, assim, não existe uma rota de navegação que conecta todo o trecho fluvial, uma vez que a navegação na Volta Grande se concentra (em certas circunstâncias, a depender da disponibilidade dos navegantes) em dois trechos específicos, a saber: 1) o trecho entre a cidade de Altamira até a Cachoeira Grande do Jericoá – uma queda d’água localizada a aproximadamente 120 km de Altamira, na margem esquerda do Xingu; e 2) o trecho entre a Cachoeira Grande do Jericoá e a comunidade de pescadores Belo Monte, localizada próxima à travessia de balsa da BR-230, a Transamazônica.

Assim, o trecho fluvial entre a cidade de Altamira até a comunidade de pescadores Belo Monte era raramente vencido pelos navegadores locais. Alguns poucos nautas da Volta Grande afirmavam transpor a Cachoeira Grande, ocasionalmente, para acessar locais de pesca, localizados tanto a jusante quanto a montante do obstáculo, a depender do ponto de partida dos deslocamentos. Nessas ocasiões, os barcos eram carregados pelas margens do rio. Apenas a 23ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, sediada em Altamira, fazia a rota entre Altamira e Belo Monte regularmente, numa frequência anual, como exercício naval de seus militares. Dessa forma, a Volta Grande do rio Xingu, por suas características hidrológicas, gera um impedimento às rotas fluviais de navegação.

No entanto, o trecho entre a jusante da Cachoeira Grande do Jericoá até comunidade de pescadores Belo Monte possuía uma série de rotas de navegação locais, as quais conectavam não somente os pescadores de Belo Monte aos pontos de pesca rio acima, mas também garantiam o escoamento fluvial da produção agrícola de cerca de 120 famílias de produtores rurais que residiam nas comunidades de Rio das Pedras, Nova Conquista, Paquiçamba II e Terra

Preta. Ademais, no trecho a jusante da Cachoeira Grande existiam três rotas de transporte escolar, as quais transportavam diariamente cerca de 30 crianças às escolas locais.

A navegação local nesse trecho era o único meio de acesso de várias famílias ribeirinhas de modo a assegurar o deslocamento dos moradores dos beiradões do Xingu a escolas, igrejas, sedes de associações comunitárias, além das vias de acesso rodoviário. A navegação também permitia o deslocamento dos produtores rurais dessas comunidades às roças que porventura estavam distantes de seu local de residência, localizadas nas ilhas ou nas margens do rio Xingu, além do deslocamento para visita a amigos e familiares.

No local a jusante da Cachoeira Grande encontrava-se também o Sítio Pesqueiro Turístico Estadual da Volta Grande, uma unidade de conservação criada pelo governo do estado do Pará (Pará, 2005). No interior da unidade, um antigo prefeito de Altamira mantinha uma pousada que proporcionava serviços de hospedagem e pesca esportiva. A pousada oferecia trabalho a alguns moradores das localidades do Rio das Pedras e Nova Conquista, que trabalhavam como guias de pesca esportiva.

Na comunidade de Rio das Pedras, 46 famílias de produtores agrícolas dependiam do rio para escoar a produção. Quase todas elas possuíam embarcação própria com capacidade de carga para até 1,2 t, motorizadas com motores rabeta com potência entre 5 a 15 HP. A rota fluvial para transporte escolar nesta mesma comunidade levava 13 alunos à escola local. O destino final da produção era um ponto da BR-230, a Transamazônica, denominado “KM 10”, a partir do qual os moradores poderiam acessar facilmente os serviços de transporte com destino tanto para Altamira como para a cidade de Anapu, onde a produção agrícola era comercializada.

O rio Xingu era a via mais econômica para o escoamento da produção devido aos altos preços do frete via terrestre, além da precariedade das estradas locais, as quais ficavam penosamente trafegáveis nos períodos de chuva. Durante a visita à comunidade Rio das Pedras, que se deu pela estrada de terra que conectava a comunidade até a Transamazônica, pude ver um “ônibus de linha”, que oferecia serviços de transporte às comunidades locais, atolado no meio do lamaçal que se formou em um trecho da via. Naquela situação, os passageiros e o motorista eram os que improvisavam um meio para sair do atoleiro.

Enfim, a dependência do rio Xingu para o escoamento da produção, entre outros usos, pode ser percebida na fala de um morador local, registrada em áudio durante os meus levantamentos:

O rio é a via de transporte onde eu gasto menos para escoar a produção. Se não for a prefeitura para oferecer um serviço de frete gratuito, melhor dar a produção para o dono do carro [que realiza o frete via terrestre]. O transporte

terrestre é muito caro. Tem 16 anos que eu navego esse rio para pescar, escoar a produção, que eu uso o rio para banhar. Essa estrada pela qual vocês chegaram aqui agora, se passar três dias chovendo, temos que esperar por três semanas para voltar a transitar por ela (Morador da comunidade Rio das Pedras, município de Anapu, 25 de novembro de 2011).

Cerca de 600 kg de cacau, arroz, feijão, milho e farinha de mandioca eram escoados semanalmente via fluvial pelos produtores do Rio das Pedras. “Todo dia tem barco saindo”, independente da época do ano, eles me afirmavam. Segundo os moradores, os acessos terrestres haviam sido abertos “recentemente” (não consegui precisar quando) e as primeiras ocupações se deram via fluvial, o que fazia dos moradores locais bastante conhecedores dos canais de navegação, bem como de suas dificuldades.

Durante a estiagem, nos trechos fluviais de corredeiras do rio Xingu, era necessário descarregar o barco, o que fazia com que muitos produtores optassem por realizar mais de uma viagem para escoar uma mesma produção, não só para tornar os deslocamentos fluviais menos penosos, evitando o trabalho árduo de descarregamento e carregamento do barco durante a viagem, mas para evitar a perda dos produtos agrícolas em caso de acidentes. Em local denominado “Cachoeira do Descuido”, “o rio cortava” (i.e., ficava seco) durante a estiagem, conforme havia sido informado pelos moradores, e a transposição do trecho era feita apenas arrastando a embarcação após o seu descarregamento.

Assim, a manutenção de uma vazão residual na Volta Grande, que permitisse a continuidade da navegação após a instalação da usina Belo Monte, era uma expectativa de todos os moradores que residiam à jusante da Cachoeira Grande do Jericoá.

Porém, essa não era a expectativa de alguns profissionais cujas posições afetavam, diretamente, a vida dessas populações. Afinal, a informação sobre a navegação no rio Xingu, a jusante da Cachoeira Grande do Jericoá, não havia sido apresentada no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte, sendo apenas diagnosticada entre os dias 24 e 25 de novembro de 2011, cinco meses após a emissão da licença de instalação do empreendimento, em data em que eu e mais um analista de *campo* da consultoria realizamos o levantamento de referência da navegação na região (figura 23)²⁸, o que evidenciava uma clara omissão por parte dos consultores que conduziram o EIA sobre os efeitos da usina sobre a navegação praticada a jusante da Cachoeira Grande.²⁹

²⁸ As informações sobre a navegação a jusante da Cachoeira Grande do Jericoá foram apresentadas ao IBAMA apenas em junho de 2012, no segundo relatório de monitoramento do PMNCEP (Norte Energia, 2012b: 78-95).

²⁹ Conforme fora determinado na linha nº 263 do Termo de Referência do IBAMA para a Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte, o EIA deveria identificar as “comunidades que utilizam o rio como meio de transporte abordando



Figura 23 – Navegação em trecho à jusante da Cachoeira Grande.
Registro do autor, novembro de 2011.

Em dezembro de 2011, eu apresentei o diagnóstico da navegação no trecho à jusante da Cachoeira Grande para os meus superiores, num momento em que estavam presentes a gerente de meio ambiente e o coordenador de socioeconomia. A reunião aconteceu no *escritório* da empresa, em Belo Horizonte. Logo após a exposição, a gerente, um tanto que atônita com a informação recebida, se voltou para o coordenador e disse: “Temos que trabalhar com o cenário em que as condições da navegabilidade nesse trecho serão totalmente suprimidas. Isso é, não terá mais navegação nesse trecho do rio Xingu”. E, olhando para mim e para os dados expostos na mesa, completou, com um sorriso amarelo no rosto, nitidamente envergonhada por, de modo tão tardio, haver finalmente mapeado a navegação praticada no trecho a jusante da Cachoeira Grande: “*Nós vamos todos parar no inferno*”.

A omissão de informações relevantes ao licenciamento nos estudos e projetos ambientais é uma ação condizente ao poder de mando que os empreendedores exercem sobre os consultores. Como afirmam Fearnside e Laurence (2012), “empresas consultoras tendem a preparar relatórios favoráveis à aprovação dos projetos, já que as consultorias são contratadas pelos proponentes dos projetos em foco, que têm interesses financeiros pesados na sua aprovação” (ibid.: 90). No contexto em que estudos “são custeados pelos proponentes do

suas características gerais, como por exemplo: a capacidade de passageiros ou carga das embarcações, tempo e distância dos deslocamentos e outros aspectos importantes, [além de apontar as alternativas de transporte, incluindo custos, para as comunidades que sejam ou possam vir a ser impactadas pela interrupção temporária ou definitiva do transporte fluvial em função da implantação do empreendimento e estruturas associadas e de apoio” (IBAMA, 2007: 34).

projeto”, o proponente, além de ter “influência na escolha do pessoal” que realiza os estudos ou “na fixação de prazos” para a sua conclusão, exerce influência na definição das informações apresentadas aos órgãos ambientais por meio da realização de “supressões e outras mudanças” no relatório final dos estudos, de acordo com seus interesses (ver capítulo 1).

Segundo os autores, isso tudo resulta uma “atenção sumária aos problemas causados pelos projetos” (Fearnside; Laurence, 2012: 90). De modo geral, é apenas aceitando essa relação de servidão aos empreendedores que os consultores conseguem sustentar suas posições profissionais. Nesse contexto, a frase da gerente de meio ambiente ao se deparar com o universo limitado da categorização da navegação apresentado no EIA é condizente à sua aceitação da posição subalterna que ela ocupa no mercado da prestação de serviços ambientais. Ela é a expressão da lógica de poder que define o seu trabalho, a qual submete as populações atingidas aos interesses dos empreendedores. A “inabilidade do sistema [privado de prestação de serviços ambientais] para traduzir os impactos ambientais e as preocupações das populações afetadas em fatores considerados na tomada de decisão” (ibid.: 89) é resultado dessa dinâmica de poder.

No entanto, a frase da gerente de meio ambiente ao se deparar com a realidade social da sua atuação assinala a forma como sua submissão aos interesses dos empreendedores não se faz sem autojulgamentos morais. O reconhecimento da sua posição servil, manifesta na constatação de que o EIA de Belo Monte não havia considerado os efeitos sociais da usina sobre a navegação das populações ribeirinhas do trecho a jusante da Cachoeira Grande, leva a gerente de meio ambiente a uma confrontação ética com as condições altamente contraditórias do seu trabalho (*Nós vamos todos parar no inferno*). Um momento em que a “parte maldita” do “descuido”, da evidente dimensão de “perda” e “destruição” (Bataille, s.d.) presentes na prática privada de prestação de serviços de consultoria ambiental é associada à imagem do “nosso velho amigo o diabo” (Taussig, 2010: xiii).

Estamos, pois, diante de um momento de hesitação, de espanto, que coloca em questão a violência existente no mundo da consultoria ambiental. Esses momentos devem ser aproveitados, pois, como sugere Stengers (2014), suas possibilidades fecham muito rápido. E foi exatamente isso o que aconteceu. Ao invés de reconhecer as condições de navegação das populações à jusante da Cachoeira Grande e as implicações que esse reconhecimento possuía para o licenciamento da usina, os consultores ambientais responsáveis pelo monitoramento das condições de navegação optaram por omiti-las. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA) (Harari, 2017), em 2016, “comunidades inteiras” localizadas a jusante da Cachoeira Grande “ficaram isoladas o ano todo sem comunicação fluvial ou terrestre” (ibid.).



Figura 24 – Trecho a jusante da Cachoeira Grande, novembro de 2016.
Fonte: Harari (2017).

Em um documento publicado na internet (Harari, 2017), o ISA apresenta uma série de imagens que evidenciavam o isolamento dessas comunidades em função da imposição da vazão reduzida na região, a qual passou a vigorar após o início do enchimento dos reservatórios da usina.³⁰ As imagens foram coletadas pelos técnicos do ISA em visita de campo às localidades a jusante da Cachoeira Grande, realizada entre os dias 12 e 13 de novembro de 2016, durante o ciclo de enchente do rio Xingu, o mesmo período hidrológico em que realizei meu trabalho de campo para diagnóstico da navegação, em 2011. Assim, o que se viu em 2016 foi a transformação radical da paisagem encontrada em 2011 (figuras 24 e 25). Esse é o resultado da imposição do trecho de vazão reduzida na região.

No entanto, o que se verificou no décimo primeiro relatório do Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção (PMNCEP) (Norte Energia, 2017), protocolado no IBAMA em fevereiro de 2017 pela Norte Energia, foi a total omissão das condições impraticáveis da navegação na Volta Grande. Nesse relatório, o qual cobria as atividades do programa realizadas no segundo semestre de 2016, isso é, no mesmo período da visita do ISA às comunidades, vemos a competência dos consultores ambientais para representar, em seus documentos técnicos, um cenário radicalmente oposto àquilo que se verifica no *campo* de sua atuação.

³⁰ Conforme mencionado na nota 2 (supra), o enchimento dos reservatórios de Belo Monte se deu logo após a emissão da licença de operação do empreendimento pelo IBAMA, em novembro de 2015. A partir dessa data, a quantidade de água que verte pela Volta Grande, a jusante do eixo da barragem principal da usina, não deriva mais do fluxo natural do rio Xingu.



Figura 25 – Trecho a jusante da Cachoeira Grande, novembro de 2016.
Fonte: Harari (2017).

Segundo o relatório:

A navegação praticada no rio Xingu e na Volta Grande se mantém de maneira semelhante à observada quando do início do monitoramento, sem interferências significativas da execução da UHE Belo Monte que impliquem prejuízos às formas de transporte fluvial praticadas. Isto é válido mesmo com a alteração nas vazões naturais do rio, a partir da formação dos reservatórios da UHE Belo Monte (Norte Energia, 2017: 26).

Esse mesmo relatório conclui, ainda, que “não foram detectadas alterações significativas no escoamento da produção no TVR [Trecho de Vazão Reduzida] a partir da entrada em operação da UHE [usina hidrelétrica] Belo Monte” (ibid.).

Nesse contexto, quando se lê as informações contidas no décimo primeiro relatório do PMNCEP ao lado das imagens publicadas pelo ISA, o que se percebe é que a legitimidade dos programas de controle e proteção ambiental dos empreendimentos é mantida por uma prática sistemática de produção de ignorância (Mathews, 2006). Como argumenta Mathews, a “ignorância é um recurso valioso... que respalda a continuação de programas importantes” (ibid.: 152). No entanto, como “raramente” essas omissões são “documentadas”, elas “não colocam em tela o *status* das regulações nacionais e os pronunciamentos oficiais” (ibid.: 138).

Os gestos menores da pose tecnocrática

Problematizar publicamente as omissões que são mantidas pelos consultores é um meio de perturbar a retórica corrente do poder do gerenciamento ambiental, sobretudo quando um dos principais recursos utilizados por essa retórica é a manutenção de uma “pose tecnocrática”. O termo é utilizado por Marcus (2010: 52) para descrever a “forma mais comum de legitimação

das elites numa sociedade onde o modo objetificado de dominação prevalece” (Marcus, 2010: 52). Segundo o autor, “na ausência de uma legitimação sagrada ou de um mandato popularmente aceito” (ibid.) que pudesse justificar “as desigualdades de poder, privilégio e riqueza” (ibid.: 51), as elites de sociedades ditas liberais, governadas pelos ideais da racionalidade, do secularismo e da impessoalidade, buscam sustentar sua “autoridade” com base “em especialidades, conhecimentos superiores ou em funções definidas na lei” (ibid.: 52).

Essa “pose tecnocrática” é defendida amplamente pelos atores que integram o licenciamento. Na época da emissão da licença de instalação de Belo Monte, diante das volumosas críticas aos estudos de impacto ambiental do empreendimento, a diretora do licenciamento ambiental do IBAMA na época, Gisela Forattini, afirmara que os “estudos ambientais de Belo Monte [eram] de boa qualidade porque foram avaliados por uma equipe de excelência” (G1, 2011). Mesmo que esses atores eventualmente saibam das limitações de tais estudos para a verificação dos efeitos sociais de uma hidrelétrica (tais como os limites de prazo, de pessoal, de transparência das empresas na apresentação dos dados etc.), é a “pose tecnocrática” que deve ser mantida. Afinal, assumir em público essas limitações significaria “solapar as convenções de autojustificação” (Herzfeld, 2016:16) dos tecnocratas.

O problema dessa “pose” é que, quando performada em público, ela possui a capacidade de invalidar o conhecimento das populações atingidas sobre os efeitos sociais dos empreendimentos, como demonstraram Santos, Ferreira e Penna (2018) ao observar o “*corpus argumentativo*” (ibid.: 185) dos analistas ambientais em seus rituais junto às comunidades atingidas por um projeto minerário. Por meio de “palavras do campo semântico da técnica” os profissionais de meio ambiente das empresas são capazes de “desqualificar” a fala dos atingidos sobre as suas circunstâncias (ibid.: 199-212), invalidando perspectivas sobre os efeitos do empreendimento em suas vidas (como o assoreamento de rios ou a mortandade de peixes) (ibid.), mas, mesmo assim, conseguindo suas licenças de ambientais. Nesse sentido, a mobilização da pose tecnocrática, tomada como “ato”, permite pensar a “dimensão política” de sua ação (ibid.: 185) ao destacar aqueles que perdem e que ganham nesses rituais (ibid.).

No contexto da tecnocracia performada em situações de conflito ambiental o que se vê é uma associação surpreendente entre “expertise e poder” (Oliveira, Zhouri e Motta, 2020: 8). Uma expertise que, mesmo se mantendo com base em fórmulas vazias que não se sustentam em bases empíricas, ainda é capaz de oferecer autoridade àqueles que a sustentam. Não é à toa que os atores que detém o poder de uso dos instrumentos técnicos não se cansam de retificá-los interminavelmente. Como demonstra Li (1999), uma das respostas que os burocratas de um

projeto de desenvolvimento mobilizam para conter suas “falhas” é a produção de um “conjunto muito específico de dados que simplesmente repetem uma narrativa padronizada” (Li, 1999: 309). Essa repetição fortalece aquilo que se define como um suposto funcionamento exitoso do projeto, tais como, no caso dos projetos de reassentamento estudados pela autora (ibid.), o número de casas construídas, de bens e insumos entregues, de cursos de formação realizados etc. Na medida em que uma série de “obrigações” não entregues, são ocultadas.³¹

Como argumenta Mathews (2006), a “repetição de estatísticas [vazias] reafirma o poder estatal de maneira direta” (2006: 153). A continuidade de uma obra como Belo Monte depende da reprodução interminável de cálculos e estatísticas vazias impressa nos documentos do licenciamento (Cf. Vianna, 2014: 26, 29-31). No trabalho das consultorias, essa repetição acontece no momento do protocolo dos relatórios ambientais do licenciamento ao IBAMA. Nesses relatórios, a criação de uma narrativa padronizada – expressa no número de reuniões com as populações atingidas realizadas, na quantidade de pessoas que atenderam a esses eventos, nos registros fotográficos etc. – cria uma atmosfera de que os objetivos dos programas ambientais estão sendo “alcançados” (Cf. Bronz, 2016: 355), o que reduz a complexidade dos efeitos sociais de uma hidrelétrica a uma rotina burocrática (ibid.) ou a um regime de “poder sem conhecimento” (Breckenridge, 2003 apud Graeber, 2015: 116-117).

Em minha experiência na consultoria essa repetição estatística vazia se dava da seguinte forma: escrevíamos relatórios periódicos sobre o monitoramento da navegação, apontávamos os resultados alcançados, os quais eram acompanhados de uma análise crítica, bem como de encaminhamentos propostos, mas, se tais encaminhamentos não fossem contemplados no curso dos eventos lá estávamos nós novamente escrevendo, no próximo relatório, os mesmos encaminhamentos *ad infinitum*.

Como interromper o processo tecnocrático vazio e interminável da prática de consultoria ambiental? A resposta que sugiro para esse questionamento é nos aproximarmos dos “gestos

³¹ Li (1999), em seu estudo sobre um projeto de reassentamento conduzido pelo governo indonésio, cujo propósito era fixar comunidades consideradas “isoladas” (e nômades), em áreas mais acessíveis aos sistemas regulares de administração do Estado (e.g. acessos rodoviários, à energia elétrica etc.), enumera uma longa lista de falhas ou obrigações não entregues pelo projeto, como: 1) o abandono de áreas do reassentamento pelas comunidades dada a dificuldade de cultivo em seus solos; 2) o fato das dimensões das áreas do reassentamento serem insuficientes para sustentar os modos de vida das populações realocadas, fazendo com que as famílias continuassem praticando ciclos sazonais de mobilidade; 3) a má qualidade dos utensílios e ferramentas oferecidos às comunidades pelo projeto; 4) o não fornecimento, na sua integridade, de itens previstos no projeto, como mantimentos, insumos etc.; 5) a pouca experiência profissional dos técnicos, o que tornava necessário ao público beneficiário a prestação de orientações constantes para aqueles que os deveriam assistir; 6) o tempo que era tomado para a realização de atividades supérfluas do projeto, o que fazia os beneficiários perderem tempo com suas atividades produtivas; 7) a realocação das populações em áreas costeiras, com solos de difícil cultivo, fazendo com que os colonos passassem a desenvolver outros modos de sobrevivência para além dos previstos no projeto ou, simplesmente, abandonassem as áreas de reassentamento (ibid.: 306-311).

menores” (Manning, 2016; Ingold, 2020: 62) dessa atividade, isso é, “daquelas pequenas perturbações ou distrações onde as coisas se desviam do curso” (Ingold, 2020: 62). Ou seja, a interrupção do poder tecnocrático pode ser feita quando nos aproximamos dos momentos de hesitação que colocam em dúvida as verdades oficiais dessas instituições (Li, 1999). É nos aproximando das incertezas, das frustrações, dos momentos de vacilo, de “espanto” (Stengers, 2014), de “vergonha” (Kilomba, 2016), enfim, do “gesto do vestígio” (Ingold, 2020: 64) das atividades mais formais das consultorias, que podemos conter a voracidade hegemônica do poder dessas instituições. Gestos que são acessíveis aos antropólogos ao juntarem-se, afetivamente, aos caminhos percorridos por seus interlocutores nesse campo (ibid.: 64-65).

Capítulo 5 – Perplexidade

[*Kubên do ngô beyêt*, homens brancos da água podre], eu sei que o rio Bacajá vai secar, todos os Xikrin sabem, mas vocês não querem acreditar. Eu vou falar reto para você, falar direto, porque Mebêngôkre fala assim forte e reto, não enrola ninguém. Quero apostar com você. Se vocês estiverem certos e o rio Bacajá não vai secar com o barramento do Xingu, vocês voltarão aqui na aldeia e poderão me amarrar num pau no meio da aldeia onde eu ficarei amarrado três dias e três noites, sem comer e nem beber água. Agora, se vocês estiverem errados e o rio Bacajá secar, ficar quente e rápido, eu vou te buscar e vou te amarrar aqui na aldeia por três dias e três noites, sem água e sem comida. Vocês precisam aprender que os Xikrin conhecem o rio Bacajá e sabem que ele vai secar se o rio Xingu for barrado. Os Xikrin falam certo e vocês falam feio, falam mentira. (Meiti Xikrin, Terra Indígena Trancheira Bacajá (TITB), abril de 2012, registro e tradução feitos por Mantovanelli, 2016a: 197).

Tal como o capítulo anterior, o presente capítulo propõe examinar outro momento em que os consultores ambientais são levados à dúvida na sua interlocução com as comunidades atingidas, no presente caso, os Xikrin Mebêngôkre da Terra Indígena Trancheira Bacajá (TITB). Esse momento ocorreu durante as apresentações dos resultados finais dos Estudos Complementares do Rio Bacajá (ECRB) – um levantamento dos aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos da bacia do rio Bacajá, com especial atenção para os usos que os Xikrin realizavam no rio. Tal estudo foi solicitado pela FUNAI (2009) no contexto do licenciamento de Belo Monte. As especificidades desse estudo serão descritas ao longo do capítulo.

Durante as apresentações dos ECRB (figura 26), os consultores ambientais responsáveis pelos estudos entraram em desacordo com os Xikrin sobre o futuro do rio Bacajá após o barramento do rio Xingu por Belo Monte. De um lado, os consultores afirmavam que o rio Bacajá não iria secar, de outro, os Xikrin afirmavam que os analistas estavam errados e que, sim, o rio Bacajá iria secar após o barramento do rio Xingu. Mesmo que os consultores tenham insistido, durante as apresentações aos Xikrin, que o rio Bacajá não iria secar, essa dúvida era recorrente nas conversas mais informais dos espaços privados da consultoria. Embora, com a ajuda de seus aparatos técnicos, sobretudo pelas simulações feitas pela hidrologia sobre as condições do rio Bacajá com e sem usina (ver a seguir), essa dúvida era sempre dissimulada.

A disputa em torno das condições futuras do rio Bacajá revela questões importantes sobre o deslocamento que os consultores devem realizar em relação à realidade dos problemas ambientais de uma hidrelétrica. Um deslocamento que parece dispensar a própria experiência dos consultores nos contextos propriamente físicos da construção de um empreendimento, ao passo que os Xikrin se contrapõem radicalmente a esse deslocamento, ao recusarem conter os

efeitos sociais de Belo Monte na dinâmica falsa (*punúre*) do gerenciamento ambiental da usina. Enquanto os consultores, por meio de seu aparato tecnocrático, buscam, a todo instante, esvaziar a intensidade de suas experiências de *campo*, os Xikrin, por meio de suas falas, seus posicionamentos firmes e enfáticos, pretendem resgatar essa intensidade.

O presente capítulo também relata uma visita realizada como pesquisador independente à aldeia do Onça (Pytakô), na TITB, em julho de 2016. A ideia era consultar os indígenas sobre a realização de um trabalho de campo que eu pretendia desenvolver como parte da minha pesquisa de doutorado em antropologia. Naquela ocasião, fui surpreendido pela posição da liderança da aldeia, Kujoire, que não apenas aceitou a minha intenção de pesquisa, mas demonstrou contar com o meu apoio “para ir para cima deles”, como ele dissera se referindo à luta pelo cumprimento das condicionantes ambientais de Belo Monte. Condicionantes que “eles”, i.e., a Norte Energia, insistiam em adiar ou mesmo dispensar de suas responsabilidades.

No contexto dessa luta, figurava a manutenção de uma estrada de acesso à aldeia recém-construída pela Norte Energia como medida compensatória pelo comprometimento da navegação no rio Bacajá. O rio havia mesmo secado, pelo menos para o livre fluxo da navegação, e a estrada era a principal forma de acesso dos Xikrin à aldeia do Onça (Pytakô). Contudo, a estrada estava se fechando pelo avanço da mata em suas laterais e a Norte Energia insistia que sua manutenção deveria ser feita pelos indígenas, que se recusavam. Daí a necessidade de “ir para cima deles”! A reflexão sobre o compromisso de manter uma estrada em uma terra indígena revela um dos desafios da pesquisa no campo dos conflitos ambientais, pois manter a estrada de acesso ao Onça significava também buscar conter uma série de “efeitos colaterais” (Fearnside; Laurance, 2012: 90) a ela associados.

“*Kubên do ngô beyêt, o rio Bacajá vai secar*”

Durante todo o ano de 2011, eu participei da execução de uma condicionante específica da Licença de Instalação (LI) de Belo Monte, qual sejam os Estudos Complementares do Rio Bacajá (Norte Energia, 2012e). Tais estudos, ordenados a partir de parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2009: 68), objetivavam o levantamento dos “aspectos de navegabilidade, ictiofauna, sedimentação [qualidade da água] e hidrologia” do rio Bacajá, com especial atenção à correlação desses aspectos com os modos de vida dos Xikrin da Terra Indígena Trancheira Bacajá (TITB), fortemente dependentes desse rio.



Figura 26 – Apresentação dos ECRB na aldeia Mrotidjãm, TITB.
Registro do autor, abril de 2012.

Os Estudos Complementares do rio Bacajá (ECRB) compõem uma determinação da FUNAI (2009), elaborada a partir de sua análise dos Estudos do Componente Indígena (ECI) dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte (ELETROBRÁS, 2009a; 2009b). A recomendação da FUNAI para que os ECRB fossem realizados segue, por sua vez, determinação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em sua Análise Ambiental dos Estudos do Componente Indígena do EIA de Belo Monte (IBAMA 2009 apud FUNAI 2009), como condição para a aprovação da licença de instalação da usina.

A análise de tal experiência traz à tona uma oportuna reflexão sobre a prática do “indigenismo empresarial” na Amazônia, processo que, segundo Baines (1995, 2004, 2012), submete o ordenamento jurídico-administrativo das políticas indigenistas do Estado aos interesses privados de empresas e corporações empenhadas na instalação de grandes empreendimentos econômicos no interior, através e/ou nos limites de terras indígenas (como barragens para geração de energia hidrelétrica, mineração, rodovias, complexos portuários, projetos do agronegócio, entre outros) (ibid.).

O rio Bacajá é o principal tributário do rio Xingu na região da Volta Grande. Boa parte da sua bacia hidrográfica (com uma área aproximada de 1.650.000 hectares) é ocupada pela Terra Indígena Trincheira Bacajá (TITB) (cerca de 1.500.000 hectares) que, por sua vez, é habitada pelos Xikrin, um dos ramos dos Kayapó Setentrionais, falantes da língua mebêngôkre, pertencentes à família Jê. A TITB é uma grande aliada na preservação ambiental da bacia

hidrográfica do rio Bacajá, uma vez que seus limites territoriais ajudam a conter o desmatamento da floresta amazônica iniciado pelo processo de assentamento rural nas margens da rodovia Transamazônica a partir da década de 1970.

Minha atuação nos ECRB se concentrou no registro dos aspectos socioeconômicos da navegação que os Xikrin empreendiam no rio Bacajá e entre a TITB e a cidade de Altamira, a fim de fundamentar eventuais medidas mitigatórias e compensatórias para manutenção das condições de navegabilidade e acessibilidade dos Xikrin em decorrência das mudanças nos regimes hidrológicos dos rios Xingu e Bacajá a partir da instalação de Belo Monte.

Para tanto, visitei a TITB três vezes durante todo o ano de 2012, em datas espaçadas, de modo a cobrir a navegação praticada pelos Xikrin nos respectivos ciclos hidrológicos dos rios Bacajá e Xingu, de seca, cheia e vazante/enchente, respectivamente. Foram mais de 2.500 quilômetros percorridos pelos rios Xingu e Bacajá ao longo daquele ano, contabilizando tanto o trajeto entre a cidade de Altamira até as cinco aldeias da TITB³² quanto os deslocamentos no interior do território Xikrin para mapeamento da navegação local. A viagem realizada no período de seca foi a mais demorada, com duração de cinco dias, tempo necessário para completar os 700 quilômetros de ida e volta desde a cidade de Altamira até a aldeia mais a montante no rio Bacajá, Mrotidjãm, naquela época do ano.

As outras equipes dos estudos, responsáveis pelo levantamento da ictiofauna e da qualidade da água, também realizaram campanhas de campo na TITB ao longo dos ciclos hidrológicos do rio Bacajá. A ideia era caracterizar os aspectos da biota aquática e da qualidade da água daquele rio em cada um de seus períodos hidrológicos, tal como previsto para a caracterização da navegação, de modo a correlacionar os resultados desse diagnóstico com a reprodução dos modos de vida Xikrin (e.g., consumo proteico, saúde humana, disponibilidade de recursos, mobilidade, escoamento da produção e etnoecologia).

Contudo, a questão central em torno da qual se estruturava os ECRB concentrava-se nos efeitos do barramento do rio Xingu sobre esse rio, pois, conforme apontado pelos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) da usina Belo Monte (ELETROBRÁS, 2009a: 40-42), o baixo curso do rio Bacajá seria afetado pela imposição da vazão reduzida na Volta Grande do Xingu devido à diminuição do efeito de “remanso” nesse trecho. Pois, no baixo curso do rio Bacajá, numa condição sem a usina (i.e., “natural”), o rio Xingu avançava sobre sua foz por uma extensão de

³² Em 2012, eram cinco as aldeias dos Xikrin na TITB: a aldeia Pykayakà, Pot-Krô, Pytakô (ou Onça), Bacajá e Mrotidjãm. Atualmente, nove aldeias compõem a TITB, além das já citadas, fazem parte ainda as aldeias Khãnh, Kamôtkkô, Kenkudjoi e Rapkô.

aproximadamente 25 quilômetros no seu ciclo de cheia, gerando um efeito de represamento do rio Bacajá nesse período, característica denominada pelos engenheiros hídricos dos ECRB como “efeito de remanso”. Segundo os engenheiros hídricos dos ECRB:

Por efeito de remanso entende-se a desaceleração das águas de um curso de água devido a alguma restrição física ao escoamento. A foz do rio Bacajá, no rio Xingu, tem seu escoamento sujeito ao remanso das águas provocado pela maior magnitude das vazões do rio Xingu quando comparada às do rio Bacajá no ciclo hidrológico de cheia (Norte Energia 2012e: 10).

Conforme apontado no EIA (ELETROBRÁS, 2009a), com o início da operação de Belo Monte e a imposição da vazão reduzida na Volta Grande, as cheias do rio Xingu iriam “diminuir drasticamente, comprometendo o curso do baixo Bacajá... pois o rio Bacajá depende das cheias anuais do rio Xingu para a reprodução de seus processos ecológicos” (ibid.: 41-42). Desse modo, após a instalação da usina, a inundação das planícies aluviais e do canal do baixo curso do rio Bacajá nos ciclos de cheia do rio Xingu não seriam mais registradas.

Entre os efeitos prognosticados pelo EIA (ibid.) a partir da alteração nos regimes hidrológicos dos rios Xingu e Bacajá poder-se-iam destacar: 1) o comprometimento dos fluxos de peixes migratórios e seus processos reprodutivos e, conseqüentemente, a diversidade de espécies da ictiofauna encontrada no interior da TITB; 2) o aumento da velocidade do escoamento fluvial do rio Bacajá sem o efeito remanso do rio Xingu, o que comprometeria a estabilidade de suas encostas; 3) a exposição do baixo curso do Bacajá a uma condição contínua de seca comprometeria a navegação no local, uma vez ali identificada a formação de fortes corredeiras durante os ciclos hidrológicos de seca. Ainda segundo o EIA (ibid.), o trecho fluvial do baixo curso do rio Bacajá era um dos locais de maior biodiversidade relativa na “área de abrangência” definida para os estudos de impacto ambiental de Belo Monte.

A partir desse cenário, o impacto direto da alteração hídrica e territorial dos rios Xingu e Bacajá, provocado pela usina sobre as condições de vida dos Xikrin, deveria ser estudado “a fim de *esclarecer dúvidas* sobre as possibilidades de assoreamento [do rio Bacajá], diminuição de vazão, impactos sobre ictiofauna, que pode[ria]m comprometer de alguma maneira tanto as atividades de subsistência (pesca) como comerciais (castanha) e a locomoção das comunidades Xikrin” (IBAMA apud FUNAI, 2009: 94; ênfase minha). Realizadas as campanhas, os resultados finais dos ECRB corroboraram as dimensões destrutivas da usina previstas no EIA e em pareceres técnicos da FUNAI e IBAMA, além de projetar as medidas a serem adotadas para mitigar e compensar os impactos prognosticados. Contudo, o “esclarecimento das dúvidas”

com relação aos efeitos desse diagnóstico sobre os modos de vida dos Xikrin da TITB não pôde ser sanado pelas alternativas propostas pelos consultores dos ECRB.

Após a conclusão das pesquisas de campo dos ECRB, do tratamento dos dados e sistematização de seus resultados, uma série de reuniões para a apresentação dos estudos foi agendada em cada uma das aldeias da TITB. Nesses encontros era esperado que todos os técnicos das áreas estudadas (hidrologia, ictiologia, etnoecologia, navegação e qualidade da água) estivessem presentes nas aldeias para expor os resultados finais de suas pesquisas, de modo a informar aos Xikrin sobre as ações em curso e que ainda seriam implementadas para conter o prognóstico destrutivo anunciado. Enfim, para reduzir a “preocupação dos Xikrin”, como enunciava um dos materiais gráficos utilizados nas reuniões.

Contudo, apesar da reunião cumprir o protocolo procedimental previsto no licenciamento, sua eficácia em informar e, assim, sanar a inquietação dos indígenas em relação ao futuro do rio Bacajá a partir da construção da usina não foi alcançada. Afinal, os consultores ambientais (os *kubên do ngô beyêt*, tal como os Xikrin os denominaram)³³, reunidos nas aldeias com todo seu conhecimento acumulado, equipados com imagens, gráficos e cartazes coloridos (*banners*), os quais detalhavam os métodos empregados nas pesquisas, os equipamentos técnicos utilizados e todo o esforço de campo empreendido para chegar aos resultados dos ECRB – um esforço que contou, inclusive, com a participação e envolvimento direto dos Xikrin (figura 27) – não foram capazes de conter a principal preocupação dos indígenas, qual seja, a de que “o rio Bacajá iria secar”, ou convencê-los do contrário.

Foram muitos os dados apresentados pelos profissionais dos ECRB durante as reuniões, mas as discussões findavam-se sempre na oposição, de um lado, dos Xikrin, afirmando que “o rio Bacajá iria secar” e, de outro, dos consultores ambientais dos ECRB, afirmando que não, “o rio Bacajá não iria secar”. Antes de adentrarmos nas justificativas apresentadas por cada um dos lados desse desacordo, é válida a exposição daquilo que estava sendo apresentado e proposto pelos consultores ambientais dos ECRB, juntamente com os profissionais de meio ambiente da Norte Energia que também participaram das reuniões nas aldeias da TITB. Uma exposição que nos ajuda reconhecer um dos motivos dessa divergência.

³³ *Kubên do ngô beyêt* é como os Xikrin denominam os brancos da usina de Belo Monte, na tradução literal: “brancos da água barrada” (Mantovanelli 2016a: 24). Uma expressão formada pelas palavras Mëbengôkre *Kubên* (brancos) e *ngô beyêt* (denominação atribuída à barragem de Belo Monte enquanto “água barrada”, “água pobre, água velha, água suja”) e pela conjunção de pertença *do* em português (Cf. Mantovanelli 2016a: 20, 24; 2016b: 160).



Figura 27 – Mapeamento de acampamentos de caça e pesca na TITB.
Registro do autor, junho de 2011.

No que se refere aos levantamentos da ictiofauna – os quais buscaram conhecer a biodiversidade das espécies de peixes do rio Bacajá (sua riqueza, raridade, endemismo e abundância), suas dinâmicas ecológicas (ambientes preferenciais, migração e biologia reprodutiva), bem como sua importância para a manutenção de aspectos socioeconômicos dos Xikrin (pesca, consumo e comercialização) – foi apresentado durante as reuniões dos ECRB que a foz do rio Bacajá era um local “muito importante” para a reprodução da ictiofauna. No entanto, devido à diminuição das áreas de inundação no rio Bacajá e no rio Xingu a partir da instalação da usina (um dos ambientes preferenciais para a reprodução das espécies da ictiofauna do rio Bacajá), “espera[va]-se uma redução da abundância da ictiofauna” nos rios Bacajá e Xingu (Norte Energia 2012f: 6).

Ademais, foi também apresentado pelas equipes dos estudos da ictiofauna que a diminuição das áreas de inundação na foz do rio Bacajá iria dificultar a subida de algumas espécies de peixes migradores até a TITB, principalmente peixes de maior porte, como o surubim e o pirarara, o que acarretaria também uma redução da biodiversidade da ictiofauna no interior da TITB e, conseqüentemente, no comprometimento da dinâmica socioeconômica dos Xikrin, considerando que tais espécies eram consumidas e comercializadas pelos indígenas durante os ciclos hidrológicos de vazante e seca do rio Bacajá (ibid.). Contudo, mesmo após tal previsão já ter sido apresentada no EIA, nos pareceres da FUNAI e IBAMA e, agora, nos ECRB, os consultores seguiam afirmando que “a real magnitude dos impactos no recrutamento,

alimentação e migrações da ictiofauna pelas alterações do rio Bacajá só poderiam ser medidas com projetos de monitoramento” (Norte Energia, 2012f: 7).

Com esse argumento, os consultores ambientais, especialistas em ictiofauna, afirmavam, durante as reuniões nas aldeias Xikrin, que um monitoramento seria necessário para saber ao certo se a redução do efeito de remanso do Xingu sobre o rio Bacajá comprometeria a pesca, a reprodução, o crescimento e a migração das espécies de peixes encontradas no rio Bacajá. Nesse sentido, sustentavam que as características da biodiversidade e da ecologia da ictiofauna do rio Bacajá deveriam ser revistas regularmente nos próximos anos, durante e após a construção da usina, por estudos de monitoramento específicos e em locais definidos ao longo do rio Bacajá.

Essa mesma proposta de “monitoramento” foi reproduzida pelos pesquisadores de outras especialidades dos ECRB. No caso dos estudos etnoecológicos, os quais objetivavam compreender como os ambientes da TITB eram utilizados pelos Xikrin nas diferentes épocas do ano, tendo apontado a relevância da alimentação indígena baseada na caça e na pesca,³⁴ medidas de monitoramento também foram propostas. Entre elas, a fiscalização e recuperação das fronteiras e entorno da TITB, ameaçadas pelo avanço de atividades ilegais de extração de madeira, garimpo, criação de gado, caça e pesca. Um cenário que poderia ser intensificado pela maior disponibilidade de acesso via terrestre à TITB, uma das medidas compensatórias propostas para garantir a acessibilidade dos Xikrin.

Na realidade, todos os especialistas dos ECRB propuseram essa dinâmica de monitoramento. Com relação à qualidade da água, uma vez identificado que o rio Bacajá possui água de boa qualidade para a manutenção da fauna e flora local, não sendo contaminado por substâncias químicas como pesticidas, óleos e graxas, também foi proposto pelos analistas o monitoramento da qualidade da água do rio Bacajá durante e após a construção da usina.

Da mesma forma, medidas de monitoramento foram propostas pelas equipes dos estudos sobre a navegação, a principal forma de acesso dos Xikrin à TITB em 2012. Após a constatação de que a redução do efeito remanso do Xingu sobre o Bacajá dificultaria a transposição fluvial de embarcações das corredeiras que se formavam durante a seca, nos quilômetros iniciais do rio Bacajá desde a sua foz, foi previsto o monitoramento da navegação. Do mesmo modo, após

³⁴ O consumo de fontes proteicas de alimentos realizados nas aldeias da TITB apresentam taxas elevadas. Segundo os ECRB: “As taxas de consumo de alimentos proteicos denotam índices altos; os valores vão de 401 g.*capita*⁻¹.*dia*⁻¹, na cheia, a 589 g.*capita*⁻¹.*dia*⁻¹, na vazante, que correspondem a aproximadamente 90 g de proteínas por pessoa, quase três vezes mais que o mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde [OMS] que é de 36 g para uma pessoa de 60 kg de peso. O peixe está em primeiro lugar, com médias de 232 g.*capita*⁻¹.*dia*⁻¹. [...] Em segundo lugar está a carne de caça, com 146 g.*capita*⁻¹.*dia*⁻¹” (Norte Energia, 2012f: 7).

verificarem o aumento da velocidade das águas do rio Bacajá na região mais próxima à sua foz, também em função da diminuição do efeito remanso, o que resultaria na erosão do seu leito fluvial, as equipes dos estudos hidrológicos propuseram o monitoramento hidrossedimentológico da calha fluvial e das vazões do rio Bacajá.

Ou seja, todas as exposições dos consultores aos Xikrin sobre os resultados dos ECRB e, de modo consequente, os encaminhamentos propostos para a manutenção dos aspectos ecológicos relacionados aos rios Xingu e Bacajá e a reprodução dos modos de vida Xikrin, tiveram em comum a apresentação de uma proposta de monitoramento dos efeitos do empreendimento sobre a hidrologia, a ictiologia, a etnoecologia, a qualidade da água e a navegabilidade do rio Bacajá. Isso é, todas as exposições realizadas pelos especialistas dos ECRB nas aldeias Xikrin tiveram em comum a tentativa de estabilizar a dimensão destrutiva de Belo Monte numa rotina burocrática, materializada por meio das ações de monitoramento.

Como afirmou Goffey (2011), “o tipo de destruição que ocorre sob a égide do progresso ou da modernidade depende da criação de um ambiente de práticas rotineiras e estabilizadas” (ibid.: xiv). É certo que o trabalho de estabilização das dimensões destrutivas de Belo Monte na rotina prática do monitoramento ambiental está associado à “fabricação, laboriosa, de uma multitude de atores que, juntos, fazem conexões, equipamentos e operações que a asseguram, mantêm e suportam” (Pignarre; Stengers, 2011: 28; após Latour 2000b). No entanto, o laborioso dessa relação depende também de um esforço tremendo por parte desses profissionais para excluir e/ou conter uma série de fugas que se colocam fora dos seus cálculos e intenções.

O que a reorganização do prognóstico destrutivo previsto para a TITB (anunciado desde a elaboração do EIA de Belo Monte, em 2009) num processo de monitoramento ambiental faz é desviar questões fundamentalmente perplexas e irresolutas envoltas na construção de um megaempreendimento na Amazônia. Logo, tudo o que parecia duvidoso com relação à viabilidade ambiental da hidrelétrica pode, com o monitoramento, ser estabilizado a partir da linguagem normativa da rotina burocrática. E assim ocorreu, pelo menos em teoria.

As equipes do ECRB partiram rumo à TITB com esse ideal: adquirir o consentimento dos Xikrin a respeito dos aspectos destrutivos de Belo Monte pela sua autorização dos procedimentos laboriosos do monitoramento ambiental. Contudo, a posição dos indígenas abalara essa pressuposição: “o rio Bacajá vai secar”, afirmavam os Xikrin (figuras 28 e 29). De que servia o monitoramento ambiental proposto pelos analistas se não haverá mais água onde pescar, navegar, banhar... enfim, se “o rio Bacajá vai secar”, como afirmavam incansavelmente os Xikrin durante todas as reuniões de apresentação dos resultados dos ECRB?



Figura 28 – Reação de um Xikrin aos ECRB, aldeia Pykayakà.
Registro do autor, abril de 2012.

Imagens do gerencialismo, ocultação da sensibilidade

Mesmo que fortemente aparamentados contra a perplexidade, a recorrência do argumento dos Xikrin de que “o rio Bacajá iria secar” forçava os consultores a pensar, a negociar com aquela situação. Mesmo depois das apresentações, era recorrente nos ambientes das consultorias a menção ao contraponto Xikrin. Um contraponto que, embora tratado com certo descaso e descrédito, reforçava a *dúvida* sobre o destino do rio Bacajá. Contudo, para conter essa hesitação, os consultores mobilizavam suas construções científicas, sobretudo da “hidrologia”. Nas apresentações dos ECRB, foi a hidrologia que dominou o debate, se sobrepondo às demais disciplinas. Na realidade, a hidrologia foi convocada como o construto científico mais promissivo para livrar os consultores da perplexidade.

Contra a afirmação dos Xikrin de que “o rio Bacajá vai secar”, os engenheiros hídricos dos ECRB apontavam para a seguinte conclusão:

O maior impacto simulado (diferença entre a condição natural e a condição com usina) mostra que a perda de efeito de remanso chega até... cerca de 28 km da foz do rio Bacajá, ou seja, [do ponto de vista hidrológico] não se espera impacto sobre o rio Bacajá dentro da terra indígena Trincheira Bacajá, que está a cerca de 50 km da foz do rio (Norte Energia 2012e: 74).

Nesses termos, o impacto da alteração do regime fluvial do rio Xingu a partir da instalação de Belo Monte sobre o Bacajá, segundo os resultados dos estudos hidrológicos dos ECRB, não acarretaria “alterações significativas” nos regimes fluviais do Bacajá, bem como nas condições de vida das populações da TITB, pois era esperado que os “ciclos de cheia, seca,

vazante e enchente desse rio [no interior da TITB] permanecessem muito próximos do que ocorre hoje sem a barragem”, uma vez que a mudança no regime hidrológico do rio Bacajá se restringiria aos 28 km iniciais desde a sua foz, conforme afirmado por um dos consultores durante apresentação dos ECRB. Segundo este consultor:

A vida de vocês, Xikrin, aqui na Terra Indígena não será alterada significativamente com a construção do empreendimento porque os regimes de cheia, seca, vazante e enchente do rio Bacajá permanecerão muito próximos do que ocorre hoje sem a barragem (Mantovanelli, 2016a: 195).

Em contraposição a essa afirmativa se edificava o posicionamento dos Xikrin. Segundo os indígenas, aquela afirmação tratava-se de algo *punúre*, termo classificatório mebêngôkre para designar o feio, o horrível, coisas ou atitudes obscuras, incorretas, erradas, não verdadeiras, errôneas, mentirosas (Mantovanelli, 2016a: 39, 50, 60; 2016b: 162), pois tais explicações desconsideravam as teorias Xikrin acerca dos impactos que acarretariam ao rio Bacajá e a todo seu território por conta do barramento do rio Xingu (Mantovanelli, 2016a: 39), uma vez que, segundo os indígenas, o rio Bacajá iria secar. Uma das explicações que os Xikrin ofereciam para justificar seu argumento alertava para uma variação brusca da hidrologia dos rios Xingu e Bacajá a cada período de dez anos, aproximadamente. Segundo os Xikrin,

a cada período de dez anos (aproximadamente) os rios Bacajá e Xingu vivenciam uma seca bastante severa e mais duradoura. Por esse motivo afirmavam que um ano de realização de estudos não era suficiente para que os engenheiros entendessem e vissem esse período de seca (ibid.: 197).

Do outro lado, os *kubên do ngô beyêt*, a partir do conhecimento produzido pelos profissionais da engenharia hídrica dos ECRB, afirmavam que se tratava de uma questão de “modelagem matemática”. Essa metodologia, de composição complicada, que associa os dados das séries históricas das vazões do rio Bacajá entre os anos 1977 a 2011 com a disponibilidade de dados topobatmétricos desse rio e de dados da vazão do rio Xingu, permitia aos consultores criar imagens relativamente simples (Gráficos 1 e 2) que “atestavam”, segundo seus poderes de definição do mundo, que os efeitos do barramento de Xingu sobre o rio Bacajá não ultrapassariam os 28 km estipulados desde a sua foz e que o rio Bacajá não iria secar.



Figura 29 – Reação de Ngre Karoti Xikrin aos ECRB, aldeia Pot-Krô.
Registro do autor, abril de 2012.

Em um momento da reunião que ocorreu na aldeia Pot-Krô, um ancião Xikrin, se dirigindo ao coordenador dos ECRB, reproduziu a fala destacada na epígrafe desse capítulo, registrada por Mantovanelli (2016a: 197), na qual não só afirmou que o rio Bacajá iria secar como também apostou com o consultor ambiental que, se ele estivesse certo de o rio Bacajá não secar com o barramento do Xingu, ele poderia voltar à aldeia e amarrar o ancião num pau onde ficaria por três dias e três noites sem comer e nem beber água. Contudo, se o consultor estivesse errado, e o rio Bacajá secasse, seria ele a ficar amarrado num pau por três dias e três noites sem água e sem comida.

Esse foi o momento mais emblemático de todas aquelas reuniões nas aldeias da TITB, e o desconforto do coordenador dos ECRB (bem como demais consultores ali presentes) foi notável, ainda que totalmente contido. Engolindo seco, com um olhar furtivo, o coordenador dos ECRB, resmungando, negou a aposta do ancião. Será que também negara a ideia de que o rio Bacajá não iria secar? Eu não tive a oportunidade de conversar com o coordenador dos ECRB sobre a aposta do ancião, embora acredite que esse é o papel do antropólogo que se dedica a seguir os profissionais das consultorias ambientais. O que passou na sua introspecção quando deparado com a possibilidade de sentir na pele a violência da usina (i.e., a de ser amarrado num pau por três dias sem água e comida)? Essa introspecção poderia ser explorada como meio de problematizar a linguagem (e o poder) dos interlocutores desse campo.

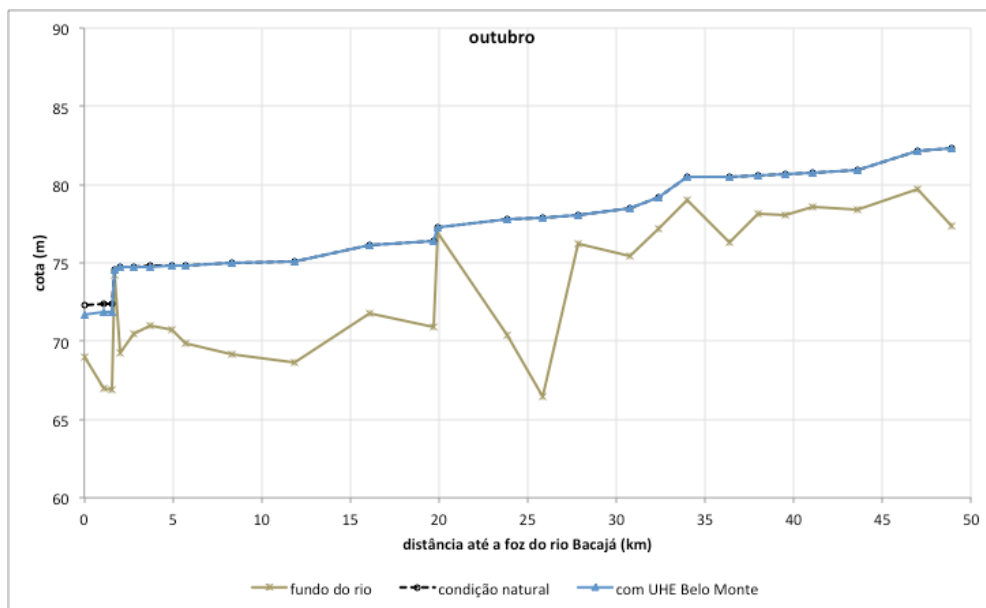


Gráfico 1 – Modelo matemático que sugeria que os efeitos do barramento de Xingu sobre o rio Bacajá não ultrapassariam os 28 km desde a sua foz. Linhas d'água simuladas para o mês outubro (seca) (Norte Energia, 2012e).

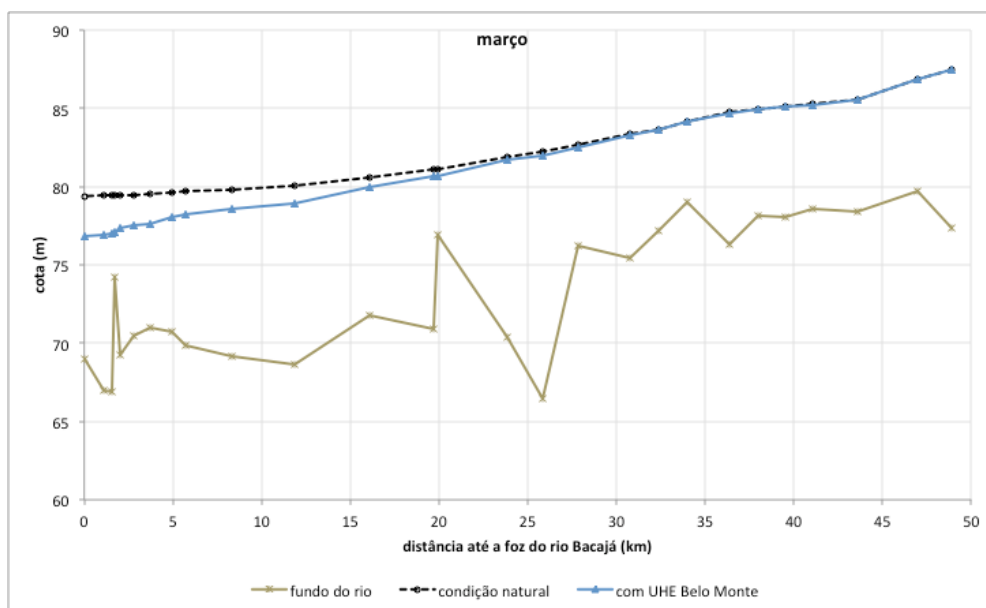


Gráfico 2 – Modelo matemático que sugeria que os efeitos do barramento de Xingu sobre o rio Bacajá não ultrapassariam os 28 km desde a sua foz. Linhas d'água simuladas para o mês março (cheia) (Norte Energia, 2012e).

Quais respostas poderiam ser dadas por esse consultor quando deparado com a violência do seu mundo? Quais respostas poderiam ser dadas por ele mais além da objetividade científica expressa por meio de suas imagens gráficas que não fazem mais que estabilizar a violência numa linguagem burocrática? Que outro tipo de ator o consultor poderia vir a ser se deparado com a sua violência? Quais movimentos de ideias o antropólogo poderia provocar no pensamento (e na ação) dos consultores intervindo nesses momentos de hesitação? Quais mundos o antropólogo poderia ajudar a construir enfatizando a perplexidade vivenciada por aqueles que operam instituições produtoras de violência?

Esses questionamentos são influenciados pela proposição de Ingold (2020) de pensar “a antropologia como uma prática de educação” (ibid.: 89), isso é, uma prática orientada pelo cuidado com o outro e não apenas pela sua compreensão (ibid.: 49). Observar o outro não se limita a produzir um conhecimento *sobre* ele, mas estudar *com* ele (ibid.: 11, 91), participando de suas dúvidas e incertezas e buscando *juntos* respostas que possibilitem “um processo sem fim e sempre inicial de crescimento e descoberta” (ibid.: 46, 94). Estudar *com* os outros implica formular perguntas que não são animadas por problemas de pesquisa predeterminados, mas que se desdobram dos atritos e sacolejos, das frustrações e aflições, que o movimento em determinado caminho desperta (ibid.: 42, 45, 55). O “acoplamento participativo, na ação e no pensamento, de observador e observado” (ibid.: 89) que os antropólogos estabelecem com a prática de seus interlocutores favorece que esses atritos e sentimentos sejam trazidos à tona.

A antropologia como educação é, nesse sentido, uma atividade de “correspondência” (ibid.: 44-47). Ela não se pauta pela exposição da forma como eventuais interlocutores estão presos na sua ignorância ou nos seus enganos, dos quais poderiam ser libertados pela razão e o esclarecimento (ibid.: 26, 31-34, 56, 76). O que pauta o trabalho da antropologia como educação é a atenção às dúvidas e às respostas que as pessoas mobilizam ao se moverem em seus ambientes de modo a agir sobre eles e ser afetados por eles. Nesse processo, o trabalho de campo, assim como a sala de aula, se torna um dentre os vários meios que a educação proporciona para que as pessoas experimentem e se tornem atentas a essas dúvidas e respostas (ibid.: 91-94), bem como para o “hesitante transbordamento ou desvios” (ibid.: 59) em suas posições ou pontos de vista. O campo de pesquisa que Ingold imagina para a antropologia como educação

é um local fora do tempo cotidiano, onde as expectativas normais são suspensas ou mantidas em suspenso, onde as coisas são desfamiliarizadas e desapropriadas. É um meio, um lugar intermediário, em que o mundo se abre não apenas para o antropólogo, mas também para seus anfitriões (ibid.: 92).

Nesse sentido, a antropologia “está no evento” (Manning, 2016: 20 apud Ingold, 2020: 93). Ela se faz pela “descoberta de perguntas na prática” (ibid.: 105), as quais abrem a experiência para novas experiências (ibid.: 94), não para “resultados finais” (ibid.). O que a antropologia nos oferece, assim como a educação, “é uma relação diferente com o presente”, não uma “explicação” (ibid.: 52). Ela se preocupa com o registro daquilo que a filósofa Erin Manning (2016) chama de “gestos menores” (op. cit.), isso é, “aquelas pequenas perturbações ou distrações onde as coisas se desviam do curso, abrindo a experiência à variação potencial” (Ingold, 2020: 62). A feitura da antropologia é sempre “em tom menor”, pois ela não coteja a luz, mas as sombras (ibid.: 60). Ela está atenta não apenas aos movimentos predeterminados que reproduzem as estruturas de autoridade infinitamente e desastrosamente, mas no registro dos seus tremores e abalos (ibid.: 59), de seus “múrmuros e sussurros” (ibid.: 101), de suas vulnerabilidades (ibid.: 58), de seus riscos e inseguranças (ibid.: 61).

A correspondência que os antropólogos devem cultivar em seus campos de investigação é a de atender e responder a esses gestos menores *junto com* seus interlocutores (ibid.: 57). Nessa proposição, a etnografia deixa de ser uma “representação ou descrição” dos acontecimentos observados pelos antropólogos para se tornar um meio de “responder a esses acontecimentos com intervenções, perguntas e respostas” (Ingold, 2014: 389). Nessas intervenções, os “objetivos descritivos ou documentais” que se impõem à prática dos antropólogos – os quais, segundo Ingold (2014), convertem as suas experiências de campo “em exercícios de coleta de dados destinados a produzir “resultados”, geralmente na forma de artigos de pesquisa ou monografias” (ibid.: 390) – sede lugar para “compromissos observacionais” (ibid.: 393), “muito experienciais” (2020: 101) que os protocolos formais da ciência insistem em encobrir. Segundo Ingold, a etnografia (e seu principal método, a observação participante)

não é absolutamente uma técnica oculta para reunir informações das pessoas, sob o pretexto de aprender com elas. É antes um cumprimento, tanto na letra como na ação, do que devemos ao mundo por nosso desenvolvimento e formação (2020: 89; 2014: 388).

Claro que a generalidade normativa da prática da etnografia – geralmente imposta por agências de conhecimento estatais que conferem ‘qualidade’ aos cursos de pós-graduação a partir de parâmetros como o número de artigos que eles publicam – é evadida pelo engajamento que os antropólogos fazem com seus sujeitos de pesquisa. Como, por exemplo, o envolvimento com povos indígenas na luta pelo reconhecimento de direitos territoriais, como Ingold já destacara (2003: xviii). Ou o engajamento que grupos de pesquisa, por meio das atividades de extensão ou parceria com fundos governamentais, fazem com as comunidades atingidas por

projetos industriais ou de infraestrutura, tais como o Grupo de Pesquisa em Temáticas Ambientais (GESTA) da UFMG, o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Unimontes, ou o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia da UEA.

Contudo, pelo “engajamento” (Ingold, 2003: xviii) que tive com os consultores ambientais, “temperado como [foi] pela consciência das realidades práticas da vida ‘no terreno’” (ibid.) desse grupo, arrisco aqui a propor um compromisso com a *experiência* dessas “comunidades humanas reais” (ibid.). Nesse contexto, o que os antropólogos trabalhando com os consultores ambientais devem ao mundo que eles observam?

Arrisco a dizer que o compromisso dos antropólogos com esse grupo é expô-lo à violência de suas posições. Como vimos na descrição das reuniões de apresentação dos resultados dos ECRB aos Xikrin, as quais tiveram em comum uma tentativa, por parte de todas as disciplinas envolvidas nos estudos, de estabilizar as dimensões destrutivas de Belo Monte na linguagem burocrática do monitoramento. A “exposição” (Ingold, 2020: 52) dos consultores à violência de suas posições implica reconectá-los às relações substantivas com os territórios de sua intervenção e, assim, “colocar... em jogo” a sua “posição” (ibid.), que insiste em se manter afastada dos perigos e das sujeiras dessa violência por meio de seus “rituais de purificação” (Douglas, 2001). Pensar em formas de expor os consultores à violência de sua posição é uma maneira de conter o distanciamento ou deslocamento que o poder gerencial do licenciamento faz da experiência desses profissionais no *campo*.

O trabalho de representação da natureza pela prática da consultoria ambiental, por meio de imagens gráficas, mapas, relatórios etc., é um modo eficaz de produzir e promover esse distanciamento (Mitchell, 2011). Ele acontece porque a prática da consultoria exige que a experiência de *campo* desses profissionais (tal como a sua experiência na TITB) se submeta aos meios e poderes ilimitados que lhes são concedidos pela linguagem dominante do gerenciamento. Portanto, os consultores ambientais subordinam a sua relação com o rio Bacajá a um universo de utensílios gerenciais fictícios (Oliveira, Zhouiri e Motta, 2020; Oliveira, 2014) por eles compreendidos e procurados no curso de seu trabalho.

Esses utensílios, cada vez mais elaborados na história do capitalismo (Mitchell, 2002, 2011), deslocam uma série de articulações e perspectivas possíveis que esses profissionais poderiam estabelecer com o *campo* mais imediato de sua atuação. Sobretudo porque esses utensílios não estão dirigidos para uma intervenção na realidade concreta dos empreendimentos, mas para a manutenção de rotinas organizacionais burocráticas que os empreendedores e consultores estabelecem com investidores ou órgãos ambientais (Bronz,

2016; Whittington, 2019). Como colocou Mosse (2005), numa avaliação crítica da sua atuação como consultor em antropologia num projeto de “desenvolvimento” na Índia rural, a habilidade desses profissionais não está orientada para “redefinir” as práticas locais do projeto, mas para oferecer um tipo de “conhecimento generalizado” que favorece as relações dos gestores do projeto com doadores e agentes governamentais (ibid.: 153-154). Assim, segundo Mosse:

Nossa escrita, modelos e mapas *desmanchavam* os agenciamentos pessoais, híbridos e contingentes, bem como nossas conexões, lutas e interações com a prática concreta (ibid.: 270; ênfase minha).

Mantovanelli (2013 apud Vianna, 2014: 33), que acompanhou as equipes de *campo* durante a realização dos ECRB, resume esse apagamento da seguinte forma:

Se ao longo das atividades em campo a grande maioria das considerações feitas pelos Xikrin era tratada pelos pesquisadores [dos ECRB] como informações importantes, tendo sido anotadas e gravadas por vários deles, a forma de apresentação dessas informações no laudo final... assume outra forma. Tal forma de modelo implica em codificação de informações descritivas em dados numéricos para geração de gráficos e tabelas. A codificação realizada para confecção do produto final dos ECRB desembocou num efeito de obliteração das falas dos Xikrin. Trechos mais descritivos enviados pelos pesquisadores transformaram-se em números de gráficos obscuros (ibid.).

Essa condição coloca os consultores ambientais *contra* os ambientes em que desenvolvem seu trabalho. O uso de imagens gráficas, mapas, relatórios etc., produzidos para estabilizar e racionalizar a relação entre empreendedores e investidores ou órgãos ambientais, efetua “mudanças, desvios e atrasos” (Mitchell, 2011: 269) com os “encontros” que esses profissionais poderiam estabelecer com os territórios da sua atuação, na medida em que são os “encontros com os relatórios e imagens daqueles encontros” (ibid.) que lhes fornecem o significado de suas condições. Se, como apontou Agamben (2007), a operação de incluir a vida nos mecanismos e cálculos do poder estatal implica uma relação de exclusão, em que as próprias condições do corpo vivente humano lhes aparecem como opostas e separadas, como algo que não pode ser assumido integralmente e que, por isso, deve ser excluído. Na prática da consultoria, essa relação de exclusão aparece como condição do trabalho desses profissionais.



Figura 30 – Corredeira Jericoá, rio Bacajá, TITB.
Registro do autor, outubro de 2012.

A minha experiência como consultor ambiental na TITB, ao longo de todo o ano de 2011, foi um momento marcado por uma tentativa de suprimir os sentidos práticos da navegação dos Xikrin por mim vivenciados no trabalho de *campo*. Recordando, foram mais de 2.500 km percorridos pelos rios Xingu e Bacajá, somente em 2011, para mapeamento da navegação. Longas conversas com os Xikrin foram conduzidas a fim de caracterizar as dinâmicas da navegação fluvial. Os canais de navegação dos rios Xingu e Bacajá foram percorridos e as dificuldades para transpor suas corredeiras nos períodos de seca, bem como para enfrentar os rebojos, as neblinas ou as fortes chuvas durante a cheia, foram vivenciadas. Se, por um lado, o que de fato acontece com o consultor no *campo* é a experimentação de um domínio cujos sentidos e efeitos percebidos “mobilizam seu próprio estoque de imagens” (Favret-Saada, 2005: 159), por outro, a necessidade de enquadrar essa realidade na linguagem do monitoramento trabalha o todo tempo para reduzir a intensidade dessa experimentação.

Na passagem pela corredeira Jericoá, no rio Bacajá (figura 30), por exemplo, localizada a aproximadamente 60 quilômetros da foz do rio Bacajá, precisei me posicionar em um ponto seguro a montante da cachoeira para, com o auxílio de uma corda, puxar a embarcação. Essa era a única forma de vencer a velocidade das águas que ali vertiam no período de estiagem. Enquanto o piloto Xikrin acionava o motor 9 HP do barco para subir o rio e seu filho aproava a embarcação com a ajuda de uma ‘vara de pau’, eu os ajudava alçando o barco com a corda. Nesse movimento, meu abdômen ficou todo esfolado, pois eu só conseguia firmar meu corpo para puxar o barco me apoiando num pedaço de pau no fundo do rio.

Contudo, todo esse fluxo substantivo de relações estava sendo contrastado com a instalação de Belo Monte. No entanto, nesse contraste, a linguagem da consultoria, embora hegemônica, não exclui os “gestos menores” (Ingold, 2020: 62) de aflição presentes na experiência do *campo*. Uma aflição que me era recorrente na constatação de que os efeitos do barramento do Xingu sobre o rio Bacajá intensificaria a dificuldade de transpor a corredeira do Jericoá e muitas outras corredeiras próximas à foz do rio. Essas aflições desafiam as ficções do gerenciamento, pois essas ficções, com todo seu poder, não conseguiram “separar, na [minha] experiência” como analista de *campo*, aquilo que eu devia fazer daquilo eu sofria (ou simplesmente, sentia) no decorrer da minha prática profissional (ibid.: 67). Nesse contexto, eu, como um dos sujeitos da consultoria, não estive imune aos “gestos menores” da minha experiência (ibid.: 62), como se eu pudesse viver “contra a evidência dos sentidos” (ibid.: 52) ao defender as ficções do gerenciamento. Eu fui afetado por eles. Mapear essas afetações é um meio de conduzir as práticas dos analistas ambientais à manutenção da vida contra a morte.

Pequenos atos de desapontamento

As reuniões de apresentação dos ECRB foram acompanhadas por uma engenheira agrônoma da FUNAI, além de uma antropóloga que acompanhou toda a realização dos estudos sobre a navegação na TITB e estava ali, nas apresentações, para fazer um trabalho de tradução. Essas duas profissionais, pela posição que ocupavam na estrutura dos ECRB, mantinham certo distanciamento dos demais consultores ambientais ali presentes. A engenheira agrônoma, por ser funcionária da FUNAI. A antropóloga, por fazer parte da equipe convocada pelos Xikrin para acompanhar a realização dos ECRB nas aldeias, uma vez que os indígenas colocaram como condição para a entrada dos consultores na TITB que eles fossem acompanhados por antropólogos.

Conforme mencionado, cinco reuniões de apresentação dos ECRB estavam previstas em cinco aldeias da TITB. A primeira delas ocorreu em Mrotidjãm, a segunda na aldeia Bacajá, a terceira na aldeia do Onça (Pytakô), a quarta em Pot-Krô e a quinta em Pykayakà. Findada a apresentação em Mrotidjãm, que acontecia no final da tarde, em horário definido pelos Xikrin, partimos para o Bacajá, onde passamos a noite para a realização da reunião no dia seguinte. Findada a apresentação no Bacajá, partimos para o Onça (Pytakô), e assim por diante, até completar as apresentações nas cinco aldeias. Essa era a logística das apresentações.

Quando chegamos à aldeia do Onça (Pytakô), local da realização da terceira reunião, logo após montarmos o acampamento, sentei-me no centro da aldeia juntamente com a

antropóloga e a engenheira agrônoma da FUNAI. Elas estavam bastante desapontadas com os encaminhamentos da reunião, pois, apesar da resistência dos Xikrin, a sensação era de que os consultores estavam conseguindo ter a palavra final sobre o destino do rio Bacajá. O “poder simbólico” (Zhou, 2008: 100) dos consultores para “fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade” (Bourdieu, 2012: 186) parecia vigorar naquelas reuniões e a engenheira agrônoma e a antropóloga se perguntavam como fazer para desestabilizar aquele poder.

Ao participar daquela discussão, eu sugeri que elas perguntassem sobre o Sistema de Transposição de Embarcações (STE) na reunião do dia seguinte em Pytakô (Onça). Conforme mencionado no capítulo 1, as reuniões de apresentação dos ECRB se deram dias depois da reunião com a diretoria construtiva de Belo Monte, na qual os engenheiros da Norte Energia sugeriram a proposição de um “plano B” para a navegação na Volta Grande, considerando que o STE provisório não seria entregue a tempo às populações. Naquele contexto, os consultores ambientais foram enviados à TITB sem o conhecimento sobre qual seria a medida de mitigação adotada pela concessionária para a manutenção dos deslocamentos fluviais. Na minha percepção, esse desconhecimento poderia desarticular a autoridade que os consultores vinham conquistando naquelas apresentações.

Eu não expus as razões da minha sugestão para a agrônoma da FUNAI ou para a antropóloga. Eu não poderia fazê-lo. Não poderia falar que, naquela altura, a diretoria construtiva de Belo Monte estudava a possibilidade de não instalar o STE provisório. Entre nós três apenas eu detinha aquela informação e expô-la na integridade significaria me expor também. Apenas sugeri que a pergunta sobre o STE viesse a público, sem muitos detalhes. E foi isso o que aconteceu. No dia seguinte, durante a apresentação na aldeia do Onça (Pytakô), o questionamento do STE veio à tona. Foi um momento de muito constrangimento para o coordenador dos ECRB, bem como para a superintendente de assuntos indígenas da Norte Energia que acompanhava as reuniões (a profissional responsável por supervisionar o contrato de prestação de serviços com a consultoria).

Tirando um monte de imagens do STE da bolsa e as distribuindo no chão (figura 31), a superintendente da Norte Energia começou a expor dados do projeto do STE que ela mesma não tinha certeza quanto à sua execução. Assim, sua resposta sobre o STE foi marcada por uma deliberada omissão, notadamente a opção de não informar aos indígenas que a diretoria construtiva da Norte Energia estava prestes a adotar uma decisão que poderia afetar drasticamente suas condições de acessibilidade. Certamente, se essa informação se tornasse pública, as discussões sobre os resultados dos ECRB seriam encaminhadas para outro lugar.



Figura 31 – Reunião de apresentação dos ECRB.
Registro do autor, abril de 2012.

Mas não foi isso o que aconteceu. A superintendente de assuntos indígenas e o coordenador dos ECRB preferiram omitir a sugestão de um ‘plano B’ por parte dos construtores. Enfim, embora os efeitos do questionamento sobre o STE não tivessem sido os esperados, a questão colocada, pelo menos, desarticulou o estado de harmonia que os consultores pretendiam conservar durante as apresentações dos ECRB. A questão retirou os consultores do lugar um tanto confortável que eles ocupavam. Após a reunião, tanto o coordenador dos ECRB quanto a superintendente de assuntos indígenas ficaram muito incomodados com o questionamento da antropóloga e da engenheira agrônoma da FUNAI e comentavam que aquele questionamento havia sido “desnecessário”. Talvez porque a questão fez com que o coordenador e a superintendente reconhecessem a falácia de suas posições.

Nesse contexto, se tem algo a mais que os antropólogos que trabalham com consultores ambientais devem ao mundo desses profissionais é a proposição de momentos reflexivos que os façam sair de suas posições servis, de modo que essas reflexões os conduzam para outros lugares nos quais já não mais necessitem se agachar para defender os interesses dos empreendedores.

Estrada, garimpeiros, evangélicos, Belo Monte

Entre os dias 6 e 7 de julho de 2016, quase cinco anos após a realização dos ECRB, num trabalho de campo como pesquisador independente em Altamira, tive a oportunidade de ir a uma das aldeias da TITB, a aldeia do Onça (Pytakô). Na ocasião, eu acompanhava as esquipas

da Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED), responsável pelas ações públicas de educação indígena entre os Xikrin. Naquela visita, destinada à remoção da professora que sairia de férias da aldeia, entre outros afazeres, tive autorização da coordenação local da FUNAI para adentrar o território indígena, embora aguardasse a solicitação para trabalho de campo por um período mais longo na TITB, cujo pedido estava sendo avaliado em Brasília.

A visita foi feita via terrestre, parte do percurso pela rodovia Transamazônica, outra parte pelo travessão do Tuerê, uma estrada de chão que dava acesso à TITB desde a Transamazônica. Partimos de Altamira bem cedo, sentido o município de Novo Repartimento, em veículo tipo caminhonete com tração nas quatro rodas. Aquela viagem, que ocorreu na estiagem, era usualmente feita via fluvial pela SEMED, conforme a instituição havia me informado durante meus levantamentos para a composição dos ECRB. No entanto, como me informara a antropóloga Thais Mantovanelli, que realiza trabalho de campo entre os Xikrin desde 2011, “a navegação [dos Xikrin do Bacajá] acabou”. E, em campo, era isso o que se constatava. A SEMED já não mais optava pela navegação para acessar a TITB.

Durante o deslocamento terrestre à aldeia do Onça (Pytakô), ainda na Transamazônica, no trecho da estrada no qual somente é possível atravessar por balsa sobre o rio Xingu, percebi a presença de outras duas caminhonetes dos Xikrin, conduzidas por motoristas contratados pela Norte Energia, que agora era a responsável por realizar o transporte dos indígenas entre a TITB e a cidade de Altamira. Em 2016, os deslocamentos dos Xikrin a Altamira para reuniões com a FUNAI, acesso a serviços de saúde, ou mesmo para tratativas com a Norte Energia no contexto do licenciamento ambiental, eram feitos via terrestre. Nesse novo cenário da mobilidade das populações Xikrin, o rio Bacajá realmente secou. E, como veremos a seguir, o cenário de destruição, anteriormente diagnosticado pelos ECRB, também se intensificou após o início da instalação e operação de Belo Monte.

Um dos motivos da minha visita à aldeia do Onça, em 2016, era perguntar aos Xikrin se eles se interessavam em me receber, no futuro, para realização da minha pesquisa de doutorado, cujo objetivo, na época, era conhecer a constituição da pessoa do “guerreiro Xikrin”. Durante toda minha experiência como analista ambiental, me fascinava a posição pública dos guerreiros indígenas diante dos funcionários da hidrelétrica, com suas falas firmes e fortes, verdadeiras (figura 32), as quais representavam, para mim, uma força vital, muito diferente da apatia estéril da linguagem do licenciamento ambiental.



Figura 32 – Guerreiro Xikrin.
Registro do autor, abril de 2012.

Não é coincidência que um dos termos *mëbengôkre* que traduz aquilo que denominamos “guerreiro” é *ytue*, como me informara um Xikrin. Palavra que também significa “força”, uma força que pode ser empregada na construção de uma casa, na abertura de uma roça, na confecção de um remo de madeira. Eu queria muito conhecer o que essa “força guerreira”, cujo significado também está atrelado ao dispêndio de energia em atividades vitais, exprimia quando mobilizada nos protestos Xikrin contra as injustiças de Belo Monte – tais como as ocupações dos canteiros de obras da hidrelétrica ou nas performances guerreiras feitas nas reuniões públicas com a Norte Energia para cobrá-la das suas responsabilidades. No entanto, o que realmente me motivara a consultar os Xikrin era saber se eu, por ter participado dos ECRB, seria bem recebido na aldeia na qualidade de pesquisador. Uma aceitação que era definitiva para os meus planos de me candidatar à vaga de doutorando em antropologia.

Nesse contexto, quando estive na aldeia do Onça, conversei com a liderança Kujoire, filho do cacique Onça, que já se apropriava do *status* de líder num processo de sucessão hereditária. Durante a conversa, eu pude apresentar um pouco das minhas intenções como pesquisador, destacando também que, entre os meus objetivos, era meu interesse acompanhar a execução das ações no licenciamento ambiental da usina nas aldeias da TITB. Um compromisso que, no cenário de Belo Monte, eu não conseguia me desvincular. A resposta de Kujoire me surpreendeu, pois, a autorização da minha pesquisa não foi apenas concedida, como foi acompanhada por um desejo urgente de formar aliados na luta diária pelo cumprimento das condicionantes ambientais: “Vamos para cima deles, Rafael”, disse Kujoire.

De imediato, Kujoire mencionou o fato de a Norte Energia querer se eximir da sua responsabilidade de manter em boas condições a estrada de acesso à aldeia, recém-construída para mitigar o comprometimento da navegação no rio Bacajá. De acordo com Kujoire, a empresa queria que os Xikrin solicitassem à prefeitura de Altamira a manutenção da estrada que estava se fechando com o avanço da vegetação em suas laterais (figura 33). Confesso que, naquele momento da minha conversa com Kujoire, eu me senti, novamente, como um consultor ambiental. E o alívio de ter sua aceitação para o projeto de doutorado foi rapidamente suprimido por uma sensação de desconforto. Uma sensação que advinha daquela curta discussão sobre a manutenção da estrada de acesso a aldeia do Onça.

Desde a época da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte, se sabia da existência de núcleos de pressão e ameaça à TITB nas suas proximidades, como a existência de comunidades de pecuaristas situadas ao longo do travessão do Tuerê, e que vetores de comunicação com esses núcleos, como estradas, poderiam intensificar e comprometer “a integridade das comunidades indígenas que habitam a TI” (ELETROBRÁS, 2009g: 60). Durante minha visita à aldeia do Onça, em julho de 2016, eu pude perceber como aquela estrada, que Kujoire queria que eu ajudasse a manter – com razão, pois se tratava da principal via de acesso dos Xikrin com o mundo fora da aldeia –, havia se transformado em uma das principais promotoras da desarticulação da comunidade, bem como da intensificação de atividades como caça e extração ilegal de madeira no interior da TITB.

Na aldeia, colhendo relatos dos Xikrin, bem como da enfermeira local e dos técnicos da SEMED sobre o dia a dia da comunidade, pude registrar que a estrada havia possibilitado o acesso de caçadores profissionais e de religiosos à aldeia numa frequência rotineira. Segundo a enfermeira e os técnicos, mensalmente, caçadores provenientes do município de Marabá iam para a aldeia caçar. Seus carros chegavam portando muito gelo para conservar a carne de caça e favorecer o seu escoamento. Numa conversa com um Xikrin, residente da aldeia do Onça, perguntei sobre a presença de religiosos na aldeia e como ele reagia a essa interlocução. Ele respondeu que estava “gostando da palavra de Deus”, “Deus como aquele que sabe o que é melhor”, “que pode decidir por nós”, “que a palavra de Deus abriu sua cabeça” e que estava “aprendendo muito com ele”.



Figura 33 – Estrada de acesso à aldeia do Onça (Pytakô), na TITB.
Registro do autor, julho de 2016.

Das onze vilas do Projeto de Assentamento do Tuerê,³⁵ localizadas ao longo do Travessão do Tuerê, três delas possuem templos da missão da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Na vila Novo Horizonte, onde passei a noite no caminho de ida a TITB, escutei relatos das incursões de pastores das igrejas evangélicas à terra indígena para “pregar a palavra de Deus”. Em troca, esses pastores solicitavam a permissão dos indígenas para que os membros da sua congregação desenvolvessem atividades de pesca, caça, extração de madeira e garimpo na TITB. Existe, inclusive, um rodízio entre os pastores de cada vila que intercalam suas visitas de modo que todas as missões evangélicas fossem contempladas por essa interlocução com os Xikrin. Num tom irônico, um dos moradores da vila comentou que o que os pastores fazem é “compartilhar o pão”, no sentido de que a palavra de Deus era o que lhes permitia a partilha dos recursos da TITB entre os colonos do projeto de assentamento, permitindo o usufruto da TITB sob um regime de normas divinas.

O Travessão do Tuerê dá acesso a mais quatro aldeias da TITB (Pykayakà, Mrotidjãm, Bacajá e Rapkô), além do acesso a um garimpo de ouro localizado no interior da terra indígena, nas proximidades da aldeia Mrotidjãm, conhecido como garimpo do Manelão. Esse garimpo fica próximo da cabeceira do igarapé Manelão, afluente do rio Bacajá. Durante os ECRB, foram identificadas doze espécies de peixe que povoavam o rio Bacajá com valores de mercúrio superiores ao recomendado para o consumo humano. Entre tais espécies, apenas duas não

³⁵ O Projeto de Assentamento Tuerê é um dos maiores projetos de assentamento do país (Farias, 2016: 46). Foi criado pelo governo brasileiro em 1987 para receber as famílias expropriadas pela usina hidrelétrica de Tucuruí, expulsas por uma praga de mosquitos incontrolável que se deu na margem esquerda do reservatório poucos anos após o seu enchimento, em 1984 (Magalhães, 2007: 254; Acsehrad, 2010: 182).

faziam parte da dieta preferida pelos Xikrin, embora isso não significasse que tais espécies não fossem consumidas ocasionalmente (Norte Energia, 2012e; Júnior, 2014: 97).

A razão para o elevado valor de mercúrio nas espécies do rio Bacajá poderia estar vinculada ao garimpo do Manelão, embora características naturais do ambiente aquático do rio também favoreçam esse tipo de diagnóstico. Conforme aponta Wasserman (2001 apud Júnior, 2014), a presença de mercúrio nos rios da Amazônia pode estar associada a “um fenômeno natural” (ibid.: 96). No entanto, “vários estudos... afirmam que o mercúrio utilizado nos garimpos pode se transformar no metilmercúrio (processo realizado pelas bactérias) e entrar na cadeia alimentar de organismos aquáticos” (Júnior, 2014: 96).

O processo de extração de ouro na TITB é altamente nocivo para a qualidade das águas do rio Bacajá. De acordo com Júnior (ibid.), a utilização de tecnologia denominada “chupadeiras” no garimpo do Manelão tem conduzido “ao desencadeamento de processos erosivos” e ao carregamento de “partículas de solos... pelas chuvas” até o rio Bacajá, resultando no “aumento da turbidez que, por sua vez, afeta a biodiversidade aquática e a qualidade de água para o consumo dos habitantes da TITB e seu entorno” (ibid.: 97-98). As chupadeiras são “dragas de sucção conduzidas manualmente [por garimpeiros] nas margens dos rios para revirar o leito arenoso e despejar cascalho, lodo e areia com milhares de litros de água em uma calha” (ibid.: 98). Nesse processo, além do carregamento de partículas do solo, todos os produtos utilizados para a “limpeza do ouro”, como “soda cáustica, solução de bateria, sabão etc.” são despejados no rio (ibid.).

Enfim, a intensificação de pressões e ameaças à integridade ambiental e cultural da TITB é um reflexo direto da maior acessibilidade de pessoas externas à terra indígena criada pela estrada. Isso tudo tem reflexos diretos nas condições de vida das populações indígenas. Durante minha visita à TITB, em julho de 2016, o ancião Onça (Bepkot Djore) me falara que “os peixes do rio Bacajá estavam com os olhos virados”, pois com as águas do rio muito enlameadas pelo garimpo, mas também pela crescente atividade pecuária nos limites da TITB e na cabeceira do rio Bacajá, os peixes pareciam não conseguir enxergar a isca que era lançada para a sua captura, fazendo com que os Xikrin encarassem muita dificuldade para pescar.

Como argumentam Fearnside e Laurance (2012), Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de projetos de infraestrutura somente reportam os “impactos diretos” (ibid.: 89), tais como as áreas alagadas de uma hidrelétrica. Segundo os autores, os “principais impactos dos projetos de infraestrutura, que são os danos indiretos causados pelas atividades econômicas atraídas e facilitadas pelos projetos, escapam completamente do EIA” (ibid.). Tais “danos indiretos”

(*ibid.*) ou “impactos sinérgicos” (Sevá Filho, 2005: 69) podem ser percebidos quando medidas compensatórias, tais como a construção de estradas nas reservas indígenas para a manutenção do deslocamento e acessibilidade de populações, acentuam a possibilidade de acesso de madeireiros, caçadores, garimpeiros e religiosos às reservas naturais. Esse foi exatamente o caso da estrada de acesso à aldeia do Onça (Pytakô).

Apesar desse “dano indireto” ter sido mencionado pelo EIA de Belo Monte (ELETROBRÁS, 2009g), que previu a intensificação de “pressões antrópicas” sobre a TITB a partir da construção de estradas (*ibid.*: 60), a distância entre a redação de um EIA e prática de suas medidas ambientais – uma distância separada pelo poder – é fonte de muita frustração para quem atua no campo do licenciamento ambiental, até mesmo como pesquisador independente, pois no curso de sua prática, ele se vê diante de muitos dilemas, tal como trabalhar para manter uma estrada a fim de garantir o acesso e o deslocamento das comunidades atingidas e, por outro lado, se deparar com o fluxo contínuo de madeireiros, religiosos, caçadores e pescadores que se beneficiaram daquela estrutura para acessar a TITB.

Nesse contexto, a atuação de um pesquisador no campo da instalação e operação de um empreendimento exige a formulação de uma “resposta a um paradoxo temporal específico” (Fortun, 2001: 11) de modo a negociar com os “campos de força e contradição” (*ibid.*) que situam e condicionam suas ações. Uma negociação que, às vezes, pode lhes valer a vida. Uma antropóloga estrangeira que realizava trabalho de campo com os Xikrin, em 2015, ameaçou denunciar um dos madeireiros das comunidades do Tuerê que extraía madeira ilegalmente da TITB. Por sua vez, o madeireiro a ameaçou de morte. Esse caso me foi relatado pelos funcionários da SEMED, em julho de 2016. Não sei se essa antropóloga, após a ameaça sofrida, voltou à TITB novamente, o que pode ter comprometido sua pesquisa.

Enfim, o caso da convocação de Kujoire Xikrin para “ir para cima deles” ilustra um pouco a necessidade de negociação dos antropólogos que navegam os campos dos grandes empreendimentos de forma a “imaginar (*dream up*) novos modos de compreender e de se engajar com o mundo” (Fortun, 2001: 13) altamente contraditório da sua atuação. Reportar essas negociações é reforçar a ideia que “a antropologia é uma ciência do engajamento” (Ingold, 2003: xviii). A ela não interessa manter-se “pura” ou manter suas mãos limpas dos perigos e das “implicações morais e políticas do seu envolvimento com as comunidades” (*ibid.*).

Capítulo 6 – Abandono

Antes os índios lutavam com bordunas, hoje lutam com papéis, mas não existem garantias.

Liderança Arara, aldeia Miratu, 23 de julho de 2012.

Como argumenta Bronz (2016) ao final de sua etnografia sobre as práticas empresariais no licenciamento, os consultores ambientais não são pessoas que “planeja[m] malevolamente suas estratégias de dominação diante dos grupos oprimidos” (ibid.: 444). No entanto, é preciso reconhecer que os poderes que o cercam, em determinadas ocasiões, coadunam para tanto. Esse capítulo mostra como os mais altos cargos de uma empreendedora, contratante de serviços ambientais, no caso a Norte Energia, constroem seus projetos de poder “contra” (Wolf, 2003: 334) as comunidades atingidas por seus empreendimentos. Tais poderes se tornam ainda mais intensos quando os advogados do litígio são chamados para a arena dos conflitos ambientais.

Esse foi o caso da minha retenção na aldeia Miratu, na Terra Indígena Paquiçamba, em julho de 2012. Na ocasião, os Juruna (Yudjá) e os Arara da Volta Grande decidiram me manter na aldeia com mais outros dois profissionais (um consultor externo da Norte Energia e um profissional da superintendência de assuntos indígenas da concessionária) até que uma série de medidas ambientais do licenciamento da usina fosse cumprida e que eles recebessem mais informações sobre o funcionamento do sistema de transposição de embarcações (STE) a ser instalado na altura do barramento principal da usina, no rio Xingu, como medida mitigatória para a manutenção da navegação.

As ações da Norte Energia para lidar com a retenção contaram com a participação de um escritório de advocacia de Florianópolis, que é especialista na defesa de empresas do setor elétrico no Brasil. Sua sócia-fundadora tinha sido coordenadora do Comitê de Meio Ambiente da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica. Esse é um tipo de profissional que considera o licenciamento ambiental um “obstáculo” para o setor elétrico (Borges; Michellis, 2006), não apenas porque a exigência de licenças ambientais aumenta os “custos de implantação” dos empreendimentos, mas porque, caso essas licenças não sejam alcançadas, os projetos correm o risco de ficar “paralisados”, o que trava os investimentos no setor (Oliveira, 2006).

Nesse sentido, quando escritórios de advocacia associados ao setor elétrico são chamados para atuar no litígio envolvendo conflitos ambientais, eles não se importam pelas regras do licenciamento, pois sua atuação está voltada para destravar os investimentos destinados às obras de infraestrutura, mesmo que isso dependa da fundamentação jurídica de

um processo de criminalização de lideranças indígenas que lutam pelo cumprimento de medidas de mitigação e compensação ambiental, como ocorreu em decorrência da retenção na aldeia Miratu. Esse capítulo mostra como os mais altos cargos da Norte Energia, com o apoio dos advogados do litígio, orquestraram a criminalização dos indígenas com o intuito de dispensar as responsabilidades da concessionária no licenciamento ambiental.

Nesse processo de criminalização a “dupla configuração” entre a “violência simbólica” do licenciamento e os “atos concretos de força” (Santos, 2014: 154) nos salta aos olhos. Conforme será descrito, a apresentação do STE visava tão somente à consecução do cronograma construtivo da obra e não à comunicação plena aos indígenas sobre o funcionamento do STE. No entanto, para executar esse projeto, a Norte Energia teve de se associar a aliados poderosos, como os advogados do litígio, bem como os agentes da força policial. Essa associação, que “permanece encerrada na dimensão cotidiana e costumeira da informalidade” (ibid.: 161), “se reveste claramente do sentido político de desconstrução de sujeitos de direito” (ibid.), na medida em que as estratégias agressivas de criminalização dos índios têm o poder de suspender as exigências do licenciamento. A descrição etnográfica do caso da minha retenção tem como objetivo “capturar e registrar o plano das informalidades e das práticas cotidianas” (ibid. 162) de violência, crua e bruta, dos processos de licenciamento.

O diário de um refém indígena

Em 24 de julho de 2012, eu e mais dois profissionais envolvidos nas ações do Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção (PMNCEP) de Belo Monte, fomos retidos na aldeia Miratu, na Terra Indígena Paquiçamba, na Volta Grande (Figuras 34). Um dos profissionais era de uma empresa de engenharia contratada pela Norte Energia para projetar o Sistema de Transposição de Embarcação (STE), o outro era um profissional da superintendência de assuntos indígenas da concessionária. Neste capítulo descrevo os bastidores desse caso, com enfoque na atuação dos profissionais do alto escalão da Norte Energia, ao lado de seus advogados, durante e após a situação etnográfica.



Figura 34 – Retenção.

Foto: Anderson Barbosa. Fonte: Folha, 2012.

Na última semana do mês de julho de 2012, eu fui convocado pelos meus superiores para compor a equipe que apresentaria o projeto do Sistema de Transposição de Embarcações (STE) para as populações indígenas residentes na Volta Grande. Nessa programação, uma série de reuniões nas aldeias indígenas e nas localidades onde residiam índios não aldeados na Volta Grande foi agendada. Ao todo, cinco reuniões haviam sido programadas, as quais previam encontros nas Terras Indígenas Arara da Volta Grande, Trincheira Bacajá, Paquiçamba, além da comunidade da Ilha da Fazenda, em cujas proximidades residiam indígenas não aldeados.

A realização dessas apresentações era estratégica para a Norte Energia. Afinal, para que a empresa pudesse prosseguir com as obras de instalação de Belo Monte, que naquele momento já avançavam sobre o leito do rio Xingu com o lançamento das primeiras enscadeiras, era necessário que o IBAMA aprovasse o projeto de engenharia do STE provisório, conforme definido pelo licenciamento ambiental (Norte Energia, 2011b: 423).

No entanto, sabendo que o projeto do STE já havia sido objeto de controvérsias entre os engenheiros da Norte Energia e os barqueiros da Volta Grande – uma vez que, em duas oportunidades, em 26 de julho de 2011 e em 9 de fevereiro de 2012, os barqueiros locais rejeitaram o projeto do STE proposto pelos engenheiros (ver capítulo 1) – o IBAMA, com o apoio do departamento de licenciamento ambiental da FUNAI, comunicou à Norte Energia que só aprovaria o projeto do STE provisório se ele fosse aprovado pelas comunidades indígenas da Volta Grande do rio Xingu. Assim, o IBAMA havia colocado como condição para o prosseguimento da obra o “consentimento” das populações indígenas da Volta Grande sobre a operação do dispositivo de transposição de embarcações.

Todo o processo de tomada de decisão sobre o STE foi conduzido de forma descuidada pela Norte Energia. Conforme descrito no capítulo 1, no relato da reunião que participei com a diretoria construtiva da concessionária, em 23 de abril de 2012, três meses antes da reunião de apresentação do STE em Miratu, os engenheiros construtivos de Belo Monte consideraram a suspensão das obras do STE provisório e a proposição de um ‘plano B’ para a acessibilidade dos moradores a jusante da barragem. Isso é, naquele evento, os engenheiros construtivos da usina consideraram a não construção do STE provisório, no eixo da barragem principal da usina no leito do rio Xingu, a fim de não atrasar o cronograma executivo da obra.

Recapitulando, após receber o rechaço dos barqueiros do STE provisório, a Norte Energia finalmente chegou à conclusão de que seu dispositivo temporário (sirga) não iria funcionar para as embarcações de maior porte do rio Xingu. Contudo, sua primeira reação a essa constatação – ao invés de propor uma alternativa ao sistema provisório, orientada para a manutenção da navegação – foi a proposição de um ‘plano B’ para a acessibilidade, o qual, dessa vez, foi rechaçado pelos consultores ambientais em reunião realizadas em 23 de abril de 2012. Nesse contexto, de última hora, repetindo, três meses antes da reunião de apresentação do STE em Miratu, a diretoria construtiva de Belo Monte finalmente revisou o projeto do STE, adotando para a primeira fase de construção da usina o projeto do STE permanente (Cf. cap.1).

Foi nessa conjuntura que fui enviado pelos meus superiores e pela Norte Energia para apresentar o STE às populações indígenas da Volta Grande. Ou melhor, foi nesse contexto que fui escalado, não apenas para apresentar o projeto de engenharia do STE, mas para *arrancar* o consenso dos indígenas em apenas uma única reunião para discutir um sistema que alteraria toda a mobilidade fluvial dos indígenas e não indígenas da Volta Grande do rio Xingu.

A reunião em Miratu se destinava a apresentar o STE aos Juruna (Yudjá) que habitam a TI Paquiçamba. É válido registrar que o evento não contou com nenhum profissional do alto escalão da Norte Energia, tais como diretores construtivos ou mesmo a sua superintendente de assuntos indígenas. Do lado das consultorias, nenhum profissional com cargo de gerência ou coordenação estava presente, apenas profissionais de seus quadros técnicos, de *campo*. O evento foi ainda acompanhado por técnicos da FUNAI e de duas procuradoras do MPF.

Quem iniciou a apresentação do STE foi o engenheiro da empresa subcontratada pela Norte Energia para a elaboração do projeto de engenharia do STE. Esse profissional, apesar de haver participado da concepção do STE, nunca havia pisado em território indígena até aquela reunião, o que lhe subtraía muita habilidade para se comunicar com os índios. Assim, diante da sua incapacidade de comunicação, eu assumi grande parte da apresentação, juntamente com o

técnico de *campo* da superintendência de assuntos indígenas da concessionária. No entanto, confesso que não pude responder a uma série de dúvidas dos indígenas sobre a operação do STE, não apenas por não ter um conhecimento completo da sua operação (essa não era a minha responsabilidade), mas porque as questões colocadas pelos Juruna (Yudjá) implicavam decisões ou posições para as quais eu, pela posição que ocupava na consultoria, não podia informar.

Na ocasião da reunião, os indígenas perguntavam sobre como seria a aproximação de suas embarcações ao local de operação do STE, se o trecho fluvial do canal da margem direita do rio estaria acometido por fortes corredeiras, dada a concentração de toda a vazão do rio naquele canal em função do barramento parcial do Xingu. Eu sabia que, de acordo com o projeto de engenharia do STE, boias e placas de sinalização seriam instaladas, mas eu não tinha firmeza em assumir ou garantir essas intervenções. (Conforme me informara um navegante da Volta Grande, em 2016, após o início da operação do STE, a manutenção dessas boias foi muito malconduzida pela concessionária. Muitas delas se desprenderam ou afundaram e sua reposição levava muito tempo, o que comprometia a segurança da navegação).

Os indígenas me perguntavam também se haveria a necessidade de descarregamentos das embarcações, o que poderia comprometer o tempo da viagem, ou até mesmo danificar as embarcações se transportadas com quantidades de cargas elevadas. Eu sabia que o STE havia sido projetado de modo a evitar o descarregamento das embarcações, mas o questionamento dos indígenas era se caso suas embarcações ou suas cargas fossem danificadas durante a transposição “quem os iria indenizar?”, eu definitivamente não podia responder. Os indígenas solicitaram também a realização de uma visita a um local onde o STE já funcionava, como meio para melhor compreender a operação do sistema, a qual eu não podia garantir.

Questionavam também se o STE suportaria a transposição de balsas com capacidade de carga para até 35 t que faziam o transporte de maquinário pesado para as obras que eram realizadas na aldeia. “Se o STE não suportar a transposição das balsas, como vão ser conduzidas as obras do poço aqui na aldeia?”, perguntavam os indígenas. A essa pergunta não havia resposta, pois, apesar de o STE ter sido projetado para o transporte de embarcações com capacidade de carga para até 35 t, em função da identificação de balsas navegando o trecho durante os “levantamentos de referência” da navegação, a vazão residual projetada para a Volta Grande após instalação da barragem não permitiria a navegação desse porte de embarcação, a não ser que o hidrograma proposto para a região fosse alterado. Enfim, uma série de questões para as quais somente os detentores de poder decisório podiam responder foi colocada, o que comprometia minha exposição sobre o funcionamento do sistema.

Ademais, os questionamentos dos Juruna (Yudjá) não diziam respeito apenas à operação do STE, pois outras questões sobre o licenciamento ambiental da usina também foram colocadas como, por exemplo:

- Quando seria finalizado o processo de redefinição e ampliação dos limites da TI Paquiçamba, uma das condicionantes ambientais da usina (FUNAI, 2009);
- Quando iriam ser realizadas as melhorias do acesso terrestre a TI Paquiçamba e disponibilizados meios de transporte rodoviários como alternativa para a manutenção da acessibilidade dos indígenas;
- A solicitação de informações sobre a comunicação à aldeia, em tempo real, do monitoramento da qualidade da água do Xingu, a fim de assegurar o consumo e a saúde dos habitantes após o início das obras na usina no leito do rio;
- A resposta da concessionária de energia a respeito de uma compensação financeira pelo comprometimento da pesca nos locais interditados no rio Xingu, em função do lançamento das primeiras ensecadeiras;
- O início efetivo das atividades do PBA-CI que previam ações de assistência técnica para a recomposição de seus modos de vida.

Enfim, todas essas respostas envolviam uma tomada de posição do alto escalão da concessionária, o que nenhum dos profissionais presentes na aldeia Miratu correspondia. Como assinala Bronz (2016), “os empreendedores [lê-se, aqui, os profissionais do alto escalão e com poder de decisão sobre os grandes empreendimentos] dificilmente se apresentam em situações por eles não domesticadas” (ibid.: 361). Eles enviam para esses eventos funcionários sem poder de decisão (Zucarelli, 2018: 104). Nesse contexto, a falta de autonomia dos analistas de *campo* na interlocução com as comunidades atingidas pelo empreendimento cria um clima de incerteza tanto entre as populações atingidas, como para os próprios analistas de *campo*.

Aproximadamente 15 dias antes da apresentação do dispositivo de transposição de embarcações na aldeia Miratu, uma ocupação do canteiro de obras da usina Belo Monte havia sido realizada pelos indígenas em protesto contra o não cumprimento de medidas ambientais. Na ocasião, cerca de 350 indígenas, de nove etnias, ocuparam o canteiro. Em evento realizado no dia 5 de julho de 2012, na cidade de São Paulo, uma das lideranças envolvidas na ocupação afirmou que “o processo de licenciamento ambiental de Belo Monte tem atropelado o cumprimento de condicionantes ambientais”.



Figura 35 – Situação de escola na aldeia Miratu.
Foto: Anderson Barbosa. Fonte: Folha de São Paulo, 2012.

Na aldeia, o cenário do não cumprimento das condicionantes ambientais era notório (figura 35). Um dos descasos que mais incomodava os Juruna (Yudjá) era a não instalação de um poço artesiano em Miratu como alternativa para a captação de água. Desde a elaboração dos Estudos Etnológicos para composição do EIA da usina (ELETROBRÁS, 2009e: 248, 268) se sabia que os Juruna apresentavam dificuldades para operar seus poços de captação de água no período de estiagem, os quais, por não serem muito profundos, e pela redução da vazão natural do rio Xingu no ciclo hidrológico de seca, chegavam a secar. O que fazia com que os Juruna captassem água direto do Xingu, com tratamento convencional.

Nesse quadro, os Estudos Etnológicos para composição do EIA recomendavam a instalação de “poços profundos” nas aldeias da TI para garantir um sistema de abastecimento de água potável (ELETROBRÁS, 2009e: 268). No entanto, até julho de 2012, já no período de estiagem amazônico, na vazante do rio Xingu, esses poços profundos não haviam sido instalados. Ademais, a água do rio Xingu descendo mais barrenta após o lançamento das enseadeiras de Belo Monte (ver capítulo 2) agravada ainda mais a situação, pois tanto a captação de água do Xingu como seu uso para banho e lazer estava comprometida.

Nesse cenário, em vários momentos da apresentação do STE as dúvidas com relação ao sistema cediam lugar a uma série de reivindicações dos indígenas nunca atendidas, as quais não podiam ser respondidas. Assim, a reunião sobre o STE foi sendo tomada, aos poucos, por um clima de muito desconforto, deixando de lado a proposição de um diálogo (sua intenção nunca foi essa, na verdade) para se tornar uma “cena participativa” (Bronz, 2014: 226; 2016) destinada a domesticar e estandardizar os conflitos à revelia de qualquer procedimento de consulta livre, prévia e informada dos indígenas com relação ao STE.

Se cumprida a “cena participativa”, a qual seria materializada nas listas de presença ou nas fotografias que os analistas de *campo* faziam daquele evento (tudo isso para, posteriormente, ser devidamente publicitado nos relatórios ambientais a serem protocolados no IBAMA), estava alcançado o consentimento dos indígenas sobre o funcionamento do STE. Contudo, os indígenas, cientes dessa posição, se posicionaram e, assim, salvaram a *miserabilidade* dos brancos presentes naquele evento (pelo menos, a minha), a qual era expressa na forma como meus colegas e eu preenchíamos um procedimento do licenciamento (nomeadamente a reunião sobre uma medida de mitigação ambiental) que resguardava unicamente o cronograma construtivo da obra a despeito dos direitos das comunidades.

A reunião, mesmo depois de todo seu decorrer confuso e da sua furtividade ao que o próprio evento se propusera, chegou a um fim. E, conforme planejado, eu e os demais analistas pernoitamos na aldeia, pois, no dia seguinte, planejávamos “apresentar o STE” nas demais localidades da Volta Grande.

No entanto, na manhã seguinte, no dia 25 de julho de 2012, antes de sairmos da aldeia rumo a Terra Wangã, uma das lideranças de Miratu se aproximou de mim e dos outros analistas afirmando que suas dúvidas com relação à operação do STE não haviam sido sanadas, e que todos os indígenas da TI haviam decidido por nos manter na aldeia até que as ações relativas às condicionantes ambientais do componente indígena, inclusive as que previam o esclarecimento sobre o dispositivo de transposição de embarcações, fossem cumpridas. No final desse dia, os Arara da TI Arara da Volta Grande se juntaram ao protesto e ambos os povos indígenas publicaram uma carta-manifesto sobre a retenção (figura 36).

A criminalização da vida

No mesmo dia em que os Juruna decidiram pela retenção, em 25 de julho de 2012, a concessionária de energia de Belo Monte, por meio de um ofício assinado pelo seu diretor de Relações Institucionais, solicitou à Delegacia da Polícia Federal (DPF) de Altamira a “atuação imediata... no sentido de efetivar a libertação dos técnicos” (Brasil, 2012: fl.: 5). No dia seguinte ao protocolo desse ofício, o clima em Miratu era de muita tensão: “a polícia federal vai entrar na aldeia” repetiam os indígenas. Eu ponderava que aquilo “se tratava de um boato”, que nem a empresa, nem a DPF iriam colocar em risco “as nossas vidas”. Mas os Arara e os Juruna foram enfáticos, “essa é a forma como as populações indígenas são tratadas no Brasil”. Eu não quis acreditar.

CARTA-MANIFESTO

Nós, povos indígenas moradores da Volta Grande do Xingu, das Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, esclarecemos que:

1. As condicionantes do Componente Indígena do processo de licenciamento do AHE Belo Monte foram estabelecidas em 2009 e, até hoje, 2012, a maioria delas não foi devidamente cumprida;
2. O Plano Básico Ambiental (PBA) Indígena ainda não começou a ser executado, embora a licença de instalação já tenha sido concedida ao empreendedor desde 1º de junho de 2011;
3. Nenhum compromisso assumido pela Norte Energia S.A. foi cumprido no prazo estabelecido;
4. Embora a discussão do mecanismo de transposição de cargas e pessoas tenha iniciado em fevereiro de 2012, as perguntas que nos angustiam permanecem sem resposta e estamos sendo pressionados a aprovar o mecanismo que não nos deixa seguros e nem resolve nossos problemas;
5. Desocupamos a enxada com o compromisso de que os acordos estabelecidos na reunião de negociação seriam cumpridos, mas até agora nada aconteceu;
6. Não nos sentimos devidamente consultados no processo de licenciamento deste empreendimento.

Diante disso, fomos levados a solicitar a permanência dos técnicos da Norte Energia S.A. na aldeia Miratu, Terra Indígena Paquiçamba, até que seja realizada uma reunião com membros do governo (IBAMA, Ministério de Minas e Energia e Presidência da República) e o Conselho de Administração da Norte Energia S.A., intermediada pelo Ministério Público Federal, para assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, contendo os termos que apresentaremos na reunião.

Informamos que os técnicos aqui presentes estão sendo bem tratados, apesar dos nossos direitos estarem sendo atropelados. Mesmo que esse processo esteja tirando nossa alegria e deixando tristeza, nós continuaremos lutando pelos nossos direitos!

Nós sabemos que Belo Monte é um projeto importante, sendo a terceira maior hidrelétrica do mundo, mas o Rio Xingu é a nossa vida! Queremos apenas que os nossos direitos sejam respeitados e que as ações sejam executadas de forma transparente, ética e honesta, com o cumprimento de todos os compromissos e prazos já assumidos, para que também sejamos beneficiados com o empreendimento, e não fiquemos apenas com os prejuízos da usina.

Altamira, 25 de julho de 2012.

Figura 36 – Carta manifesto.

Fonte: Brasil 2012: fl.: 8.

No dia 26 de julho, no segundo dia da retenção, outro ofício foi protocolado na DPF pela concessionária. Nesse documento, a Norte Energia afirmava que os “técnicos se dirigiam para a aldeia Miratu em cumprimento de *missão técnica*... e desde então se encontram detidos pelos indígenas” (ibid.: fl.: 6; ênfase minha) e que ela (a concessionária de energia) aguardava “providências [daquela DPF] face a urgência da situação” (ibid.).

Eu apenas tive acesso aos ofícios protocolados na DPF pela Norte Energia em junho de 2016, quando regressei a Altamira como pesquisador independente, e pude consultar os autos do Inquérito Policial (IPL) (Brasil, 2012) instaurado pela DPF para apurar o suposto crime de sequestro dos indígenas envolvidos na retenção. Um dos pontos de partida para a instauração do IPL foi exatamente os ofícios protocolados na DPF pela Norte Energia, nos quais a empresa informava que seus funcionários haviam sido “impedidos de exercer o direito de ir e vir” (Brasil, 2012: fl.: 5) e que sofríamos “constrangimento ilegal”, pois nossos “suprimentos de água potável e comida haviam sido cortados” pelos indígenas (ibid.), o que em momento algum ocorreu, pois tínhamos suprimentos para uma semana de trabalho de campo e, nos dias 25 e 26 de julho, estávamos apenas no segundo e terceiro dia de atividades.

“Somos todos bodes expiatórios”

Durante a retenção em Miratu, eu e meus colegas analistas ambientais podíamos circular livremente na aldeia, indo e vindo entre o local do nosso acampamento, o local utilizado para as nossas refeições diárias, o centro da aldeia e o rio Xingu, onde nos banhávamos. Essa circulação foi um tanto que abreviada quando alguns indígenas ficaram incomodados com o fato de um dos analistas permanecer por muito tempo de sunga na beira do rio, local de lavagem de roupa e louça da aldeia, uma atividade feita principalmente pelas mulheres. Antes desse episódio nos banhávamos no Xingu e, em certas ocasiões, nadávamos até um “pedral” próximo da aldeia, uma ilha de pedras aflorada no período de vazante do rio Xingu, onde conversamos mais abertamente sobre a nossa retenção, distantes dos índios.

Durante a retenção, nunca escondi o meu desânimo por estar prestando aquele papel na aldeia Miratu. Lembro-me de um pensamento que vinha recorrente à cabeça: “estou cansado de vestir essa carapuça colonial”. Isso é, aquele episódio me deixara exausto. Exausto por ver o meu trabalho como analista ambiental assumir o papel de defensor do interesse da exploração hidrelétrica do rio Xingu. Afinal, esse era exatamente o que eu e outros colegas percebíamos estar fazendo naquela reunião. Numa conversa no pedral, expressei esse desconforto a meus colegas e a sinceridade de sua resposta foi muito esclarecedora dos sentidos que as práticas de

consultoria ambiental podem assumir. “Somos todos *bodes expiatórios*, Rafael, nada mais que isso”, um deles me confessou sob o olhar afirmativo do outro colega.

A origem do termo “bode expiatório”, segundo um verbete do Wikipédia (2020), parte da descrição bíblica no livro Levítico, o terceiro livro da Bíblia hebraica e do Antigo Testamento cristão. O termo é utilizado para descrever a cerimônia judaica do “Dia do Perdão Eterno” (*Yom Kippur*), na qual um animal era apartado do rebanho e deixado só na natureza selvagem. Ainda segundo a nota, “[n]a teologia cristã a história do bode expiatório é interpretada como uma prefiguração simbólica do autossacrifício de Jesus, que chama a si os pecados da Humanidade, tendo sido expulso da cidade sob ordem dos sacerdotes”.

O verbete do Wikipédia também nos coloca o sentido figurado do termo:

Um "bode expiatório" é alguém que é escolhido arbitrariamente para levar (sozinho) a culpa de uma calamidade, crime ou qualquer evento negativo (embora não o tenha cometido). A busca do bode expiatório é um ato irracional de determinar que uma pessoa ou um grupo de pessoas, ou até mesmo algo, seja responsável de um ou mais problemas sem a constatação real dos fatos.

A busca do bode expiatório é um importante instrumento de propaganda. Grupos usados como bodes expiatórios foram (e são) muitos ao longo da História, variando de acordo com o local e o período. Um clássico exemplo são os judeus durante o período nazista, que eram apontados como culpados pelo colapso político e pelos problemas econômicos da Alemanha (Wikipédia, 2020).

Essa nota é bastante válida para interpretar a reação dos analistas. Afinal, fomos decididamente enviados para aquela reunião para sermos “bodes expiatórios” da Norte Energia. Culpados pela nossa incompetência em não conseguir arrancar o consentimento dos indígenas, salvávamos assim o nome da empresa. Todos os presentes em Miratu – os analistas ambientais, os técnicos da FUNAI que permaneceram na aldeia e foram responsáveis por conduzir uma negociação pacífica do conflito, ou os próprios indígenas – se transformaram, cada um de uma forma, em bodes expiatórios.

Durante a retenção, um profissional do alto escalão da Secretaria Geral da Presidência da República, em conversa por rádio com uma das indigenistas da FUNAI, afirmara que a funcionária “não estava fazendo seu trabalho direito” com o pretexto de que sua incompetência fora o que resultara o protesto dos indígenas. Os indígenas, posteriormente ao episódio, se tornaram alvo de um Inquérito Policial (IPL) instalado pela DPF Altamira e, assim, livraram a Norte Energia da culpa pelo seu descaso.

Microfísica do poder: advocacia de litígio e o depoimento à DPF

Em 26 de julho de 2012, no terceiro dia da nossa retenção, quatro dias desde a minha partida para aldeia Miratu, eu fui liberado pelos indígenas. Meus colegas permaneceram na aldeia por mais uma noite, sendo liberados no dia seguinte. Logo quando saí da aldeia prossegui na mesma embarcação com algumas lideranças Arara e Juruna até Altamira.

Eu não sei dizer por que os índios decidiram me liberar antes. Mas tudo indica que eles o fizeram por pressões da empresa de consultoria em que eu trabalhava e que havia perdido dois profissionais (um geólogo e um engenheiro) na região norte do Peru, um ano antes do episódio da retenção. Os profissionais foram encontrados mortos numa área de mata da região de Jaén, a 800 km de Lima, após realizarem uma visita ao local onde se estudava instalar uma barragem hidrelétrica. De acordo com o governo peruano, durante a visita eles se desconstruíram do seu grupo e se perderam na mata, morrendo de hipotermia. Muita gente na empresa achava que eles haviam sido envenenados por comunidades resistentes à instalação da barragem, o que nunca foi comprovado.

Enfim, nas conversas de rádio entre a Norte Energia e os índios, as quais eu pude escutar, eram recorrentes os pedidos do funcionário da Norte Energia para que eu fosse libertado antes. Acredito que isso ocorreu porque a empresa em que trabalhava atuou pesado pela minha soltura junto a Norte Energia, a fim de evitar a perda de mais um funcionário, o que comprometeria sua imagem. (Colocando aqui a situação nos termos mórbidos do mundo corporativo sem, contudo, ignorar o luto que a perda dos funcionários gerou na empresa, bem como todo o processo reflexivo que um acontecimento dessa ordem desencadeia. Após a notícia de suas mortes, eu cheguei a escutar a gerente de meio ambiente da empresa se perguntado se seu trabalho “valeria mesmo a pena”).

Quando regressei a Altamira, eu e os indígenas fomos direto à Procuradoria da República do Ministério Público Federal (MPF) onde procuradores locais nos aguardavam para prestar depoimento. Na declaração dada ao MPF, eu relatava que havia sido enviado à aldeia Miratu como “responsável pelos levantamentos técnicos da navegabilidade entre as comunidades indígenas e não indígenas da Volta Grande”. E que, na manhã seguinte à reunião, ouvira das lideranças da aldeia que, “em função do não esclarecimento de questões referentes à operação do sistema de transposição, bem como o não cumprimento das condicionantes do componente indígena de Belo Monte”, “deveria permanecer” na aldeia. O depoimento era breve e simples, e fora tomado por um oficial do MPF (Brasil, 2012: fl.: 30).

No dia seguinte, eu havia agendado uma viagem a Belo Horizonte, posto que estaria de férias naquela data. Assim, na manhã seguinte, no caminho para o aeroporto, recebi uma ligação do advogado da empresa que afirmava que a Polícia Federal de Altamira solicitava minha presença na delegacia para prestar depoimento sobre o caso da retenção. O advogado afirmava que, em caso do meu não comparecimento, meu embarque poderia ser comprometido. Lembro-me que meu coordenador de campo, que me acompanhava ao aeroporto, enfatizou que essa era uma decisão minha. Contudo, como eu tinha agendada uma viagem internacional na semana seguinte, fiquei receoso de não poder sair do Brasil caso eu não prestasse aquele depoimento. Assim, “decidi” regressar.

Na chegada à DPF, fui primeiramente abordado por uma advogada da Norte Energia, uma mulher branca, muito bem vestida, com sotaque acentuado da região Sul do Brasil, e que trabalhava no escritório de advocacia da cidade de Florianópolis - SC, conforme mencionado anteriormente, especializado no atendimento a empresas do setor elétrico. Um tanto que às pressas, e com uma fala protocolar, ela dissera que eu deveria afirmar no depoimento “que estivera na aldeia *contra a minha vontade*”, pois era intenção do seu escritório, e da Norte Energia, criminalizar os indígenas por tentativa de sequestro. Eu não respondi sim ou não à advogada. Apenas escutei e entrei em uma sala da DPF onde a delegada me aguardava, com mais outros policiais, para tomar o meu depoimento.

A advogada da Norte Energia entrou na sala comigo, além do meu chefe (o coordenador de campo) e o advogado da consultoria em que eu trabalhava – um advogado local, contratado às pressas para acompanhar o caso. Iniciei meu depoimento, sob o olhar vigilante da advogada que aguardava inquieta que a dita frase saísse da minha boca: que eu estivera na aldeia *contra a minha vontade*.

No primeiro momento daquele depoimento, busquei repetir as mesmas informações que eu já havia disponibilizado ao MPF. Que eu era “responsável pelos levantamentos de referência das condições de navegabilidade da Volta Grande” e que “estava na aldeia para apresentar o STE aos indígenas”. Que, na manhã seguinte à apresentação, escutara das lideranças indígenas “que deveria permanecer na aldeia em função do não esclarecimento de questões referentes à operação do sistema [STE], bem como pelo não cumprimento das condicionantes do componente indígena de Belo Monte”. relatei também que, “em nenhum momento” estive “privado” de “comida ou água” e especifiquei sete demandas dos indígenas, que eu acreditava serem os motivos da minha retenção, quais sejam:

1) [o] esclarecimento das dúvidas surgidas [sobre o STE durante a reunião]; 2) [o] compromisso da Norte Energia-FUNAI-IBAMA de que a fase de lançamento das enscadeiras não aconteceria [até que as populações indígenas estivessem seguras sobre o funcionamento do STE]; 3) o cumprimento das condicionantes do componente [indígena] da UHE de Belo Monte; 4) a retomada das negociações da Norte Energia sobre as propostas estabelecidas no momento da ocupação do canteiro de obras; 5) [a conclusão das obras d]o sistema de água em todas as aldeias da Volta Grande do Xingu; 6) defini[ção] e resol[ução] [da]s questões territoriais da TI Paquiçamba; 7) [a realização de uma] reunião na aldeia com representantes do IBAMA, Norte Energia, FUNAI, PR [Presidência da República] e MPF (Brasil, 2012: fls.: 13-14).

Depois de apresentar essas informações percebi que o olhar vigilante que aguardava pela frase que eu “estava na aldeia contra a minha vontade” não era só da advogada da Norte Energia, mas, também, da própria delegada que se dirigiu a mim da seguinte forma: “Você deu um depoimento ao MPF onde parecia estar passando férias na aldeia” e, após ler um trecho do meu depoimento ao MPF em tom bastante irônico, me questionou se eu não estaria na aldeia contra a minha vontade. Ademais, logo após eu elencar as “demandas” dos indígenas, todas elas vinculadas ao descumprimento de condicionantes ambientais por parte da Norte Energia, a delegada de Polícia Federal insinuou que eu estava sofrendo de “síndrome de Estocolmo”.

Nesse momento, evidentemente constrangido ao falar, enunciei a tão esperada frase “que não permaneci na aldeia, após o dia 24, por vontade própria” como se lê no meu depoimento. Essa declaração era tudo o que a DPF precisava para criminalizar os indígenas. Tal declaração foi também dada pelos meus colegas em seus depoimentos a DPF. No entanto, é válido registrar uma diferença entre o meu depoimento e os de meus colegas, os quais tive acesso ao consultar aos autos do IPL, em Altamira, em 2016. Em nenhum deles há referência ao não cumprimento das condicionantes ambientais como um dos motivos para a retenção. Ademais, ambos os depoimentos, já na terceira linha de suas declarações, afirmaram estar na aldeia contra a sua vontade, enquanto, no meu depoimento, essa declaração aparece apenas na décima segunda linha.

Além disso, intrigou-me no depoimento dos colegas aspectos que interpretei como tentativas de desqualificação de meus posicionamentos, quem sabe em razão das menções feitas sobre o não cumprimento de condicionantes do licenciamento em meus depoimentos ao MPF e à DPF. Ambos atribuíram a mim um descontrole e desespero diante da situação, algo que não reconheço como condizente. Eu não saberia dizer o que mobilizou as descrições dos meus colegas, mas gostaria apenas de me ater, muito brevemente, ao tipo de regime de poder a que os analistas ambientais estão submetidos.

A estratégia da Norte Energia foi criminalizar os indígenas. Para tanto, ela colocou uma advogada para instruir seus funcionários sobre como se comportarem na execução de seu plano de criminalização. O olhar vigilante da empresa se dava pela advogada, a quem os funcionários deveriam corresponder. Ou seja, a defesa do interesse da empresa ou dos empreendedores que implica a contenção dos efeitos sociais dos empreendimentos ou a omissão dos seus agravos estava sendo resguardada ali no momento do depoimento pela figura da advogada do litígio.

Nesse contexto, percebemos como a disciplina corporativa opera no “detalhe” (Foucault, 2014: 136). O poder das corporações é experimentado nas esferas mais íntimas da vida social (Graeber, 2007: 16). Ele está alicerçado em pequenos gestos de dominação. As “dimensões formais e institucionais do poder” (Badaró; Vecchioli, 2009: 5) mantido por uma concessionária de energia se sustenta por meio de uma série de “mecanismos informais” (ibid.), por meio de uma série de “padrões íntimos de interação social” (Nader, 1972: 295).

Nessa operação, é relevante atentar para a forma como “o plano das informalidades e das práticas cotidianas” (Santos, 2014: 162) do poder de uma empresa do setor elétrico possui como “elo concreto” (ibid.: 146) a advogada do litígio e os agentes de polícia federal, um elo que é estabelecido na esfera extralegal do licenciamento. Uma vez que, na resolução do episódio da retenção, fica um tanto claro a “solidariedade” (ibid.) existente entre a forma descuidada como a empresa conduziu a execução das reuniões de apresentação do STE e a sua tentativa sistemática de mobilizar “o uso ou a ameaça do uso da força” (ibid.) contra os indígenas, com o apoio de seus advogados e da DPF. Como veremos no final do capítulo, a criminalização dos indígenas é uma das ações que permite à empresa “escapar ou diminuir” (ibid.: 154) as suas responsabilidades no licenciamento.

O inquérito policial e o pedido de prisão temporária

Conforme mencionado, a Delegacia de Polícia Federal (DPF) de Altamira instaurou um Inquérito Policial (IPL) para averiguar o suposto crime de sequestro cometido pelos indígenas, previsto no artigo 148 do Código Penal e nos artigos 109 e 144 da Constituição Federal (Brasil, 2012: fl. 2). A análise do conteúdo desse documento é válida para nos acercarmos dos fatos que desdobraram no processo de criminalização dos indígenas, bem como conhecermos a atuação da DPF e da Norte Energia contra os indígenas, mas também a atuação da FUNAI e do MPF em defesa dos direitos dessas populações.

O ponto de partida para o IPL são os ofícios protocolados na DPF pela Norte Energia, nos quais a empresa requisitara a atuação da Polícia Federal no sentido de efetivar a libertação

de seus técnicos e subcontratados retidos em Miratu. Essa é uma das justificativas que a DPF utiliza para instaurar o inquérito policial. A outra justificava parte dos depoimentos dos três representantes da empresa retidos em Miratu. Nesses depoimentos, todos os funcionários afirmaram permanecer na aldeia “contra a sua vontade”.

Embora a DPF reconheça que o protesto indígena fora realizado com o objetivo de induzir uma negociação com a concessionária de energia de Belo Monte a respeito das condicionantes ambientais não cumpridas pelo empreendimento, como a delegada afirma em seu despacho do dia 26 de julho de 2012 (ibid.: fl. 10), sua primeira ação na condução do IPL, por meio de Portaria emitida em 27 de julho de 2012 (ibid.: fl. 2-3), foi notificar a FUNAI para que esta apresentasse as lideranças indígenas envolvidas no ato à DPF, além de intimar a chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI em Altamira para também comparecer a DPF “a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos”.

A necessidade de ouvir os indígenas, bem como a FUNAI – o órgão governamental destinado à proteção e promoção dos direitos dos indígenas – no contexto do ocorrido, parece ser óbvia. No entanto, uma particularidade do caso da retenção torna a necessidade dessa escuta um tanto problemática, pois ela surge logo após meus colegas, em seus depoimentos, construírem uma imagem de que os “funcionários da FUNAI de Altamira”, que permaneceram na aldeia durante a retenção para auxiliar nas negociações, “não esta[vam] preparados para serem imparciais nessas questões críticas” como dissera um dos analistas retidos em seu depoimento (ibid., fl. 17). O outro colega afirmou que apenas uma funcionária da FUNAI “foi a única a acalmar os ânimos” naquela situação (ibid.: fl. 15).

Ou seja, havia um clima de insinuações produzido pela Norte Energia com relação à conduta da FUNAI no episódio. Um tipo de insinuação que posicionava os indigenistas do órgão como favoráveis ou partidários do ato dos indígenas. Essas insinuações foram direcionadas também aos membros do MPF que atuaram no caso. Pois, em ambos os depoimentos dos meus colegas, foi mencionando o fato de as duas procuradoras do MPF que estiveram na aldeia Miratu durante a apresentação do STE terem deixado o local após a comunicação dos indígenas pela nossa retenção, o que insinuava seu consentimento com aquela decisão e não que aquela decisão havida sido “tomada pelas lideranças indígenas, dentro de um contexto comunitário”, conforme declarara uma das procuradoras do MPF em despacho posterior daquele IPL (ibid.: fl.: 178).

Após uma tentativa frustrada de conduzir coercitivamente os indígenas envolvidos na retenção,³⁶ em 31 de julho de 2012 a delegada de Polícia Federal pede a prisão temporária de seis lideranças Arara e Juruna envolvidas no episódio. Nessa mesma data, ela também junta aos autos do IPL uma série de “reportagens do sequestro”, nas palavras do seu despacho (ibid.: fls. 26, 31-40), as quais, além de destacar a condição de “refêns” dos funcionários “impedidos de sair da aldeia”, também exploravam imagens de índios guerreiros com armas em punho.

Em uma das imagens dos índios juntadas ao IPL está a do ancião Onça (Bepkot Djore), morto por Covid-19 em 31 de julho de 2020, sustentando uma borduna durante a ocupação do canteiro de obras de Belo Monte, em junho de 2012 (figura 37). Essa imagem fazia parte de uma reportagem que relatava a ocupação prévia do canteiro de obras da usina dias antes da retenção (G1, 2012). Na reportagem, foi veiculado que “durante a ocupação, eles [os índios] destruíram computadores, mobília e documentos” e que “o caso foi registrado na polícia e está sendo apurado pela delegacia de Altamira”. Em 23 de junho de 2012, onze ativistas não índios presentes na ocupação, alguns deles ligados ao movimento Xingu Vivo para Sempre, tiveram pedido de prisão preventiva solicitado pela Polícia Civil do Estado do Pará (Brasil, 2013).

O pedido de prisão temporária da DPF foi dirigido às seis principais lideranças Arara e Juruna (Yudjá) das aldeias Terra Wangã, Furo Seco, Paquiçamba e Miratu, das Terras Indígenas Arara da Volta Grande e Paquiçamba. Esses líderes possuem não apenas propriedades políticas em suas comunidades por assumir a posição de interlocutores dos interesses da comunidade com agentes externos (e.g., o Estado, as comunidades não indígenas locais ou a própria concessionária de energia), bem como a posição de mediadores de conflitos internos à comunidade, mas também propriedades econômicas fundamentais à manutenção dos modos de vida indígenas, pois, geralmente, são os melhores navegadores, os melhores pescadores,

³⁶ Em 27 de julho de 2012, um dia após a minha saída da aldeia Miratu, a DPF enviou ofício para a chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI, em Altamira, solicitando que, até as 17 horas daquele mesmo dia, as seis lideranças indígenas envolvidas na retenção se apresentassem à DPF (Brasil, 2012: fl. 18). Esse pedido foi, obviamente, negado pela FUNAI, pois não só se tratava de algo um tanto que impossível: reunir, no mesmo dia, seis lideranças que residem em comunidades localizadas a mais de 80 quilômetros de Altamira, descendo o rio Xingu, mas porque, entre as lideranças que estavam na cidade, muitas delas estavam em reunião com representantes do MPF, da concessionária de energia, do IBAMA, da Presidência da República, do Ministério do Planejamento e da própria FUNAI, para tratar do cumprimento das condicionantes ambientais do componente indígenas, cujo descumprimento desencadeara todo o conflito. Ademais, em ofício enviado à DPF, em 30 de julho de 2012, a FUNAI informou que o caso, por envolver “direitos e interesses de várias comunidades indígenas, consideradas coletivamente, e não direitos/interesses individuais de indígenas”, o órgão entendia que o caso “requer[ia] a atuação... da Procuradoria Federal Especializada da FUNAI”, a qual já havia informado à CTL “que os depoimentos/declarações dos indígenas deve[ria]m ser prestados na presença de procurador federal especializado” (ibid., fl.: 28). Assim, a FUNAI solicitou à DPF que a oitiva dos indígenas fosse remarcada, considerando a necessidade de trazer de outra cidade o procurador federal especializado, pois a CTL Altamira não contava com esse perfil de profissional.

mergulhadores, caçadores etc. Assim, a possibilidade de sua prisão representava uma iminente desarticulação social e econômica de suas comunidades.

Embora o pedido de prisão temporária pela DPF das lideranças Arara e Juruna envolvidas na retenção tenha sido prontamente indeferido pelo poder judiciário (o indeferimento aconteceu em 3 de agosto de 2012), uma breve exposição de seu conteúdo é válida para conhecermos os argumentos de que se vale o processo de criminalização dos indígenas, sobretudo quando esses argumentos ressoam a mesma intenção da concessionária de energia de Belo Monte e de seus advogados. Nesse sentido, sublinho que a análise a seguir não se trata apenas de avaliar a posição da DPF, mas a posição da concessionária de energia, que é altamente complementar à posição da DPF. Uma confluência de interesses que Santos (2014) chama de “solidariedade” entre a “produção formal de uma legalidade” do licenciamento e a “mecânica da violência” que governa a sua dimensão mais cotidiana (ibid.: 146).

O pedido de prisão temporária estava dividido em cinco seções. Na primeira delas, “Dos Fatos” (Brasil, 2012: fls. 45-47), a DPF descreve o caso da retenção, cujo objetivo era, a partir dos depoimentos colhidos dos funcionários retidos, bem como da leitura dos ofícios recebidos da concessionária de Belo Monte, configurar a “situação de sequestro” e, conseqüentemente, a “configuração delitiva” do ato dos indígenas. No entanto, nessa seção, embora a delegada buscasse despertar as ofensas que o ato indígena poderia ter gerado nos funcionários da usina, destacando a “agressão psicológica” que uma retenção pode representar, a construção dessa narrativa, em estreita oposição às instituições de defesa dos direitos dos índios, nomeadamente a FUNAI e o MPF, cria um ar de seletividade que desautoriza o seu posicionamento.

Desde o início do pedido de prisão temporária, já na primeira sessão, “Dos Fatos”, a delegada coloca em xeque a posição das procuradoras do MPF, as quais, por terem presenciado o momento em que os índios decidiram pela retenção pareciam, na insinuação da delegada, ter tomado partido na situação. No final dessa sessão, a delegada escreve que “a FUNAI e MPF, imbuídos que estão na questão política da Usina Belo Monte, não querem reconhecer a ocorrência de um crime” (ibid., fl.: 47). No entanto, a caracterização dos posicionamentos institucionais da FUNAI e do MPF como “políticos” por parte da DPF (em outros momentos do pedido, a DPF caracteriza a posição da FUNAI e da DPF como “acalorada”, ibid., fl.: 50) expressa um caráter enviesado do seu argumento.



Figura 37 – Ancião Onça (Bepkot Djore).
Foto Mário de Paula/TV Liberal. Fonte: G1, 2012.

Toda a seção seguinte do pedido de prisão temporária é reservada para o “posicionamento institucional da FUNAI e MPF”, na qual a delegada escreveu que “o MPF e FUNAI [estavam] contra a ação da Polícia Federal” (ibid., fl.: 48). Como bem apontou o Juiz Federal que indeferiu o pedido de prisão temporária: “A específica e esdrúxula situação de acusação às instituições do Estado [presentes no pedido de prisão temporária] por parte da autoridade policial corrobora a dúvida na configuração dos requisitos para a prisão dos representados” (ibid., fl.: 70).

Contudo, o argumento mais problemático do pedido de prisão temporária foi a representação que a delegada faz “do histórico indígena em Altamira”, cujo trecho, de apenas uma lauda, descreve o seguinte:

Do Histórico Indígena em Altamira:

É de conhecimento público as várias situações envolvendo indígenas em atos de violência em Altamira, especialmente na questão Belo Monte.

Esta Polícia Federal possui vários inquéritos policiais em tramitação para apurar crimes praticados por indígenas. Os delitos são os mais variados, desde homicídios, lesões corporais, porte de arma de fogo, tráfico de madeiras, exploração de garimpos e outros delitos.

É de conhecimento notório a reunião realizada entre representantes da Norte Energia e indígenas em Altamira, anos atrás, em que um índio Kayapó [na realidade, uma índia] feriu com um facão o braço de um engenheiro.

Recentemente, índios Mundurucus invadiram e depredaram o escritório da Norte Energia, contudo, o Judiciário negou a liminar de reintegração de posse à empresa. Ato contínuo, quinze dias após a realização de uma reunião entre as partes interessadas [em referência à reunião entre a concessionária de energia e os índios após a ocupação do canteiro de obras da usina Belo Monte, dias antes da retenção na aldeia Miratu; evento no qual a Norte Energia

assumiu compromisso por cumprir com suas obrigações legais do licenciamento], os índios praticaram outro crime. [...]
 Estamos diante de um cenário que merece atenção dos órgãos estatais, principalmente os atores envolvidos na questão Belo Monte. Daqui por diante, os ânimos tendem a se acirrar e a tensão aumentar. Sabe-se que a violência tende a crescer de forma ascendente, ou seja, pelo uso progressivo da força. Primeiro, a depredação do patrimônio, depois o cerceamento da liberdade e depois o que vem? (ibid., fl.: 49).

A definição “do histórico indígena em Altamira” proposta pela delegada da DPF reflete a imagem dos índios como “verdadeiros figurantes de um *grand-guignol* hobbesiano”, para rememorarmos a crítica de Viveiros de Castro (2015: 25) ao livro *O Povo Feroz*, de Napoleon Chagnon. Uma representação que, parafraseando Viveiros de Castro (ibid.), é repetida vezes usada por burocratas, missionários e políticos contra os indígenas e cujos poderes servem para roubar-lhes a terra e/ou as almas.

Todos os argumentos da DPF para fundamentar a criminalização dos índios são repetidos pela Norte Energia nos ofícios protocolados pela empresa na DPF. Em 15 de janeiro de 2014, quase dois anos após a retenção, a Norte Energia protocola um novo ofício na DPF. No documento, a concessionária, defendendo novamente a criminalização dos índios, solicitava celeridade na finalização do laudo antropológico que o MPF e a FUNAI haviam solicitado para avaliar a tomada de decisão das lideranças indígenas pela retenção, dentro de seu contexto comunitário (Brasil, 2012, fl.: 178). No entanto, no ofício da Norte Energia, assinado pelo diretor socioambiental da empresa, a exigência de laudo antropológico requisitada pela FUNAI e MPF foi desqualificada. O diretor utilizou os seguintes argumentos para tanto:

Os índios envolvidos nesses atos são os mais integrados na civilização branca, dominando perfeitamente o idioma e os atos da vida civil, e que tinham perfeita noção da conduta ilícita que estavam praticando;
 Uma mídia (DVD) contendo vídeo gravado pelo próprio Ministério Público Federal..., onde se verifica de forma incontestável a articulação verbal e a integração dos indígenas que fizeram a leitura de sua complexa pauta de reivindicações, bem como a confissão de um dos líderes acerca da ciência da ilicitude e do seu cometimento, além do flagrante uso de equipamentos tecnológicos... que somente podem ser usados adequadamente por pessoas integradas à civilização;
 Termos de declarações prestados a Polícia Federal por todos os líderes indígenas... eles categoricamente reconhecem ter estudado, em média, até o sexto ano do ensino fundamental, com professora “branca” (sic)... e... que entendem perfeitamente o português;
 Cópia de “carta aberta” somente poderia ser de autoria de pessoas com perfeito nível de escolaridade e que foi firmada por todos os acusados; [...]
 Que os referidos indígenas pilotam potentes lanchas, dirigem motocicletas e camionetas de última geração [...];
 Praticamente ninguém em todas as aldeias da Volta Grande do Xingu (inclusive seus líderes) sequer sabe falar a língua de seus antepassados;

A maioria das residências dos indígenas é dotada de material de lazer e tecnológico [...]”

Todos os líderes em testilha prestam reiteradas entrevistas a jornais televisivos, impressos e de internet...”

[E, por fim, que] mesmo diante de todos estes fatos e elementos... o Ministério Público Federal exigiu Estudo Antropológico dos indígenas envolvidos (ibid.: fls. 203-204).

Um laudo antropológico deveria ser pedido para avaliar o contexto social da decisão da Norte Energia pela realização da reunião de apresentação do STE e que desencadeou todo esse conflito. Que contexto institucional permite o desencadeamento de um conflito como esse? Como a posição pela criminalização das populações atingidas por um empreendimento é tomada no interior de uma corporação? Que contexto institucional permite ao diretor socioambiental formular argumentos como os presentes no ofício supracitado? Argumentos inverídicos, inclusive, como aquele que aponta que os indígenas da Volta Grande pilotavam “potentes caminhonetes” ou que não sabiam “falar a língua de seus antepassados”. Muitas mulheres e anciãos dos povos Xikrin, Parakanã ou Araweté não falam português. E, pelo menos até 2013, os indígenas possuíam a navegação como sua principal forma de deslocamento. Nos meus três anos de Altamira, entre 2010 a 2013, eu nunca vi indígenas pilotando caminhonetes.

“Índio não vai impor mais porra nenhuma a Norte Energia”

Entre junho e julho de 2016, eu estive em Altamira na qualidade de pesquisador independente. Na época, conforme mencionado no capítulo 5, minha intenção era perguntar aos Xikrin da Terra Indígena Trincheira Bacajá se eles teriam interesse em me receber em seu território para a realização da minha pesquisa de doutorado. Nesse contexto, assim que cheguei à cidade a primeira ação que tive foi entrar em contato com as lideranças Xikrin para agendarmos uma conversa. Esse primeiro contato se deu via rádio amador, a principal forma de comunicação das aldeias indígenas da Volta Grande com a cidade de Altamira, bem como entre as aldeias. Sabendo da estruturação de um Centro de Comunicação Indígena (CCI) da Norte Energia em Altamira, eu me dirigi a esse local na expectativa de falar com a liderança da aldeia Pytakô, o Onça (Bepkot Djore), para saber se ele autorizava a minha ida à comunidade.

O CCI da Norte Energia estabelecia contatos diários com todas as trinta e sete aldeias da “área de influência” do empreendimento³⁷ com o objetivo de tratar questões relacionadas à

³⁷ Segundo me foi informado pela comunicadora social do centro, em 2016, eram 37 aldeias que participavam do programa de comunicação indígena, distribuídas entre 15 terras indígenas, todas elas localizadas na “área de influência indireta” delimitada pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte (Cf. ELETROBRÁS, 2009c: 425).

execução do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI). Em um espaço de uma hora e quinze minutos, aproximadamente, o comunicador social do CCI conseguia o contato com cerca de vinte aldeias. A comunicação via rádio entre Altamira e as aldeias indígenas da Volta Grande era um serviço já bastante institucionalizado e seguia a dinâmica da comunicação da FUNAI com os povos indígenas da região, que sempre ocorreu via rádio amador. Assim, a minha intenção era aproveitar o momento dos contatos do CCI para conversar com a liderança da aldeia Pytakô.

No entanto, antes de conseguir falar com o Onça e até que eu obtive sua autorização para ir à Pytakô – pois o meu pedido demandava também a autorização dos demais comunitários da aldeia, o que não acontece de um dia para o outro – eu fiquei horas ao lado da estação de rádio do CCI aguardando seu retorno. E, durante todo esse tempo, pude registrar algumas conversas que o centro de comunicação indígena realizava com as demais aldeias e terras indígenas da “área de influência” de Belo Monte. Essas comunicações, por configurar um dos principais espaços de interlocução dos indígenas com a corporação responsável pela construção de Belo Monte, são fontes etnográficas relevantes para se conhecer o cotidiano dessas tratativas.

Conforme mencionado, os assuntos que demandavam comunicação dos indígenas com a Norte Energia concentravam-se nas ações do PBA-CI previstas para cada uma das aldeias atingidas pelo empreendimento, tais como ações voltadas para a construção de infraestrutura escolar, de saúde ou de acesso rodoviário e aéreo, o agendamento da entrega de equipamentos produtivos ou da visita de assistentes técnicos às aldeias, o agendamento de reuniões etc. Durante essas tratativas pude perceber que, ao mesmo tempo que existe uma recusa dos indígenas às ações impostas pelo PBA-CI, por outro lado, os indígenas estão fortemente condicionados à eficácia dessas intervenções em suas vidas no sentido de sanar os danos trazidos pela instalação de Belo Monte sobre os seus territórios.

Durante as conversas via rádio, pude presenciar a comunicação entre a comunicadora social do CCI e uma liderança Parakanã, de uma aldeia localizada na TI Apyterewa, que receberia, num futuro próximo, as equipes responsáveis pela manutenção da pista de pouso da aldeia. Durante o agendamento da visita, o líder Parakanã foi claro, ele autorizou a visita do pessoal, mas avisou que os comunitários da TI Apyterewa não trabalhariam nas obras de manutenção da pista de pouso. Uma insubmissão muito consciente do que os indígenas perderiam caso aceitassem “trabalhar” para a empresa ou se responsabilizar por uma ação que era dever da concessionária.

Em outra comunicação, pude presenciar o aviso dado por uma liderança Xikrin, da aldeia Kenkudjoi, da Terra Indígena Trancheira Bacajá (TITB), de que iria desmontar a casa de hospedagem das equipes de assessoria técnica do PBA-CI, pois era sua intenção utilizar a madeira da edificação para construir uma nova casa do guerreiro. Do ponto de vista dessa liderança, a demora na renovação do contrato da Norte Energia com a empresa responsável pela assessoria técnica aos indígenas tornava a casa de hóspedes inútil, uma vez que até que o contrato fosse renovado os assistentes técnicos da empresa não vinham realizando atividades na TITB e a casa ficava abandonada.

No entanto, a comunicação da liderança Xikrin da aldeia Kenkudjoi possuía também um tom de desespero. Afinal, a demora na retomada das atividades do PBA-CI poderia estar comprometendo as condições de vida na aldeia. Esse fato ficou evidente em outra comunicação com outra liderança Xikrin, o Onça (Bepkot Djore). Durante uma conversa pelo rádio, o Onça demonstrou preocupação com o atraso na retomada das equipes do PBA-CI a campo, principalmente em função da paralisação das ações de recomposição de suas atividades produtivas. Segundo a comunicadora social do CCI, essa preocupação vinha de uma redução das atividades produtivas de algumas aldeias da TITB, como a aldeia Bacajá, cujos comunitários já haviam procurado o Onça para suprir uma carência de farinha de mandioca.

Como muitos dos residentes da aldeia Bacajá tinham o Onça como referência, por ele ter sido por muitos anos líder por lá,³⁸ eles buscaram nele apoio para suprir essa necessidade alimentar. Eu suponho que, tal como aconteceu com os Juruna (Yudjá) (Pezzuti, Carneiro, Mantovanelli e Garzón, 2018: 14) com a chegada de Belo Monte e a recorrente demanda presencial de lideranças e comunitários Xikrin em Altamira para buscar soluções junto à Norte Energia para os problemas ambientais enfrentados pela construção de Belo Monte, houve uma ruptura do cotidiano das famílias (ibid.). No caso dos Xikrin, essa ruptura resultou no decréscimo na produção de alimentos em algumas aldeias. Um cenário que coloca as reuniões procedimentais do licenciamento como mais um dos “efeitos colaterais” (Fearnside; Laurance, 2012: 90) da hidrelétrica.

Durante a minha espera à resposta do Onça no CCI, dois técnicos da Norte Energia foram retidos na TI Araweté/Igarapé Ipixuna. Segundo os relatos que chegavam ao centro, a retenção ocorrera após os funcionários da empresa terem feito a limpeza de um terreno para a construção de uma escola em local não autorizado pelos índios. Assim, os Araweté decidiram

³⁸ A aldeia Pytakô foi criada por linhagens Xikrin que se desmembraram da aldeia do Bacajá, em 2011.

reter os técnicos até que a empresa limpasse o terreno correto indicado pelos indígenas. Durante a retenção, outros dois funcionários da concessionária apareceram no CCI para se inteirar da situação e, após ter notícia da demanda dos índios, um deles falou, num tom rude e autoritário: “Índio não vai impor mais porra nenhuma a Norte Energia”. Em seguida, saíram do CCI em direção à Delegacia de Polícia Federal (DPF) de Altamira, onde protocolariam um boletim de ocorrência. Antes de sair, um deles orientou a operadora de rádio a não estabelecer nenhuma comunicação com os Araweté até que se tivesse um posicionamento da DPF sobre o caso.

Eu não sei quais foram os desfechos desse episódio, mas durante minha curta estadia em Altamira naqueles meses de junho e julho de 2016, pude perceber como os conflitos entre os indígenas e a Norte Energia vinham sendo tratados. A cada litígio envolvendo indígenas e técnicos da empresa, um boletim de ocorrência era protocolado na DPF, o que, de fato, suspendia execução das ações ambientais na medida em que se exaltava o papel da força policial nessas negociações.

Em conversa que tive com um técnico da FUNAI, que encontrei na Procuradoria da República do Ministério Público Federal em Altamira e que, na ocasião, solicitava apoio do MPF contra um processo de criminalização dos Araweté em curso, esse técnico me sugeriu que, cada vez que a Norte Energia protocolava um boletim de ocorrência na polícia, a empresa se via autorizada a suspender por completo sua atuação no licenciamento alegando falta de segurança de seus funcionários. Assim, com a criminalização dos índios, um cenário de abandono se projetava, embora o abandono que a criminalização das comunidades indígenas atingidas por Belo Monte inaugura seja, na realidade, o reflexo de um abandono antecedente de seus direitos e garantias no contexto do licenciamento ambiental da usina.

Conclusão

Esta tese buscou descrever o cotidiano das práticas de consultoria ambiental no contexto do licenciamento da usina hidrelétrica Belo Monte a partir da minha experiência de trabalho dentro de uma empresa de consultoria. Entre 2010 e 2013, eu atuei como analista de *campo* do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande (PGIVG), um dos projetos exigidos pelo licenciamento da barragem. Como se sabe, Belo Monte previu a imposição de uma vazão residual a um trecho de aproximadamente 100 quilômetros da Volta Grande localizado a jusante do barramento principal da hidrelétrica e o objetivo do PGIVG era monitorar os aspectos ambientais dessa região a fim de identificar os efeitos da barragem sobre os modos de vida das populações ali residentes, bem como propor medidas de compensação e mitigação ambiental.

Como integrante da equipe do PGIVG, eu estive envolvido na caracterização e no monitoramento das práticas de navegação das populações da Volta Grande, a fim de identificar os efeitos da barragem sobre os deslocamentos fluviais e propor e acompanhar as ações de mitigação e compensação ambiental. Na tentativa de criar um fio condutor que pudesse servir de base para narrar toda a complexidade dessa experiência de trabalho, nessa tese eu busquei descrever o *campo de forças* impressas na prática de caracterização e monitoramento dos efeitos da barragem sobre a navegação na Volta Grande, o que abriu uma reflexão ampla sobre as *relações de poder* que marca a condição de trabalho dos profissionais que ingressam no campo das consultorias.

Essa condição de trabalho se dá, sobretudo, sobre dois aspectos principais. Primeiramente, deve-se considerar que o licenciamento ambiental hoje no Brasil está estruturado de modo a atribuir aos empreendedores a responsabilidade para conduzir os estudos técnicos de impacto ambiental e executar os programas de mitigação e compensação ambiental de seus empreendimentos, seja por meio da manutenção de profissionais e departamentos de meio ambiente nas suas próprias estruturas organizativas, seja por meio da contratação de consultorias privadas. Mesmo que esses estudos e programas ambientais sejam passíveis da análise de órgãos ambientais do licenciamento, como o IBAMA ou a FUNAI, são os empreendedores que detém os *modos de produção* desses estudos e programas.

Esse cenário confere aos empreendedores o *poder* para alocar e dispor o trabalho técnico dos profissionais que elaboram e executam estudos e programas ambientais, o que, conseqüentemente, do ponto de vista estrutural, confere aos empreendedores a capacidade para dirigir ou moldar “o campo de ação” dos profissionais de meio ambiente de suas empresas, bem

como dos consultores ambientais subcontratados. No cotidiano das relações estabelecidas entre padrões e clientes no mercado da prestação de serviços ambientais, o poder dos empreendedores para alocar e dispor o trabalho técnico dos profissionais de meio ambiente acaba por “tornar possível” a omissão ou negação dos efeitos dos empreendimentos, ao mesmo tempo em que a problematização da complexidade desses efeitos é dificultada ou impossibilitada.

No caso específico das consultorias ambientais, sendo pagas pelos empreendedores para conduzir os estudos e projetos do licenciamento, essas empresas, pela relação comercial aí existente, acabam por produzir estudos e projetos que não colocam em cheque os interesses dos empreendedores como, por exemplo, a execução de projetos ambientais do licenciamento de uma usina hidrelétrica no prazo definido pelo cronograma financeiro da obra.

A construção de uma hidrelétrica, tal como Belo Monte, se dá no tempo determinado pelos contratos de concessão de energia que a construtora estabelece com seus investidores. Esses contratos asseguram para os investidores o prazo para a aquisição da energia elétrica produzida pela usina. O descumprimento desses prazos por parte da construtora, ou seja, a demora na entrega da energia, pode gerar multas milionárias à empresa. Nesse contexto, se os efeitos de um empreendimento, porventura identificados pelos consultores ambientais, adquirem o potencial de atrasar o cronograma financeiro da obra, os empreendedores tentarão de todo jeito omitir esses efeitos, o que acaba por circunscrever a dinâmica da prestação de serviços ambientais ao fluxo de investimentos do setor elétrico e não à segurança dos direitos das populações atingidas. Ou seja, os empreendedores, a fim de assegurar o interesse financeiro de seus projetos, utilizam seu poder para moldar as ações dos consultores ambientais dentro de um cenário determinado para a omissão ou redução dos agravos dos empreendimentos.

No entanto, embora a lógica da omissão dos efeitos sociais de uma hidrelétrica nos pareça evidente quando vista pela ótica da dominação exercida pelos empreendedores sobre o trabalho dos consultores ambientais, os processos internos da sua constituição são menos óbvios, pois o poder dos empreendedores para ignorar os efeitos de seus projetos não é amplamente difundido nos mais variados níveis que compõem as empresas de consultoria ambiental, nem aceito de forma uniforme por todos os profissionais que ingressam nesse campo. É a partir deste aspecto que eu propus estudar as relações de poder nas consultorias do ponto de vista *processual*.

Como argumenta Wolf (2003), os fenômenos que envolvem o poder não possuem uma “essência interna”, nem são redutíveis a um “centro comum”, mas estão implicados numa “variedade de reações” – de “resistência ou acomodação”, de “competição ou alianças”, de

“coalizões ou conflitos” –, as quais decorrem da interação entre as “posturas dominantes e subalternas” que constituem as próprias relações de poder. Segundo Wolf, o “poder sempre cria fricção – descontentamento, relutância, escapismo, sabotagem, protesto ou resistência” e “até mesmo a organização mais bem-sucedida não fica sem contestação”, inclusive, nos processos internos da sua constituição.

No interior das consultorias, as fricções entre as posições subalternas e hegemônicas que compõem as relações de poder dentro dessas organizações, e que eu pude observar na minha experiência de trabalho e pesquisa nesse campo, estão estruturadas, sobretudo, a partir da hierarquia existente entre os profissionais de *campo* e de *escritório*. Esse é o segundo aspecto das relações de poder que marcam as condições de trabalho dos profissionais que adentram o mundo das consultorias, pois a capacidade de ação dos consultores ambientais é definida pelo status de suas posições na hierarquia de cargos das empresas, o qual é também regionalmente configurado.

Os profissionais de *campo* são os consultores ambientais responsáveis pela execução propriamente dita dos estudos e programas ambientais do licenciamento. Esses profissionais estão alocados nos municípios onde estão situados os sítios construtivos e operativos dos projetos. Já os profissionais de *escritório* são os consultores ambientais responsáveis pelo gerenciamento das ações e dos resultados dos estudos e programas ambientais do licenciamento. Esses profissionais estão alocados nos *escritórios*-sede, geralmente localizados em grandes cidades da região Sudeste do Brasil.

Nessa disposição, os profissionais com posições mais elevadas na hierarquia de cargos das consultorias (gerentes e coordenadores) estão alocados no *escritório*, enquanto que no *campo* ficam concentrados os profissionais da execução e com caráter mais técnico (os analistas ambientais). Isso significa que os consultores ambientais com maior poder de decisão sobre o processo de prestação de serviços ambientais estão alocados no *escritório* e, conseqüentemente, são nesses espaços que as tratativas imperativas pela omissão dos efeitos sociais dos empreendimentos acontecem, uma vez que o processo de tomada de decisão sobre aquilo que é apresentado nos documentos oficiais do licenciamento enquanto um efeito do empreendimento se dá a partir da interlocução entre os coordenadores e gestores de *escritório* das empresas de consultoria com o alto escalão das empresas empreendedoras – que também está alocado nos escritórios-sede de suas empresas.

No final do capítulo 1, eu busquei descrever essa dinâmica pela exposição da forma como a queda dos rendimentos dos barqueiros da Volta Grande foi apresentada no relatório

oficial do licenciamento de modo a negar a gravidade desse efeito social da barragem sobre a atividade de navegação. Por sua vez, essa foi uma decisão tomada na interação entre os consultores de *escritório* e os empreendedores, cabendo aos analistas de *campo* obedecer. Ou seja, os consultores ambientais com maior poder de decisão sobre o que é (ou não) um efeito social do empreendimento são os consultores de *escritório*. Os consultores de *campo* assumem um papel muito minoritário nessa dinâmica institucional. Na realidade, no jogo da definição ou da omissão dos efeitos de um empreendimento, os consultores de *campo* se vêm muitas vezes reproduzindo uma posição servil aos interesses dos empreendedores, os quais lhe são conferidos pelo poder de mando dos altos cargos gerenciais que reproduzem os ditados dos empreendedores para reduzir os agravos dos empreendimentos.

No entanto, os consultores de *campo* (frisando que esse relato parte da minha experiência de pesquisa e trabalho e, portanto, ele não se presta a uma generalização) a partir de uma experiência mais substantiva e direta com as populações atingidas, em muitos momentos buscam publicizar as reais dimensões dos efeitos dos empreendimentos e assim tentam se diferenciar de uma cultura organizacional que prima por omitir ou não agravar o quadro dos problemas ambientais de um empreendimento. Eu busquei problematizar essa diferenciação ou variação da prática do consultor de *campo* a partir da exposição de uma série de situações de trabalho por mim vivenciadas: situações expressas, por exemplo, nos embates pela definição do “canal preferencial da navegação da Volta Grande” (capítulo 1) ou no embate sobre a necessidade de intensificar as ações de comunicação social do Sistema de Transposição de Embarcações (capítulo 3) ou no embate pelo uso da imagem de uma balsa na ilustração de cartilha de comunicação social (capítulo 2).

O que esses exemplos têm em comum é a forma como eu, às vezes com o apoio de outros colegas de *campo* e analistas ambientais de órgãos governamentais, buscávamos produzir conhecimento sobre os efeitos sociais da barragem pautado não por uma dissimulação da realidade em que esse conhecimento toma lugar, mas uma dissimulação do poder dos empreendedores que, com o apoio dos consultores de *escritório*, tentavam a todo tempo blindar dos registros dos consultores de *campo* a urgência e a gravidade de suas experiências entre as populações atingidas. É nesse contexto que eu formulei a expressão “*navegar o Xingu, navegar o poder*” que dá título à tese.

Navegar o território de um empreendimento significa *navegar* o poder que domina as práticas de consultoria no licenciamento, o qual tende a definir os efeitos sociais dos empreendimentos não por aquilo que esses efeitos realmente são, mas por aquilo que é ditado

pelos empreendedores enquanto o discurso oficial sobre esses efeitos. Nesse cenário, o que marca a dinâmica de trabalho do analista de *campo* que realiza pesquisas sobre a navegação junto às populações da Volta Grande, é uma condição em que ele/a se depara, ao mesmo tempo, navegando o rio Xingu e *navegando socialmente* as redes de poder do mercado da prestação de serviços ambientais. É nesse sentido que eu uso o conceito de “navegação social” cunhado por Vigh (2006, 2009, 2010), um conceito utilizado para compreender como os atores sociais, a partir de posições e condições de poder específicas, se movem dentro de suas formações sociais e como esse movimento busca moldar suas circunstâncias ou trajetórias de vida.

No campo da consultoria, considerando a força dos empreendedores e consultores do alto escalão para reduzir os agravos dos empreendimentos, o conceito de navegação social me permitiu descrever, a partir da minha experiência como analista de *campo*, como esse profissional tenta se mover no espaço social dessas empresas buscando evitar o senso de nulificação técnica definido pelo poder dos empreendedores para negar os efeitos da barragem, na medida em que a sua prática de produção de conhecimento busca invadir (geralmente sem sucesso) o campo político das definições sobre os efeitos sociais dos empreendimentos que preza pela negação ou omissão de seus agravos.

Nesse sentido, o conceito de navegação social me permitiu descrever o tipo de interação, na ação e no pensamento, que os analistas de *campo* estabelecem com as condições que moldam suas situações de trabalho. Nessas interações, estão presentes, por exemplo, a tentativa de pôr em prática teorias sociais sofisticadas sobre suas condições laborais, tais como aquelas levadas a cabo pelos analistas ambientais de órgãos governamentais, expressa na formulação “por água fria para o galo cozinhar” (capítulo 1). No entanto, por outro lado, nessas interações também estão presentes frustrações, desapontamentos e ansiedades que derivam do movimento do analista de *campo* no seu terreno social. São essas frustrações o que eu mais quis documentar!

Essas frustrações não são apenas da ordem de uma desvantagem de poder do analista de *campo* com relação aos empreendedores ou aos consultores de *escritório*, mas frustrações que se desdobram do reconhecimento da violência de suas posições diante das comunidades atingidas por um empreendimento hidrelétrico (capítulo 4). Esse reconhecimento coloca em tensão o papel público assumido pelo consultor ambiental enquanto regulador de assuntos ambientais de um empreendimento e a frequência com que esse papel se torna impossível de se aplicar nas suas vidas privadas ou na sua intimidade.

A minha experiência como consultor ambiental em Belo Monte esteve repleta de momentos em que as comunidades atingidas denunciavam a violência da usina (capítulos 4 e

5). Essas denúncias faziam com que eu me deparasse com as promessas nunca alcançadas pelo licenciamento ambiental. O momento mais emblemático dessa situação foi, certamente, o do meu diálogo com Josiney Arara. Após perguntar-lhe se seria possível construir Belo Monte respeitando as condicionantes ambientais, ele me respondeu: “Rapaz, não. Com condicionante, com tudo feito, para mim não restará a menor alegria, só tristeza”.

A violência presente no trabalho da consultoria ambiental tende a ser recusada pelos analistas do alto e baixo escalões pela mobilização de estereótipos banais os quais, estabelecidos em continuidade com práticas históricas de exclusão cultural, social e racial, são frequentemente usados por esses profissionais para gerenciar e conceituar determinadas situações de trabalho (capítulos 3 e 4). Esses estereótipos mune os consultores de sentidos capazes de justificar as suas posições servis aos interesses dos empreendedores. O exemplo da superintendente de socioeconomia da Norte Energia ao projetar o futuro da navegação atualmente praticada na Volta Grande em termos de “progresso” é certamente o mais notável (capítulo 3).

No entanto, em certos momentos, esses estereótipos não são tão eficazes na atribuição de sentido a determinados processos sociais vivenciados pelos consultores, forçando os consultores a negociar, ainda de modo muito rápido, com as realidades destrutivas da sua atuação mais além de suas fantasias (capítulo 4). O momento exato dessa negociação gera uma série de reações no comportamento dos consultores, geralmente manifestas na forma de pequenos gestos de vergonha, hesitação e espanto com as suas próprias condições de existência. O caso mais emblemático é o momento em que a gerente de meio ambiente da consultoria ambiental utiliza a expressão “nós vamos todos parar no inferno” para conceituar sua condição de trabalho (capítulo 4). Eu descrevi esse momento como uma situação em que a evidente dimensão de “destruição” presente na prática de consultoria ambiental faz com que a consultora estabeleça uma confrontação ética com a realidade do seu trabalho.

Enfim, esses pequenos gestos de espanto presentes nas práticas da consultoria ambiental podem ser aproveitados pela antropologia interessada em seguir os consultores no seu cotidiano, pois o movimento que eles expressam, nas palavras de Ingold (2020), criam “pequenas perturbações ou distrações” onde a autoridade desastrosa dessas empresas “desvia do seu curso” ou é colocada rapidamente em questão. Esses são movimentos de hesitação que rapidamente desarmam, tiram a certeza ou expõem a posição violenta do consultor. Esses gestos, acessíveis aos antropólogos ao juntarem-se afetivamente aos caminhos percorridos por seus interlocutores, criam um interstício no mundo da consultoria que poderia ser aproveitado pelo antropólogo para cocriar outros mundos possíveis para essas instituições.

Referências bibliográficas

Literatura antropológica e outros estudos

ABÉLÈS, Marc; BADARÓ, Máximo. **Los encantos del poder**: desafíos de la antropología política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

ABÉLÈS, Marc (org.). **Des anthropologues à l'OMC**. Scènes de la gouvernance mondiale. Paris: CNRS Editions, 2011.

ACSELRAD, Henri. Mariana, November, 2015: the political genealogy of a disaster. **Vibrant**, Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 1-10, 2017.

ACSELRAD, Henri. Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2020, p. 158-192.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

ANTONAZ, Diana. Especialistas e militantes: um estudo a respeito da gênese do pensamento energético no atual governo (2002-2005). In: Oswaldo Sevá Filho, (org.). **Tenotã-mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network. 2005, p. 150-172.

BADARÓ, Máximo; VECCHIOLI, Virginia. Algunos dilemas y desafios de una antropologia de las elites. **Etnografías**. N° 4. p. 1-17.

BAINES, Stephen. G. Os Waimiri-Atroari e a invenção social da etnicidade pelo indigenismo empresarial. **Anuário Antropológico**, Vol. 19 (1), 1995, p. 127-159.

BAINES, Stephen. G. Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. **Revista Antropológicas**, Vol. 15(2), 2004, p. 29-46.

BAINES, Stephen. G. As usinas hidrelétricas na Amazônia: o indigenismo empresarial e a insustentabilidade de grandes hidrelétricas em Terras Indígenas. Andréa Zhouri (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Organizado por A. Zhouri. Brasília-DF: ABA, 2012, p. 98-121.

BATESON, Gregory; JACKSON, Don; HALEY, Jay; WEAKLAND, John. Toward a theory of schizophrenia. **Veterans Administration Hospital**, Palo Alto, California; Stanford University, 1956, p. 251-264.

BLOWERS, Andrew. Environmental Policy: Ecological Modernization or Risk Society? **Urban Studies**, Vol. 34, N° 5-6, 1997, p. 845-871.

- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Marieta de Moraes Ferreira; Janaína Amado (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, p. 183-191.
- BOYER, Dominic. Thinking through the Anthropology of Experts. **Anthropology in Action**, New York, Oxford, vol. 15, n. 2, 2008, p. 38-46.
- BRONZ, Deborah. As comunidades não cabem nos modelos: análise de um manual empresarial de relacionamento com comunidade. In: Carla Costa Teixeira; Andréa Lobo; Luiz Eduardo Abreu (org.). **Etnografia das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília, DF: ABA, 2019. p. 311-340.
- BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental**: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.
- BRONZ, Deborah. Experiências e contradições na etnografia de práticas empresariais. In: Castilho, Sousa Lima; Teixeira, 2014 (Orgs.) **Antropologia das Práticas de Poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014, p. 127-149.
- BRONZ, Deborah. “O Estado não sou eu”: Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. **Campos**, Curitiba, v. 14, n. 1/2, 2013, p. 37-55.
- BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores**: formas de gestão, classificação e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese de Doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **The practice of everyday life**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1988.
- COHEN, Abner. **O Homem bidimensional**: A antropologia do Poder e o Simbolismo em Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- COHN, Clarice. Belo Monte e processos de licenciamento ambiental: As percepções e as atuações dos Xikrin e dos seus antropólogos. **R@U Revista de Antropologia da UFSCar**, Vol. 2, Nº 2, 2010, p. 224-251.
- DAS, Veena. Language and Body: Transactions in the Construction of Pain. **Daedalus**. Vol. 125, n. 1. Social Suffering. 1996, p. 67-91.
- DOUGLAS, Mary. **Purity and danger**: na analysis of concepts of pollution and taboo. London; New York: Routledge.

- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo. Martins Fontes, 2007.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference: place, movements, life, redes**. Durham; London: Duke University Press, 2008.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FARIAS, Monique H. C. S. **Contribuição de Projetos de Assentamentos para a dinâmica da mudança do uso da terra na Amazônia: um estudo em Novo Repartimento (PA)**. Dissertação de Mestrado, Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará, Brasil, 2016.
- FAUSTO, Carlos. Da responsabilidade de antropólogos e arqueólogos: sobre contratos, barragens e outras coisas mais. **Revista de Arqueologia**. Vol. 28, Nº 2, 2015, p. 202-215.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**. Vol. 13, p. 155-161, 2005.
- FEARNSIDE, Philip Martin. Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a Barragem Amazônica mais controversa do Brasil. **NERA**, Nº 42, 2018, p. 162-185.
- FEARNSIDE, Philip Martin; LAURENCE, William Frederick. Infraestrutura na Amazônia: as lições dos planos plurianuais. **Caderno CRH**, Vol. 25, Nº 64, 2012, p. 87-98.
- FEARNSIDE, Philip Martin. BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. The Contigo Dam as a Test of Brazil's System for Evaluating Proposed Developments in Amazonia. **Environmental Management**, Vol. 20, Nº 5, 1996, p. 631-648.
- FELDMAN-BIANCO, Belo. Introdução. In: **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. Bela Feldman-Bianco (org.). São Paulo: Global, 1997, 7-45.
- FISCHER, Michael M.J. Não pergunte o que é um homem, mas o que se pode esperar dele. In: Michael M.J. Fischer. **Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 142-162, 2011.
- FISHER, William H. Megadevelopment, Environmentalism, and Resistance: The Institutional Context of Kayapó Indigenous Politics in Central Brazil. **Human Organization**, v. 53, n. 3, p. 220-32, 1994.
- FISHER, William H. O contexto institucional da resistência indígena a megaprojetos amazônicos. In: João Pacheco de Oliveira; Clarice Cohn (orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014, 133-142.

- FLEURY, Lorena C. **Conflito ambiental e cosmopolítica na Amazônia brasileira: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva.** Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- FORTUN, Kim. **Advocacy after Bhopal: environmentalism, disaster, new global orders.** Chicago, London: The University of Chicago Press, 2001.
- FORTUN, Kim. Locating Corporate Environmentalism: Synthetics, Implosions, and the Bhopal Disaster. In: George Marcus (ed.). **Critical Anthropology Now: Unexpected Contexts, Shifting Constituencies, Changing Agendas.** Sata Fe: SAR Press, 1999, p. 203-244.
- FOUCAULT, Michel. Terceira parte: Disciplina. In: **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes. 2014, p. 131-219.
- FOUCAULT, Michel. **O que é o iluminismo?** Disponível em: shorturl.at/oBELP. Acesso 3 de mar. 2019.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 277-293.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população.** Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOFFEY, Andrew. Introduction: on the witch's broomstick. In: Philippe Pignarre and Isabelle Stengers. **Capitalist sorcery: breaking the spell.** Londres: Palgrave Macmillan Stengers, 2011. p. viii-xxiv.
- GRAEBER, David. Manners, Deference, and Private Property: Or, Elements for a General Theory of Hierarchy. In: **Possibilities: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire.** Oakland, Edinburgh: AK Press, 2007, p. 13-56.
- GRAEBER, David. **La utopía de las normas: De la tecnología, la estupidez y los secretos placeres de la burocracia.** Barcelona: Editorial Planeta, 2015.
- HAJER, Maarten. Ecological modernization as cultural politics. In: S. LASH et al.. (eds.) **Risk, Environment and Modernity: Towards a New Ecology.** London: Sage, 1996, pp. 246-268.
- HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental.** Petrópolis: Vozes, 2016.
- HOBBSAWM, Eric. Peasants and Politics. **Journal of Peasant Studies**, Vol. 1, Nº. 1, 1973, p. 3-22.
- HOFFMAN, Andrew. **From heresy to dogma: an institutional history of corporate environmentalism.** Stanford: Stanford University Press, 2001.

- HOLMES, Douglas R.; MARCUS, George E. Collaboration Today and the Re-Imagination of the Classic Scene of Fieldwork Encounter. **Collaborative Anthropologies**, Vol. 1, 2008, p. 81-101.
- HOLMES, Douglas R.; MARCUS, George E. Cultures of Expertise and the Management of Globalization: Toward the Re-Functioning of Ethnography. In: **Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems**. Aihwa Ong and Stephen J. Collier (eds.). Malden, Oxford, Carlton: Blackwell Publishing Ltd., 2005, p. 235-252.
- ISA, INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Arara da Volta Grande. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: shorturl.at/fkvzF. Acesso 30 ago. 2021.
- INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- INGOLD, Tim. That's enough about ethnography. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**. Vol. 4, n. 1, p. 383-395, 2014.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**. Ano 18, Nº 37, 2012, p. 25-44.
- INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London, New York: Routledge, 2002.
- INGOLD, Tim. General introduction. In: **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London; New York: Routledge, 2003, p. xm-xxn.
- JACKALL, Robert. Moral Mazes: The World of Corporate Managers. **Politics, Culture, and Society**. Vol. 1, Nº. 4, 1988a, p. 598-614.
- KILOMBA, Grada. A Máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução**. Nº 16, 2016, p. 171-180.
- KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. Introduction. **Daedalus**. Vol. 125, n. 1. Social Suffering. p. XI-XX, 1996.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNEST, 2000a.
- LATOUR, Bruno. **Pandora's Hope: essays on the reality of sciences studies**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2000b.
- LEACH, Edmund. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: Marieta de Moraes Ferreira; Janaína Amado (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, p. 167-182.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 2012, p. 15-50.
- LI, Fabiana. Responsabilidad y rendición de cuentas en los estudios de impacto ambiental de un proyecto minero. **Debate Agrario**, N° 45, 2011, p. 46-69.
- LI, Tania Murray. Compromising Power: development, culture and rule in Indonesia. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 14, n. 3, 1999, p. 295-322.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: Oswaldo Sevá Filho (org.). **Tenotã-mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network. 2005, p. 245-254.
- MAGALHÃES, Sônia. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado, Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.
- MANNING, Erin. **The Minor Gesture**. Durham: Duke University Press, 2016.
- MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L. J.; MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P.; PINTO, R.; GONÇALVES, R. J. A. F.; COELHO, T. P. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: Marcio Zonta; Charles Trocate (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016, p. 17-49.
- MANTOVANELLI, Thais. **Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte**: uma crítica indígena à política dos brancos. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2016a.
- MANTOVANELLI, Thais. Os Xikrin da Terra Indígena Trancheira-Bacajá e os Estudos Complementares do Rio Bacajá: reflexões sobre a elaboração de um laudo de impacto ambiental. **Horizontes Antropológicos**, Vol. 22, n. 46, 2016b, p:159-188.
- MARCHEZINI, Victor. The biopolitics of disaster: policies, discourses, practices. **Human Organization**, Vol. 74, N° 4, 2015, p. 362-371.
- MARCUS, George E. Elite Communities and Institutional Orders. In: George Marcus (ed.). **Elites**: ethnographic issues. 2. ed. London: Routledge, 2010, p. 41-57.
- MARCUS, George. Collaborative Imaginaries. **Taiwan Journal of Anthropology**, Vol. 5 (1), 2007, p. 1-17.

- MATHEWS, Andrew. Power/Knowledge, Power/Ignorance: Forest Fires and the State in Mexico. **Human Ecology**, Vol. 33, Nº 6, 2005, p. 795-820.
- MATHEWS, Andrew. Ignorancia, conocimiento y poder: El corte de la madera, el tráfico ilegal y las políticas florestales en México. **Desacatos**. Nº 21, 2006, p. 135-160.
- MARX, Karl. A Mercadoria. In: **O Capital**. Vol. 1. São Paulo: Abril, 1984, p. 45-78.
- MELVILLE, Herman. **Bartleby**, o escriturário. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010.
- MILANEZ, Bruno; MAGNO, Lucas; PINTO, Raquel Giffoni. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-7, 2019.
- MITCHELL, Timothy. **Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2002.
- MITCHELL, Timothy. Afterword: are environmental imaginaries culturally constructed?, In: D. Davis e E. Burke (eds.). **Environmental imaginaries of the Middle East and North Africa: history, policy, power, and practice**. Athens: Ohio University Press, 2011, p. 265-273.
- MOL, Arthur P. J. **The Refinement of Production: Ecological modernization theory and the chemical industry**. Utrecht: Interntional Books, 1995.
- MOSSE, David. **Cultivating Development: an ethnography of aid policy and practice**. Londres: Pluto Press, 2005.
- MURPHY, Michelle. **Sick Building Syndrome and the Problem of Uncertainty: Environmental Politics, Technoscience, and Women Workers**. Durham; London: Duke University Press, 2006.
- NADER, Laura. Up the Anthropologist: perspectives gained from studying up. In: Hyme, Dell (ed.) **Reinventing Anthropology**. New York: Random House, 1972. P. 284-331.
- NUGENT, Stephen. Gente boa: elites in and of Amazonia. In: Cris Shore; Stephen Nugent (eds.) **Elite Cultures: Anthropological Perspectives**. New York: Routledge, 2002, p. 61-73.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014.
- OLIVEIRA, João Pacheco. Introdução: a ABA e a questão de Belo Monte. In: João Pacheco de Oliveira; Clarice Cohn (orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014, 12-26.
- OLIVEIRA, Raquel; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana. Os Estudos de Impacto Ambiental e a Economia de Visibilidades do Desenvolvimento. **RBCS**, Vol. 36, Nº 105, 2020, p. 1-18.
- OLIVEIRA, Raquel. “A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar”: A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro

Camargos em Belo Horizonte - MG. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, Gisele de. Entrave ambiental prejudica expansão do setor elétrico brasileiro. **Agência Canal Energia**, 31 agosto 2016. Disponível em: shorturl.at/gmDX6. Acesso 30 ago. 2021.

PAULA, Luis Roberto de. Antropologia, Desenvolvimento e Estudos de Impacto Ambiental: A responsabilidade social do antropólogo revisitada. **R@U Revista de Antropologia da UFSCar**, Vol. 2, Nº 2, p. 252-281, 2010.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, Vol. 3, 2000, p. 117-127.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. **Capitalist sorcery: breaking the spell**. London: Palgrave Macmillan Stengers, 2011.

PINTO, Raquel Giffoni. **Conflitos ambientais: corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

POSEY, Darrell A. From Warclubs To Words. **NACLA Report on the Americas**, Vol. 23, Nº. 1, p. 13-39, 1989.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos**. Nº 80, 2008, p. 109-125.

RILES, Annelise. Real Time: Unwinding Technocratic and Anthropological Knowledge, **American Ethnologist**, Arlington, Vol. 31, Nº. 3, p. 392–405, 2004.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 15, Nº 45, 2010, p. 434-444.

SAHLINS, Marshall. *La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura*. In: Marshall Sahlins. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 179-219.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SANTOS, Ayer O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de. Apresentação. In: Leinard Ayer O. Santos; Lúcia M. M. de Andrade (Orgs.). **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio. 1988, p. 6.

SANTOS, Ana Flávia Moreira; FERREIRA, Luciana da Silva Sales; PENNA, Vinicius Villela. Impactos supostos, violências reais: a construção da legalidade na implantação do Projeto Minas-Rio. In: **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Andréa Zhouri (org.). Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018, p. 181-225.

- SANTOS, Ana Flávia. Não se pode proibir comprar terra: Terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos. In: Andréa Zhouri; Norma Valencio (Orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 143-166.
- SASSEN, Saskia. La ciudad global: introducción a un concepto. In: Las múltiples caras de la globalización. Madrid: **BBVA**, 2004, p. 50-62.
- SASSEN, Saskia. **The Global City**. New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SCHMIDT, Alacir Borges; MICHELIS, Décio. Licenciamento é ainda obstáculo para setor elétrico. **Brazilian Business**, jun 2006. Disponível em: shorturl.at/nzFNX. Acesso 30 ago. 2021.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. **Raízes**, Vol. 21, Nº 01, 2002, p. 10-31.
- SCOTT, James C. **Seeing like a state**: how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven; London: Yale University Press, 1998.
- SCOTT, James C. **Weapons of the Weak**: Everyday Forms of Peasant Resistance. New Haven; London: Yale University Press, 1985.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- SPAARGAREN, Gert; MOL, Arthur P. J. Sociology, Environment, and Modernity: Ecological Modernization as a Theory of Social Change. **Society and Natural Resources**, Vol. 5, 1992, p. 323-344.
- STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.
- STENGERS, Isabelle. La propuesta cosmopolítica. **Revista Pléyade**. Nº 14, 2014, p. 17-41.
- TAUSSIG, Michael. **The Devil and Commodity Fetishism in South America**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.
- THOMAS, Renny. Conversation: Tim Ingold on Environmental Destruction, Injustice and the Future. **Wire**, 27 set. 2020. Disponível em: shorturl.at/eoJW1. Acesso em 14 set. 2021.
- TSING, Anna. **Friction**: An Ethnography of Global Connection. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2005.

- TURNER, Terence. The Role of Indigenous Peoples in the Environmental Crisis: The Exemple of the Kayapó of the Brazilian Amazon. **Perspectives in Biology and Medicine**, v. 36, n. 3, p. 526-545, 1993.
- UCHIYAMADA, Yasushi. Architecture of Immanent Power. Truth and Nothingness in a Japanese Bureaucratic Machine. **Social Anthropology**, vol. 12, n. 1, p. 3–23, 2004.
- VIANNA, Catarina Morawska. A Trilha de Pepéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. **Revista Antropológicas**. Ano 18, Vol. 25, Nº 2, p. 22-40, 2014.
- VIGLIO, José Eduardo; MONTERIRO, Marko Synésio A.; FERREIRA, Lúcia da Costa. Ciência e processo decisório: a influência dos *experts* no licenciamento ambiental de um empreendimento petrolífero no litoral paulista. **RBCS**, Vol. 33, Nº 98, 2018, p. 1-22.
- VIGH, Henrik. **Navigating Terrains of War: Youth and Soldiering in Guinea-Bissau**. Oxford: Berghahn Books, 2006.
- VIGH, Henrik. Youth Mobilisation as Social Navigation. Reflections on the concept of *dubriagem*. **Cadernos de Estudos Africanos** 18/19, p. 139-164, 2010.
- VIGH, Henrik. Motion squared. A second look at the concept of social navigation. **Anthropological Theory** Vol. 9, nº 4, p. 419-438, 2009.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O recado da mata. In: Davi Kopenawa; Bruce Albert. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 11-41.
- WALSH, David F. Structure/Agency. In: C. Jenks (ed.). **Core Sociological Dichotomies**. London: Sage Publications, p. 8-33.
- WATTS, Michael. Development ethnographies. **Ethnography**, Vol. 2, Nº 2, 2001, p. 283-300.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. 3ª ed. Brasília: UnB, 1994.
- WELKER, Marina. **Enacting the Corporation: an American mining firm in post-authoritarian Indonesia**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2014.
- WHITINGTON, Jerome. **Anthropogenic Rivers: The Production of Uncertainty in Lao Hydropower**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2019.
- WHITINGTON, Jerome. Is Uncertainty a Useful Concept? Tracking Environmental Damage in the Lao Hydropower Industry. **Platypus**, 30 jul. 2018. Disponível em: shorturl.at/zDFHZ. Acesso em 26 ago. 2019.

WHITINGTON, Jerome. Sustainability enclaves in Southeast Asia. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**. Vol. 10, n. 3, p. 1074-1077, 2020.

WIKIPÉDIA. **Bode expiatório**. Disponível em: shorturl.at/gjDH7. Acesso 30 ago. 2021.

WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: Gustavo Lins Ribeiro; Bela Feldman-Bianco (org.). **Antropologia e poder**. Contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003, p. 325-340.

ZUCARELLI, Marcos. **A matemática da gestão e a alma lameada**: Os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O desastre do rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: **Mineração: violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Andréa Zhouri (org.). Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018, p. 29-65.

ZHOURI, Andréa et al. **Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI)** elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental. Belo Horizonte: Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) / Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel. Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos. In: **Desafios da Antropologia brasileira**. Bela Feldman-Bianco (org.). Brasília: ABA, 2013, pp. 75-108.

ZHOURI, Andréa. Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia. In: Andréa Zhouri (Org.) **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília-DF: ABA, 2012, p. 45-65.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; LASCHEFSKI, Klemens. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha-MG. In: Andréa Zhouri (Org.) **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília-DF: ABA, 2012, p. 147-196.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Andréa Zhouri; Klemens Laschefschi (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 439-462.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **RBCS**, São Paulo, v. 23, n. 68, 2008, p. 97-107.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Andrea Zhouri, Klemens Laschefki, Dorlice Barros Pereira (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 89-116.

Belo Monte: documentos oficiais do licenciamento

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. **Resolução nº 357, de 17 de março 2005**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em shorturl.at/jwHTX. Acesso 3 fev. 2021.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1997. Disponível em: shorturl.at/afoTX. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. **Resolução nº 001, de 23 de janeiro 1986**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1986. Disponível em: shorturl.at/otDL6. Acesso 4 fev. 2021.

ELETROBRÁS. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) de Belo Monte – Volume 1**. Apresentação, caracterização do empreendedor e do empreendimento. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2009a.

ELETROBRÁS. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) de Belo Monte – Volume 11**. Diagnóstico das Áreas Diretamente Afetada e de Influência Direta – Meio Físico. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2009b.

ELETROBRÁS. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) de Belo Monte – Volume 9**. Avaliação de Impactos Ambientais (Parte 1). Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2009c.

ELETROBRÁS. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) de Belo Monte – Volume 35. Estudos etnoecológicos. Tomo 2**. Terra Indígena Paquiçamba. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2009e.

ELETROBRÁS. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) de Belo Monte – Volume 35. Estudos etnoecológicos. Tomo 3**. Terra Indígena Arara da Volta Grande. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2009f.

ELETROBRÁS. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) de Belo Monte – Volume 35. Estudos etnoecológicos. Tomo 5.** Terra Indígena Trincheira Bacajá. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2009g.

EPE, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – Fatos e Dados.** Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2011.

FUNAI, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Parecer técnico n. 21:** análise do componente indígena dos estudos de impacto ambiental - UHE Belo Monte. Brasília: Funai, 2009.

GARCIA, M. F., I. N. JEZLER, M. L. MILAZZO, D. J. L. ROCHA, S. FROEHLICH, e C. VIEIRA. A influência da componente ambiental na definição do Projeto AHE Belo Monte. In: **Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica**, 2009, p. 1-8.

IBAMA, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Parecer Técnico nº 133/2019-COHID/CGTEF/DILIC.** Brasília: IBAMA, 2019.

IBAMA, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Análise do 2º Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental** e das Condicionantes da Licença de Instalação, da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Brasília: IBAMA, 2012.

IBAMA, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Licença de instalação de Belo Monte.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

IBAMA, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Licença prévia de Belo Monte.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

IBAMA, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Termo de Referência** para Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o Respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA / RIMA. Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte. Brasília: IBAMA, 2007.

NORTE ENERGIA. O Sistema de Transposição de Embarcações (STE), implantado na margem direita do rio Xingu, funciona desde 2013 [...]. **Norte Energia.** 23 set. 2020. Disponível em: shorturl.at/knqAS. Acesso 30 ago. 2021.

NORTE ENERGIA. **Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande – 16º Relatório.** Brasília: Norte Energia, 2019a.

- NORTE ENERGIA. **Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção – 11º Relatório**. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2017.
- NORTE ENERGIA. **Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu**. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2014.
- NORTE ENERGIA. **Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial**. Brasília: Norte Energia, 2012a.
- NORTE ENERGIA. **Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção – 2º Relatório**. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2012b.
- NORTE ENERGIA. **Rotas, canais e obstáculos à navegação nos rios Xingu e Bacajá**. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2012c.
- NORTE ENERGIA. **Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção – 3º Relatório**. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2012d.
- NORTE ENERGIA. **Estudos complementares do Rio Bacajá**. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2012e.
- NORTE ENERGIA. **Nota técnica sobre os Estudos Complementares do Rio Bacajá**. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2012f.
- NORTE ENERGIA. **Sistema de Transposição de Embarcações e as comunidades indígenas**. UHE Belo Monte. Altamira: Norte Energia. 2012g.
- NORTE ENERGIA. **Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande**. In: **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte – Vol. 6**. Brasília, DF: CENEC Worley Parsons; Leme Engenharia, 2011b, p. 367-485.
- NORTE ENERGIA. **Projeto básico do Sistema de Transposição de Embarcações**. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2011c.
- NORTE ENERGIA. **Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção – 1º Relatório**. Brasília: Leme Engenharia Ltda., 2011d.
- NORTE ENERGIA. **Plano de Gestão dos Recursos Hídricos**. In: **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte – Vol. 4**. Brasília, DF: CENEC Worley Parsons; Leme Engenharia, 2011e, p. 151-331.
- PARÁ, CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - COEMA. **Resolução n. 30 de 14 de junho de 2005**. Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Disponível em: shorturl.at/bksP8. Acesso 8 fev. 2021.

Belo Monte: publicações independentes

BRUM, Eliane. No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig (Opinião). **El País**. Madrid, 3 abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/308uu8V>. Acesso em 24 set. 2020.

HARARI, Isabel. Norte Energia nega-se a prestar contas a comunidades afetadas por Belo Monte. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/30157WD>. Acesso em 6 set. 2019.

ISA, INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Cronologia do projeto**. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em 20 de ago. 2016.

JÚNIOR, Jaime Ribeiro Carvalho. **A etnoecologia dos pescadores Xikrin, da Terra Indígena Trincheira Bacajá – PA**. Tese de Doutorado em Ciência Animal. Universidade Federal do Pará, 2014.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Introdução. A voz dos ribeirinhos expulsos. In: Sônia Barbosa Magalhães; Manuela Carneiro da Cunha (coordenadoras). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, p. 25-34, 2017.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral. **Painel dos especialistas**: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, PA, 2009.

MOLINA, Jorge. Questões hidrológicas no EIA Belo Monte. In: Sônia Barbosa Magalhães; Francisco del Moral Hernandez (org.). **Painel dos especialistas**: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, PA, 2009, p. 95-106.

PEZZUTI, Juarez; CARNEIRO, Cristiane; MANTOVANELLI, Thais; GARZÓN, Biviany Rojas. **Xingu, o rio que pulsa em nós**: monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu. São Paulo: ISA, 2018.

SAKAMOTO, Leonardo. Indígenas pedem investigação em Belo Monte por poluição do rio Xingu. **Blog do Sakamoto**, 17 jan. 2012. Disponível em shorturl.at/dfEU4. Acesso em 3 ago. 2020.

SEVÁ FILHO, Oswaldo (org.). **Tenotã-mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network. 2005.

SILVA, Liana Amin da; GONÇALVES, Bruna Balbi; FILHO, Marés de Souza. Dos direitos dos ribeirinhos atingidos por barragens. In: Sônia Barbosa Magalhães; Manuela Carneiro da Cunha (org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017, p. 67-95.

SPOSATI, Ruy. Belo Monte inicia primeiro barramento do Xingu. **Xingu Vivo**, 16 jan. 2012. Disponível em: shorturl.at/uzIZ7. Acesso em 3 fev. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lúcia M. M. de. Hidrelétricas do Xingu: o Estado Contra as Sociedades Indígenas. In: Leinard Ayer O. Santos; Lúcia M. M. de Andrade (Orgs.). **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio. 1988, p. 7-24.

XINGU VIVO. Norte Energia descumpre acordos e provoca morte de ribeirinhos, denuncia Conselho. **Xingu Vivo Para Sempre**, Altamira, 21 mai. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3mPUPm4>. Acesso em: 24 set. 2019.

XINGU VIVO. **Histórico**. Disponível em: shorturl.at/kwHW6. Acesso 19 set. 2016.

Belo Monte: peças judiciais

BRASIL, VARA ÚNICA DE ALTAMIRA. **Reintegração de Posse**. Altamira: Justiça Federal, Vara única de Altamira, 2013.

BRASIL, DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL. **Inquérito Policial**. Altamira: Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional no Estado do Pará – PA, 2012.

Notícias veiculadas em jornais eletrônicos

MOTA, Camila. Sobreviventes de desastre de Mariana sofrem preconceito e moradores pedem volta da Samarco. **BBC**, 30 out. 2017. Disponível em: shorturl.at/jFNWZ. Acesso 30 ago. 2021.

BRASIL. MPF pede paralização de Belo Monte por risco de colapso sanitário. **Ministério Público Federal**, 8 mar. 2016. Disponível em: shorturl.at/pvxHN. Acesso 30 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Construção de Belo Monte. **Fotografia**, 8 ago. 2012. Disponível em: shorturl.at/pvKY7. Acesso em 30 ago. 2021.

G1. Índios mantêm ocupação em sítio de Belo Monte. **G1 PA**. 22 jun. 2012. Disponível em: shorturl.at/efDI0. Acesso 30 ago. 2021.

G1. Belo Monte é a maior e mais polêmica obra em andamento no país. **Jornal Nacional**. 23 ago. 2011. Disponível em: shorturl.at/bipw2. Acesso 30 ago. 2021.